

Claudiana Nogueira de Alencar

SEARLE INTERPRETANDO AUSTIN:

a retórica do “medo da morte” nos estudos da linguagem

UNICAMP

2005

Claudiana Nogueira de Alencar

SEARLE INTERPRETANDO AUSTIN:

a retórica do “medo da morte” nos estudos da linguagem

Tese apresentada ao Curso de Lingüística do Instituto de Estudos da Linguagem da Universidade Estadual de Campinas como requisito parcial para a obtenção do título de Doutora em Lingüística.

Orientador: Prof. Dr. Kanavillil Rajagopalan

Campinas

Instituto de Estudos da Linguagem

2005

UNIDADE	DC
Nº CHAMADA	T/UNICAMP
	N689s
EX	
TOMBO PD.	67508
PRUC.	16.123-06
C	<input type="checkbox"/>
D	<input checked="" type="checkbox"/>
PREÇO	11,00
DATA	20/3/06

B.b Id 377286

Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca do IEL - Unicamp

N689s

Nogueira, Claudiana.

Searle interpretando Austin : a retórica do “medo da morte” nos estudos da linguagem / Claudiana Nogueira de Alencar. -- Campinas, SP : [s.n.], 2005.

Orientador : Kanavillil Rajagopalan.

Tese (doutorado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Estudos da Linguagem.

1. Searle, John R., 1932-. 2. Austin, J. L. (John Langshaw), 1911-1960. 3. Retórica. 4. Medo da morte. 5. Lingüística integracionista. I. Kanavillil, Rajagopalan. II. Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Estudos da Linguagem. III. Título.

Campinas, 21 de dezembro de 2005



Prof. Dr. Kanavillil Rajagopalan
Orientador

Profa. Dra. Carmen Rosa Caldas-Coulthard

Profa. Dra. Joana Plaza Pinto

Profa. Dra. Inês Signorini

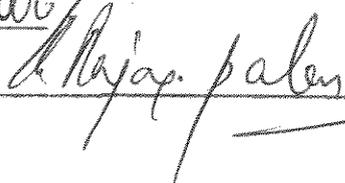
Prof. Dr. Jonas de Araújo Romualdo

Este exemplar é a redação final da tese
defendida por Claudiana da

Silva Nogueira de Alencar

e aprovada pela Comissão Julgadora em

20/02/2006



Para minha mãe,
e para Aninha, minha irmã

Para Yuri e Ícaro

AGRADEÇO

A todos que me encorajaram, confortaram, ajudaram tornando possível essa instigante e dolorosa travessia... Por todas as palavras de “bom ânimo” pronunciadas e vivenciadas em atos de coração, obrigada.

Ao Rajan, pelas lições críticas e orientações práticas de “empowerment”.

À Capes pelo financiamento desta pesquisa através dos programas PICD e PDEE.

Ao programa de Pós-Graduação em Linguística do IEL/UNICAMP pelas tantas oportunidades de aprendizado nesses anos de mestrado e doutorado; à Rose, ao Cláudio, à Belkis e ao Osmar, que pela gentileza e competência facilitaram a minha vida no iel. Ao pessoal da PRPG/Unicamp, ao Pró-Reitor Dr. Daniel Hogan, pelo apoio para o doutorado-sanduíche na Grã-Bretanha.

Ao prof. Dr. Michael Toolan e ao Dr. Murray Knowles diretor do CARE (Centre for Advanced Research in English) da Universidade de Birmingham, pela acolhida como pesquisadora visitante.

À prof. Dra. Carmen Rosa Caldas-Coulthard pela supervisão segura da pesquisa bibliográfica para a tese e pela orientação da pesquisa em linguística crítica para qualificação de área em linguística textual, realizadas na Universidade de Birmingham. Sou grata à Carmen, sobretudo pela presença amiga e a solidariedade que me fizeram vencer as muitas dificuldades de adaptação na Inglaterra.

Ao prof. Dr. Malcolm Coulthard e à Dra. Carmen Millan-Varela, da Universidade de Birmingham, pela participação como membros da banca examinadora na qualificação de área, realizada durante o doutorado-sanduíche.

Ao prof. Dr. Jonas de Araújo Romualdo pela orientação da pesquisa em retórica para a qualificação de área em análise do discurso e por apresentar-me um “modo sofisticado” de ser e ver a linguagem.

Ao prof. Dr. Manfredo Araújo de Oliveira do Depto. de Filosofia da UFC e à Prof. Dra. Dina Maria M. A. M. Ferreira da Universidade Mackenzie/SP, pela leitura criteriosa e valiosas sugestões como membros da banca examinadora da qualificação geral de tese. Agradeço também à prof. Dra. Paula Lenz, ao Rajan e ao colega Daniel do Nascimento e Silva que proporcionaram a realização do exame sob o acolhimento da UECE.

À Universidade Estadual do Ceará-UECE por ter concedido o afastamento de minhas atividades didáticas e aos meus colegas do curso de Letras da FECLESC/UECE que têm de

todos os modos facilitado o meu caminho de volta para “casa”, em especial à Jaquelânia A. Pereira, coordenadora do curso de Letras, pela amizade e por oferecer compreensão e ajuda constante. A todos os meus alunos de Quixadá e de Ocara com quem tenho aprendido lições preciosas de “resistência”, por toda a paciência, por toda força, por todo incentivo.

Às colegas de doutorado Eneida Martins e Helly Cabral Fonseca, pessoas formidáveis. Pela ajuda amiga e pelas versões em inglês do projeto e material para o doutorado-sanduíche.

Aos amigos do grupo de pesquisa *Linguagem e Identidade: abordagens pragmáticas* pela interlocução e estímulo intelectual. À Letícia Jordani, Silvia, Cristiano e a todo pessoal da Havad, pela força na preparação para os exames em língua estrangeira.

À Rúbia, Marinete e Cristina pela acolhida em Birmingham. Aos meus vizinhos do *The Close* e colegas da Universidade de Birmingham, em especial a Vilma e Osmar, a Mahamed e Humeyra, e à Neide que encheram de solidariedade e alegria o meu cotidiano na Inglaterra.

À Lucília e às crianças Flávia, Verônica e Oliver, pelos dias felizes em Londres e pela constante ajuda com a língua inglesa. Ao meu filho Ícaro por ter sido, aos seis anos de idade, o meu companheiro de risos e tristezas na Inglaterra, consolando-me em todas as dificuldades.

À Expedita, Kerlinha e Jéssica em Quixadá; à Lisemeire e Ravelly em Ocara; à Cleusa, Bárbara e Bella, em Campinas, pelo apoio e aconchego.

À Letícia e ao Weimar pela mão amiga nos piores momentos. À Catarina, Lena e Nathalie pela amizade de sempre. Ao Ruber, pelo apoio intelectual e amizade desde a graduação.

À Juju, e também à Rany e à Aninha pela inestimável ajuda técnica sem as quais eu não concluiria esta tese. À Guiá, pela ajuda com as tantas encomendas nos Correios.

À Márcia, Rany, Aninha, Iara, Silvana, Alex e Eliete, Elisângela, Daniel, Charles, Fabíola, Eliane, Paula, Helder, Thiago, Raquel, Lílian, Alessandra, Cris, Hilda, Ivone, Isabel, Néia, Sofia, Marta, Magali, Josias do I.A., Nádia, Laura, Romildo, Gerson, Claudete, Milene e as respectivas famílias, pelo grande amor com que cuidarem de nós nesses cinco anos em Campinas. Por compartilharem tudo (chegada, partida, retorno, preparativos, viagens, mudanças)... “mesmo que os anos passem e até mesmo que a distância nos separe ficaram dentro de mim os momentos que felizes nós passamos... quantas lutas enfrentamos...”

Especialmente, agradeço a minha família por serem os meus maiores incentivadores: aos meus pais, a minha avó, a minhas irmãs Veral, Ninha, Cristal, Uá, Tati, ao meu irmão Kleber, ao meu cunhado Ivelto, à Bia e a todas as tias, aos primos, primas, as minhas sobrinhas Yasmin e Ilana, aos queridos Aída, Socorro, Raimundo, Tom e Fernanda, ao Sr. Aldir.

Enfim, ao meu marido Yuri e ao meu filho Ícaro que tiveram paciência comigo em toda a fase da escrita e porque suportaram ouvir sempre as mesmas palavras: Depois da tese...

*A linguagem não é mais
instrumento de coisa alguma, é
muito mais do que isso...
Linguagem somos nós.*

Kanavillil Rajagopalan

SUMÁRIO

RESUMO	13
INTRODUÇÃO	15
PARTE 1: LINGUAGEM - UMA FORMA DE VIDA	
1. LINGUAGEM E LINGÜÍSTICA	23
1.1 O estatuto científico da lingüística	25
1.2 Um objeto de estudo, uma metalinguagem	37
1.3 A concepção wittgensteiniana da linguagem	49
1.3.1 Linguagem como uma forma de vida	51
1.3.2 Linguagem e realidade	54
2. LINGÜÍSTICA INTEGRACIONISTA	61
2.1 A visão lingüística ortodoxa	62
2.2 A perspectiva integracionista	65
2.3 A O mito da linguagem: construindo uma hipótese de trabalho	70
3. RETÓRICA: CONSTRUINDO UM APARATO METODOLÓGICO	75
3.1 Rorty e os sofistas	77
3.1.1 Richard Rorty: a certeza racional como vitória argumentativa	79
3.1.2 Os sofistas	84
3.1.3 Argumentação e discurso filosófico	88
3.2 A retórica em Austin	99
3.3 A retórica em Searle	106
PARTE 2: ANÁLISE CRÍTICO-DISCURSIVA DA RETÓRICA SEARLEANA	
4. PRÁTICA DISCURSIVA	121
4.1. Produção: a prática discursiva da filosofia analítica	123
4.1.1. A produção da teoria dos atos de fala	144
4.2. Distribuição e Consumo	178
4.2.1. Rede intertextual formalizante	181
4.2.2. Transformação de práticas discursivas	192
5. TEXTO: A RETÓRICAS NO <i>SPEECH ACTS</i>	205
5.1 Técnicas heurísticas e intertextualidade	205

5.1.1 Searle interpretando Austin: as duas teses de Rajagopalan	208
5.1.2 Searle: o anti-Austin	212
5.1.3 A livre variação de modelos no <i>Speech Acts</i>	222
6. PRÁTICA SOCIAL	229
6.1 O mito da linguagem na argumentação searleana	230
6.2 O “medo da morte” como uma ordem de discurso	239
6.3 Mudança discursiva nos estudos da linguagem	258
CONSIDERAÇÕES FINAIS	271
SUMMARY	275
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	277

RESUMO

Nesta tese, decidi estudar a estrutura retórica dos discursos teóricos sobre a linguagem para refletir sobre a prática discursiva na produção do conhecimento lingüístico, questionando-lhe o discurso cientificista, o qual postula a adoção de determinados conceitos e determinado método de formalização como pressuposto de qualificação desse conhecimento. A partir de uma perspectiva teórica integracionista (Harris, 1981, 1998), cuja concepção de linguagem, de inspiração wittgensteiniana, permite questionar os mitos da lingüística e valorizar as ações integralizadoras na situação comunicacional, escolhi como objeto de investigação a tradicional interpretação da teoria dos atos de fala de J. Austin pelo filósofo J. Searle, através da análise da estrutura retórica da obra *Speech Acts— An Essay in the Philosophy of Language* (1969). Partindo da idéia de que a reformulação teórica de Austin por Searle, sua aceitação e repercussões na lingüística e na filosofia são frutos do mito da linguagem, analisei os processos de produção, interpretação e distribuição do texto de Searle e concluí que as concepções tradicionais do discurso cientificista e positivista, bem como a sua retórica da formalização, configuram - se numa ordem do discurso específica aos estudos da linguagem que, neste trabalho, denomino *medo da morte*. Para efetuar esta análise, discuti o lugar da retórica numa teoria do discurso, promovendo uma revisão teórico-metodológica do método proposto por Margutti Pinto (1998) em sua análise dos procedimentos argumentativos de Wittgenstein. Desse modo, elaborei, através do estudo da retórica de Searle interpretando Austin, uma proposta de análise retórica através de uma abordagem crítico-discursiva (Fairclough, 2001) condizente com o programa integracionista, que inclui em seus objetivos uma tomada de consciência do caráter integral de nossas ações como lingüistas e acadêmicos, originadas da natureza política, interativa, e social de nossa experiência lingüística.

Palavras-chave: Searle; Austin; retórica; prática discursiva; medo da morte, lingüística integracionista.

Introdução

Certa vez um professor de lingüística me pediu que definisse a linguagem em um conceito mínimo e descrevesse tal conceito em uma única sentença. O intuito era o de impedir-me as possíveis divagações, as fugas ao seu pensar, os desvios daquilo que para ele seria o “cerne”, a essência, enfim, embargar a variabilidade interpretativa. Tal evento não me remete apenas a um cotidiano acadêmico em que as divergências teóricas se fazem comum e as disputas pela predominância teórica são quase corriqueiras.

Mais do que perceber aí um controle discursivo (Foucault, 1998) possível através de uma microfísica do poder que se instaura também longe das grandes instâncias institucionalizadas, esse evento suscita reflexões que pretendem atingir todo o empreendimento lingüístico e os programas de pesquisa em Lingüística. Reflexões que dizem respeito à necessidade de circunscrever, de catalogar, de formalizar a linguagem, e aprisioná-la num conceito de ciência.

Em nome da imparcialidade científica ficam de fora, na produção do saber lingüístico, as emoções, os interesses, os impulsos, a experiência de viver na linguagem, dando a entender que aquilo que o pesquisador da linguagem faz na academia, a “ciência da linguagem”, não tem relação com a sua experiência pessoal na linguagem. Reforçando a tradição filosófica ocidental é estabelecida a divisão entre a nossa cognição, o nosso lado conceitual formal e racional em contraste com o nosso lado corporal, material e emocional.

Neste trabalho, pretendo estudar o processo de produção do conhecimento lingüístico, questionando-lhe o projeto cientificista, o qual postula a adoção de determinados conceitos e determinado método de formalização como pressuposto de qualificação desse conhecimento. Tomo como objeto de estudo, na necessidade que também carregue de circunscrever, uma história em lingüística que coloco no mesmo lugar daquela que citei no início deste trabalho, a interpretação por John Searle do filósofo que se tornou o maior expoente da Filosofia Analítica: John Austin.

Conforme Rajagopalan (1996), a filosofia de Austin como a conhecemos e como tem sido amplamente aproveitada na lingüística é fruto de um trabalho de re-leitura feita pelo filósofo norte-americano John Searle, considerado como o herdeiro intelectual legítimo do mestre inglês. É interessante notar que, não obstante Austin tenha lançado duras críticas ao positivismo lógico, registradas em sua obra *Sense and Sensibilia* (Austin 1962), tenha sofrido por Searle uma verdadeira formalização higienizante. Para Paulo Ottoni (1998: 9) John Searle “em sua teoria dos atos de fala retoma, na realidade, as vertentes mais tradicionais da filosofia da linguagem e definindo o ato de fala em termos da dicotomia conteúdo proposicional/força ilocucionária, o que põe a perder, em grande parte, a centralidade do performativo proposta por Austin”.

No artigo *On Searle [on Austin] on language* publicado na revista *Language & Communication*, Rajagopalan (2000a), com propriedade, chama a atenção para a contradição, apontada por Nigel Love (1999), na interpretação que Searle faz da teoria dos atos de fala e lança mão dessa contradição para questionar como John Searle tem conquistado tão sólida reputação como o intelectual autorizado para falar de Austin, uma vez que o interpreta

conciliando pensamentos sobre linguagem com relação aos quais as idéias de Austin tinham se mostrado diametricamente opostas (cf. Rajagopalan, 2000a).

Esta questão para qual Rajagopalan responderá, de modo estimulante e polêmico, reconstituindo a história dos atos de fala, será a minha isca. Como uma nota discrepante em meio ao silêncio da comunidade acadêmica, ela me permite problematizar: que razões de ordem epistemológica fizeram com que Searle interpretasse Austin deste modo, formalizando-o em consonância aos mais tradicionais paradigmas do conhecimento sobre linguagem? Por que quis livrar seu mestre de tudo o que em sua teoria ressoava como dialético (na concepção aristotélica) e livrá-lo de uma retórica, prima-irmã da sofística, para então levá-lo aos mais altos píncaros dos raciocínios analíticos, transformando seu trabalho numa lógica?

Pretendo enfrentar essas questões elegendo como objeto de estudo a tradicional interpretação da teoria dos atos de fala de J. Austin pelo filósofo J. Searle a partir da concepção de mito da linguagem.

Meu intuito é discutir, a partir da retórica de Searle e de sua reconstrução da teoria dos atos de fala, a prática discursiva dos teóricos da linguagem. Com a discussão, pretendo problematizar um projeto cientificista na lingüística e questionar-lhes as concepções de linguagem bem como a sua retórica da formalização que conduz a assim chamada “ciência da linguagem” a uma falácia epistemológica.

Apesar de inúmeros estudiosos discutirem Austin e a relação Austin-Searle tratar-se, de uma matéria de efervescente discussão em trabalho de renomados pesquisadores (Love, 1999; Rajagopalan, 2000a, entre outros), o desenvolvimento de pesquisas neste campo

é, conforme Marcondes de Souza Filho, no prefácio à obra de Paulo Ottoni *Visão Performativa da Linguagem* (1998), relativamente pouco explorado entre nós.

Minha contribuição ao tema, contudo, pretende ser tecida a partir da perspectiva teórica tomada: um programa de estudos integracionistas que possibilita o questionar dos saberes lingüísticos, nossa relação interpessoal e interativa com tais saberes, as repercussões dos pressupostos escolhidos para fundamentar a pesquisa lingüística, a escolha daquilo que estabelecemos como analisável, e questionar a própria mediação entre o teórico e sua teoria na constituição de nossa identidade enquanto teóricos da linguagem.

Pretendo desenvolver este trabalho em duas partes. Na primeira parte, *Linguagem-forma de vida*, procuro tecer uma crítica ao discurso segregacionista dos teóricos da linguagem e apresentar a perspectiva integracionista, cuja concepção de linguagem de inspiração wittgensteiniana, norteará as minhas reflexões sobre a prática discursiva dos teóricos da linguagem. Esta parte compõe-se de três capítulos: no primeiro capítulo “Linguagem e lingüística”, introduzo as tradicionais concepções sobre linguagem e lingüística que atravessam a prática discursiva dos teóricos da linguagem, contrapondo tais concepções à visão terapêutica de Wittgenstein, que apresenta a linguagem como uma forma de vida.

No segundo, “Lingüística integracionista”, procuro relacionar a perspectiva wittgensteiniana da linguagem com a perspectiva integracionista, para introduzir a problemática subjacente à tradicional interpretação de John Langshaw Austin pelo filósofo americano John Searle e suas repercussões na lingüística, a partir da noção de mito da linguagem.

No terceiro capítulo “Retórica: construindo um aparato metodológico”, argumento que a retórica, rompendo com uma visão cartesiana da razão e com a visão monológica da linguagem, ao considerar a racionalidade contingente e o humanamente histórico nas teorizações da linguagem, é apropriada para a investigação do tema *Searle interpretando Austin*, que incluo na seqüência dos trabalhos integracionistas sobre a retórica dos discursos intelectuais que constituem o pensamento ocidental moderno sobre a linguagem (Taylor, 1992, 1997; Davis, 1999; Rajagopalan, 2000...). Desse modo, procuro desenvolver neste capítulo uma proposta de análise retórica crítico-discursiva em lingüística integracionista, a partir de uma revisão do método de análise da retórica filosófica proposto por Margutti Pinto (1998).

Na segunda parte da tese, *Por uma análise crítico-discursiva da retórica searleana*, efetuo minha análise do texto *Speech Acts: An Essay in the Philosophy of Language* de John Searle, a partir da concepção crítica do discurso que considera o evento discursivo como um pedaço de texto, uma instância de prática discursiva e uma instância de prática social (Fairclough, 1992), para investigar as configurações da ordem do discurso subjacentes às práticas de produção do saber lingüístico. Assim, pretendo promover uma reflexão sobre a possibilidade de mudança de tais práticas para uma efetiva mudança social.

Esta parte inicia-se com o quarto capítulo “Prática discursiva” no qual estudo os processos de produção, distribuição e consumo textual, a partir da intertextualidade presente no texto de Searle, para entender de que modo esse texto responde, reacentua e retrabalha textos passados, antecipando e moldando textos subseqüentes.

No quinto capítulo “Texto: a retórica em *Speech Acts*”, realizo a análise da estrutura retórica textual a partir do estudo das técnicas heurísticas em *Speech Acts*, situando tal investigação na dimensão *texto* da análise retórica crítico-discursiva aqui proposta.

No sexto capítulo “Prática social”, analiso as configurações das diversas práticas discursivas na produção de um saber sobre a linguagem, procurando entender as repercussões do mito da linguagem na interpretação searleana da teoria dos atos de fala. Identifico o discurso de Searle como configurado numa ordem do discurso tradicional que traz o mito da linguagem como uma convenção discursiva. Procuo também analisar a desestabilização das convenções discursivas nos discursos atuais sobre linguagem argumentando sobre a necessidade de problematização do discurso lingüístico tradicional para uma mudança discursiva, e uma conseqüente mudança na prática social dos teóricos da linguagem.

Se o empreendimento é pretensiosamente complexo, por lidar com aspectos que dizem respeito às nossas próprias crenças relacionadas à linguagem e a paradigmas científicos que nos soam como dogmas, o simples revolver de tais questões tão urgentes aos debates intelectuais contemporâneos já justifica a relevância desta tese.

PARTE 1

Linguagem

uma forma de vida

1. LINGUAGEM E LINGÜÍSTICA

Esta tese como todo trabalho em lingüística que se preze deverá versar sobre linguagem. Contudo, não sobre a linguagem aprisionada pela ficção lingüística, mas a linguagem que se perdeu daquela. Para maiores explicações penso, pois, que devo iniciar minhas considerações com uma denúncia que não é minha, e sim de Wanderley Geraldi (2003: 86):

(...) o lingüista, disciplinar e disciplinadamente, tem ocupado os instrumentos que a disciplina foi construindo ao longo da história e foi “picando” morfemas, recortando fonemas, esmiuçando partes da sentença. Estudou a língua e os seus modos de funcionamento interno do sistema, e esqueceu da linguagem (...) “Picamos” tanto a língua que esquecemos da linguagem.

Ora, tal esquecimento torna-se decorrente não apenas da eleição da língua como objeto de estudo pela lingüística estrutural e de seu procedimento clássico de abstraí-la de qualquer matriz social que com ela se relacione. Trata-se de um esquecimento que nos fala de coisas não ditas pela ciência do dizer. E é no ensejo do silenciamento que calou a linguagem na ciência da linguagem que podemos olhar para a lingüística como prática discursiva e, portanto, uma prática social. Uma prática social como qualquer outra, no dizer de Rajagopalan (2003a), pois *fazer ciência também é uma prática social, repleta de conotações ideológico-políticas que as práticas sociais acarretam.*

Considero, pois, o esquecimento da linguagem denunciado por Geraldi como fruto da prática discursiva da lingüística. E no discurso do saber lingüístico, este esquecimento nada mais é do que um silenciamento.

Conforme Orlandi (1997), considerar o processo de produção de sentidos silenciados não é considerar o que a semântica batizou de implícito, mas ligar o não-dizer à história e a ideologia.

No que diz respeito ao silenciamento da linguagem, a lingüística em sua história, tem assumido através dos discursos de seus teóricos, alguns pontos que se tornaram fundamentais para a sua constituição enquanto disciplina: o estatuto de ciência da linguagem, a definição de um objeto de estudo específico e distinto, a concepção de linguagem e de metalinguagem, determinado método de formalização como pressuposto de qualificação do conhecimento lingüístico, a preponderância de áreas de estudos específicas em detrimentos de outras.

Esses pontos que se entrecruzam no jogo de sentidos da lingüística promovem uma surpreendente censura: não se pode falar da concretude, da prática, da vivência, da política, da emoção, da paixão no saber sobre linguagem.

A noção de censura entendida por Orlandi (1997: 13) como *qualquer processo de silenciamento que limite o sujeito no percurso dos sentidos* se faz útil para compreender a relação do teórico da linguagem com sua teoria: apesar do esforço pelo distanciamento, seu objeto de estudo é o próprio lugar no qual se move, matéria na qual e através da qual constrói sua teoria e sua identidade.

1.1. O estatuto científico da lingüística

O discurso da lingüística como ciência tornou-se um lugar comum nos meios acadêmicos e o estatuto científico da lingüística é considerado por muitos como um dogma quando não, um fato incontestado. Para analisarmos tal hegemonia discursiva, trago trechos de uma série de entrevistas com lingüistas atuantes no Brasil, organizada por Antônio Carlos Xavier e Susana Cortez (2003) na obra *Conversas com lingüistas: Virtudes e Controvérsias da Lingüística*.

Com o intuito de tornar a lingüística conhecida entre os não-especialistas (apresentação p. 10) os especialistas (lingüistas) foram convidados a responder espontaneamente a um mesmo conjunto de perguntas para todos. “As questões buscavam fazer os entrevistados sintetizarem em torno dos mesmos assuntos toda a sua experiência enquanto estudiosos da linguagem” (ibidem: 110). Os textos que se seguem são as respostas de quatro lingüistas entrevistados renomados que responderam positivamente à questão: *a lingüística é uma ciência?*

Texto 1:

Sim ! Não há dúvida.¹ No momento em que a lingüística tem um objeto próprio, uma metodologia, um método de estudos rigorosos que podem ser de natureza qualitativa, ela reúne as condições ou pré-condições para poder ser considerada ciência. A lingüística atende a critérios de cientificidade, tais como: sistematicidade (do conhecimento lingüístico), objetividade, relevância (teórica e aplicada), parcimônia

¹ Todos os grifos nos trechos das entrevistas são meus.

(descritivo-explicativa). Como tal, possui uma terminologia própria, objeto de estudo especializado por terminólogos. Quer dizer, a lingüística é um conjunto de saberes sistemáticos do qual tem resultado modelos diversos, uma infinidade de modelos, alguns até já testados, modelos emergentes que estão a serviço das mais diversas áreas da humanidade em geral.

(Francisco Gomes de Matos, 2003: 94-95).

Texto 2:

Com certeza. E quanto a isso, acho que hoje em dia não há mais dúvida. Houve um momento em que havia, tanto que naquela época a lingüística precisou se despir de tudo o que não fosse estritamente lingüístico, para poder provar que era uma ciência. Então, foi a época do início do estruturalismo, quando a lingüística tinha que provar que tinha objeto próprio, metodologia própria, terminologia própria, foi preciso depurá-la do que não fosse essencialmente lingüístico e passou-se a estudar só a estrutura, só o sistema, etc.

Mas hoje em dia, ela acabou-se tornando ciência-piloto das ciências humanas e ninguém mais discute se ela é um ciência [sic]. O que se discute ainda em certos círculos mais fechados e se ela tem o direito de se abrir para o discurso, para as práticas sociais, etc. Isso ainda se discute, quer dizer, existe aquele núcleo duro da lingüística, que é a fonologia, a morfologia, a sintaxe e alguns abrem algum tipo de exceção para alguns tipos de semântica. E o resto, que seria assim o mais 'afastado' do centro, do coração da lingüística, ainda não seria um estudo muito científico. Mas cada vez mais se confirma que este estudo é tão científico quanto o estudo do núcleo duro, e inclusive está havendo um intercâmbio muito grande nos dois sentidos: do centro para as margens e das margens para o centro. E aí a gente, pode dizer que as margens é que abarcam tudo.

(Ingedore V. G. Koch; 2003: 125-126)

Texto 3:

(...) Nós lingüistas, não precisamos escrever um livro para mostrar que a lingüística é ciência. A lingüística é uma ciência e nos anos 1960-1970 foi a rainha das ciências humanas, segundo disse Lèvi-Strauss. (...).

(Luiz Antônio Marcuschi, 2003:136)

Texto 4 :

Ah, totalmente. Uma ciência altamente desenvolvida com um objeto definido, com metodologias, com um aparato teórico altamente construído, com níveis altamente sofisticados de experimentalismo, dependendo das áreas. Então, não tenho a menor dúvida.

(Carlos Vogt, 2003: 197).

Para analisar os textos acima é preciso considerar a lingüística não apenas como um campo do saber, mas como uma prática discursiva. E considerar que toda prática discursiva envolve processos de produção, distribuição e consumo de textos cuja natureza depende dos diferentes tipos de discurso.

Cada texto acima pode ser visto como um evento discursivo que, de acordo com a *Análise Crítica do Discurso* proposta por Norman Fairclough (1992)², é entendido como sendo simultaneamente um pedaço de texto, uma instância de prática discursiva e uma instância de prática social.

Para a *Análise Crítica do Discurso* (ACD) o termo discurso é usado como um processo de interação social do qual o texto faz parte. Os termos *discurso* e *prática* podem parecer indicar uma instância individual, mas essa instância de ação sempre implica tipos

² Com tradução brasileira publicada pela Unb em 2001, coordenada por Isabel Magalhães.

convencionais de discursos e práticas, ou seja, pré-condições para ação por parte de indivíduos. As pessoas, pois, são tidas como capazes de agir individualmente, na condição em que elas agem constrangidas por tipos de práticas ou por tipos de discurso.

Podemos perceber nos textos acima a preponderância do discurso da lingüística como ciência que é parte de uma prática discursiva específica dos lingüistas. Tal prática contribui, pelos efeitos deste discurso, para a constituição de suas *identidades sociais*, para a sua constituição enquanto sujeitos tidos como uma posição, um efeito do discurso.

Conforme Suzy Lagazzi Rodrigues (2002) o discurso da lingüística como ciência vai constituir a posição do lingüista em oposição à de gramático normativo. A lingüista afirma que a institucionalização da lingüística no Brasil passa necessariamente pelo lugar da cientificidade, pois “a cientificidade se faz num lugar institucional”. Ela diz (ibidem: 22):

Para avançar na compreensão da legitimação institucional da lingüística, estarei considerando a concorrência de sentidos entre a ciência lingüística e a disciplina Lingüística. Entre as condições de produção que se apresentam como constitutivas do estabelecimento da lingüística, a divisão entre a perspectiva científica e o ensino dessa ciência no que diz respeito a muitas Faculdades de Letras foi e é determinante.

Desse modo, não podemos menosprezar o quanto os sentidos mobilizados no discurso são constitutivos da realidade social criando e mantendo relações entre pessoas, grupos e instituições.

Fairclough, no texto clássico *Critical and descriptive goals in discourse analysis* (1985) já alertava para o fato de como as instituições produzem formações ideológico-discursivas. A

análise crítica proposta por Fairclough procura desnaturalizar as apropriações do senso comum que estão implícitas nas convenções que usamos para interagir lingüisticamente.

Tais apropriações são ideologias, uma vez que elas são um meio de legitimar a existência das relações sociais e das diferenças de poder, através da recorrência do ordinário.

O conceito de ideologia desta análise do discurso é trabalhado conforme a proposta de John B. Thompson: ideologia é conceitualizada em termos das maneiras como o sentido, serve para estabelecer e sustentar relações de dominação. Como explica o próprio Thompson (1995: 79):

Estabelecer, querendo significar que o sentido pode criar ativamente e instituir relações de dominação; sustentar, querendo significar que o sentido pode servir para manter e reproduzir relações de dominação através de um contínuo processo de produção e recepção de formas simbólicas.

Podemos, então, questionar de que maneira o sentido da lingüística como ciência pode servir para estabelecer e sustentar relações de dominação. Se somente posso falar de dominação quando relações de poder são sistematicamente assimétricas, quando grupos particulares possuem poder em grau significativo excluindo outros grupos (cf. *ibidem*: 80), como posso falar de poder no que diz respeito à prática discursiva e conseqüentemente, à prática social dos chamados cientistas da linguagem?

Para responder a essas questões é útil identificar os modos de operações da ideologia, as maneiras como esses modos estão ligados com várias estratégias de construção da lingüística como a ciência da linguagem.

Analisando o texto 2, podemos perceber que provada ser a lingüística uma ciência, após o período estrutural_ um fato que conforme Koch já está fora de discussão_ são estabelecidas relações de dominações no processo de institucionalização de disciplinas. Como observamos nas designações [*círculo fechado, núcleo duro, coração da lingüística*] algumas áreas e seus estudiosos são preponderantes exercendo domínio sobre outras já que são consideradas mais importantes por serem mais específicas. A metáfora [*coração da lingüística*] demonstra serem elas vitais para o funcionamento da grande área, enquanto que as outras disciplinas e, conseqüentemente, os seus pesquisadores são confinados à margem. Vejamos em: [*E o resto, o que seria assim o mais afastado do centro, do coração da lingüística, ainda não seria um estudo muito científico*].

Podemos perceber, pelo depoimento da Prof. ^a Ingedore V. Koch, que as relações de poder na lingüística são estabelecidas e sustentadas pelo fato de serem apresentadas como *legítimas*, isto é, como justas e dignas de apoio, pelo discurso da cientificidade lingüística. E é este um dos modos de operacionalização da ideologia: *a legitimação*.

De acordo com Max Weber (apud Thompson, 1995) a legitimação está baseada em certos fundamentos, como os fundamentos racionais. Através da estratégia da racionalização, o produtor de um discurso “constrói uma cadeia de raciocínio que procura defender, ou justificar, um conjunto de relações, ou instituições sociais, e com isso persuadir uma audiência de que isso é digno de apoio”. Ora, conforme Lagazzi - Rodrigues (2002: 15) *é importante lembrar que sustentando os laços entre a ciência e a instituição há a legitimação*.

Percebemos que, se no texto 2 o estatuto científico da lingüística, atualmente indubitável [*E quanto a isso, acho que hoje em dia não há mais dúvida*], garante a localização

institucional entre subáreas que estão no centro e subáreas que estão na margem, só resta, para estas subáreas marginais, mostrar que não possuem o critério de exclusão_ o do não-cientificidade, sendo, aliás, esta a reivindicação de Koch: *[Mas cada vez mais se confirma que este estudo é tão científico quanto o estudo do núcleo duro...]*. Um lugar ao sol da ciência para os que estão nas trevas da periferia: *[e inclusive está havendo um intercâmbio muito grande nos dois sentidos: do centro para as margens e das margens para o centro]*.

O discurso da lingüística como ciência é legitimado pela estratégia da racionalização. Os textos 1 e 4 apresentam o estatuto científico da lingüística como inquestionável a partir desta estratégia: uma enumeração dos critérios de cientificidade legitima a ciência lingüística, através do raciocínio lógico. *[No momento em que a lingüística tem um objeto próprio, uma metodologia, um método de estudos rigorosos (...) reúne as condições para poder ser ciência]*.

E é justamente por apresentar estes critérios de cientificidade que a lingüística é apresentada como um modelo no texto 2 e 3 através das figuras *ciência – piloto e rainha das ciências humanas* como a dizer: a lingüística é tão científica que até emprestou seu modelo de ciência para outras ciências.

Porém, o que não é dito é que o *status* de ciência e a exportação de modelo lingüístico foram construções histórico-discursivas. Afinal, como diz Rajagopalan (2003a: 18) “as teorias que defendemos refletem os anseios do momento histórico em que propomos e defendemos nossas idéias”.

Negar esse processo histórico-discursivo que constituiu o discurso da língua como ciência faz parte de um outro *modus operandi* da ideologia: a dissimulação. Mas o que os

textos analisados dissimulam, e o que eles apagam? O que silenciam? A lingüística se tornou *rainha das ciências humanas* por sua superioridade científica? Um caminho para respondermos a estas questões é indicado por Rajagopalan (2003a: 44) numa referência a Lakoff “que num desabafo próprio de quem não vê outra forma de dar vazão às suas angústias, pergunta se a razão por que queremos que a lingüística seja uma ciência é que isso nos traz prestígio ou se haveria, de fato, justificativas independentes para tal opção”.

Para Rajagopalan a lingüística, desde a sua inserção no mundo acadêmico, fez questão de se projetar como ciência, com todo o rigor da palavra e essa insistência por parte dos lingüistas do início do século para caracterizar sua área como ciência, distinguindo-a dos estudos dos filólogos e dos gramáticos, fez com que ela desfrutasse do prestígio que a palavra ciência adquirira junto a grande massa de leigos e fosse escolhida como a *rainha das ciências humanas* (cf. Rajagopalan, 2003a).

Thomas Pavel (1990), em sua obra *A miragem lingüística*, tenta mostrar como os conceitos da lingüística se transformaram num instrumento de modernização intelectual. Ele denuncia um deslocamento de sentido provocado pela influência da ciência da linguagem cuja terminologia, chamada por ele de exótica, beneficiou-se do poder que lhe foi atribuído. Para ele, a unificação metodológica tornou-se a prioridade da modernização intelectual, e por isso o estruturalismo da lingüística, como um projeto dito de unidade da ciência tomou, na primeira metade do século XX, métodos das ciências exatas. Tal acontecimento ocorreu “devido à fascinação exercida sobre as disciplinas do homem pelas ciências exatas, tão férteis em protocolos metodológicos” (Pavel, 1990: 35).

Foi desse modo que o estruturalismo cientificista se tornou o principal veículo da promessa de fornecer a metodologia mais avançada para as ciências humanas. Difundindo a idéia da lingüística como *ciência-piloto* seus principais representantes Lévi – Strauss e A. J. Greimas tentaram desenvolver aplicações da lingüística de Saussure em antropologia e semiologia, “decidindo dissimular, cada um a sua maneira por soluções *ad hoc* as insuficiências do modelo, sem, no entanto questionar sua validade fundamental” (Pavel, 1990: 35).

Para Pavel, quando Lévi-Strauss declarou na sua *Antropologia Estrutural* (1973) que a lingüística é a única ciência social que “pode reivindicar o nome de ciência e que chegou a formular um método positivo e a conhecer a natureza dos fatos submetidos à sua análise”, ele estava subscrevendo uma idéia de ciência próxima das exigências dos neopositivistas (ou positivistas lógicos), os quais concebem a cientificidade como sendo equivalente a matematização, uma vez que a lingüística trabalha a língua em sua formalidade, destacada do contexto experimental que a envolve e a contém.

Neste sentido, quando Lévi-Strauss aplica o modelo fonológico de Jakobson a análise dos mitos, a validade deste modelo nunca é por ele contestada. Conforme Pavel (1990: 21-22) esse procedimento economiza assim várias etapas: não somente Lévi-Strauss se abstém de considerar as outras correntes recentes em lingüística e fonologia (como se em 1954 os resultados da escola de Praga e os de Roman Jacobson em particular, tivessem sido unanimemente aceitos pela comunidade lingüística como a melhor solução em fonologia) como evita igualmente falar sobre a adequação, à análise dos mitos, dos modelos tidos como bem sucedidos em fonologia estrutural.

Desse modo, penso que o discurso da lingüística como ciência não deve ficar imune a críticas como se o estatuto científico fosse algo naturalmente inerente a esta disciplina. É preciso desnaturalizar esse discurso na medida em que ele confere poderes e hierarquiza saberes. Na medida em que este discurso historicamente nasceu de uma estratégia ideológica: a dissimulação.

Dissimulando, apagando qualquer contra-argumento a idéia de salvação científica que a lingüística apresentaria às ciências humanas, Lévi-Strauss e outros estruturalistas expulsam qualquer oposição a suas próprias teorias designando para aquelas teorias opositoras a etiqueta de *pré-científicas*.

Da mesma forma que a “história da lingüística é recortada em um antes e um depois, separados pela revelação heróica, atribuída a Saussure”, a Antropologia, de acordo com Pavel (1990: 21), passa à análise estrutural do esquema algébrico dos mitos graças à conversão aos instrumentos conceptuais emprestado da lingüística, traçando o fim de uma antropologia pré-científica. Portanto, ao legitimar a cientificidade da lingüística, Lévi-Strauss procurou legitimar a cientificidade e a segurança de sua própria teoria. Diz Pavel (*idem*):

Aqueles que, antes dessa descoberta, tinham proposto outros métodos, assim como aqueles que, depois de sua enunciação, não haviam sido imediatamente convertidos, se verão, em virtude da própria natureza do grande salto à frente, enviados sem direito à palavra, ao limbo da pré-cientificidade.

A ideologia como dissimulação pode ser expressa através de outra estratégia: o deslocamento. No caso do discurso da lingüística como ciência da linguagem, para garantir o próprio estatuto da cientificidade, perceberemos um deslocamento do sentido de linguagem

como processo real para um objeto artificial e meramente teórico: a língua. A esse respeito diz Rajagopalan (2003a: 24):

É possível constatar na literatura recente uma certa inquietação crescente em relação a pouca semelhança entre a linguagem tal qual vislumbrada pela lingüística enquanto objeto de estudo e a linguagem como percebida e vivenciada pelos leigos, como também pelos especialistas em outras áreas do conhecimento.

É por esse deslocamento que os lingüistas *esqueceram a linguagem*, como dizia Geraldí. Um fato reconhecido por Smith (apud Rajagopalan: 2003a) é que a “lingüística não versa sobre a linguagem, nem sobre as línguas, pelo menos estas não estão em seu foco, ela versa sobre as gramáticas”. Em nome dos princípios de cientificidade tão elogiados no texto 1, a lingüística deixa “de lado a própria tarefa de explicar o fenômeno da linguagem (por mais estranho que isso pareça)” (ibidem: 25).

O fato de que pedaços de lingüística (o chamado núcleo duro do texto 3) sejam ciência não significa vantagem para Sírio Possenti (2003: 167) já que a ciência, segundo ele, opera necessariamente por reduções e quadros muito definidos. Mas, se não há vantagens, ousou dizer que o discurso científico da lingüística trouxe para essa área uma série de desvantagens. Se a *perda da linguagem* não bastasse citaria como ilustração a longa tradição consagrada em lingüística sintetizada na chamada metáfora da lata de lixo (Bar-Hillel apud Dascal, 1982). Tal metáfora é marcada pela hierarquização e subáreas e no jogo dos poderes dentro da lingüística constrói uma ordem de prioridade de pesquisa. Como denuncia Rajagopalan (1998: 132):

Por exemplo, só se faz investigação pragmática com razoável êxito se dispusermos de uma descrição de semântica do fenômeno em questão, mas não o contrário, é mais, um pragmatista precisa conhecer as principais tendências da semântica, a qual por sua vez, (se constitui em um campo de pesquisa onde se trabalha com as sobras da sintaxe) acaba legitimando uma escala de valores de prioridade “*conceitual*”. O sintatixista se coloca como quem está com o âmago da linguagem, o pragmatista com a casca (ou se quiser mudar a metáfora, respectivamente, com a pérola e com a ostra).

E essa escala de valores, construída engenhosamente pelo discurso da lingüística como ciência, também conduz à censura de que nos referíamos anteriormente: “com freqüência, as ciências funcionam com verdadeiras seitas, impedindo que os adeptos pensem livremente. A ciência tem seus dogmas [...] Os que se atrevem a questionar os dogmas são sumariamente excomungados ou, no caso da ciência, tachados de ‘pseudocientistas’, ‘charlatães’ etc. Prefiro abdicar do título de cientista para poder pensar na linguagem livremente” (Rajagopalan: 2003b: 179).

Pensar a linguagem livremente sem reducionismos e nos desobrigarmos a corresponder ao formalismo exigido pelo discurso da lingüística como ciência será nosso desafio. Ou como nos diz Geraldí (2003: 88) “talvez nosso futuro esteja em ‘assumir um estatuto científico frágil para chegar a resultados relevantes’, em vez de nos manter no estruturalismo, descrevendo a língua e esquecendo sua existência dentro da linguagem”. Um desafio que exige a redefinição do objeto de estudo da lingüística.

1.2. Um objeto de estudo, uma metalinguagem

Quando lemos, no texto 2, o trecho [*a lingüística precisou se despir de tudo o que não fosse estritamente lingüístico, para poder provar que era uma ciência*] percebemos uma estratégia discursiva de que se refere Pavel (1990: 39):

A lingüística pós-saussureana receberá a única entre as ciências humanas, o invejável estatuto de ciências, pois ela terá compreendido simultaneamente a natureza de seu objeto e a exigência metodológica imposta por este.

Como podemos observar no texto 1 o enunciado [*Sim. Não há dúvida. No momento em que a lingüística tem um objeto próprio...*] e no texto 4 [*Ab, totalmente. Uma ciência altamente desenvolvida com um objeto definido*] é justamente a abstração do processo linguageiro e criação da ficção do objeto *língua* como um “sistema de signos que exprimem idéias” (*Curso de Lingüística Geral* – C.LG: 24) que permitiram a institucionalização da lingüística enquanto ciência. E essa institucionalização, a partir da cientificidade que exigia um objeto de estudo sistematizável e homogêneo, só podia se dar pelo apagamento da linguagem concreta em detrimento de um construto teórico: a língua. Senão vejamos:

Tomada em seu todo, a linguagem é multiforme e heteróclita; o cavaleiro de diferentes domínios, ao mesmo tempo física, fisiológica e psíquica, ela pertence além disso ao domínio individual e social, não se deixa classificar em nenhuma categoria de fatos humanos, pois não se sabe como inferir sua unidade.

A língua, ao contrário, é um todo por si e um princípio de classificação. Desde que lhe demos o primeiro lugar entre os fatos da linguagem, introduzimos uma ordem

natural num conjunto que não se presta a nenhuma outra classificação (C.L. G: 17).

A questão é que tal fórmula estruturalista afastou, a despeito do modelo de ciência a ser importado por outras ciências humanas, os estudos lingüísticos do próprio fenômeno lingüístico e da linguagem real de homens e mulheres reais. Rajagopalan (2003a: 26) diz bem a respeito:

Ora, o fato é que o conceito de “língua” que os estudiosos adotaram *a priori*, ou seja, antes mesmo de qualquer verificação empírica não admite qualquer possibilidade de que as línguas encontradas no mundo real_ sobretudo nos dias de hoje, quando os contatos entre os povos estão se processando na velocidade da luz e em volume inimagináveis em relação a algumas décadas atrás – possam evidenciar instabilidades, não passageiras mas estruturais e constitutivas.

Esse deslocamento de sentido da linguagem como processo linguageiro totalizante para a linguagem como língua, um objeto ideal, supra-individual, promovido pelo discurso da lingüística como ciência, torna-se o aparato da lingüística enquanto da disciplina, mas também a sua própria tensão. Os conceitos lingüísticos que permitiram fundamentar o estruturalismo e institucionalizar a lingüística como uma disciplina possibilitaram a estudiosos como Jacques Derrida a articulação de um impiedoso questionamento sobre tão inabalável empreendimento, feito a partir dos próprios moldes rigorosos do estruturalismo e emitindo-a do mesmo lugar onde aquela fé, o estruturalismo foi professada. Ele diz:

Nosso discurso pertence irreduzivelmente ao sistema de oposições metafísicas. Não podemos anunciar a ruptura desta propriedade senão por uma certa

organização, um certo arranjo estratégico que, no interior do campo de seus poderes próprios, retornando contra si seus próprios estratégias, produz uma força de deslocamento que se propague através de todo o sistema, fissurando-o em todos os sentidos e o des-limitando de parte a parte (A Escrita e a diferença, Seuil, Paris, 1967) apud Pavel (1990: 23).

Derrida inaugura, em sua *Gramatologia* (1973), a desconstrução das concepções teóricas saussurianas consagradas pelas ciências humanas e que consagraram Saussure como o “pai da lingüística científica e do estruturalismo”. A partir de uma leitura rigorosamente estruturalista, uma vez que “para o desespero total daqueles que lhe resistem, a desconstrução se apresenta como nada além do próprio estruturalismo, levado às suas últimas conseqüências” (Rajagopalan, 1992a: 26), Derrida mostra que tanto a noção saussuriana do signo lingüístico como sua divisão hierárquica em significado – significante se apresenta como uma aporia: é a união *significado – significante* que permite a noção de língua como um sistema de signos e, portanto, permite construir a própria noção de estrutura. Conforme o C.L.G, 23:

Enquanto a linguagem é heterogênea; a língua assim delimitada é de natureza homogênea: constitui num sistema de signos onde, de essencial, só existe a união de sentido e da imagem acústica, e onde as duas partes do signo são igualmente psíquicas.

Contudo, tal união é fruto de uma ficção, um mascaramento do processo de significação. Ora, se o significante representa o significado, o que impede o significado de tornar-se um outro significante, numa cadeia infinita de representação de outras representações a não ser um recorte, uma maquiagem? Conforme Rajagopalan (1992a: 29):

É em outras palavras, no próprio rompimento do processo de significação que nasce o conceito de signo saussuriano. Aqui se encontra a maior de todas as aporias que Saussure não quis ver e, justamente por não ter visto, pode levar adiante seu projeto semiológico.

Ora, apropriando-nos da leitura desconstrutora de Derrida que denuncia a determinação representativa do signo saussuriano, a qual relega a escrita e, conseqüentemente, o significante a um segundo plano, recorrendo à metafísica da presença para que o significado não se torne também um outro significante, podemos pensar o signo lingüístico como corroborando a noção de representação lingüística.

A noção de linguagem como representação de pensamento, presente na *Grammaire Générale et Raisonnée* (1960) redigida pelo filósofo Arnaud e pelo gramático C. Lancelot para as escolas de Port-Royal parece continuar a ser articulada na visão saussuriana do signo lingüístico, pois conforme os organizadores do Curso de Lingüística Geral “cada termo lingüístico é um pequeno membro, um ‘articulus’, em que uma idéia se fixa num som, e em que um som se torna signo de uma idéia”. (CLG, 1971: 131). Por essa visão, entende-se que, para Saussure, o papel da língua frente ao pensamento é o de servir de intermediário entre este e o som. A língua torna-se, portanto, a articuladora das duas substâncias: pensamento e som.

Contra a tentação de considerar a contribuição saussuriana como um mero deslocamento dos aspectos conceptistas da linguagem através da constituição do signo lingüístico por um representado (o pensamento) e um representante (substância fônica de natureza psicofísica), os organizadores do C.L.G. vêm mostrar que o valor dessa constituição é dado a partir das relações estabelecidas entre os signos. E essas relações não são criadas a

todo instante, em cada momento da fala. Elas são, conforme o C.L.G., prestabelecidas no próprio sistema:

Quer busquemos o sentido da palavra latina “arbor” ou a palavra com que o latim designa o conceito “árvore” está claro que somente as vinculações consagradas pela língua nos parecem conforme a realidade, e abandonamos toda e qualquer outra coisa que se possa imaginar. (C.L. G, 1971: 80)

Ora, a colocação acima poderia salvar o “mestre genebrino” da acusação de ser ele um representacionista? Saussure compartilharia com a filosofia tradicional da concepção representativa da linguagem, a qual parte do princípio que a função essencial da linguagem é uma função representativa? Os estruturalistas diriam: claro que não. Para a concepção filosófica tradicional, a linguagem se constituiria a partir do estabelecimento de relações de designação entre palavras e objetos.

No *Tractatus Logico-Philosophicus* (1922) – a primeira obra do filósofo austríaco Ludwig Wittgenstein³ – a qual defende essa concepção tradicional de linguagem, a lógica possui a importância ímpar de ser a armação formal da linguagem, do pensamento e do mundo. É a lógica que permite ao pensamento representar a realidade, e a linguagem de traduzir o pensamento e, por via deste, fazer asserções acerca do mundo (cf. Zilhão: 1993: 21). É necessário salientar que, mais tarde, na segunda fase da sua filosofia, Wittgenstein se

³ Ludwig Wittgenstein (1889-1951) é considerado um dos maiores filósofos do século XX por ter proposto, duas vezes, o recomeço da filosofia através das suas obras *Tractatus Logico-Philosophicus* (a única publicada em vida, em 1922) e de suas *Investigações Filosóficas* publicada postumamente em 1953. De acordo com Lacey (1989: x): “além do *Tractatus Lógico-Philosophicus* e das *Investigações Filosóficas*, Wittgenstein deixou outras obras, das quais as mais representativas são as *Observações Filosóficas*, os *Cadernos Azul e Marrom* [...], e *Conferências e Discussões sobre Estética, Psicologia e Crença Religiosa* [...]. O conjunto de sua obra é dividido, pelos intérpretes, em duas fases bem distintas, de tal forma que se pode falar de um ‘primeiro Wittgenstein’ e de um ‘segundo Wittgenstein’. O ‘primeiro’ corresponde ao *Tractatus*, e o ‘segundo’ encontra-se nas demais obras”.

tornará o mais ferrenho crítico desta concepção representacionista e designativa da linguagem, concepção que fundamentou a primeira fase do seu pensamento⁴.

Já em Saussure, a complexidade das relações entre os elementos da língua mostra que não se pode encontrar uma análise lógica de que as línguas sejam uma cópia fiel. Para ele, a compreensão dessas relações só é possível a partir da arbitrariedade lingüística: só serão consideradas pertinentes as relações entre os sons e idéias estabelecidas pelos falantes de uma determinada comunidade lingüística. Como lemos no C.L.G. (132):

Por sua vez a arbitrariedade do signo nos faz compreender porque o fato social pode, por si só, criar um sistema lingüístico. A coletividade é necessária para estabelecer os valores cuja única razão de ser está no uso e no consenso geral: o indivíduo, por si só, é incapaz de fixar um que seja.

A afirmação acima parece de acordo com a segunda fase de Wittgenstein, na qual critica sua própria visão anterior de que a linguagem seria uma afiguração da realidade, i.e, uma representação do mundo. No quadro da discussão do problema da possibilidade ou impossibilidade de uma linguagem privada, Wittgenstein afirma não ser possível conceder atribuições de sentido privadas. É por esse pensamento que em *Investigações Filosóficas* (IF) – a mais famosa obra desta segunda fase do pensamento de Wittgenstein– lemos: “Paralelo enganador: o grito uma expressão da dor_ a frase, uma expressão do pensamento” (IF: 317).

Contudo, não será tão fácil aos defensores da lingüística saussuriana eximir-se da crítica de Wittgenstein à visão representacionista da linguagem. Para este “segundo

⁴ Sobre a mudança no pensamento de Wittgenstein de defensor da visão representacionista da linguagem para uma crítica a esta concepção tradicional designativa da linguagem, ver seção 4.1, na segunda parte desta tese, sobre a prática discursiva da filosofia analítica.

Wittgenstein” – denominação dos seus intérpretes para a segunda fase do seu pensamento – o modo como podemos mostrar qual o sentido da palavra *dor* é o mesmo modo pelo qual mostramos qual o sentido das palavras como *pedra* ou *árvore*, i.e, mostrando pedras e árvores reais e não as nossas imagens mentais de uma pedra ou de uma árvore – como lemos na visão saussureana do signo. Diz Wittgenstein no parágrafo 313 (IF): “Posso exhibir dores, como exhibo o vermelho, e como exhibo o direito e o torto, a árvore e a pedra. –chamamos isto justamente de ‘exibir’”. Desse modo, ao contradizer o argumento da linguagem privada Wittgenstein mostra que:

- 1_ as expressões que parecem exteriorizar lingüisticamente uma experiência interior são carentes de qualquer conteúdo cognitivo.
- 2_ Estas expressões pressupõem uma linguagem pública.
- 3_ Tal linguagem joga com elementos do mundo físico.

Ora, embora a noção de valor lingüístico, a partir do princípio da arbitrariedade do signo, pressuponha uma linguagem pública, tal linguagem é abstraída da realidade que a constitui, na medida em que deixa de ser considerada em sua totalidade para transformar-se numa categoria teórica, silenciados os aspectos imprevisíveis da linguagem em nome da ciência, como lemos no C.L.G (23): “ não só pode a ciência da língua prescindir de outros elementos da linguagem como só se torna possível quando tais elementos não estão misturados”.

Ou seja, para a lingüística saussureana, a comunidade lingüística e o social aparecem apenas num primeiro momento quando se pensa a união de um determinado

significado a um significante. Uma vez unidos e colocados dentro do jogo de valores do sistema eles se condensam e a prática lingüístico - social não deve mais ser considerada.

Se, como lemos anteriormente, Saussure diz que a coletividade é necessária para estabelecer os valores cuja única razão de ser está no seu uso, tal caráter de composição do valor lingüístico e da significação foi retrucado por Wittgenstein quando diz que “há sempre o perigo de querer reconhecer o sentido através da observação da disposição com a qual ele é usado em vez de se pensar sempre na práxis” (Wittgenstein apud Zilhão, 1993: 22).

Saussure (ou pelo menos o que se considera como resultado do seu pensamento, registrado no C.L.G) esquece a práxis na qual a todo instante construímos sentidos não pré-determinados. É na práxis que conferimos sentidos para as palavras. Na visão saussuriana, o signo lingüístico é deslocado da vida social e a noção de língua, da linguagem real em que todos nós interagimos.

O pressuposto deste deslocamento é o que, conforme White (apud Costa, 1994: 75), parece dizer: “as pessoas que usam linguagens naturais comportam-se como se tivessem feito regras para sua língua como as das linguagens artificiais. Entretanto, como podemos mostrar que as pessoas comportam-se como se tivessem feito alguma coisa que não fizeram?”.

Posso afirmar que, nesse sentido, a lingüística saussureana é representacionista na medida em que ela cria a língua como representação da linguagem, ou como “diz” Saussure, *um articulus entre o pensamento e o som*. Os signos estabelecidos na convenção e no uso funcionam como paradigma na escolha sintagmática. No entanto, como diz Zilhão (1993:

210) acerca da possibilidade de existência da linguagem privada, tocando diretamente na concepção saussureana de signo:

...o uso com sentido de um termo, supostamente de acordo com uma definição ostensiva primitiva estabelecida independente desse uso, não pode servir de paradigma por referência ao qual o conteúdo dessa definição ostensiva primitiva é estipulado.

Nesse ponto, vale lembrar Bakhtin que, fazendo uso de uma concepção de linguagem como uma experiência ativa e em transformação, uma presença social e dinâmica no mundo, reavalia o signo lingüístico mostrando que a escolha de determinados conjuntos fônicos para representar tais e quais significados é uma atividade material concreta, não passando de “sinal” na invariabilidade do sistema estruturalista (cf. Bakhtin, 1990). Ou como diz Raymond Williams (1979: 43) comentando Bakhtin:

Os produtos comunicativos reais que constituem signos usáveis são pelo contrário evidências vivas de um processo social continuado no qual as pessoas nascem e dentro do qual são formadas, mas para o qual também contribuem de forma ativa num processo permanente.

Num caminho diverso de Bakhtin, a lingüística para delimitar-se e definir-se como ciência não dirige sua atenção para as atividades reais da fala no desenvolvimento dialógico e dinâmico da linguagem, nem para o fenômeno espaço temporal da linguagem. Como diz Saussure “é necessário colocar-se primeiramente no terreno da língua e tomá-la como norma para todas as outras manifestações da linguagem” (C.L.G, 16-17).

Atribuindo, desse modo, um caráter de homogeneidade ao seu objeto de estudo, Saussure e seus sucessores estruturalistas transformam a linguagem em algo atemporal e fora do espaço, um sistema supra-individual. Como lemos:

Entre todos os indivíduos assim unidos pela linguagem, estabelecer-se-á uma espécie de meio-termo; todos reproduzirão não exatamente, sem dúvida, mas aproximadamente _ os mesmos signos sempre unidos aos mesmos conceitos. (C.L.G.: 21).

Esse gesto homogeneizante de Saussure reduz a lingüística à análise da língua, desconsiderando processos e esquecendo a linguagem, como já disse Geraldi (cf. 2003), para quem o primeiro grande desafio da lingüística para o século XXI é a redefinição do seu objeto: retomar a linguagem como objeto e não o sistema e, desse modo redefinir a noção de língua que serviu de fundamento para se fazer uma ciência positiva moderna. Para Geraldi (ibidem: 86) a linguagem é essencial na discussão da pós-modernidade, mas os lingüistas não se reconhecem nessa discussão, pois abandonaram as reflexões sobre a linguagem em benefício da descrição da língua e seus funcionamentos. Como desafio ele sugere que caminhemos no sentido contrário ao do gesto inaugural de Saussure, no início do século XX:

Ao invés de descartar o funcionamento da linguagem em benefício do que é sistemático, ao contrário, ver no modo de funcionamento da linguagem a inspiração da construção de um objeto com sentido e orientação totalmente diferentes. Ao contrário de “desbastar” o fenômeno para chegar ao objeto, aceitar todas as singularidades para poder observar seus florescimentos, seus encantos, aceitando que não damos conta de tudo e nem reduzindo o todo ‘a parte que conseguimos esclarecer’ (ibidem: 88-89).

Penso que assumir o fenômeno linguagem com suas singularidades pede que reavaliemos a noção de metalinguagem e a relação do teórico da linguagem com sua teoria, não apenas no que diz respeito ao modo de ver o fenômeno linguagem, mas ao modo de falar sobre ele.

Ernst Tugendhat (1989) afirma que a diferença entre uma tematização filosófica sobre a linguagem e uma tematização lingüística sobre a linguagem está no fato de que a primeira tematiza a linguagem que nós falamos, e não uma linguagem que poderíamos encontrar previamente, numa atitude objetivante, como a língua de uma comunidade de falantes. A atitude objetivante seria própria de uma tematização lingüística da linguagem. E continua: “é característico de uma atitude lingüística objetivante tomar a própria linguagem como também sendo apenas uma linguagem a mais que pode ser tematizada da mesma maneira”.

Na lingüística objetivante, diz Tugendhat, as questões sobre a linguagem tematizada são respondidas em uma linguagem, que embora normalmente seja a própria, funciona como se fosse outra: a assim chamada metalinguagem.

Posso dizer que este artifício de que nos fala Tugendhat é consequência da própria delimitação do objeto de estudo da lingüística. Ou seja, é somente pelo artifício de distanciamento do próprio fenômeno da linguagem, através da escolha da língua-sistema como objeto de estudo que se pode construir outros artifícios engenhosos como a distinção entre “linguagem objeto e metalinguagem”. Conforme Rajagopalan (2003a: 23):

O que torna a lingüística um caso a parte é que, na tentativa de compreender seu objeto de estudo, a linguagem, ela é obrigada a proceder

valendo-se, enquanto instrumento de análise, do objeto mesmo, isto é, da própria linguagem_ o que não acontece em outros campos do saber, como por exemplo, a botânica onde o pesquisador estuda a flora e recorre à linguagem para descrever o seu objeto de estudo e posteriormente documentar e divulgar os resultados.

Parece-me claro que não despir o fenômeno linguagem de suas singularidades considerando em seu caráter dinâmico, dialógico, social e histórico é também reconceitualizar a própria noção de conhecer a linguagem. Como podemos conhecer a linguagem com uma postura neutra e objetiva com relação ao que pesquisamos, se estamos imbricados nesse próprio objeto, em suas redes de interações sociais, fisiológicas, políticas e culturais? Ou seja, é preciso perceber a própria constituição da teoria no exercício interativo da linguagem e vencer a ilusão da autonomia de um conjunto de regras apriorísticas a serem seguidas por agentes verbais que construíram um objeto de estudo tão distante de nossa própria experiência lingüística.

Conforme Cristina Magro, muitos pesquisadores apontaram a questão da metalinguagem, o fato deles terem como objeto a própria matéria com a qual a investigação se faz, como uma dificuldade inerente aos estudos da linguagem. No entanto, esse tipo de questionamento foi, pouco a pouco, silenciado nas teorias lingüísticas, como ela denuncia (1999: 196):

Curiosamente o hábito de exercer a reflexão sobre o fazer analítico em termos de matéria utilizada na investigação foi progressivamente banido da disciplina à medida que cresceram as exigências de cientificidade em paralelo com as ciências naturais e com a adoção de um objeto idealizado.

Retomar essa reflexão sobre o nosso fazer teoria da linguagem é o que me proponho nesta tese. E é justamente esta especificidade da matéria estudada, a linguagem, que me permite refletir sobre a também específica relação do teórico da linguagem com sua teoria. Ora, parece-me no mínimo contraditório que essa relação possa ser de distanciamento ou de neutralidade, já que o nosso próprio viver como seres humanos é um viver na linguagem. Como diz Magro (1999: 198) “a pergunta pelo que fazemos fora dela fica sem sentido, uma vez que perguntar e responder já implica em estarmos na linguagem, em estarmos num fluir congruente e consensual em coordenações de coordenações de ações”.

É preciso, pois, uma reorientação das perguntas “o que é linguagem e qual concepção de linguagem que atravessa o nosso próprio ato de teorizar a linguagem?”. Quero, pois na próxima seção refletir sobre a concepção de linguagem que pretendo adotar neste trabalho para perceber a interpretação do teórico da linguagem, John Searle, de uma teoria da linguagem, a teoria dos atos de fala de Austin, como também um ato de linguagem, e por isso influenciado pelas mesmas crenças, mitos e paradigmas que atravessam nossas conversações sobre a linguagem e nossas ações realizadas na linguagem.

1.3. A concepção wittgensteiniana da linguagem

Como vimos na seção anterior, o filósofo Ludwig Wittgenstein, em sua primeira fase, mantém a idéia dos filósofos do século XIX de que um determinado enunciado verbal deve se constituir a imagem da proposição que o formula, aplicando essa noção

principalmente à lógica. Contudo, essa concepção será abandonada pelo filósofo, anos mais tarde, quando, em suas *Investigações Filosóficas (IF)*, lança mão de conceitos renovadores e críticos à filosofia em geral.

Ainda sem desviar-se das questões lingüísticas, o segundo Wittgenstein, o das *Investigações Filosóficas* vai mostrar que a função da filosofia não é, como pretendem os logicistas da filosofia analítica, esclarecer expressões lingüísticas complexas, desnudando equívocos da linguagem ordinária através da construção de uma linguagem formal, como ele próprio pretendia em sua primeira fase. Ao contrário, para ele, tentar reproduzir as idéias de uma forma quase pura é uma quimera:

‘A proposição, uma coisa estranha!': aqui já se encontra a sublimação de toda concepção. A tendência de supor um puro ser intermediário entre o signo proposicional e os fatos. Ou também a tendência de querer purificar, sublimar o próprio signo proposicional. — Pois nossas formas de expressão impedem-nos, de muitas maneiras, de ver que isto ocorre com coisas costumeiras, na medida em que nos enviam à caça de quimeras (IF: 94).

Desse modo, Wittgenstein critica sua própria proposta anterior de recorrer à análise lógica para liberar o pensamento dos obscurantismos causados pela ausência da exatidão nas formas verbais de determinadas proposições:

Ora, isto pode adquirir uma aparência tal, como se existisse algo semelhante a uma última análise das nossas formas de linguagem, portanto uma forma de expressão totalmente decomposta. Isto é, como se nossas formas de expressões habituais fossem, essencialmente, ainda não analisadas, como se nelas estivesse algo oculto

que se devesse trazer à luz. Se isto acontece, a expressão torna-se completamente clarificada e nossa tarefa resolvida.

Pode-se exprimir isto também assim: afastamos mal-entendidos ao tornar nossa expressão mais exata; mas pode parecer que nos esforcemos para atingir determinado estado, o da perfeita exatidão; e que esse fosse o objetivo próprio de nossa investigação (IF: 91).

Wittgenstein mostra que a própria busca da essência da linguagem, a tentativa de encontrar o oculto por detrás dela e desvendar seus obscurantismos, enreda a inteligência numa teia de ilusões que conduz aos chamados problemas filosóficos.

Decidindo por uma concepção de práxis da linguagem fecunda para o trabalho que pretendo desenvolver nos próximos capítulos, Wittgenstein enfatiza que o falar da linguagem é parte de uma atividade: a linguagem é uma forma de vida.

1. 3.1. Linguagem como uma forma de vida

No parágrafo 23 das *Investigações Filosóficas* Wittgenstein afirma que o “falar da linguagem é parte de uma atividade ou de uma forma de vida”. E ainda no parágrafo 19: “representar uma linguagem significa representar-se uma forma de vida”. Devemos, então, indagar: o que é uma forma de vida?

Segundo o *Dicionário Wittgenstein* de Hans-Johann Glock (1998: 173) o uso que Wittgenstein faz do termo diz respeito ao entrelaçamento entre cultura, visão de mundo e linguagem. Para Glock (ibidem: 174) “uma forma de vida é uma formação cultural ou social,

a totalidade das atividades comunitárias em que estão imersos os nossos jogos de linguagem”. Defino, porém o termo forma de vida como linguagem, uma vez que na concepção *linguagem*, considero aspectos culturais e sociais integrados. Baseio - me na passagem citada pelo próprio Glock (1998: 174):

Em lugar do inalisável, do específico, do indefinível: o fato de que agimos desta ou daquela maneira: por exemplo, *punimos* certas ações, *determinamos* os estados de coisas dessa ou daquela forma, *damos ordens*, relatamos, descrevemos cores, interessamo-nos pelos sentimentos alheios. O que deve ser necessariamente aceito, o que é dado_ poder- se- ia dizer_ são fatos da vida // formas de vida.

Como Wittgenstein utiliza a forma plural (formas de vida) “podemos considerar que assim como há inúmeros jogos de linguagens, há inúmeras formas de vida”. Ora, por essa nova concepção wittgensteiniana de linguagem como forma de vida podemos entender que, pela linguagem e na linguagem, realizamos uma série de atividades que são também linguagem, ou jogos de linguagem, como os batizou Wittgenstein.

Ele considerou que a linguagem não pode ser uniformizada em uma única estrutura lógica e formal, mas se apresenta em segmentos múltiplos e diferenciados, constituindo cada um deles um jogo de linguagem possível de ser definido como tal a partir da comparação de semelhanças que se repetem numa série de jogos. Quanto à diversidade desses jogos de linguagem, ilustramos com alguns exemplos de Wittgenstein em *Investigações Filosóficas*:

(...) Inventar uma história, ler –
Representar teatro –
Cantar uma cantiga de roda –
Resolver um enigma –
Fazer uma anedota, cantar –
Resolver um exemplo de cálculos aplicado –
Traduzir de uma língua para outra –
Pedir, agradecer, maldizer, saudar, orar.

Desse modo, Wittgenstein muda seu foco de atenção que no *Tractatus* dirigia-se à geometria de um simbolismo, seja de linguagem ou de um para as práticas humanas cálculo (cf. Glock: 1998: 226). Para isso na comparação com a linguagem, Wittgenstein usa não somente a analogia de um jogo rígido, como é o caso do jogo de xadrez, como também utiliza jogos menos rígidos, como as cantigas de roda. O objetivo é enfatizar a natureza heterogênea da linguagem. Jogos de linguagem podem ser considerados, portanto, como atividades lingüísticas em diferentes níveis de generalidade⁵.

As observar as semelhanças e parentescos entre os diversos jogos, Wittgenstein nos adverte para que não busquemos uma essência comum entre coisas. Não há essência e essa idéia de essência não resiste quando se examina a realidade da interação na linguagem. Como podemos ler (IF: 66):

⁵ Embora Saussure faça uso da mesma analogia do jogo de xadrez para fundamentar a noção de estruturas lingüísticas internas à língua, Wittgenstein, ao contrário de Saussure, enfoca através da analogia do jogo as atividades lingüísticas reais. Saussure enfatiza a relação interna entre as peças do jogo a partir de seus movimentos enquanto que Wittgenstein procura mostrar o aprendizado destes movimentos, ou seja, a utilização por parte do jogador. Conforme Glock (1998:125) *aprendemos o significado das palavras aprendendo a utilizá-las, da mesma forma que aprendemos a jogar xadrez, não pela associação das peças a objetos, mas sim pelo aprendizado dos movimentos possíveis para tais peças.*

Considere, por exemplo, os processos que chamamos de “jogos”. Refiro-me a jogos de tabuleiro, de carta, de bolas, torneios esportivos, etc. O que é comum a todos eles? Não diga: “Algo deve ser comum a eles senão não se chamavam ‘jogos’”, mas veja se algo é comum a eles todos, - pois, se você os contempla, não verá na verdade algo que fosse comum a *todos*, mas verá semelhanças, parentescos, e até toda uma série deles. Como disse: não pense, mas veja!

Tanto a advertência de Wittgenstein quando diz “não pense, veja” para que não abstraíamos as reflexões sobre a linguagem da práxis que a produz, quanto o abandono do ideal de exatidão da linguagem nos leva a crer que a decisão metodológica da ciência da linguagem de construir um objeto de estudo homogêneo e desligado das situações languageiras concretas é um equívoco. Por este caminho metodológico, nunca estudaremos a linguagem, uma forma de vida, mas somente nos perderemos nos enfeitiçamentos metalingüísticos.

1.3.2. Linguagem e realidade

Wittgenstein promove uma luta teórica contra o essencialismo defendido pela tradição filosófica. Contradizendo a tradição, Wittgenstein argumenta (criticando, inclusive, o pressuposto teórico que sustenta a teoria lingüística de sua primeira obra, o *Tractatus Logico-Philosophicus*, doravante T.L.P), que não existe um mundo em si, independente da linguagem e do qual esta seria uma cópia.

Enquanto que, para a tradição filosófica “existe um mundo em si cuja estrutura podemos conhecer pela razão e depois comunicar aos outros por meio da linguagem”, que assim funcionaria como instrumento secundário de comunicação de nosso conhecimento do mundo (cf. Oliveira, 1996: 126), para Wittgenstein só temos conhecimento na linguagem. Como lemos no parágrafo 384 de suas Investigações Filosóficas: *Você aprendeu o conceito “dor” com a linguagem.*

Desse modo, nessa segunda fase, Wittgenstein pretende libertar-nos da visão essencialista da linguagem cujos fundamentos repousam sobre castelos de areias que são destruídos pelo filósofo na medida em que são destruídos também tais fundamentos (IF: 118). O essencialismo é para Wittgenstein uma invenção da filosofia que nos conduziu ao erro de considerar a linguagem em sua função meramente designativa. Conforme Oliveira (1996:129) “a questão de por que uma palavra pode designar vários indivíduos tinha, de fato, como pressuposto a existência da essência, que era a base ontológica da designação”.

No *Tractatus* de Wittgenstein “qualquer linguagem capaz de descrever a realidade deve ser governada pela sintaxe lógica, que é uma imagem especular do mundo” (TLP 6.13) suas regras devem corresponder os traços estruturais da realidade (Glock, 1998: 55).

Já o segundo Wittgenstein afirma que a gramática, o conjunto de regras lingüísticas que constituem nosso esquema conceitual, é arbitrária porque tal gramática não leva em conta uma pretensa essência ou forma da realidade (cf. *ibidem*: 35). Tal crítica mostra ainda que não há fronteira definitiva no uso das palavras. Portanto, o ideal de exatidão perseguido por ele mesmo no *Tractatus* deve ser abandonado, pois pressupõe que a linguagem

seja cópia fiel do mundo no qual há entidades cuja estrutura ontológica seja claramente definida (cf. Oliveira, 1996: 131).

Conforme Oliveira (idem) a construção de uma linguagem artificial como modelo de exatidão e paradigma da linguagem comum não passa de um mito filosófico para Wittgenstein, uma vez que “um ideal de exatidão completamente desligado das situações concretas do uso da linguagem carece de qualquer sentido”.

Ora, da mesma forma que a lingüística, para enquadrar-se num determinado modelo de ciência, abdicou de estudar a linguagem concreta cujas indeterminações, imprevisibilidades e ambigüidades naturais impediam o alcance da exatidão exigida por uma espécie de cientificismo, a filosofia tradicional foi vista pelo segundo Wittgenstein como uma atividade científica destinada a dar explicação ou fornecer os fundamentos últimos para a ciência, carecendo também de perseguir o ideal de exatidão propagada por esta. Wittgenstein, então, combate duramente o cientificismo e a perseguição do ideal de exatidão na filosofia ⁶ (IF: 88):

... “mas a elucidação não é inexata?” – sim; por que não se deve chamá-la de inexata? Mas compreendemos apenas o que significa “inexato”! Ora, “inexato” não significa “inútil”. [...] “Inexato” é propriamente uma repressão e “exato” um elogio.

⁶ Conforme Glock, os posicionamentos de Wittgenstein eram hostis ao espírito científico do séc. XX: Em questões de método, ele rejeita não a ciência, mas antes o cientificismo, as tendências imperialistas do pensamento científico, resultante da noção de que a ciência é a medida de todas as coisas. Wittgenstein insiste na idéia de que a filosofia não pode adotar os mesmos métodos da ciência.

Percebemos que rompendo com a escolha de um modelo de exatidão e homogeneidade que funcione como paradigma da linguagem comum, Wittgenstein nos faz voltar para o contexto, para a interação lingüística onde as palavras ganham significação.

Podemos dizer com Wittgenstein que usamos as palavras de acordos com semelhanças e parentescos, sendo a polissemia, a ambigüidade, os mal-entendidos, características inerentes à linguagem. E “pretender abandonar essa ambigüidade na busca de uma exatidão absoluta como Wittgenstein fez no *Tractatus*, aparece-lhe, agora, como abandono da linguagem real na busca de uma ilusão metafísica” (Oliveira, 1996: 131).

Vale lembrar que a resistência de Wittgenstein à idéia de que a sintaxe lógica seria um sistema de regras ocultas, não significa o abandono da idéia de que a linguagem é governada por regras. Mas em Wittgenstein, compreender a linguagem como algo que envolve o domínio de técnicas relativas à aplicação de regras não significa pensar a linguagem como um *cálculo*, mas sim como um *jogo* (cf. Glock; 1998). Ainda é preciso considerar que a concepção wittgensteiniana de regras lingüísticas tem um caráter funcional: “se uma sentença expressa ou não uma regra gramatical é algo que depende do seu papel ou função em nossas práticas lingüísticas” (ibidem: 194).

Portanto, arbitrariedade da gramática não configura um relativismo do tipo qualquer coisa vale. A linguagem está imersa em uma forma de vida, estando, portanto sujeita as mesmas restrições a que se sujeitam as atividades humanas em geral (ibidem: 60). Entretanto, os significados das palavras são considerados, na concepção wittgensteiniana de linguagem, não no que diz respeito a sua correspondência com a realidade, mas sim por sua maior ou menor utilidade, maior ou menor poder explanatório.

Ora se tais restrições de ordem pragmática mostram que adotar certas regras da linguagem pode ser ou não ser “prático” devido a certos fatos biológicos, históricos e sociais, deslocamo-nos, juntamente com Wittgenstein, de um lugar teórico que considerava da linguagem como um sistema autônomo pronto e pré-concebido para o terreno da linguagem que é por natureza imprevisível, fruto da práxis social, pois se há lógica interna à linguagem, para Wittgenstein, essa lógica deve ser definida nunca em termos de forma ou de estrutura como um ideal pré-concebido, mas com base na prática, no comportamento lingüístico.

É necessário enfatizar que quando afirmo que a concepção wittgensteiniana de linguagem considera a realidade ou a linguagem real, isto não pode ser confundido com a afirmação da tradição filosófica de que os significados são entidades não lingüísticas as quais determinam o uso correto da linguagem. Ao contrário, para Wittgenstein, a gramática não é controlada por uma realidade extralingüística, o que equivale a dizer que “os signos não possuem significados em si mesmos; conferimos-lhe significado ao adotar certos padrões lingüísticos de correção, ao explicar esses signos e ao utilizá-los de uma determinada maneira” (Glock; 1998: 56).

É possível, pois no contexto de uma forma de vida, corrigir jogos de linguagens particulares. Como nos diz Glock (íbidem: 175):

O mais importante na noção de forma de vida é justamente a capacidade de retirar desse contraste o seu caráter transcendental, a partir do reconhecimento de que a gramática é uma parte essencial das práticas humanas, estando por isso mesmo, sujeita a mudanças.

Almeida (1978: 68) caracteriza a concepção da linguagem humana a qual Wittgenstein lançou-se a criticar como uma concepção ao mesmo tempo individualista e subjetiva que diz respeito tanto ao empreendimento da filosofia quanto à ciência da linguagem:

Individualista porque se abstrai da função comunicativa e interativa da linguagem. Subjetivista porque considera as convenções e regras lingüísticas como dados imediatos da intuição do sujeito falante, e não como resultado de um processo de socialização.

No intuito de investigar a interpretação de um teórico da linguagem (John Searle) de uma teoria da linguagem (a teoria dos atos de fala de J.Austin), escolhi trabalhar como uma perspectiva teórica lingüística cuja concepção de linguagem de inspiração wittgensteiniana permite questionar os mitos da lingüística. Tal perspectiva, o integracionismo lingüístico, permite valorizar as ações integralizadoras na situação comunicacional, na qual estão envolvidos aspectos contextuais, lingüísticos e os tidos como não - lingüísticos.

2. LINGÜÍSTICA INTEGRACIONISTA

Conforme Davis (1999: 69) os últimos trabalhos de Wittgenstein têm inspirado e guiado a crítica integracionista à lingüística ortodoxa. Tal inspiração provém do questionamento de abordagens da linguagem comprometidas com a tradição gramatical e com o pensamento filosófico ocidental. A interpretação integracionista do filósofo é feita a partir do questionar de um modo filosófico tradicional de ver a linguagem. Ou seja, *mostrar à mosca como sair da garrafa* (IF: 309).

Wittgenstein questiona o estatuto da terminologia metalingüística em cujas teias os teóricos têm-se enredado. Ao invés de clarificar ou ordenar a prática lingüística, a terminologia metalingüística nos distrai e nos distancia dela. A terminologia é a garrafa que prende a mosca.

A importância do trabalho de Wittgenstein para o integracionismo é, pois, na sua natureza retórica, a de apontar um dos melhores caminhos para mudar a poderosa tradição: voltar-se para o uso e para prática lingüística. Contudo, é importante para o integracionismo não apenas enfatizar o uso lingüístico, mas a concepção de linguagem em seu contexto cultural. Tal concepção modela nosso comportamento lingüístico e constrói nosso entendimento sobre linguagem como lingüistas e como usuários – construtores da linguagem.

Roy Harris usa o trabalho de Wittgenstein na sua discussão sobre o conhecimento lingüístico *versus* não-lingüístico, no capítulo final do *The Language Myth* (Harris, 1981). Nessa

obra, Harris segue dois projetos. Primeiro, investiga as conseqüências das concepções culturais de linguagem nas várias tradições (filosóficas, retóricas e gramaticais) da Europa ocidental em definir linguagem como um objeto de estudo científico. Depois propõe uma alternativa: a lingüística integracionista. A linha argumentativa do último Wittgenstein é seguida nesses dois projetos (cf. Davis, 1999: 65).

Contudo, o integracionismo não se preocupa apenas com questões críticas e culturais sobre a linguagem, mas com nossa consciência e responsabilidade social. Sendo a comunicação lingüística impossível de ser interpretada sem se observar os aspectos morais, políticos e ideológicos, o integracionismo se preocupa com a nossa participação como teóricos na vida política e social.

2.1. A visão lingüística ortodoxa

De acordo com Roy Harris (1998: 1), o integracionismo propõe uma visão de comunicação humana geral e a lingüística integracionista é a aplicação do integracionismo ao caso específico da linguagem. Para ele, “o principal objetivo da lingüística integracionista é mudar o modo como as pessoas pensam a linguagem”. Por isso, a maior parte das forças intelectuais do integracionismo é direcionada para a mudança da ortodoxia estabelecida, o que faz com Harris, o precursor do movimento, situe o integracionismo ainda no estágio de heresia.

A visão ortodoxa da lingüística criticada pelo integracionismo é a que a apresenta como uma visão “objetiva” da linguagem e das línguas. Essa visão ortodoxa da lingüística como ciência convida o estudante de lingüística a investigar a linguagem do mesmo modo como o químico investiga o fenômeno químico, por exemplo. Para Harris, o integracionismo não só não compartilha com essa visão como convida os estudantes de lingüística a se engajarem numa reflexão crítica a respeito dessa concepção objetiva da linguagem. A postura “objetiva” ou “científica” é considerada altamente controversa para os integracionistas.

Ao contrário da ortodoxia, o integracionismo entende a comunicação como envolvendo a integração de diversas habilidades e essa integração é tão complexa que se torna problemático identificar o que é exatamente lingüístico nela. Fatores culturais sociais e políticos, além dos cognitivos e fisiológicos integram esse processo de constituição de sentidos.

E é entendendo essa complexidade que Harris afirma ser esse ideal de objetividade e cientificidade propagadas pela lingüística profissional não somente uma idéia arrogante, porém algo perigoso (cf. Harris, 1998: 4). Considerar a língua como produto de uma faculdade mental e tomá-la como objeto autônomo, abstraíndo-a da realidade conduz os estudiosos a ignorar o fato de que falar uma língua x ou y pode significar, muitas vezes, candidatar-se à expropriação, deportação ou extermínio. Para Harris (íbidem: 4):

O modo pelo qual as pessoas pensam a linguagem está no cerne, não somente de muitas questões políticas e culturais, mas de suas visões da própria identidade cultural e de suas relações com outros membros do que eles chamam sua comunidade ou comunidades.

Para o integracionismo tratar esses temas como marginais ou não-lingüísticos já significa promover um certo modo de conceber a linguagem. Ainda segundo Harris, é enganoso apresentar a lingüística para os estudantes como naturalmente apropriada a um modelo de pesquisa anteriormente estabelecido e proclamar isso como uma forma científica de ver a linguagem.

Os integracionistas tentam, então, desenvolver um modelo de trabalho alternativo para a pesquisa lingüística que permita pensar todos os tipos de questões sobre o nosso entendimento de nossa própria responsabilidade lingüística, de nossa própria criatividade lingüística, de nossas relações com o outro e das relações de nossa comunidade com outras comunidades.

Essa possibilidade teórica de discutir essas questões dentro do próprio lugar da lingüística que permite olhar a linguagem em seus aspectos totalizantes, fornece-me um apropriado aparato teórico para desenvolver o tema desta tese: a constituição da prática discursiva do teórico da linguagem ao interpretar e elaborar teorias da linguagem interagindo na matéria mesma que estuda.

A negação do reducionismo da visão científica da linguagem me conscientiza de que também estou em atividade lingüística ao escrever esta tese. Enquanto teorizamos a linguagem assumirmos a máscara de juiz quando também somos jogadores. Jogamos, pois, um jogo de linguagem e não podemos nos eximir da responsabilidade advinda do jogo. Tal consciência é uma boa razão para propor uma análise retórica do discurso teórico de John Searle, a partir de uma perspectiva integracionista.

2.2. A perspectiva integracionista

A lingüística integracionista não toma como ponto de partida os objetos chamados línguas, mas sim, simplesmente a tentativa dos seres humanos de integrar o que eles são capazes de fazer dentro dos vários modelos de atividades que nós chamamos de comunicação (cf. Harris, 1998: 4).

Dessa forma, o entendimento do processo de comunicação é importante para o integracionismo porque pode nos conduzir a uma visão apenas parcial do processo linguageiro. Portanto, *para os integracionistas linguagem não pode ser dissociada da comunicação.*

O integracionismo dirige sua crítica à lingüística moderna, cujas correntes principais falseiam a relação entre linguagem e comunicação e conseqüentemente falseiam a noção de linguagem. Para Harris (cf. 1998) esse falseamento tem suas raízes em certas concepções que os lingüistas elaboram sobre nossas atividades lingüísticas cotidianas. Essas concepções são identificadas como a posição que os integracionista chamam de *segregacionismo*. Sobre a posição segregacionista, Harris (ibidem: 10) afirma:

O termo alude a noção de que os fenômenos lingüísticos e não lingüísticos constituem dois domínios de pesquisa, e que ao primeiro domínio pertencem às línguas que estão segregadas do resto. Os estudos das línguas na verdade têm sua própria autonomia dentro do estudo da linguagem, sua própria metodologia e programa(s) de pesquisa. Ele está supostamente independente dos domínios vizinhos; em particular do estudo da comunicação (para o qual ele deveria contribuir mas em que não confia de modo algum.)

Por sua vez, o integracionista sustenta que uma teoria da linguagem fora de uma teoria de comunicação não tem sentido. Desse modo, a lingüística não pode ser considerada autônoma uma vez que nós não podemos praticar um conhecimento lingüístico segregado de um conhecimento extralingüístico. Os dois domínios são integrados de um modo altamente complexo e não segregados, como sempre defendeu a lingüística nos moldes saussureanos. Nossa experiência comunicacional cotidiana não nos permite desenhar nenhuma distinção exata e constante entre eles. O estudo da integração entre os dois domínios e sua complexidade é “o próprio estudo da linguagem: não há outro”.

Os integracionistas rejeitam a idéia de que a comunicação verbal envolve o tipo de atividade que permite que componentes lingüísticos sejam distinguidos de componentes não lingüísticos e que possam ser analisados sistematicamente sem referência a estes. E é justamente o reconhecimento da impossibilidade de uma análise segregacionista da linguagem que constitui a pedra de esquina da lingüística integracionista.

Roy Harris (1998) reconhece o trabalho de Saussure e de seus seguidores, na Europa, e de Bloomfield e seus sucessores gerativistas nos E.U.A. como abordagens segregacionistas que têm dominado a lingüística no século XX, e também afirma perceber significativos pontos de concordância com o integracionismo nas concepções lingüísticas de Sapir, Malinowski, Pike e Firth.

Podemos, desse modo, resumir os pressupostos teóricos do segregacionismo que, segundo Harris, constituem contrapontos para o integracionismo:

1_ *Linguagem como sistema*: o segregacionismo assume a validade e a necessidade da distinção entre línguas como sistema e o uso possível e real desse sistema que pode ser percebida na terminologia segregacional (*langue versus parole, competência versus performance, código versus mensagem*).

2_ *Comunicação e uso da linguagem*: o segregacionismo defende que para participarmos de um processo comunicativo é necessário que tenhamos um sistema disponível para o uso. Conseqüentemente, o estudo dos sistemas (línguas) é preponderante sobre o estudo da comunicação que seria meramente uma conseqüência do seu uso. Para o integracionismo, ao contrário, o estudo da comunicação deve vir primeiro porque somente através dele podemos descobrir que papel o conceito de língua exerce num determinado jogo de linguagem.

3_ *Linguagem como sistema independente de seu usuário*: o integracionismo em oposição à idéia de que línguas são sistemas homogêneos e estáveis a serem usados por um número indefinido de usuários, defende que a comunicação sempre envolve indivíduos particulares agindo em circunstâncias particulares.

4_ *Comunidades lingüísticas*: o segregacionismo defende, de acordo com o pressuposto 3, que uma comunidade lingüística é uma comunidade em que todos os membros usam a mesma língua. Para o integracionista uma comunidade lingüística não é uma ficção, mas uma comunidade real, cujos membros se

comunicam verbalmente sem que haja a concepção de uma mesma língua da qual todos sejam usuários, nem a concepção de um nível de proficiência lingüística que todos devem compartilhar. O integracionismo nega a necessidade de construtos teóricos tais como *comunidades homogêneas* e *falante-ouvinte ideal* que somente geram falsos problemas sobre linguagem.

5_ *Linguagem como sistema vocal*: o segregacionismo prioriza as línguas faladas, isto é, sistema de signos vocais em seus estudos. Para o integracionista esse fonocentrismo é um equívoco porque “na comunicação face a face, a vocalização é somente um componente de uma série de atividades integradas que incluem gesto, olhar, expressão facial e postura facial (de fato a vocalização assumiu o papel de canal solitário da comunicação lingüística somente numa minoria de situações tais como conversações telefônicas ou conversações entre interlocutores cegos)” (1998: 12). Portanto, para o integracionismo a escrita é uma manifestação lingüística tão importante quanto à fala.

6_ *Linguagem como sistema de regras*: linguagens são sistemas de regras que existem ou são representadas neurofisiologicamente do mesmo modo na cabeça de seus falantes. Esse pressuposto segregacionista é criticado pelos integracionistas que consideram incoerente a noção de que a comunicação lingüística depende de regras gramaticais internalizadas, inconscientes e que não podem ser explicitadas.

Portanto, os integracionistas rejeitam tanto a noção de regras internalizadas quanto à descrição da linguagem a partir destas regras.

Enfim, para os segregacionistas a lingüística é intitulada ciência para descontextualizar o comportamento lingüístico de modo a isolar, descrever e explicar vários aspectos deste comportamento. Por outro lado, para os integracionistas *toda descontextualização distorce, e, portanto o resultante dessas descrições e interpretações lingüísticas sobre 'dados' descontextualizados são suspeitas*. Por apresentar estes artefatos como indiscutivelmente confiáveis sobre os quais a pesquisa deve se basear, o lingüista somente desvia a nossa atenção das condições reais nas quais os seres humanos têm sido capazes de desenvolver muitas e variadas construções languageiras (cf. Harris, 1998: 13).

A lingüística integracionista, portanto, rejeita a validade científica da lingüística que, como vimos no primeiro capítulo, tem se tornado um lugar comum no domínio do saber acadêmico sobre a linguagem, propondo iniciar seus estudos com um exame crítico das condições que faz a pesquisa lingüística possível. Desse modo, não há mais sentido para que o lingüista *a priori* se auto-intitule cientista uma vez que:

1. A lingüística por si mesma pressupõe a validade de certas formas de comunicação, e os pronunciamentos dos lingüistas não escapam do julgamento como um empreendimento comunicativo.
2. O lingüista afinal não tem outra base de *expertise* que aquela disponível a qualquer leigo membro da comunidade, isto é, a experiência lingüística é adquirida no processo de comunicação. (ibidem: 19).

A partir dessa perspectiva pode-se afirmar, de um modo geral, que todos são lingüistas, pois a linguagem pertence a toda humanidade. Conforme Harris, esta seria uma afirmação subversiva para a lingüística ortodoxa. De fato, o objetivo do integracionismo não é apenas efetuar algumas reformas nesta área do conhecimento, mas mudar radicalmente os pressupostos sobre os quais se assentam todo o empreendimento lingüístico, modificando a nossa própria forma de ver a linguagem e nossas teorias a respeito dela.

Mas qual seria, então, o papel de um lingüista profissional? Qual a sua razão de ser? Reconhecer que a lingüística constitui seu próprio tema de estudo, e que por isso devemos começar a pesquisa não por questões ditas importantes e exteriores a nós, mas investigar o seu próprio *modus operandi*. Portanto, para a lingüística integracionista, engajar-se numa reflexão analítica sobre sua própria experiência lingüística é se engajar na linguagem em si mesma.

2.3. O Mito da Linguagem: construindo uma hipótese de trabalho

De acordo com Roy Harris (1998: 32) o mito da linguagem tem raízes profundas na cultura européia, e está baseado em duas antigas teses sobre comunicação. Embora essas duas teses sejam independentes, uma fornece suporte para outra.

A primeira tese a que vamos nos referir é a de que a fala é uma forma de telementação, conduzindo pensamentos da mente de uma pessoa para outra. Por esta tese, a linguagem seria basicamente a relação entre palavras (símbolos verbais) e idéias. A outra tese,

a da determinação diz que toda forma de comunicação requer um código fixado. A determinação seria o mecanismo de funcionamento da telementação, ou seja, um conjunto de regras, a formalização de processos que permitiriam que as palavras e as idéias fossem compartilhadas por todos.

Harris explica a independência das duas teses no sentido de que se nós concordamos que a fala é um condutor de pensamentos de uma mente para outra, não significa que isto tenha que ser feito adotando um código fixado. Também se concordamos que a comunicação requer o uso de um código fixado, nós não precisamos acreditar que a fala é uma telementação. Porém, as duas teses sustentam uma a outra na medida em que a telementação providencia uma explanação de como os códigos fixados funcionam. Enquanto os códigos fixados providenciam, por sua vez, uma explicação de como a telementação é possível.

Apesar de Harris perceber uma versão do mito da linguagem construída pelo filósofo John Locke, ele a identifica como sendo bem mais antiga, remetendo tal mito a Aristóteles. Segundo ele, o código fixado é um requerimento básico da lógica aristotélica: se palavras podem mudar seus sentidos de modos imprevistos, ou tem sentidos não regulados por um código, o silogismo aristotélico perde a sua validade (Harris, 1998: 34).

Harris reconhece o mito da linguagem como requisito básico para estabelecer uma língua nacional, pois sem um consenso a respeito das formas corretas a serem usadas, a comunidade não terá o desejado entendimento comum. O que é perigoso é que este mito pode conduzir aos nacionalismos extremados a serviço de dominadores. Nesse sentido, Roy Harris identifica o mito em sua forma moderna como um produto cultural da pós-renascença

européia. Ele diz que “‘uma Pátria, uma língua’ foi o ideal para o qual todas as maiores monarquias centralizadas aspiravam. Compilar dicionários e gramáticas de uma língua materna tornou-se um empreendimento patriótico” (Harris, 1998: 34).

Harris (1981) também faz, através do mito da linguagem, uma excelente crítica ao legado saussuriano que transborda para outros tantos modelos estruturalistas. Um código fixado é o pressuposto básico do *círculo da fala* de Saussure. Pois se A e B não dividem um código associando o mesmo conceito com o mesmo som, segue que a mensagem eventualmente decodificada por B, necessariamente não corresponderá a que foi transmitida por A.

Para mim, essa conceituação tradicional de linguagem é a chave para entender o caminho utilizado por Searle para ler e reconstruir Austin. Minha hipótese é a de que a reformulação teórica de Austin por Searle, sua aceitação e repercussões na lingüística e na filosofia são frutos do mito da linguagem.

Como esse mito se manifesta no processo em que um teórico assumiu a fala de outro? Onde está o mito num autor que alicerça uma teoria que mostra a linguagem enquanto ato, enquanto ação?

Ora, se a linguagem é um domínio em que símbolos se casam com conceitos para transmiti-los, o que foi selecionado de Austin por Searle foram as seqüências em que Austin demonstra suas idéias (conceitos, racionalizações). Todas as nuances e performances, as saídas do *script*, ficaram de fora. Eis a falácia da telementação. Tomado pelo mito da linguagem, somente o que seria considerado o “conteúdo” de Austin foi recuperado por Searle em seu trabalho. O que ficou de fora? Aquilo que seria considerado como não-

lingüístico ou como não filosófico: os desvios, o humor, a retórica. Já a falácia da determinação se faz presente na própria teoria dos atos de fala defendida por Searle (1969), cuja feição formal sugere a construção de regras (quase universais) para os atos de fala. Isso fica bem explícito na opinião de Searle de que a teoria dos atos de fala funciona como complemento da sintaxe. Para resumir, minha hipótese é que o mito da linguagem desenvolveu:

- a) a atividade interpretativa de Searle (a passagem de Austin para Searle) através da tese da telementação.
- b) o produto dessa atividade, a teoria dos atos de fala de Searle, tendo recuperado o que seria a idéia de Austin, construindo um dispositivo próprio uma engenharia para sustentá-la (tese da determinação).

Uma questão de ordem metodológica pode ser levantada aqui: uma vez que a linguagem é vista pelo integracionismo como interação social que envolve não somente o comportamento vocal, mas muitos tipos de comportamentos integrados em uma sucessão de eventos integrados que podem ocorrer no momento da comunicação, qual o método a ser utilizado de modo a atingir o objetivo de estudar a linguagem na sua multiplicidade de aspectos, enfrentando como desafio o social, o cultural e o político? Seria necessário um novo método lingüístico, ou um método integracionista?

Toolan (1996: 22) numa perspectiva da lingüística integracionista afirma que “não esta claro que radicalmente um novo método seja possível ou necessário [...] Ao mesmo tempo é possível que o requerido principalmente seja, não uma nova metodologia, mas, ao

invés, uma revisada aplicação dos métodos existentes”. E ainda: “lingüística integracionista nomeia um princípio ao invés de um método”.

Para Toolan, vários métodos existentes são congruentes com as concepções integracionistas e cita como exemplo, dentre outras áreas, a análise do discurso e análise da conversação. Poderemos dizer que o programa ou método integracionista inclui em seus objetivos uma tomada consciência do caráter integral de nossas ações como lingüistas e acadêmicos, originadas da natureza política, interativa, e social de nossa experiência lingüística.

Para alcançar tal consciência escolhi estudar a estrutura retórica dos discursos teóricos sobre a linguagem, seguindo o caminho já percorrido pelo integracionista T.Taylor (1992, 1997) em seus trabalhos sobre a retórica dos discursos intelectuais que constituem o pensamento ocidental moderno sobre linguagem.

Quero, pois, considerar o trabalho de J. Searle e sua análise dos atos de fala como um pedaço de retórica, uma teia da linguagem tão contingente como a própria linguagem e como nós próprios.

3. RETÓRICA: CONSTRUINDO UM APARATO METODOLÓGICO

De acordo com Pessanha (1989: 221) a nova retórica de Chaïm Perelman é uma das mais importantes contribuições, no século XX, à revisão do conceito de razão, particularmente no que diz respeito à questão da cientificidade no campo das ciências humanas ou sociais.

A teoria da argumentação ou nova retórica permite discutir a relação entre formalismo e linguagem natural e reformular o “permanente confronto entre retórica e filosofia ou mais amplamente, entre retórica e episteme, que já contrapusera na Grécia antiga, Sócrates, Platão e Aristóteles aos sofistas” (idem).

Para Perelman, o formalismo é limitado porque há um ilimitado campo de sentidos, o campo da linguagem natural que nunca será inteiramente formalizada. Em oposição ao formalismo, ele vai contrapor a argumentação que se apropria de uma racionalidade persuasiva, de caráter dialógico.

A teoria da argumentação recusa a idéia de uma razão monológica, com pretensão de universalidade e se alia a um projeto filosófico de negação da razão cartesiana para apresentar uma razão contingente e histórica. É a razão fundamentada na evidência e no cálculo, característica do racionalismo moderno, que apresentada como absoluta e universal

tem conduzido a utilização do modelo matemático como único legítimo para a ciência e a filosofia. Conforme Pessanha (1989: 229), Perelman assinala que:

O que ocorre na modernidade é a restrição do conceito de razão, a redução da racionalidade a um de seus tipos, devido à identificação de prova racional com prova analítica. Mas isso não significa o desaparecimento de outra forma de provar, que apenas é desprestigiada como não-científica, pois permanece no âmbito do argumentativo e do provável, jamais pretendendo a certeza definitiva.

Em seu *Tratado da Argumentação* (1958), Perelman propõe uma racionalidade que considere o contingente, o histórico e que não pode se desenvolver se toda prova é concebida como redução à evidência.

Através do estudo da retórica no discurso filosófico poderemos entender a repercussão das idéias de Searle na Lingüística, quando aceitamos sua interpretação de Austin e nos apropriamos dela para formalizar subáreas a partir de teorias que entendem a linguagem como algo abstrato, imune a nossas próprias contingências. Trabalhar a contingência da linguagem através de uma retórica que rompe com as velhas dicotomias razão *versus* emoção, conhecimento *versus* opinião, objetividade *versus* subjetividade também é a proposta deste capítulo.

Para isso trago, além da seção sobre Rorty e dos sofistas, uma outra seção sobre a retórica de Austin. Nesta última seção, apresento a interpretação de Rajagopalan da obra *How to do things with word* (1962), como uma interpretação que diverge de Searle para tentar reconhecer as atividades teóricas como sendo legítimas instâncias de diversidade interpretativa (cf. Magro, 1999). Rajagopalan (1990) toma o que G. J. Warnock (1989)

considera como não-lingüístico ou como não filosófico em Austin_ o humor, a retórica como parte da proposta filosófica do filósofo de Oxford, o que me permite apresentar a retórica como não propagadora de velhas dicotomias, de velhas metáforas. Também procuro desenvolver neste capítulo, na seção “A retórica em Searle”, uma proposta de análise retórica crítico-discursiva, a partir de uma revisão do método de análise da retórica filosófica proposto por Margutti Pinto (1998).

3.1. Rorty e os Sofistas

Nas primeiras páginas de sua *Introdução à Retórica*, Olivier Reboul (1998) diz que os meios pelos quais um discurso é persuasivo são alguns de ordem racional e outros de ordem afetiva uma vez que conforme o autor, em retórica, razão e sentimento são inseparáveis. Para ele, os meios de competência da razão seriam os argumentos.

A retórica, contudo, tem sido rejeitada pela filosofia. Conforme Reboul (ibidem: 109-110), os maiores filósofos “afirmam ser demonstrativos, ‘apodícticos’, dizia Kant na língua de Aristóteles; e se, às vezes, aceitam o termo argumentação é deixando claro que ela não poderia ter nada que fosse retórico”.

Essa pretensão dos filósofos de serem demonstrativos foi enfrentada com lucidez na discussão filosófica desenvolvida por Richard Rorty (1979). Rorty examina os princípios filosóficos de Descartes passando por Leibniz, Hume e Kant para criticar tais princípios que legitimaram a epistemologia como centro da filosofia a partir do pressuposto, percebido por

Rorty como dominando toda a filosofia moderna, de que a mente seria o *espelho da natureza*, o que garantiria o conhecimento e sua demonstração.

Por esse pressuposto de que há possibilidade de representação correta da realidade, a tarefa principal da filosofia tem sido a fundamentação e legitimação do conhecimento e das teorias científicas. Rorty diz que esse projeto filosófico está esgotado e propõe uma filosofia edificante. Não propõe a substituição de sistemas filosóficos atuais por outros e sim, novas maneiras de falar ou, como diz Pulino (1994: 97) “propõe, enfim, que se mude de assunto”. O discurso passa a ter fundamental importância em sua filosofia edificante, pois, para Rorty (1980: 360): “sabedoria se resume na capacidade de sustentar as diversas esferas do discurso (...) a fim de encontrar maneiras novas de falar”.

Por essa via, a filosofia passa a ser nada além de uma voz na conversação da humanidade. Rorty ao propor uma desconfiança relativa a todo empreendimento epistemológico mostra que a verdade teórica é um argumento tal que ninguém tenha conseguido contestar, substituindo verdade enquanto ‘contato com a realidade’ pela verdade como ‘aquilo que importa a uma comunidade acreditar’.

Desse modo, posso dizer por meio de Rorty que a retórica tem estado presente na filosofia e em sua teorização sobre a linguagem e é por ela que Rorty propõe sua crítica aos tradicionais projetos filosóficos. Nesta seção, busco estabelecer relações entre Rorty e os pais da retórica_ os sofistas, que têm sido comumente tomados com desprezo.

O termo sofista é sempre associado a logro e enquanto tipologia o argumento sofisticado é tomado como argumento falso. Pretendo deixar de lado este descrédito difundido

por Platão para perceber uma proposta por detrás da sofística que, a meu ver, foi retomada por Rorty em seu trabalho.

Os sofistas, que inauguraram o período humanista da filosofia antiga, percebem o esgotamento da pesquisa sobre a natureza e deslocam sua atenção do cosmos para o homem (cf. Guthrie, 1995). Sofista é, pois, o filósofo que se volta para o homem, para o desenvolvimento da sociedade e civilização humanas.

A associação do pensador americano com estes filósofos de *história rica e controvertida* não estaciona na mesma temática voltada para o homem e suas contingências: a retórica, a arte, a política, a educação. Ela se desenha na postura do filósofo ante a possibilidade do conhecer e numa ética e cultura humanística cujo fio condutor é a linguagem.

3.1.1. Richard Rorty: a certeza racional como vitória argumentativa

Se encararmos a nossa certeza acerca do Teorema de Pitágoras como nossa convicção, baseada na experiência em debates de tais questões, de que ninguém encontrara objeção para as premissas das quais o deduzimos, não procuraremos então explicá-lo pela relação da razão com a triangularidade. A nossa certeza será uma questão de conversação entre as pessoas, mais do que uma matéria de interação com uma realidade não humana. Não veremos, assim, uma diferença de gênero entre as verdades 'necessárias' e as 'contingentes'. Quando muito, veremos diferenças em graus de dificuldades na objeção às nossas convicções. Em suma, encontrar-nos-emos onde estavam os Sofistas antes de Platão gerar o seu princípio e inventar o pensamento filosófico...

Richard Rorty

Richard Rorty, criticando o conceito de verdade apodítica de Kant, baseia-se nas dúvidas de Quine de como saber quando estamos respondendo à compulsão da ‘linguagem’ ou a da ‘experiência’, para afirmar que se torna difícil explicar em que sentido a filosofia tinha um campo formal separado, cujos resultados teriam um caráter apodítico (cf.1994a).

Rorty (1994b: 31) utiliza idéias de Davidson para romper com a noção de linguagem como um meio, *um meio quer de representação quer de expressão*. Para Rorty levantar questões sobre a linguagem do mesmo tipo das que eram levantadas acerca da consciência (baseadas na imagem do núcleo essencial do eu num dos lados, a consciência como uma estrutura de crenças e desejo, e a realidade do outro lado) faz com que continuemos a utilizar um quadro sujeito-objeto e que continuemos presos a questões sobre ceticismo, idealismo e realismo:

Trata-se de questões como: O *médium* entre o eu e a realidade é algo que os une ou os separa? Deveríamos considerá-lo em primeiro lugar como um meio de expressão _ um meio de articular o que há de profundo no eu_ ou deveríamos vê-lo em primeiro lugar como um meio de representação _ um meio de mostrar ao eu o que se encontra fora deste? As teorias idealistas do conhecimento e as noções românticas de imaginação, infelizmente, podem com facilidade ser transpostas do jargão da “consciência” para o da “linguagem”. As reações realistas e moralistas a tais teorias podem ser transpostas com igual facilidade. Assim, as batalhas cíclicas entre romantismo e moralismo, e idealismo e realismo, continuarão enquanto se pensar haver a esperança de dar sentido à questão de saber se uma dada linguagem é “adequada” a uma função _ a função de exprimir adequadamente a natureza da espécie humana ou a função de representar adequadamente a estrutura da realidade não humana. (Rorty, 1994b: 32-36).

Para Rorty, o trabalho de Davidson deixa de lado a imagem da linguagem enquanto uma entidade terceira que ocorre entre o eu e a realidade, não a considerando como meio nem de expressão, nem de representação. Rorty (1994b: 35) aproxima Wittgenstein de Davidson para combater a idéia de que há entidades não - lingüísticas chamadas significados (que a linguagem tem como função exprimir) e entidades não lingüísticas chamadas fatos (que a linguagem tem por função representar).

Transformando as questões sobre a relação da linguagem e da mente com a realidade em questões causais, Rorty (ibidem: 38), a partir de Davidson e Wittgenstein, faz da história intelectual a história da metáfora. As metáforas antigas servem de plataforma e de base para novas metáforas. Para Rorty, essa visão davidsoniana permite-nos pensar a linguagem da ciência e da cultura européia do século XX como algo que ganhou forma como resultado de um grande número de puras contingências.

É questionável, portanto, a pretensão dos filósofos a partir de Descartes de usarem a demonstração em suas teorias como forma de convencimento puramente racional e que escapa ao domínio da retórica, uma vez que, para Rorty é comum ouvirmos ou pronunciarmos argumentos na ciência, nas artes, na política e em outras áreas que, mesmo parecendo falsos, são bem sucedidos e se tornam novas verdades e novas crenças até serem reconhecidos como verdades literais por serem suficientemente persuasivos. A esse respeito, cito o exemplo de Rorty em Magro (1999: 241):

Rorty se lembra de quando Copérnico começou a dizer “a terra gira em torno do sol” essa sentença parecia apenas um “jeito de falar”. Cita ainda sentenças como “a história é a história das lutas de classe” ou “matéria pode se

transformar em energia” [...]. Então essas sentenças, que alguém poderia diagnosticar como “conceitualmente confusas”, como falsas em virtude de significado de palavras como sol, história, ou matéria, começaram a ser entendida como metáforas por certas comunidades de pesquisadores, enquanto para outras eram obviamente verdadeiras. Depois que os copernicanos, os marxistas e os físicos usaram essas sentenças configurando novas relações, começou-se a falar delas como hipóteses que poderiam ser verdade.

Rorty aprimora em sua proposta filosófica o que se perdeu na evolução da filosofia: a arte dos debates, do convencimento, da persuasão - que nasceu com os sofistas e tem sido desprezada por toda uma tradição filosófica que deu relevância aos métodos do conhecimento, do rigor, da verdade. E mais do que isto, Rorty mostra que toda a construção filosófica que tem se assentado na racionalidade para a qual a forma suficiente de conhecimento é a científica, desprezando outros saberes, tem sido possível através de um convencimento por parte de uma comunidade, fruto muito mais de uma justificação argumentativa sobre o conhecimento do que de uma racionalidade apodítica.

A esse respeito, Olivier Reboul (1998: 110) mostra que todos os filósofos recorreram, em maior ou menor grau, à argumentação:

Descartes argumenta para provar que é preciso demonstrar. Spinoza, que constrói toda a *Ética* “de more geometrico” (segundo o método geométrico), acrescenta a suas demonstrações os mais importantes “escólios”, que as ilustram de modo pedagógico e retórico: tudo acontece como se ele tivesse escrito seu livro duas vezes, a primeira para Deus e a segunda para nós. Hegel procede da mesma maneira na *Enciclopédia*.

Encorajado pelas *Investigações Filosóficas* de Wittgenstein, Rorty analisa a epistemologia tradicional como confundindo o processo causal de obtenção do conhecimento com a sua justificação. Para ele, não é mais possível se falar de epistemologia como a busca dos aspectos privilegiados da consciência cartesiana e sim se voltar para o contexto social da justificação. Comentando Sellars e Quine, Rorty afirma que justificação não é uma questão de relação especial entre idéias (ou palavras e objetos), mas uma questão de conversação, de prática social.

A partir da visão rortyana de que a verdade é uma noção pragmática, uma vez que a comunidade seria a fonte da autoridade epistêmica, não sendo pois necessário nenhum fundamento empírico ou ontológico para o conhecimento, a argumentação retórica tem perspectivas abertas nos caminhos que Rorty aponta para a superação de muitos impasses metodológicos e epistemológicos em que se encontra o pensamento contemporâneo.

Reboul (1998) diz que “se a retórica é a arte de persuadir pelo discurso é preciso ter em mente que o discurso não é nem nunca foi um acontecimento isolado. Ao contrário opõe - se a outros discursos que o precederam ou que lhe sucederão, que podem mesmo estar implícitos”. Para ele, a retórica seria também a arte de interpretar discursos. Nesse sentido, Rorty (1994a: 315) chama atenção para o fato de que:

não conseguiremos compreender as partes de uma cultura, prática, teoria, linguagem, ou seja o que for, a não ser que saibamos algo sobre como a coisa inteira funciona enquanto não conseguimos uma apreensão de sobre como o inteiro funciona até tenhamos alguma compreensão de suas partes. Essa noção de interpretação sugere que vir a compreender é mais como familiarizar-se com uma pessoa do que acompanhar uma demonstração.

Por essa noção de hermenêutica redesenhada por Rorty e contrastada com a noção de epistemologia, podemos desconstruir a velha descrição de filósofo como aquele cuja tarefa não é defender uma causa, mas sustentar uma tese que visa uma explicação de alcance universal, o que o distinguiria do advogado e do pedagogo (cf. Reboul, 1998: 110). Para o pragmatismo rortyano nenhum intelectual detém o critério para julgar se estamos em contato com a realidade ou não, com a verdade ou não. Rorty pensa ser possível uma cultura em que nem os religiosos, nem os físicos, nem os poetas pudessem ser considerados mais racionais, mais científicos ou profundos uns em relação aos outros (cf. Pulino, 1994: 105).

O filósofo não seria, portanto, o guardião da racionalidade. Mas, semelhante a um professor, capaz de oferecer uma visão sobre quase tudo. Este filósofo de uma cultura pós-filosófica apontada por Rorty, não teria semelhança ao filósofo sofista de uma cultura pré-filosófica, perito, conforme Guthrie (cf.1995) em várias artes _arte de falar, de escrever, de cantar, de tocar um instrumento, de educar, de governar?

3.1.2. Os Sofistas

Ele não era orador nem um dos filósofos da natureza. Antes fez prática do que se chamava Sophia, mas era na verdade perspicácia (deinotes) e sagacidade prática, e assim perpetuou o que poderíamos chamar de escola que viera em sucessão desde Sólon. Seus sucessores a combinaram com a arte de eloquência forense, e, transferindo seu treinamento da ação para o discurso, eram os chamados sofistas.

Plutarco

As palavras gregas *sophos*, *sophia*, traduzidas como “sábio” e “sabedoria” são usadas desde antiguidade como uma qualidade intelectual ou espiritual. Conforme Guthrie (1995: 34), um *sophistes* escreve e ensina porque tem especial perícia ou conhecimento para comunicar. Sua *sophia* é prática quer nos campos da conduta e política quer nas artes técnicas.

Em sua *Iniciação à História da Filosofia*, Marcondes de Souza Filho (1997: 42) define os sofistas como mestres de retórica e oratória, muitas vezes mestres itinerantes, percorrendo as cidades-estados fornecendo seus ensinamentos, sua técnica, suas habilidades aos governantes e aos políticos em geral. Os sofistas eram responsáveis por uma formação que consistia numa determinada forma de preparação do cidadão para a participação na vida política. Os mais conhecidos sofistas foram Protágoras de Abdera (490-421 a.C.), Górgias de Leontinos (c.487-380 a.C.), Hípias de Elis, Licofron, Pródicos e Trasímaco.

Marilena Chauí (1997: 37) os aponta como os primeiros filósofos do período socrático que dando aos jovens uma educação baseada nos valores da democracia substituem a educação dos antigos poetas. Cito:

Que diziam e faziam os sofistas? Diziam que os ensinamentos dos filósofos cosmologistas estavam repletos de erros e contradições e que não tinham utilidade para a vida da *polis*. Apresentavam-se como mestres de oratória e ou de retórica, afirmando ser possível ensinar aos jovens tal arte para que fossem bons cidadãos.

Embora o *sophiste* fosse mestre, o nome se aplicava também a poetas, uma vez que, para os gregos, instrução prática e conselho moral constituíam a função do poeta. Guthrie (1995: 33) faz referência à ocorrência mais antiga conhecida da ode de Píndaro, na qual a palavra *sophistes* tem o sentido claro de poeta. Contudo, ele diz que no séc. V a palavra

começava a ser usada para escritores em prosa em contraste a poetas, quando a função didática veio a se exercer cada vez mais por este meio. “Sofista” tinha, pois, um sentido geral e um específico, e em nenhum destes sentidos era necessariamente um termo de insulto. A palavra que se aproxima mais em português é *professor*.

No entanto, também é neste século que a palavra podia ser pronunciada com uma inflexão depreciativa. Aristófanes tornou o termo um insulto significando charlatanismo e velhacaria. Guthrie (1995: 37) diz que Platão não é pois, o único culpado pelo descrédito da palavra: “o que era novo era o uso peculiar de uma antiga palavra que Platão tirou do seu sentido usual, e imputou aos eminentes mestres pagos da era socrática”.

Hipócrates, contudo, defendeu os sofistas da acusação de aproveitamento, comparando-os ao seu ideal filosófico. Ele diz que nenhum deles fez grande fortuna, mas viveram modestamente. Para ele, a melhor e maior recompensa de um sofista é ver seus alunos se tornarem cidadãos sábios e respeitados (cf. *ibidem*: 39).

O desprezo para com os sofistas devia-se não ao seu profissionalismo, porquanto na Grécia, segundo Guthrie (*Ibidem*: 41) o ensino era um modo respeitável de se ganhar a vida. Tal antipatia era gerada pelo assunto que professavam, uma vez que “todo ateniense de classe alta deveria entender a conduta adequada dos negócios por uma espécie de instinto herdado de seus antepassados e estar preparado para transmiti-lo aos filhos”.

Os sofistas prometiam ensinar, então, aquilo que para os atenienses era uma segunda natureza e eles mesmos não eram líderes atenienses, nem mesmos cidadãos e sim estrangeiros, provincianos de cidades menores. E é nesse ponto que os sofistas se destacam provocando antipatia tanto entre filósofos como entre cidadãos: criticavam a idéia de que leis,

costumes e crenças religiosas humanas fossem inabaláveis por serem enraizados numa ordem natural imutável.

Conforme Guthrie (1995: 51-52) todos os sofistas ensinavam a retórica e “um ceticismo segundo o qual o conhecimento só podia ser relativo ao sujeito que percebe. [...] Constituía parte da instrução retórica ensinar o aluno a argumentar com igual êxito sobre os dois lados da questão. Como Protágoras disse, ‘sobre cada tópico há dois argumentos contrários entre si’”.

O ensino retórico dos sofistas não dizia respeito apenas à forma e ao estilo, porém propagava a crença de que toda verdade era relativa e ninguém conhecia alguma coisa como certa. A verdade seria, pois, individual e temporária, e não universal e permanente. Para os sofistas, portanto, *pode haver crença, mas nunca conhecimento* (cf. ibidem: 52).

Protágoras, no *Protágoras* de Platão, descarta interesse por todos estudos não-práticos. Contudo, o orgulho de um sofista se constituía sobre a amplitude e variedade dos tópicos sobre os quais podia discursar. Ainda neste livro, Protágoras, interrogado sobre o que Hipócrates aprenderá dele, responde:

...o cuidado adequado dos seus próprios negócios, para que possa administrar melhor sua casa e família, e também o cuidado dos negócios do Estado, para se tornar poder real na cidade quer como orador, quer como homem de ação.

Para Bárbara Cassin (1997: 14) a sofística se constitui numa violenta crítica da ontologia. Ela designa de “efeito sofístico o modo pelo qual uma história da sofística da

filosofia provoca arrepios na história da filosofia”. Quanto à influência da sofística, Cassin (ibidem: 15) diz:

Aristóteles - seu sistema ou suas doutrinas - aparece como o resultado de uma difícil negociação entre Platão e a sofística que permite, por exemplo, a expulsão bem-sucedida da sofística para a literatura, mas que o obriga a partilhar teses com ela, notadamente sobre o consenso.

Guthrie diz que, como Platão quisera suprimir o ensino dos sofistas, seus seguidores o fizeram. Ou “como filosofias contrárias se entrincheiraram, ninguém viu razão para preservar o que se considerava geralmente idéias não-ortodoxas e censuráveis”. Daí também um dos motivos da perda dos escritos dos sofistas.

O crítico adverte, contudo, para que não consideremos a oposição à sofística idêntica em Platão e Aristóteles, uma vez que, o ponto de vista de Aristóteles estava de muitas formas mais próximo ao dos sofistas que o de Platão. E diz ainda que o primeiro livro da *Ética* de Aristóteles contém um de seus ataques mais argumentados e eficazes à teoria platônica das formas, onde se encontra uma defesa da relatividade e multiplicidade de bens que, para Guthrie, “quase poderia ter sido escrita por Protágoras”.

3.1. 3. Argumentação e discurso filosófico

Em seu *Tratado da Argumentação*, Perelman (cf.1996) comenta a noção de argumentação para Platão que, em *Fedro*, diz que a retórica digna de um filósofo seria aquela

que conquistaria os próprios deuses por ser condicionada pela verdade. Nesta via aberta por Platão, argumentar seria um meio de fazer com que as pessoas tenham acesso ao conhecimento ideal já estabelecido.

Para Perelman, contudo, argumentar é também conhecer algo, o que incluiria a argumentação no campo da razão. Compreendendo também a retórica, conforme Reboul (1998) como a arte de interpretar textos, como interpretar os textos de Rorty, e os referentes à sofística quando essas duas linhas de “pensamento” desconstróem o conceito de conhecimento com o qual, de Aristóteles a Perelman, a retórica tem estado comprometida?

Para resolver esse impasse, utilizo o conceito de argumentação presente em Guimarães (1995:79) para o qual “a argumentação é um modo de tratar a memória como organizada pelo presente do acontecimento, regulando o futuro dizível”. Nesta visão, a argumentação é um jogo de silenciamentos cujo sentido é constituído no interdiscurso. É a partir desse olhar que buscaremos compreender a direção argumentativa no discurso filosófico sofístico e rortiano.

Antes de adentrar na análise da orientação argumentativa, é preciso ressaltar o caráter dialógico da linguagem como condição de existência de todo discurso. Para Bakhtin, o nosso discurso está sempre impregnado das vozes que o constituíram e sempre interagindo com outros discursos que se ligam e se relacionam de algum modo com ele, de forma explícita ou implícita. Ele afirma que

... a experiência verbal individual do homem toma forma e evolui sob o efeito da interação contínua e permanente com os enunciados individuais do outro. É uma experiência que se pode, em certa medida, definir como um processo de

assimilação, mais ou menos criativo, das palavras do outro (e não das palavras da língua). Nossa fala, isto é, nossos enunciados (que incluem as obras literárias), está repleta de palavras dos outros, caracterizadas, em graus variáveis, pela alteridade ou pela assimilação, caracterizadas, também em graus variáveis, por um emprego consciente e decalcado. As palavras dos outros introduzem sua própria expressividade, seu tom valorativo, que assimilamos, reestruturamos, modificamos (Bakhtin, 1979: 313).

Ao mesmo tempo em que toda expressão é carregada pelos textos dos quais ela participou, da mesma forma um discurso ecoa outros tantos discursos anteriores e posteriores a ele. Ou melhor, “o discurso vivo e corrente está imediatamente determinado pelo discurso - resposta futuro: ele provoca esta resposta, pressente-a e baseia-se nela. Ao se constituir na atmosfera do ‘já dito’, o discurso é orientado ao mesmo tempo para o discurso-resposta que ainda não foi dito, discurso, porém, que foi solicitado a surgir e que já era esperado” (Bakhtin, 1979: 89).

E é sobre este já dito que é elaborada a noção de interdiscurso. Conforme Guimarães (1995: 66), o “interdiscurso é relação de um discurso com outros discursos. [...] Ou seja, um discurso se produz como trabalho sobre outros discursos”.

Procurarei considerar o interdiscurso na argumentação de modo a perceber em que medida o discurso sofisticado cruza o discurso do pragmatismo no texto de Rorty. Para isso, examinemos o texto abaixo:

Para nós, pragmatistas, as virtudes socráticas - disposição para conversar, para ouvir outras pessoas, para pesar as conseqüências de nossas ações sobre outras pessoas são simplesmente virtudes morais... A conversação, que é nosso dever continuar, é meramente nosso projeto, a forma de vida do intelectual europeu. Ela não tem garantia

metafísica ou epistemológica de sucesso. Além disso (e este é o ponto crucial), não sabemos o que significaria ‘sucesso’, além de simplesmente ‘continuação’. Não estamos conversando porque tenhamos uma meta, mas porque a conversação socrática é uma atividade que é seu próprio fim. Os antipragmatistas que insistem que a meta é o acordo, são como o jogador de bola ao cesto que pensa que a razão de se jogar é fazer cestas. Ele não considera um momento essencial no curso de uma atividade mas só o final dela. Pior ainda, ele é como um fã do jogo de bola ao cesto que argumenta que todos os homens, por natureza, desejam jogar bola ao cesto, ou que a natureza das coisas é tal que as bolas podem passar pelos arcos até a atividade que é seu próprio fim (Rorty, 1982: 172).

A análise do texto acima diz respeito a um olhar sobre sua argumentatividade que deverá ser investigada a partir das relações entre o discurso de Richard Rorty e outros discursos. Dividiremos, pois, a análise nas três seções a seguir:

a) Linguagem

Podemos perceber que o texto de Richard Rorty vai sendo organizado na direção argumentativa do argumento que indico como predominante (a conversação socrática é uma meta com o seu próprio fim). Conforme o anúncio de Bakhtin de que o nosso discurso está sempre impregnado das vozes que o constituíram e sempre interagindo com outros discursos que se ligam e se relacionam de algum modo com ele, de forma explícita ou implícita, podemos dizer que, embora Rorty traga Sócrates de forma explícita para o seu discurso, há um outro discurso silenciado por Rorty que emerge do seu discurso no próprio movimento de dar voz ao seu oponente (os antipragmatistas). Rorty lança mão da descrição metafórica

(são como o jogador de bola ao cesto...) para construir seu discurso por meio do outro para o qual o seu é uma resposta.

A crítica ao essencialismo ao negar que “a natureza das coisas é tal que as bolas podem passar pelos arcos” é dirigida pelo argumento *igual(is) a outro(s)* pertencente a um discurso escolheu distanciar-se, dando-lhe(s) lugar, mostrado, em si mesmo; e sobre que *modo* funciona a relação a este(s) outro(s) mostrado(s).

No jogo da argumentação de Rorty, temos uma heterogeneidade mostrada, no entanto, é pelo interdiscurso que vamos entender que, com relação ao tema da linguagem ou da conversação, o argumento predominante no discurso de Rorty, que propõe a filosofia com base discursiva, é atravessado por um outro discurso, que implícito ao texto, é trazido à tona pela memória discursiva.

Ao escolher distanciar-se do discurso epistemológico e ontológico em sua orientação argumentativa, o discurso de Rorty faz emergir do interdiscurso um outro discurso aliado e também crítico da ontologia e da certeza sobre a obtenção do conhecimento.

A conversação sem meta [não estamos conversando porque tenhamos uma meta] traz um discurso que foi silenciado. Um discurso que critica também o essencialismo, o que não o faz Sócrates. Ao contrário, no diálogo Ménon, quando Sócrates perguntado a Ménon: *o que é uma abelha, qual é a sua natureza essencial*, está pretendendo chegar à essência das virtudes e alcançar o autêntico e verdadeiro conhecimento. Como afirma Marcondes de Souza (1997: 48), o método de análise conceitual de Sócrates dá ao “indivíduo o caminho aberto para encontrar o verdadeiro conhecimento (*episteme*), afastando-se do domínio da opinião (*doxa*)”.

Portanto, o discurso excluído da direção argumentativa e que a constitui não é o de Sócrates, mas o dos sofistas. Rorty chama para si a posição de sujeito socrático, no entanto, a posição de onde se dá o argumento dominante se apresenta incompatível com a dos que buscam a natureza das coisas como Sócrates, mas é desta posição que se expressa a dúvida sobre o conhecimento e considera-o como uma conformidade às normas do momento.

O discurso presente no interdiscurso e silenciado no texto é o discurso sofístico para o qual toda verdade é relativa, individual e temporária, e não universal e permanente. Ou como diz Guthrie (1995: 52) para os sofistas “pode haver crença, mas nunca conhecimento”.

Essa valorização nos texto de Rorty ao discursivo, à conversação, à fala conduz sua argumentação a outros lugares semânticos as quais nos deteremos a seguir.

b) Social

No texto acima, Rorty argumenta que a conversação é seu projeto filosófico [a conversação é meramente nosso projeto], definido-a como uma virtude moral, junto a uma “disposição para ouvir outras pessoas e para pesar as conseqüências de nossas ações sobre outras pessoas”. Esse argumento nos remete a uma conclusão que se volta para o social.

A filosofia pragmática rortyana fala do homem em comunidade, não do homem em sua relação com o divino e o transcendente. Uma conclusão que permite perceber o discurso de Rorty como assentado num *topos* moral: as relações humanas obedecem as regras, contingentes e válidas só enquanto consideradas pelas pessoas e instituições que as elaboram.

Podemos perceber novamente o discurso dos sofistas cruzar a argumentação. A mesma argumentação é usada para justificar o ensino da *Arete* pelos sofistas, que é a arte de governar, de ser cidadão, tida como um instinto do homem grego, uma virtude que não poderia ser ensinada, porque era fundamentada no *physis*, na natureza.

O discurso sofista volta seu ensino para o *nomos*, para a contingência, mostrando que o homem, também pela linguagem podia socializar-se, ser um homem de valor para sua *polis*. E para justificar seu ensino da retórica, da *Arete* a qual Protágoras confessava ensinar e de outros assuntos práticos os sofistas se pautavam pelo mesmo *topos* da moral relativista presente em Rorty. Para eles nenhuma lei, crença ou costume seria pautado numa ordem natural imutável.

Conforme os críticos e estudiosos das documentações em que são relatados os pensamentos dos sofistas como Guthrie (1995: 128), Protágoras não acreditava que as leis eram obras da natureza ou dos deuses. Em *Protágoras* (322. e) os homens são descritos como perecendo por lhes faltar arte de viver juntos em cidades e aprendendo por dura experiência a agir justamente e a respeitar os direitos dos outros ou, como escrito no argumento de Rorty, “pensar as conseqüências de nossas ações sobre outras pessoas”, para fundar assim comunidades políticas.

No texto de Rorty, as virtudes morais apontadas são virtudes socráticas. Contudo, embora silenciado na orientação argumentativa de Rorty, presente no já - dito que constitui o interdiscurso, está o discurso dos sofistas para os quais são as virtudes morais que tornavam possível uma vida em comum, estas (*aidos, dike, sophrosyne*) eram pré-condições necessárias para a fundação de uma *polis*.

Essa ética voltada para a comunidade direciona o discurso de Rorty para a contingência do homem, para a contingência da vida humana.

c) Vida Humana

No trecho [a conversação que é nosso dever continuar, é meramente nosso projeto, a forma de vida do intelectual europeu. Ela não tem garantia epistemológica ou metafísica de sucesso] percebemos uma orientação argumentativa antiessencialista, criticando o discurso da epistemologia e da metafísica cuja meta é a busca da verdade, por limitar e impedir outros discursos de se tornarem explícitos.

Em confronto a este discurso, Rorty argumenta que a meta filosófica, seu projeto, não está mais além do homem. O homem que se pode conhecer o faz conversando, edificando-se, tornando-se educado. As vozes que aparecem no discurso de Rorty são as de Heidegger e de Gadamer⁷, de quem Rorty elege o termo edificação para caracterizar o processo de o homem se tornar educado.

No discurso humanista de Rorty *conhecer* deixa de se basear na crença de que a realidade nos é dada de modo que nos surpreende, a nós, homens dotados de uma mente que espelha o real e da qual temos consciência. No movimento da argumentação podemos perceber a relação de seu discurso com o discurso humanista de Sartre. Em o *Existencialismo é um Humanismo*, Sartre (1973: 27) diz que:

⁷ Martin Heidegger tematizou a linguagem como *a casa do ser*. Para ele o nosso ser-no-mundo é sempre linguisticamente mediado. Essa visão tornou-se o ponto de partida para a hermenêutica de Gadamer que irá propor uma passagem de uma hermenêutica psicologizante para uma hermenêutica histórica (cf. Oliveira, 1996).

... o homem não está fechado em si mesmo mas presente sempre num universo humano, é a isso que chamamos humanismo existencialista. Humanismo porque recordamos ao homem que não há outro legislador além dele próprio, e que no abandono que ele decidirá de si; e porque mostramos que isso não se decide com voltar-se para si, mas que é procurando sempre fora de um si um fim- que é tal libertação, tal realização particular - que o homem se realizará precisamente como ser humano.

Da mesma forma, para Rorty, não há nada sobrenatural ou divino, ou acima da condição humana que lhe defina a racionalidade, a moralidade e a verdade. O discurso de Rorty, cuja meta não vai além do homem, direciona sua argumentação para uma “moral de situação”, pela ênfase no imediato prático e a negação de princípios gerais e permanentes. Esse discurso traz em seu caráter humanista o discurso dos sofistas como constitutivo de seus sentidos, exemplificado pelos ditos de Protágoras de que “o homem é a medida de todas as coisas” e que a existência dos deuses é suposição indemonstrável.

Aparentemente o discurso de Protágoras mostra uma posição de sujeito relativista deixando-se conduzir por uma irresponsabilidade ética, o que geraria uma anarquia moral e política. A mesma crítica é feita ao pragmatismo de Rorty. Com relação aos sofistas, Guthrie (cf. 1995), contudo, diz que isto estava longe dos seus pensamentos uma vez que a moral e a ordem social foram salvas pela curiosa doutrina sofística, pela qual o padrão de verdade-falsidade é substituído pelo padrão pragmático.

Desse modo, a aparência do momento é subordinada a um padrão mais alto, o fim ou o propósito da natureza humana e da sociedade. Rorty trata essa questão, apelando para a responsabilidade do homem, concordando com Sartre que as coisas serão como o homem

decidir que sejam, que não há nenhum critério que não tenha sido criado no decorrer de uma prática.

O tipo de filósofo que desprende deste discurso é o filósofo sofista cuja pretensão era dominar qualquer assunto e responder a qualquer questão que se lhes fosse apresentada (cf. Guthrie, 1995: 48). O sofista era o professor, mestre na arte de preparar bons cidadãos, poeta e entendido na crítica literária. Esta imagem do sofista atravessa o discurso de Rorty para o qual o filósofo, na cultura pós-filosófica, seria semelhante ao professor de filosofia capaz de oferecer uma visão sobre quase tudo. Este filósofo que emerge do discurso de Rorty mostra o confronto do discurso rortyano com o do maior oponente dos sofistas: Platão.

O filósofo, no discurso de Platão, foi originalmente definido em oposição ao poeta. O filósofo platônico é o que justifica suas idéias enquanto que, o filósofo edificante de Rorty oferece sátiras, paródias e aforismos, ou seja, cria novos vocabulários na conversação da humanidade.

Com Rorty, vimos que a filosofia passa a ser vista como um discurso em meio a outros discursos. Pelas teorias do discurso, já podíamos considerá-la como tal, mas a novidade de Rorty é reconhecer isto de dentro dos campos da filosofia. É reconhecer que não só a sua voz, mas também a dos seus opositores - os que definiram os sistemas de conhecimento - é apenas uma voz na conversação da humanidade.

O discurso de Rorty não pretende salvar a retórica ou resgatá-la de modo que ela assumira um lugar ao sol nos campos da razão, como o faz Perelman. Seu projeto propõe o falar por falar, sem objetivos, *sem garantias epistemológicas ou metafísicas*. E é este falar sem objetivos que torna sua conversação sofisticada.

Neste sentido, Bárbara Cassin diz que o passo dado por Rorty foi tão grande que deveria fazê-lo regredir à posição de sofista. No entanto, a autora lhe nega esta posição uma vez que Rorty assume de modo explícito que seu modelo é Sócrates. Não o Sócrates dos diálogos de Platão, mas um *Sócrates de cartão-postal* (cf. Cassin, 1999: 41). Cassin não o alia ao sofista pela ética requisitada na sua conversação que diria respeito à virtude socrática.

Ora, olhando para o dialogismo discursivo, e assumindo o próprio ponto de vista de Rorty de que sua filosofia é uma voz na conversação da humanidade, é preciso perceber que essa voz se constrói costurada por outras, nos fios dialógicos do discurso.

Deste modo, entendo que mesmo assumindo uma ética da conversação que se diz socrática, esta ética é relativista e toma como pano de fundo o humanismo que sustentou toda a retórica sofística. Cassin (idem) não assumiu essa interpretação porque definiu a conversação de Rorty em termos terminológicos, descrevendo-a como uma questão de escolha entre os amantes da conversação, entre os quais estaria Sócrates e, os amantes da retórica, que segundo Cassin, engana a si mesma.

Embora a conversação de Rorty não se diga sofística, seu discurso e sua filosofia são, sem dúvida, sofisticos. Se o modelo de Rorty é Sócrates, este Sócrates é um sofista.

Na medida em que conversação socrática de Rorty é, no dizer da própria Cassin, uma conversação que não tem nem fundamento, nem finalidades exteriores a si mesma, essa mesma conversação que Rorty diz ser socrática, é o que distancia seu discurso daquele filósofo, uma vez que o objetivo de Sócrates *sempre proclamado, não é amor pela conversação nem pelas palavras, mas a busca do verdadeiro e do bem, as coisas mesmas*. E quem mais dos que os sofistas amaram as palavras, descrevendo sua força?

Contudo, o que confronta Rorty e os sofistas é seu projeto filosófico terapêutico de eliminação da crueldade, da conquista das novas formas de falar, novos vocabulários, de defesa da liberdade e solidariedade humanas. Esse compromisso é sua diferença. Sua proposta de uma cultura pós-filosófica se volta, no entanto, para um passado pré-filosófico repudiado, silenciado, e que nos surpreende: o passado dos sofistas.

3.2. A retórica em Austin

Com a crise do *Logos* e a partir do entendimento de que a razão tida, a longos tempos, como a mola mestra da civilização e a tecelã do conhecimento, não seria mais uma categoria capaz de conceder aos homens a sonhada autonomia, o pensamento humano deparou-se, ora com os defensores da lógica, ora com os que engendram os caminhos da subjetividade. Essa crise, contudo, abre espaços para novas reflexões em torno da compreensão de como se dá o conhecimento humano e a própria racionalidade.

Nesse embate, surge o pensamento de Chaïm Perelman (1912-1984) que retoma a razão, não como a categoria cartesiana_ fundamento de todo conhecer, mas uma racionalidade retórica *que já não pode evitar os debates e deve, portanto, tratá-los e analisar os argumentos que governam as decisões.*

Para isso, Perelman em sua obra *Tratado da Argumentação* (1958/1996), escrita com a colaboração de Lucie Obrechts-Tyteca, traz à tona a noção aristotélica de *dialética* que havia

ficado à margem da filosofia, a despeito dos raciocínios analíticos que preponderaram e fundamentaram a lógica moderna. Esse modo diverso de raciocinar, o dialético, se expressa sobre enunciados prováveis através de realidades que seriam não evidentes, mas verossímeis. Desse modo, em Perelman, a dialética estudada por Aristóteles assume a feição de Nova Retórica_ arte de persuadir e de convencer, técnica da deliberação e da discussão.

Ao situar a retórica como estudo da adesão dos espíritos aos quais se dirigem um discurso, Perelman (cf. 1996: 7) se mostra desejoso de estudar o mecanismo do pensamento humano. Nesta seção, gostaria de problematizar as dicotomias razão *versus* emoção e humor *versus* seriedade para tentar mostrar que, nos processos de adesão de espíritos, essas linhas divisórias não existem.

Conforme a tradição filosófica ocidental é estabelecida uma divisão entre a nossa cognição, o nosso lado conceitual, formal e racional em contraste com o nosso lado corporal, material e emocional. Para Mark Johnson (1987, xxv):

... a conseqüência mais significativa dessa ruptura é que todo sentido, conexão, lógica, conceitualização e argumentação são colocadas na dimensão racional ou mental enquanto que, toda percepção, imaginação e sentimento são colocadas na dimensão corporal. Como resultado, as estruturas não proporcionais da experiência são consideradas como não tendo lugar na significação e no esboço das inferências racionais.

Desse modo, momentos de indiferença, emoção, humor são de regra deixados fora dos trabalhos científicos e filosóficos.

A esse respeito, Kanavillil Rajagopalan (2000b) oferece uma explicação de como a celebrada obra prima do filósofo J. L. Austin, *How to do things with words* (1962), está cheia de passagens onde o autor faz uso do humor, o que seria inapropriado para o discurso filosófico. A obra *How to do things with words* é a reconstituição das idéias desenvolvidas por Austin ao longo de doze palestras que proferiu em Harvard em 1955.

Este fato é importante para o argumento da maior parte dos intérpretes e estudiosos de Austin (inclusive J. Searle) que resolvem desconsiderar essas nuances de informalidade por tratar-se a obra da reconstituição de palestras, o que justificaria a jovialidade e uma certa frivolidade no texto (cf. Rajagopalan, 1990). Para G. J. Warnock (1989 apud Rajagopalan, 2000b), um dos influentes estudiosos de Austin esses “floreios” seriam parte de sua retórica para entretenimento da platéia ou preparação de público leigo para a seriedade daquilo que seria apresentado.

Neste caso, as nuances informais de Austin se enquadrariam no que Perelman (1996: 28) chama de adaptação do orador ao auditório, referindo-se a obrigação para o orador, de adaptar-se ao seu auditório o que se fez com que os oradores fossem comparados, “em suas relações com o auditório, não só com cozinheiros, mas até com parasitas que, para terem um lugar nas boas mesas, empregam quase sempre uma linguagem contrária aos seus sentimentos”. Segundo Perelman (idem), “o grande orador, aquele que tem ascendência sobre outrem, parece animado pelo próprio espírito de seu auditório”.

Desse modo, Austin estaria usando o elemento cômico para conquistar sua platéia, uma vez que este é, conforme Perelman (1996: 213), “um elemento importantíssimo

para conquistar o auditório ou, mais comumente, para firmar uma comunidade entre orador e auditório”.

No entanto, Rajagopalan rejeita o argumento de Warnock de que o humor em Austin seria um apelo ao elemento *cômico* da retórica, mostrando que o senso de humor do filósofo aparece com grande frequência e em momentos chaves de sua teoria, quando convencionalmente deveria utilizar uma linguagem séria.

Rajagopalan ainda continua mostrando que Austin sendo um grande admirador de Aristóteles deveria resguardar a recomendação do próprio Aristóteles de que a maneira de redigir não deve ser desmazelada quando o tema for soberbo, e nem decorosa quando o tema for humilde, a não ser que seu propósito fosse outro. Portanto, o humor de Austin não seria apenas característica de seu estilo ou ornamento retórico de seu discurso, mas parte de seu próprio trabalho filosófico. Austin estaria disposto a não apenas romper com os fetiches, como fica claro no seu trabalho, *fato vs. valor, verdade vs. falsidade*, mas também eliminar a divisão *humor vs. seriedade*.

O que me interessa neste momento é que, a concepção de retórica que fica subjacente a esta polêmica, mantém a divisão que sustenta toda a tradição ocidental entre o nosso conhecer e o nosso emocionar.

Warnock afirma que o senso de humor de Austin não deve ser considerado por seus leitores por ser simplesmente um elemento retórico que não influenciaria sua proposta teórica. Rajagopalan (2000b), em todo o seu texto, localiza o humor de Austin não como elemento retórico, mas como fazendo parte do seu pensamento.

Vê-se, que o primeiro mantém a linha divisória entre retórica/ racionalidade com a qual todo o trabalho de Perelman está comprometido a romper. O segundo autor, embora preocupado em defender o humor como uma forma de raciocínio não parece perceber que este, sendo parte do pensamento de Austin, é também constitutivo de sua retórica. Retórica, portanto, não se dissocia de racionalidade.

Rajagopalan quando afirma que Austin, ao delinear a teoria dos atos de fala transforma seu próprio discurso em um ato de fala, possibilita-nos concluir que o humor sendo constitutivo também da teoria do filósofo de Oxford (na desconstrução da dicotomia *humor vs. seriedade*) é, por isso mesmo, parte da sua retórica. Não como um simples apelo ao cômico, como uma técnica para estabelecer relação de afinidade com seu auditório, mas como uma afronta aos discursos bem comportados e comprometidos com as verdades factuais.

Austin usa seu humor para contrastar com o ridículo das convenções filosóficas, científicas e lingüísticas, colocando-se “em franca oposição a uma regra habitualmente admitida” (cf. Perelman, 1996: 237). Ainda com o autor do Tratado de Argumentação:

É preciso audácia para afrontar o ridículo, uma certa capacidade de superar a ansiedade, mas não basta isso para ter sucesso: para não soçobrar no ridículo, é preciso um prestígio suficiente, e nunca se está certo de que ele o será. Com efeito, afrontando o ridículo que é suscitado pela oposição injustificada a norma uma admitida, o orador compromete toda a sua pessoa, solidária desse ato arriscado, lança um desafio, provoca um confronto de valores cujo desfecho é incerto.

Como exemplo, temos a nota de rodapé em que Austin tenta definir o número dos verbos performativos em uma língua como o inglês, arriscando que estes devem se situar na ordem de 10^3 (dez a terceira potência) e logo em seguida justifica:

Por que usar essa expressão em vez de 1000? Primeiro porque impressiona mais e aparece mais científica. Segundo porque vai de 1000 a 9999, uma boa margem enquanto que a outra poderia ser entendida como cerca de 1000 uma margem muito pequena. (Austin 1962: 150).

A afronta ao ridículo se traduz por meio de uma figura: a ironia. Conforme Perelman, através da ironia *quer-se dá a entender o contrário do que se diz*. Na citação a cima, Austin ironiza com o típico padrão de análise da corrente da filosofia lingüística de grande prestígio e presença à época que valorizava a lógica formal e idealizava uma linguagem matemática: o positivismo lógico. Por isso a ironia na escolha de 10^3 e a justificativa *porque impressiona mais e parece mais científica*.

Esse humor austiniano tão bem temperado de ironia não representa apenas um ornamento estilístico ou uma parada para recuperar o fôlego em meio à densidade do tema proposto. Ele faz parte da sua própria argumentação. Perelman (1996: 235) afirma que

...a mais caracterizada argumentação quase lógica pelo ridículo consistirá em admitir momentaneamente uma tese oposta àquela que se quer defender, em desenvolver-lhe as conseqüências, em mostrar a incompatibilidade destas com o que se crê por outro lado e em pretender passar daí à verdade da tese que se sustenta.

É desse modo que no início da obra *How to do things with words*, Austin promete ser verdadeiro (1962: 1) levando o leitor a entender que existe uma verdade a ser transmitida e resguardada e, no entanto, no desenvolvimento da obra o próprio Austin mostra que a dicotomia verdade/ falsidade é um fetiche destruindo tais categorias.

Austin classifica os proferimentos os quais no próprio ato de proferir se constituem na realização de atos e chama-os de performativos. E aqueles proferimentos que descrevem algo os chama de constativos. Está criada a dicotomia performativo/ constativo. O interessante é que depois de gastar um longo tempo para instaurá-la o próprio Austin se encarrega de desfazê-la. Mostrando, portanto, que “o tal do constativo nada mais era de fato senão um performativo mascarado” (Rajagopalan, 1990: 237).

Rajagopalan (idem) lembra que Austin antes de partir para o trabalho de desfazer sua dicotomia *performativo/ constativo* dá-nos “a impressão de que estaria engajado, contrariamente, em salvaguardá-la diante de todos os contra - argumentos”,o que nos faz reconhecer o uso da argumentação pelo ridículo. Austin não só admite, momentaneamente, mas constrói uma tese oposta àquela que ele quer defender e desenvolve-a as últimas conseqüências para depois passar à tese a ser sustentada, num claro exemplo do que afirma Perelman (1996: 235): “Muitas vezes essa ridicularização é obtida por engenhosas construções baseadas no que se esforça em criticar”.

Portanto, em *How to do things with words*, Austin usa o humor como forma de argumentação mostrando que este é também ato de fala. Contudo, não o usa como para distrair, mas para persuadir e o faz da mesma forma que o seu filósofo predileto, Aristóteles, o faz com as emoções e os sentimentos.

3.3. A Retórica em Searle

Em consonância com o aparato teórico metodológico da nova retórica que diferente da retórica antiga não mais se reduz à oratória pela qual a palavra viva atingia um auditório presente, mas amplia a noção de auditor e auditório ao considerar o leitor e o texto, abrangendo como objeto de estudo a forma de construção das diversas teses científicas e filosóficas, apropriado - me da noção de argumentação como a forma de construção dialógica e contingente dos diferentes discursos para analisar o discurso do filósofo de John Searle sobre os atos de fala. Para isso, delimito a obra do referido filósofo *Speech Acts – An Essay in the Philosophy of Language* (Os atos de fala – Um Ensaio de Filosofia da Linguagem), publicada em 1969, por essa ser normalmente apresentada no meio acadêmico como uma introdução da referida teoria.

Embora a teoria dos atos de fala interpretada por Searle tenha sido apropriada por um auditório especializado – os lingüistas – inicialmente, considerarei o auditório ao qual se dirige John Searle como o auditório universal típico da filosofia. A argumentação de John Searle como uma argumentação construída no campo da filosofia analítica da linguagem não renuncia à pretensão de se dirigir à universalidade dos espíritos.

Seguindo à risca as orientações de Platão presentes no *Górgias* (453a/460c), o filósofo não abre mão do ideal da justa medida na construção do seu discurso. Como nos diz Pessanha (1989: 237) com sua retórica salutar “o filósofo almeja inclusive convencer os

próprios deuses; dessa forma, visando à transcendência do apenas humano e circunstancial, ultrapassa e condena o relativismo da retórica sofisticada”.

No entanto, o auditório universal para a nova retórica é apenas uma criação do filósofo a partir da concepção dos valores que chama de *universais*. Tal auditório é para Perelman, de acordo com Pessanha (idem) histórica e socialmente determinado, situado num certo meio cultural e variando com ele.

Desse modo, o discurso de John Searle, considerado como uma retórica filosófica, é percebido como construído na permanente tensão entre a particularidade de sua circunstância histórica e sua pretensão de universalização.

Para tentar compreender essa tensão e, considerando com Pessanha (ibidem: 238) que a eficácia da argumentação depende de determinadas técnicas utilizo-me, como algumas alterações, do método proposto por Margutti Pinto (1998) em sua análise dos procedimentos argumentativos do Wittgenstein no *Tractatus Lógico-philosophicus*⁸. O objetivo desta revisão do método de Margutti é construir, através do estudo da retórica de Searle interpretando Austin, uma proposta de análise crítico-discursiva em lingüística integracionista, uma vez que, para a perspectiva da lingüística integracionista um novo método não é necessário, mas sim, ao invés, uma aplicação revisada dos métodos existentes (Toolan, 1996: 22).⁹

Margutti Pinto, na introdução de sua obra *Iniciação ao Silêncio – Análise do Tractatus de Wittgenstein* (1998:15) afirma que o retorno dos filósofos contemporâneos aos estudos de

⁸ O *Tractatus Lógico-philosophicus*, a primeira grande obra de Wittgenstein, foi pela primeira vez publicada em 1921 na revista de Wilhelm Ostwald, *Annalen der Naturphilosophie* (Lacey, 1989).

⁹ Conforme já me referi no segundo capítulo da primeira parte desta tese, Toolan (1996: 22) afirma que a “lingüística integracionista nomeia um princípio ao invés de um método”. Para ele, vários métodos existentes são congruentes com as concepções integracionista e cita como exemplo, dentre outras áreas, a análise do discurso e análise da conversação.

retórica, causado pela desconfiança na capacidade da filosofia formal em resolver problemas de decisão e ação, é uma das características marcantes do século XX. Ele ressalta o ressurgimento de uma retórica do tipo neociceroniano, para qual o filosofar se torna também uma atividade de invenção, de combate ao dogmatismo e de ligação com a vida cotidiana.

Para Margutti, a partir do *Tratado da Argumentação* de Perelman e Olbrechts-Tyteca, publicado em 1958, a Retórica não pode ser vista como uma disciplina autônoma, mas sim como um dos componentes do discurso. Ele diz:

Em nossa opinião, a atitude de separar Retórica e discurso para depois estudá-la como disciplina independente, cujas técnicas poderemos aplicar ou não, segundo nossas conveniências, pode conduzir ao erro. Realmente isso pode induzir-nos a pensar que existe algo como “a” Retórica e levar-nos a esquecer que não há discurso argumentativo sem elementos retóricos, os quais, embora possam existir em maior ou menor grau, sempre estarão presentes. A Retórica constitui uma parte integrante de todo o discurso que visa a alguma forma de adesão do auditório a que se dirige (Margutti, 1998: 18).

Como seu objeto de estudo tem sido a argumentação filosófica (ibidem: 20), Margutti elabora um método de análise argumentativa, combinando elementos provenientes de Perelman e Olbrechts-Tyteca e de Plebe e Emanuele (1992), cuja idéia central é a de que todo discurso de caráter filosófico envolve uma combinação de repetição e invenção. O caminho proposto por Margutti percorre os seguintes momentos (1998: 21):

- a) Exposição da solução do autor (conjetura hermenêutica);
- b) Contextualização (problema e ponto de partida do autor);

- c) Identificação das principais técnicas heurísticas utilizadas (parte inventiva);
- d) Análise dos principais esquemas argumentativos utilizados para justificar pontos específicos da solução (táticas argumentativas);
- e) Análise da linha geral argumentação (estratégica argumentativa);

O método, por ser especificamente elaborado para o discurso filosófico, apresentar-se-ia adequado para uma análise retórica do discurso de John Searle a que me proponho realizar. No entanto, ele apresenta problemas que tentei resolver adequando o método a uma apropriada teoria do discurso e modificando-o quando julguei necessário.

A questão problemática, diz respeito ao item *a* do método, que se propõe realizar uma exposição da solução do autor ou hipótese hermenêutica. Mesmo afirmando não ser hermenêutico o objetivo principal de sua análise argumentativa, Margutti acredita que a vantagem do seu método consiste em introduzir elementos que auxiliam “na construção de uma hipótese interpretativa adequada, facilitando a compreensão da obra” (cf. 1998: 21).

Margutti reconhece que o momento da exposição da solução encontrada pelo autor “envolve a elaboração de uma conjectura interpretativa que está sujeita aos mesmos problemas de qualquer exegese” (idem). Embora ele apresente o fato de o texto ser encarado como uma peça argumentativa como um atenuante para se evitar alguns perigos dos métodos hermenêuticos tradicionais¹⁰ como o psicologismo, o historicismo, o relativismo, o

¹⁰ Segundo o glossário do *Compêndio de Filosofia* (Bunnin e Tsui-James, 2002: 744) a Hermenêutica é um “método de interpretação inicialmente de textos bíblicos, mas posteriormente estendido a outros textos e, com Dilthey, a culturas inteiras. Em geral, o método aumenta nossa compreensão do que é obscuro, corrompido ou incompleto, situando-o no contexto global. O círculo hermenêutico é um problema que surge classicamente pelo fato de nossa compreensão de um item num texto depender de nossa compreensão desse e de outros itens. Essa interdependência da interpretação, porém, não precisa ser viciosa, embora possa requerer uma atitude de modéstia, mais do que de dogmatismo, na apresentação de uma interpretação.”

subjetivismo e o positivismo, “não há como se evitar a dificuldade do círculo hermenêutico”.

E alerta:

Se, por um lado, a interpretação do texto depende dos instrumentos de análise do sujeito interpretante, por outro, a elaboração e utilização dos instrumentos de análise deste sujeito é determinada pelo texto a ser interpretado (1998: 22).

É relevante aqui o questionamento de Paul de Man que atinge toda a tradição hermenêutica, em suas mais variadas formulações. Segundo Rajagopalan (1996: 22), De Man considera que todas as abordagens hermenêuticas “foram unânimes em sua certeza de haver algo pronto e acabado para ser interpretado, que porém, pode perfeitamente permanecer oculto a menos que alguém, munido de habilidades apropriadas, prontifique-se a interpretá-lo”.

Para evitarmos construir nossa análise retórica sobre a premissa epistemológica que, conforme a denúncia de Rajagopalan (*ibidem*: 227), sustentou a tradição hermenêutica, ou seja, “a idéia de haver algo (pouco importa o nome que a ele se dê: ‘objeto’, ‘fato’, ‘dado’, ‘fenômeno’, ‘essência’ etc.) que se submete à atividade interpretativa sem que por ela seja afetado de forma significativa ou, se quiser, algo cuja ontologia esteja assegurada aprioristicamente” precisamos sim, considerar a retórica como componente do discurso como fez Margutti. Contudo, é necessário situar esse componente em uma abordagem crítica da análise do discurso para superar o problema da premissa interpretativa hermenêutica, criticada por De Man.

A abordagem multidimensional proposta por Norman Fairclough (2001), que trabalha com uma concepção de discurso de orientação social e lingüística, parece-me adequada, uma vez que a posição sobre discurso e subjetividade defendida nesta abordagem é dialética: considera os sujeitos “moldados pelas práticas discursivas, mas também capazes de remodelar e reestruturar essas práticas” (ibidem: 70). Portanto, utilizei em minha análise o conceito de discurso tridimensional retirado da análise crítica do discurso proposta por Fairclough (ibidem: 22):

Qualquer ‘evento’ discursivo (isto é, qualquer exemplo de discurso) é considerado como simultaneamente um texto, um exemplo de prática discursiva e um exemplo de prática social. A dimensão do ‘texto’ cuida da análise lingüística de textos. A dimensão da ‘prática discursiva’, como ‘interação’, na concepção ‘texto e interação’ de discurso, especifica a natureza dos processos de produção e interpretação textual (...). A dimensão de ‘prática social’ cuida de questões de interesse da análise social, tais como as circunstâncias institucionais e organizacionais do evento discursivo e como elas se moldam a natureza da prática discursiva e os efeitos constitutivos/construtivos referidos anteriormente.

A abordagem de Fairclough tenta operacionalizar a percepção foucaultiana da construção discursiva de sujeitos sociais e do conhecimento em métodos reais de análise. Foucault optou por enfocar as práticas discursivas num esforço para ir além dos dois principais modelos alternativos de investigações disponíveis na pesquisa social – o estruturalismo e a hermenêutica (Dreyfus e Rabinow apud Fairclough, 2001: 62). A partir do trabalho arqueológico de Foucault sobre o discurso das ciências humanas, podemos entender as práticas discursivas como constitutivas do conhecimento e as formações discursivas como regras para a constituição de áreas do conhecimento.

É possível situar a análise retórica na dimensão ‘texto’ da análise crítica proposta por Norman Fairclough, uma vez que em sua obra *Discurso e Mudança social* (2001: 106) ele diz que sendo a análise de dimensão texto uma esfera complexa e bastante técnica que incorpora muitos tipos e técnicas de análise pretende, então “fornecer referências para os que desejem seguir linhas particulares de análise”. A análise retórica pode ser adequadamente enquadrada numa abordagem crítica de análise do discurso uma vez que, o próprio Fairclough ressalta que num texto há vários esquemas argumentativos segundo os quais grupos de enunciado podem ser combinados e cuja sucessão caracteriza a arquitetura do texto, numa referência explícita a Foucault. Para Fairclough (idem):

...esses esquemas e seus aspectos particulares, como a estrutura argumentativa dos textos, variam entre os tipos de discursos, e é interessante explorar tais variações como evidências dos diferentes modos de racionalidade e modificações nos modos de racionalidade, à medida que mudam as práticas discursivas.

Essa avaliação por Fairclough das concepções de discurso nos estudos arqueológicos de Foucault me permitiu integrar minha proposta – realizar uma análise retórica da obra *Speech Acts— An Essay in the Philosophy of Language* de John Searle – ao programa de Análise Crítica do Discurso. Como o conceito de discurso aqui adotado é tridimensional, o discurso de Searle sobre os atos de fala é, pois, considerado como simultaneamente um texto, um exemplo de prática discursiva dos teóricos da linguagem, que por sua vez se constitui também num exemplo da própria prática social desses teóricos.

A ênfase de Foucault nas condições de possibilidade do discurso sobre as regras de formação discursiva¹¹ que definem possíveis objetos, modalidades enunciativas, conceitos e estratégias argumentativas de um tipo particular de discurso tem sido avaliadas e integradas à Análise Crítica do Discurso de Fairclough (cf. Fairclough, 2001: 63). É essa perspectiva crítica e a teoria social do discurso de Norman Fairclough que são operacionalizadas na análise crítica do discurso teórico sobre a linguagem, proposta nesta tese.

Através da dimensão da prática discursiva que especifica a natureza dos processos de produção e interpretação textual, para perceber “que tipos de discurso (incluindo ‘discursos’ nos sentido mais sociotóricos) são derivados e como se combinam” (Fairclough, 2001: 22), pude perceber que foi a ausência de um dispositivo teórico-metodológico de análise do discurso que considerasse a relação entre *produção – interpretação*, capaz de realmente situar a retórica como componente do Discurso que levou Margutti a considerar, em seu método, a dimensão da conjectura interpretativa ou hipótese hermenêutica, conduzindo os demais momentos do método para as dificuldades e aporias da tradição hermenêutica.

Desse modo, julgo adequada uma alteração no método de análise argumentativa do discurso filosófico proposto por Margutti. Sob a perspectiva crítica, o método perderá sua conotação hermenêutica, eliminando a necessidade de uma hipótese interpretativa geral, anterior à própria análise argumentativa, a ser refinada e reforçada através de uma “interação entre a hipótese hermenêutica e os aspectos argumentativos do texto” como pretendeu Margutti (cf. 1998: 21).

¹¹ Fairclough utiliza o conceito de formação discursiva a partir de uma leitura crítica de Pêcheux. Para este último, que toma o termo emprestado de Foucault, o discurso mostra os efeitos da luta ideológica no funcionamento da linguagem. Para Pêcheux uma formação discursiva é “aquilo que em uma dada formação ideológica determina ‘o que pode ser dito’” (Pêcheux apud Fairclough, 2001: 52).

Para fugir do círculo hermenêutico, a análise retórica não pode ser considerada como mais uma exegese do texto filosófico, pois tal texto deve ser visto como fazendo parte da prática discursiva dos filósofos. A partir dessa perspectiva crítica, elimino de minha análise o primeiro momento do método de análise retórica do discurso filosófico proposto por Margutti Pinto (1998: 21): o item *a*, a saber, *exposição da solução do autor (conjetura hermenêutica)*.

Quanto ao segundo momento, referente ao item *b* – contextualização (problema e ponto de partida do autor) –, Margutti entende que a contextualização introduz a “vantagem hermenêutica” de procurar pelo problema e pelas premissas da argumentação condicionando o “conjunto das conclusões possíveis, e, reduzindo também o campo das hipóteses interpretativas apropriadas” (ibidem: 23). Ora, não podendo entender a retórica como um componente do discurso sem contemplar uma teoria do discurso que a abrigue, é necessário considerarmos, antes de tudo, um pressuposto que sustenta as teorias discursivas: a relação entre linguagem e seu contexto não é transparente.

Fairclough (2001) cita Foucault quando, em sua *Arqueologia do Saber* (1972) ao discutir os campos de enunciados, comenta como o contexto situacional de um enunciado determina a forma que esse enunciado toma, bem como a sua interpretação. A esse respeito, Fairclough faz a seguinte ressalva:

a forma como o contexto afeta o que é dito ou escrito, e como isso é interpretado, varia de uma formação discursiva para outra. (...) Não se pode, portanto, simplesmente apelar ao contexto para explicar o que é dito ou escrito, ou como é interpretado como muitos linguistas fazem na sociolinguística e na pragmática: é preciso voltar atrás para a formação discursiva e para a articulação das formações

discursivas nas ordens de discurso para explicar a relação contexto – texto – significado (2001: 71-73).

Desse modo, a respeito do segundo momento da análise, ressalto a importância de se considerar a dimensão da prática discursiva. Somente através da análise da prática discursiva, que envolve processos de produção, distribuição e consumo textual (cf. *ibidem*: 106) podemos perceber que os processos de produção e interpretação são restringidos pelas estruturas histórico-sociais como também mediante as ordens de discurso que por sua vez foram também constituídas na prática discursiva.

E para trabalharmos a prática discursiva é preciso adotar além de uma leitura do contexto de situação, uma perspectiva intertextual. Tal perspectiva permite analisar os processos de produção, distribuição e consumo textuais. Sobre a importância da perspectiva intertextual para uma análise da prática discursiva, cito Fairclough (*ibidem*: 114):

Em termos da produção, uma perspectiva intertextual acentua a historicidade dos textos: a maneira como eles sempre constituem acréscimos às ‘cadeias de comunicação verbal’ existentes [...], consistindo em textos prévios aos quais respondem. Em termos da distribuição, uma perspectiva intertextual é útil na exploração de redes relativamente estáveis em que os textos se movimentam, sofrendo transformações predizíveis ao mudarem de um tipo de texto a outro [...]. E em termos de consumo, uma perspectiva intertextual é útil ao acentuar que não é apenas ‘o texto’, nem mesmo apenas os textos que intertextualmente os constituem, que moldam a interpretação, mas também os outros textos que os intérpretes variavelmente trazem ao processo de interpretação.

Levando em conta essa ressalva e considerando a perspectiva intertextual para dar conta das formações discursivas, o item *b* do método de Margutti (contextualização) será

substituído pelo item **prática discursiva** que consistirá em uma contextualização que dê conta das formações discursivas: uma análise intertextual realizada em três momentos: produção, interpretação e consumo.

Outros momentos do método, (c) identificação das principais técnicas heurísticas utilizadas (parte inventiva) (e) análise da linha geral de argumentação, constituíram, neste trabalho, a análise da dimensão texto (no capítulo 5), sendo que eliminei o item *d* que se constituía numa análise dos principais esquemas argumentativos, uma vez que este momento foi utilizado por Margutti (1998: 21) para justificar pontos específicos da solução (hipótese hermenêutica) já eliminada em minha apropriação metodológica.

A análise da dimensão texto, juntamente com a prática discursiva, constitui a microanálise do dispositivo da análise crítica do discurso: a explicação do modo preciso como o sujeito do discurso produz e interpreta textos com base nos recursos dos membros. No entanto, segundo Fairclough (2001: 115) “isso deve ser complementado com uma macroanálise para que se conheça a natureza dos recursos dos membros (como também das ordens do discurso) a que se recorre para produzir e interpretar os textos e se isso procede de maneira normativa ou criativa”. A prática discursiva envolve uma combinação na qual microanálise e a macroanálise são requisitos mútuos. Desse modo, a microanálise fornece elementos para a macroanálise. Como conclui Fairclough (ibidem):

... a microanálise e a macroanálise são requisitos mútuos. É devido a sua inter-relação que a dimensão da prática discursiva em minha teoria tridimensional pode mediar a relação entre as dimensões da prática social e do texto: é a natureza da prática social que determina os macroprocessos da prática discursiva e são os microprocessos que moldam o texto.

Assim como a microanálise e a macroanálise são interdependentes também cuidei da análise do texto, da prática discursiva e da prática social como interdependentes. Apesar de tratar essas dimensões em capítulos específicos, posso exemplificar tal interdependência na identificação das principais técnicas heurísticas que diz respeito à análise retórica e, portanto, à análise da dimensão texto, mas que, também especificam o processo de produção e interpretação textuais que compõem a prática discursiva.

Pretendo, nestes dois momentos da análise colher elementos para efetuar uma macroanálise numa perspectiva integracionista e mostrar a interdependência entre as práticas discursivas da filosofia contemporânea, na qual se situa o discurso de John Searle, e as práticas discursivas da lingüística, a partir da seguinte questão: como o discurso de J. Searle sobre a linguagem se relaciona com outros discursos em condições sócio-históricas particulares para produzir um novo e complexo discurso: o discurso do formalismo em lingüística?

Creio, com essa revisão metodológica, ter alcançado um aparato teórico-metodológico capaz de analisar a retórica dos teóricos da linguagem, através de uma abordagem crítico-discursiva condizente com o programa integracionista, que inclui em seus objetivos uma tomada de consciência do caráter integral de nossas ações como lingüistas e acadêmicos, originadas da natureza política, interativa, e social de nossa experiência lingüística.

Parte 2

Análise crítico-discursiva da retórica searleana

4. PRÁTICA DISCURSIVA

Para Fairclough (2001: 100) uma “forma de ligar a ênfase na prática discursiva e nos processos de produção, distribuição e consumo textual ao próprio texto é focalizar a intertextualidade do último”. A intertextualidade é apontada por Fairclough como propriedade fundamental para a compreensão da prática discursiva.

Muito embora o termo não seja bakhtiniano¹², a abordagem intertextual proposta por Fairclough é desenvolvida a partir do seu trabalho. A visão bakhtiniana segundo a qual os textos e as expressões são formados por textos anteriores, inaugura o espaço para a discussão de caráter dialógico do discurso. Como vimos na primeira parte desta tese, para Bakhtin, o nosso discurso está sempre impregnado das vozes que o constituíram e sempre interagindo com outros discursos que se ligam e se relacionam de algum modo com ele, de forma explícita ou implícita.

A esse respeito, Fairclough nos diz que os textos sempre recorrem a outros textos contemporâneos ou historicamente anteriores e os transformam e qualquer tipo de prática discursiva é gerado de combinações de outras e é definido pelas suas relações com outras práticas discursivas. Assim, a intertextualidade implica “a inserção da história em um texto e deste texto na história” (Kristeva apud Fairclough, 2001: 134).

¹² Conforme Fairclough (2001) o termo “intertextualidade” foi cunhado por Kristeva (1960) a partir da influência teórica do trabalho de Bakhtin.

A partir de observações de trabalho de Kristeva (1986) Fairclough vai definir as dimensões da intertextualidade levando em conta como os textos explicitam ou não o seu caráter dialógico: os textos em que os diálogos entre os discursos se deixam entrever e as outras vozes sociais se fazem presentes na superfície textual estariam na dimensão horizontal da intertextualidade. Já os textos em que o discurso do outro não está explicitado na superfície textual – muito embora se relacionem com outros textos estabelecendo elos com aqueles na cadeia dialógica das relações sócio-históricas – são situados na dimensão vertical da intertextualidade.

Fairclough distingue entre ‘intertextualidade manifesta’, em que no texto se recorrem explicitamente a outros textos específicos e ‘interdiscursividade’ ou ‘intertextualidade constitutiva’, quando um texto é constituído por outros textos por meio de uma combinação de elementos das ordens de discurso. Na intertextualidade constitutiva, a heterogeneidade é mascarada, uma vez que o dialogismo não aparece marcado na superfície textual (com aspas, glosas, etc.) e o texto é apresentado como em uma única voz (cf. Nogueira, 2000).

Neste capítulo, pretendi estudar os processos de produção, distribuição e consumo textual que envolvem a prática discursiva a partir da intertextualidade presente no texto de Searle para entender de que modo este texto responde, reacentua e retrabalha textos passados, antecipando e moldando textos subseqüentes.

Margutti (1998: 39) em sua análise argumentativa do *Tractatus* de Wittgenstein diz que a contextualização “inclui a consideração dos aspectos mais importantes da vida do

autor, dos fatos históricos mais importantes de sua época e das doutrinas mais significativas para a solução proposta pela obra”.

No entanto, quero lembrar, para situar minha análise argumentativa em uma abordagem discursiva crítica, que a contextualização é sempre uma “leitura da situação que ressalta certos elementos diminuindo a importância dos outros, relacionando os elementos entre si de determinada maneira e uma especificação dos tipos de discurso que provavelmente serão relevantes” (Fairclough 2001: 112). O que significa que antes de recorrermos ao contexto de situação temos que interpretar qual é o contexto de situação. O contexto é sempre recorte que nunca fala por si mesmo. Por isso, recorro à abordagem intertextual.

Ao invés de traçar um perfil biográfico de John Searle é necessário entender, para uma análise retórica de sua obra *Speech Acts*, que seu discurso, embora se classificando como um discurso filosófico – que como vimos tem pretensão de falar a um auditório universal –, faz parte de uma determinada prática discursiva: a prática discursiva da filosofia analítica. E como tal, o discurso de Searle é gerado como um discurso resposta a outros discursos, articulando-se com as vozes que lhe são historicamente anteriores.

4.1. Produção: a prática discursiva da filosofia analítica

Como vimos, em termos da produção, uma perspectiva intertextual acentua a historicidade dos textos: a maneira como eles sempre constituem acréscimos às ‘cadeias de

comunicação verbal⁷ existentes, consistindo em textos prévios aos quais respondem (Fairclough, 2001: 114).

Para percebermos a historicidade da obra *Speech Acts – An Essay in the Philosophy of Language* (doravante, *S.A.*), inicio minha análise com uma seqüência textual retirada do primeiro capítulo¹³:

1- (*S.A.*):

Fazemos uma distinção entre a filosofia da linguagem e a filosofia lingüística. A filosofia lingüística é a tentativa de resolver problemas filosóficos particulares examinando o emprego corrente de certas palavras ou de certos elementos no interior de uma dada língua. A filosofia da linguagem é a tentativa de fornecer uma descrição filosoficamente esclarecedora para certos traços gerais da linguagem, tais como a referência, a verdade, a significação e a necessidade; não é senão ocasionalmente que sua atenção se volta para os elementos particulares de uma dada língua. Entretanto, o seu método de investigação, quando empírico e racional mais do que a priori e especulativo, deverá forçá-la a examinar de modo bastante preciso os factos encontrados nas línguas naturais.

O termo “Filosofia Lingüística” é essencialmente o nome de um método; “Filosofia da Linguagem” é o nome de um objeto de estudo. Apesar de, algumas vezes, utilizar os métodos da filosofia lingüística este livro é um trabalho de filosofia da linguagem e não de filosofia lingüística (Searle, 1981: 10)¹⁴

¹³ Todas as traduções de S.A utilizadas neste trabalho foram retiradas da obra traduzida Os Actos de Fala – Um Ensaio de Filosofia da Linguagem, Coimbra: Livraria Almedina, 1981. A tradução foi coordenada por Carlos Vogt.

¹⁴ “I distinguish between the philosophy of language and linguistic philosophy. Linguistic philosophy is the attempt to solve particular philosophical problems by attending to the ordinary use of particular words or other elements in a particular language. The philosophy of language attempt to give philosophically illuminating descriptions of certain general features of language, such reference, truth, meaning, and necessity; and it is concerned only incidentally with particular elements in a particular language; trough its method of investigation, where empirical and rational rather than *a priori* and speculative will naturally force it to pay strict attention to the facts of actual natural languages. “Linguistic philosophy” is primarily the name of a method; “The philosophy of language” is the name of a subject. Although I shall sometimes employ the methods of linguistic philosophy, this book is an essay in the philosophy of language, not in linguistic philosophy” (Searle, 1969: 3-4).

A partir da análise do texto anterior, retirado do primeiro capítulo de S.A, podemos perceber o discurso de Searle como um metadiscurso. O metadiscurso é, segundo Fairclough (2001: 157), uma forma de intertextualidade manifesta em que “o (a) produtor(a) do texto distingue níveis diferentes de análise dentro do seu próprio texto e distancia a si próprio(a) de alguns níveis do texto”.

Desse modo, o metadiscurso é usado por John Searle para situá-lo acima ou fora do seu próprio discurso na posição de controle sobre o mesmo. Tal efeito é produzido pela menção dos termos “*Linguistic philosophy*” e “*The philosophy of language*” [“*Filosofia Lingüística*” e “*Filosofia da Linguagem*”] marcados pelo emprego das aspas e das iniciais maiúsculas, como a introduzir palavras novas, termos desconhecidos ao leitor.

As expressões entre aspas são explicitamente mencionadas numa especificação dos dois discursos representados pelas definições dos termos por elas marcados: o discurso da filosofia lingüística e o discurso da filosofia da linguagem. Tais discursos, nessa outra forma particular de intertextualidade manifesta – a representação do discurso – são representados pelo produtor de S.A. através do processo discursivo da reformulação, que consiste em usar uma parte do texto para descrever, explicar, caracterizar, traduzir, resumir ou fornecer sentidos a outras partes de texto.

Searle, através da reformulação, uma forma de representação do discurso que tem a função de ganhar a aceitação dos outros para suas versões do que foi dito ou sugerido (Fairclough, 2001: 199), define filosofia da linguagem e filosofia lingüística [O termo “*Filosofia lingüística*” é essencialmente o nome de um método, “*Filosofia da Linguagem*” é o nome de um objeto de estudo] como a voz de um glossário de filosofia estabelecendo definições metalingüísticas,

uma voz externa usada como autoridade para sustentar sua própria posição [*Apesar de, algumas vezes, utilizar os métodos da filosofia lingüística este livro é um trabalho de filosofia da linguagem e não de filosofia lingüística*].

Assim, pela leitura da seqüência textual 1, no qual John Searle traça distinção entre a filosofia da linguagem e a filosofia lingüística para delimitar sua obra como um trabalho de filosofia da linguagem, reconhecemos, concretamente a especificação de qual outro discurso J.Searle escolheu distanciar-se dando-lhe um lugar mostrado: o discurso da filosofia lingüística. Conforme Authier Revuz (1999: 11):

Estudar as formas pelas quais um discurso coloca um exterior a si mesmo, e por conseguinte delimita um interior, é ter acesso à imagem que um discurso constrói de si mesmo. Concretamente, é especificar de *qual (is) outro(s)* um discurso escolheu distanciar-se, dando-lhe(s) lugar, mostrado, em si mesmo; e sobre que *modo* funciona a relação a este(s) outro(s) mostrado(s): tanto quantitativamente – desde discursos “saturados” de heterogeneidade mostrada até discursos tendencialmente monológicos, não dando lugar ao outro –, quanto qualitativamente – desde o jogo das “pequenas diferenças narcísicas” até os afrontamentos visando destruir o outro discurso.

O discurso de Searle parece colocar ambas as áreas (filosofia da linguagem e filosofia lingüística) como complementares. No entanto, o discurso da filosofia lingüística é destruído na construção da imagem da filosofia da linguagem, uma vez que a primeira seria apenas um meio para se atingir a finalidade maior [fornecer uma descrição filosoficamente esclarecedora para certos traços gerais da linguagem]. A filosofia lingüística estaria, portanto, a serviço da filosofia da linguagem.

Ao colocar um exterior para seu próprio discurso – o da filosofia lingüística – delimitando um interior para si – o da filosofia da linguagem [*Apesar de, algumas vezes, utilizar os métodos da filosofia lingüística esse livro é um trabalho de filosofia da linguagem e não de filosofia lingüística*] – Searle constitui um lugar, uma área de estudos para si e dar a este lugar uma posição privilegiada no quadro da filosofia analítica.

Portanto, o texto de Searle que parece apresentar uma só voz e uma voz de autoridade, apresenta-se na verdade como um segundo discurso que reformula o discurso da filosofia analítica, representando discursivamente, tanto o discurso da filosofia lingüística quanto o discurso da filosofia da linguagem, numa tradução que se constitui numa versão searleana da filosofia analítica.

Tal tradução é também mostrada na utilização dos termos próprios do vocabulário analítico expresso por Searle como traços gerais da linguagem: *referência, verdade significação*. A utilização destes termos tornou-se uma convenção na prática discursiva da filosofia analítica, que por sua vez, nas primeiras décadas do século passado, convencionou uma nova forma de análise filosófica: a que concedeu à linguagem um lugar central no projeto filosófico como um todo.

Por essa via, podemos agora tomar historicamente o texto de Searle, através da intertextualidade constitutiva, chamada por Fairclough de interdiscursividade, para indagar de que modo as convenções adotadas pelos filósofos analíticos e os textos prévios produzidos em sua prática discursiva se transformam ou se naturalizam em *S.A.*

Ora, o vocabulário apontado por Searle como constituindo traços gerais da linguagem para os quais a filosofia da linguagem tentará “fornecer uma descrição

filosoficamente esclarecedora” foi vinculado, como mais tarde Searle irá afirmar, pelos “métodos de análise lógica e pelas teorias filosóficas inventadas por Gottlob Frege no século XIX” (Searle, 2002: 2).

Searle, portanto, acentua a importância da herança fregueana na conquista de uma “ferramenta fundamental de análise filosófica” a partir da invenção da lógica moderna por Frege, especificamente o cálculo de predicados (ibidem).

Considerado como o fundador da lógica moderna ou lógica matemática, Gottlob Frege (1848-1925), que foi professor de matemática na Universidade de Iena, é tido também como o pai da filosofia analítica (Cf. Dummet apud Oliveira 1996: 57). Tendo seus trabalhos revelados à comunidade acadêmica por Bertrand Russell, o objetivo inicial de Frege era a construção lógica da aritmética. No entanto, para Dummet (ibidem: 57) a famosa virada lingüista (*Linguistic turn*)¹⁵ começou a ser realizada, embora implicitamente, na obra em que Frege expôs, em língua natural, os sinais e regras do cálculo lógico que ainda hoje se situam no cerne da lógica moderna: *Os fundamentos da Aritmética (Die Grundlagen der Arithmetik, 1884)*¹⁶.

Apesar de perseguir o único objetivo de fundamentar a aritmética criando os rudimentos da sintaxe lógica, o uso dos termos (representados por Searle em *S.A*) quais

¹⁵ A valorização da linguagem, chamada por Rorty de *Linguistic turn* (virada Lingüística) e identificada por Dummet como iniciada em Frege, vem mostrar não “a descoberta de um novo campo da realidade a ser trabalho filosoficamente, mas, antes de tudo, uma virada da própria filosofia, que vem a significar uma mudança na maneira de entender a própria filosofia e na forma de seu procedimento filosófico no século XX se centralizar, então, na tese fundamental de que é impossível filosofar sobre algo sem filosofar sobre a linguagem” (Oliveira, 1996 12-13).

¹⁶ É a famosa tese de Frege, publicada, no artigo *Sinn un Beudeutig* (Sentido e Referência), de que é o sentido que determina a referência e não o contrário, que é responsável pela separação entre a semântica e a lógica. Demonstrando que há nomes próprios que tem significação, mas não designam objetos (ex. “o atual Rei da França”), Frege vem mostrar que o sentido de um nome próprio não pode ser identificado pelo objeto por ele designado. O sentido é visto não como o objeto real, mas como um modo de se conhecer a referência.

sejam *sentido, referência, proposição, linguagem* por Frege, já traz uma idéia do caráter inteiramente novo da sua análise. Podemos confirmar aqui, a herança recebida pela filosofia analítica de que determinado tipo de análise é filosófica, ou melhor, de que filosofia é análise.

Na esteira de Frege, George Edward Moore (1873-1958) e Bertrand Russell (1872-1970) deram os primeiros passos com relação à conquista de um método propriamente analítico, fornecendo à filosofia a conquista do seu objeto de estudo. Em 1903 é publicada a obra de Russell *Principles of Mathematics* na qual consagra o apêndice B inteiramente às idéias de Frege, revelando a genialidade do matemático alemão ao público científico da época. Em 1910, Russell publica a obra *Principia Mathematica* cuja leitura gera a interpretação pragmatista de Tarski na Polônia.

Enquanto Russell ocupava-se, naquele período, da análise de conceitos chaves da lógica formal tais como, *todos, alguns, aquele, que, um, o, os, não, se, ou*, etc., Moore pretendia fornecer análises corretas de certo número de proposições do senso comum como “isto é bom” ou “isso é uma mesa”. Seu ensaio “*The Refutation of Idealism*” (A Refutação do Idealismo) manifestando contra as filosofias da totalidade e do absoluto advindas de Hegel, de 1903, é considerado o primeiro escrito da filosofia analítica (Jacques, s/d).

Esse movimento iniciado por Russel e Moore, e depois por Wittgenstein, tornou-se institucional e se fez reconhecer, na Inglaterra, como o movimento da “Filosofia analítica”, rejeitando a então tarefa dos filósofos tradicionais de compreender, descrever, explicar ou transformar o mundo para, ao invés, assumir a tarefa de fornecer uma análise da significação dos enunciados científicos e do senso comum.

Desse modo, os partidários da filosofia como inquérito da linguagem não apresentavam, como o faziam os filósofos tradicionais, uma doutrina expressa numa longa obra teórica capaz de interessar um público amplo, mas centravam-se em duas questões modestas na aparência: *What do you mean?* (O que quer dizer?) e *How do we know?* (Como conhecemos?). Eles publicavam seus curtos ensaios ou então discutiam tais questões em colóquios privados entre colegas (essa forma de apresentação do seu trabalho será considerada uma característica da prática discursiva dos filósofos analíticos).

A prática discursiva da filosofia analítica será, portanto, marcada pelas técnicas de análise lógica da linguagem iniciada por Frege, cuja influência exercida em *S.A.* é reconhecida pelo próprio Searle. Conforme lemos no subcapítulo de S.A (4.2) “Axiomas de Referência”, ao apresentar sua teoria da referência, Searle faz alusão a Frege e a Strawson o que reforça a imagem de seu texto como acréscimo à cadeia intertextual existente na filosofia analítica:

2- (*S.A.*): A teoria que apresentamos está na tradição que começa com Frege e continua com *Individuals*, de Strawson, e, como o leitor terá oportunidade de ver, é fortemente influenciada por esses dois autores (Searle, 1981: 103)¹⁷.

O texto acima traz uma pressuposição, numa forma de *intertextualidade manifesta*, a qual mostra que o produtor de *S.A.* toma como tácito que há uma tradição que começa com Frege e continua com Strawson. Essa tradição para a qual filosofia é análise e análise da linguagem, em cuja origem está o trabalho de Frege, foi constituída como uma tradição predominante britânica que, como lemos anteriormente, foi inaugurada, nas primeiras

¹⁷ The theory we shall present is in the tradition that begins with Frege and continues in Strawson's *Individuals*, and, as the reader will see, is heavily influenced by those two authors. (Searle, 1969: 77)

décadas do século passado por Moore, Russell e também por Wittgenstein. A partir da perspectiva intertextual percebemos que o texto de S.A. responde, reacentua e retrabalha os textos dessa tradição. Vejamos.

Russell escreveu seu *The principles of mathematics*, cujo tema central era a idéia de que “*toda* a matemática pura poderia ser derivada de um pequeno número de princípios fundamentais *lógicos*” (Monk, 1995: 43), tentando provar teoremas de análise matemática através de axiomas simples e evidentes. Quando seu livro estava no prelo, ele percebeu que havia sido antecedido em seu empreendimento por Frege que, em *Fundamentos da Aritmética* se propusera exatamente a mesma tarefa que Russell, motivo pelo qual Russell acrescentou como apêndice a seu livro um ensaio intitulado *As doutrinas lógicas e aritméticas de Frege*, elogiando a obra *Grundgesetze* do matemático alemão, que até então não obtivera nenhum reconhecimento (cf. Monk, 1995: 43,44).

Esse livro de Russell acrescido de um estudo sobre Frege além de reconhecer a importância da obra de Frege, levantou um problema cuja solução se tornaria um problema essencial para os fundamentos da matemática¹⁸. Russell propôs uma solução inacabada para

¹⁸ Frege recorreu à noção de classe, que definiu como a extensão de um conceito para obter uma definição lógica de número. Assim, ao conceito “*mesa*” corresponderia à classe “*mesas*”, portanto a cada conceito significativo corresponderia a um objeto, uma classe, que constituiria a sua extensão. Era um axioma de seu sistema. Conforme Monk (1995: 44) “Russell descobriu que, por certo encadeamento de raciocínios, isso levava a uma contradição. Pois, a partir deste pressuposto, haveria algumas classes que pertenceriam a si mesmas [isto é, que seriam sua própria extensão] e outras que não: a classe de todas as classes é ela própria uma classe e, portanto, é a sua própria extensão; a classe de todos os homens não é ela própria um homem, e, portanto, não pertence a si mesma [isto é, não é um elemento de si mesma]. Com base nisso, seria possível formar ‘a classe de todas as classes que não tem a si mesmas como elemento’. E aí surge o dilema: *esta* classe tem a si mesma como elemento ou não? Qualquer resposta – que ela pertence a si mesma ou que não pertence – leva a uma contradição. E, claramente, se uma contradição pode decorrer dos axiomas de Frege, seu sistema de lógica constitui um fundamento inadequado para a construção da matemática”.

esse problema que denominou *teoria dos tipos* e que foi publicada no segundo apêndice de seus *Principles*¹⁹.

Segundo Monk (1995: 43) a leitura desse livro de Russell se revelaria um evento decisivo na vida Wittgenstein que, após um estudo metuculoso dele e do *Grundgesetze* de Frege, decidiu dedicar-se a resolver o paradoxo apontado por Russel, abandonando, em 1912, a engenharia aeronáutica para estudar filosofia, sob a supervisão de Russell no *Trinity College* de Cambridge.

As concepções desenvolvidas por esse jovem Wittgenstein e por Russell, durante as duas primeiras décadas do século XX, vão constituir a corrente da filosofia analítica chamada *atomismo lógico*, segundo a qual a linguagem só teria significado quando analisável em proposições mutuamente independentes, cujos elementos atômicos corresponderem a elementos de estados de coisas.

Nesse contexto, as questões em torno da relação entre linguagem e mundo, da significação das palavras e do sentido das proposições (da verdade ou falsidade destas) farão parte da rotina da prática discursiva da filosofia analítica. A tradição textual britânica analítica inserida nessa história molda os textos subseqüentes num tipo de discurso que busca resposta a tais questões.

Através da *intertextualidade manifesta* Searle representa esse discurso em S.A., reproduzindo tais questões próprias do atomismo lógico, na forma de perguntas que iniciam

¹⁹ É interessante lembrar que o próprio Russell não encontrou uma solução adequada para o problema. Conforme Monk, ele propôs evitar a contradição que encontrou na obra de Frege por uma estratégia que denominou “teoria dos tipos”, postulando uma hierarquia de tipos de objetos, dos quais coleções podem ser legitimamente agrupadas para formar conjuntos: assim o primeiro tipo são os indivíduos, e assim por diante. Cada conjunto deve ser uma coleção de objetos do mesmo tipo; dessa maneira, não existirá um conjunto que possa ser um elemento de si mesmo. Mas Russell não ficou satisfeito com a sua solução porque ela estaria longe da simplicidade que almejava alcançar para o seu sistema (cf. *ibidem*, 1995).

o primeiro capítulo da obra, e que constituem, segundo ele, o objeto de estudo da filosofia da linguagem:

3- (S.A.):

Como se relacionam as palavras com o mundo? [...] qual a diferença entre uma seqüência de palavras com significação e uma sem significação? O que é para a coisa ser verdadeira ou falsa? Tais perguntas constituem o objeto de estudos da filosofia da linguagem (Searle, 1981: 9-10).²⁰.

E foi para construir soluções a essas questões que Frege, Russell, e Wittgenstein (em sua primeira fase) lançaram mão da análise lógica da linguagem. Para Russell, analisar seria reformular as frases da linguagem vulgar (comum) cuja forma gramatical rouba-lhe o sentido. Enquanto Frege demonstrava que há nomes próprios que têm significação, mas não denotam objetos – como na proposição “o atual rei da França é calvo” – Russell não admitia que se pudesse atribuir uma propriedade realizável (ser calvo) a uma entidade auto-contraditória (o atual rei da França) que seria colocada num paralelismo lógico-gramatical como sujeito.

Para Frege essa proposição seria falsa, uma vez que o falso existiria como um valor de verdade que se referem às proposições falsas. Já Russell não aceitava que essa proposição fosse simplesmente falsa. Considerando-a como parte das expressões da linguagem usual que conduz a contradições, Russel propõe um recenseamento desse tipo de expressões denotantes (ex: um homem, todo homem, o atual rei da França) as quais não

²⁰ “How do words relate to the world? [...] What is the difference between a meaningful string of words and a meaningless one? What is it for something to be true? Or false? Such questions form the subject matter of the philosophy of language” (Searle, 1969: 3).

possibilitam que as frases que as contém representem fatos. Ele cria, então, sua teoria das descrições mostrando que essas expressões denotantes, que parecem fazer parte de proposições simples e singulares, são na realidade complexas e gerais (cf. Zaslavsky [s/d]).

Através da lógica formal, Russell vai propor então uma nova ordem à linguagem que conduz a absurdos, substituindo-lhe a ordem do pensamento. Numa espécie de paráfrase construída através da notação lógica, Russell transforma a expressão da linguagem de maneira a manter a sua pretensão de sentido. Eis, então, a análise que marca o atomismo lógico: decomposição ou redução da linguagem em enunciados atômicos (elementos) cuja forma proposicional constitui um bom guia para captar a estrutura dos fatos correspondentes.

Essa análise tem como pressuposto a renúncia da forma gramatical da língua natural para uma língua lógico-formal edificada sobre a unidade lógico-matemática e uma explicação atomista do mundo (toda proposição complexa é uma função de verdade das proposições simples) – que por sua vez, está a serviço da tese metafísica de que os fatos simples, apesar do seu pluralismo, são os constituintes últimos da realidade. Tais pressupostos dessa análise reducionista – do complexo ao simples, do molecular ao atômico – atingem a fundo as concepções de linguagem, de lógica e de significação bem como a relação entre linguagem e realidade. O atomismo lógico vai atingir o seu ápice na obra de Wittgenstein.

Como já vimos na primeira parte desta tese, Wittgenstein (na sua primeira fase) elabora a teoria da figuração que traz a noção de que a linguagem afigura a realidade. Aqui, o problema clássico da verdade é resolvido através de uma teoria da correspondência em que Wittgenstein relaciona pensamento (proposição) e mundo, através da forma lógica que

corresponde a uma espécie de forma de afiguração (*Tractatus* 2.161 e 2.17) comum à linguagem e ao mundo.

Essa forma lógica é determinada por Wittgenstein como a forma da realidade (2.18). Com o *Tractatus*, Wittgenstein pretendeu resolver de uma vez por todas os problemas deixados por Russell em sua teoria das descrições, fundando circularmente uma teoria da linguagem e do mundo. A análise lógica ou formal tornou-se com Wittgenstein (nessa fase primeira de seu pensamento) em uma análise metafísica. O *Tractatus* de Wittgenstein é sem dúvida uma obra ímpar, não apenas porque teve sua problemática lógica resolvida quando Wittgenstein servia na frente de batalha, durante a primeira guerra mundial, mas porque, segundo Margutti (1998: 30), chocou a comunidade filosófica de seu tempo:

...uma obra que trata de problemas lógicos sob forma aforística, que apresenta sua solução de uma forma aparentemente dogmática e que ao final rejeita a si mesma, alegando que seus aforismos são contra-sensos e que ‘sobre o que não se pode falar, deve se calar’²¹.

O *Tractatus* de Wittgenstein se tornou objeto de muita atenção na comunidade acadêmica. Na universidade de Viena a obra tornou-se o pólo das discussões de um grupo de filósofos liderados por Moritz Schlick – o grupo que se transformou no famoso círculo de Viena dos positivistas lógicos, que pretendeu desenvolver uma nova filosofia reagindo contra a metafísica dos atomistas lógicos²¹. Para eles, o dado sensível era a única fonte de verdade e

²¹ O positivismo lógico ou neopositivismo é considerado como a posição filosófica desenvolvida pelo Círculo de Viena – o grupo de filósofos formado em Viena a partir de 1923. O objetivo da análise do positivismo lógico é clarificar os conceitos semânticos de verdade da lógica moderna (confirmação e testabilidade) exibindo a estrutura

de verificação. Assim pela análise formal das proposições, localizam-se os fatos últimos e atesta-se o sentido das proposições simples pela verificação. Essa corrente da filosofia analítica que ficou conhecida como *positivismo lógico* restringiu o conhecimento à ciência, utilizando o verificacionismo para rejeitar a metafísica não como falsa, mas como destituída de significado (cf. Bunnin e Tsui-James, 2002: 737-738)²².

Refazendo o caminho dos fios da tradição analítica na tessitura da obra de Searle, percebo o texto searleano como uma nova configuração da prática discursiva dessa tradição. Não podemos, pois, somente ler as seqüências textuais 2 e 3 de *S.A.* como uma tentativa de seu produtor para inserir sua obra na tradição britânica de filosofia analítica.

É necessário observar, portanto que há relações intertextuais verticais entre *S.A.* e os textos da tradição britânica da filosofia analítica que constituem seu contexto. Devo, nesta análise da produção de *S.A.*, acentuar a historicidade desses textos nesse processo de constituição contextual dos sentidos.

Se observarmos as seqüências de texto 2 e 3, a partir das relações intertextuais no nível vertical, poderemos relacioná-las intertextualmente com o fragmento textual em 1: “*I distinguish between the philosophy of language and linguistic philosophy*”. [*Fazemos uma distinção entre a filosofia da linguagem e a filosofia lingüística.*]

Ao fazer as distinções propostas acima, reformulando os discursos da filosofia lingüística e de filosofia da linguagem, Searle omite a história das duas correntes que os

das teorias definindo as suas expressões. A verificação que garante o sentido das proposições é defendida por princípios sintáticos que governam a comparação com o conjunto de proposições em uma língua clara. Enquanto a análise em Wittgenstein se limitava a mostrar enigmaticamente a estrutura lógica dos fatos, os positivistas podem enunciá-la sem contradição, porque a análise filosófica torna-se sintética.

²² A importância dada à ciência, naquela época, levou positivistas lógicos proeminentes a estudarem o método científico. J. Ayer é considerado o melhor representante dessa forma extrema de empirismo que é o positivismo lógico. A obra de Ayer surge como complemento da de Carnap, um dos grandes positivistas lógicos do Círculo de Viena.

termos nomeiam, omissão também percebida na seqüência de texto 3, que situa Frege e Strawson na mesma tradição sem que haja uma distinção das duas tendências filosóficas, bem como os dois tipos de discurso que ambos os filósofos citados representam.

Ora, a filosofia analítica, como vimos depois de ganhar figura com Moore e Russell, alcançou o seu classicismo na Inglaterra com a publicação do *Tractatus* de Wittgenstein que, como já afirmei, influenciou o surgimento do positivismo lógico, no início dos anos 30. Porém, antes da segunda guerra mundial, artigos publicados por filósofos analistas demonstram uma reação ao formalismo e ao reducionismo na análise. O próprio Wittgenstein faz uma profunda autocrítica, marcando uma mudança de fase no seu pensamento em que o filósofo passa a criticar uma teoria objetivista e designativa da linguagem presente em seu *Tractatus*, que será considerado agora, como já vimos na primeira parte desta tese, como pertencente a sua primeira fase.

Os partidários deste segundo Wittgenstein vão então censurar os lógicos e os formalistas pelo fato de operarem com uma concepção simplificada da linguagem e recorrerem a um método rígido de análise. Entre esses analistas formalistas haviam os chamados “reformistas” – como Russel – que pretendiam reestruturar a linguagem em conformidade com a lógica, livrando-a de seus embaraços naturais e os construcionistas – como Carnap²³ – que consideravam que apenas as linguagens construídas permitiam uma formulação perfeita das idéias.

²³ Em sua *Sintaxe lógica da Linguagem*, Carnap, positivista do Círculo de Viena, levou a sério ao máximo a reviravolta lingüística da filosofia. Para ele, a tarefa da filosofia vai consistir na construção de linguagens formais artificiais com a finalidade de reconstruir e provar a consistência lógica das ciências particulares chegando à conclusão de que não existe a verdadeira linguagem científica, mas números sistemas alternativas de tais linguagens que podem ser objetos de mais decisão.

A crítica voltou-se contra os dois empreendimentos formalistas, enfim contra o projeto de uma linguagem perfeita, atingindo a análise clássica, por considerá-la redutiva e formal. O anúncio é de um alargamento no quadro da filosofia analítica e uma mudança na concepção de análise que passa para uma fase elucidativa, menos redutiva e mais descritiva.

Desse modo, podemos identificar historicamente dois tipos de análises assim representadas: as duas primeiras, que constituem a análise clássica, são formais e redutivas, correspondendo ao atomismo lógico e ao positivismo lógico. As duas outras informais e antiformalistas, também chamadas de elucidação, correspondem à análise dita terapêutica do segundo Wittgenstein – sobre o qual tratamos na primeira parte desta tese – e à análise da escola de Oxford, cujo maior expoente é John Langshaw Austin (1911-1960).

É neste quadro histórico enunciativo da filosofia analítica que J. Austin, produz a chamada teoria dos atos de fala. Nas décadas de 1930 e 1940, o movimento da filosofia analítica cuja concepção de análise era aquela clássica, redutiva e formal, comum aos atomistas e positivistas lógicos, viu nascer, graças à filosofia do segundo Wittgenstein, uma nova forma de análise; a análise dita lingüística, anti-reducionista e sem hipótese metafísica.

Como já vimos na primeira parte desta tese, a filosofia do segundo Wittgenstein torna-se uma atividade de clarificação dos sentidos. A partir da apresentação da pluralidade dos jogos de linguagem, Wittgenstein lança sua crítica sobre o projeto filosófico de uma linguagem perfeita, defendido pela análise clássica, que se apresentaria como uma paráfrase redutiva e formal da linguagem comum.

A filosofia torna-se uma terapêutica, pois vê um problema filosófico como uma doença ou um sintoma de uma distorção conceitual. Ao invés de tentar resolvê-lo a filosofia

deve dissolvê-lo através de uma análise terapêutica. A análise filosófica deverá, portanto, iluminar a múltiplas condições de significação dos diferentes jogos de linguagem. É apenas nesse sentido que a filosofia ‘trata os problemas como se trata uma doença’(§255) e que ela nos livra do ‘encantamento’ exercido pela linguagem, simplesmente ao mostrá-lo tal como ele é (Zaslavsky [s/d])²⁴.

O centro de interesse desse tipo de análise passa a ser não mais uma língua formalizada, mas a linguagem ordinária, a língua natural. Dessa forma, o abandono da noção de língua como um cálculo formal é um repúdio aos fundamentos teóricos da análise clássica. Portanto, no caminho de Wittgenstein, os filósofos da análise anti-reducionista, os chamados lingüistas pretendem romper com análise clássica: “se os lingüistas se desligam dos *patterns* da análise clássica, é porque crêem poder denunciar, por um lado o mito da *essência* da linguagem e, por outro, o de uma teoria *denotacional* da significação (ibidem: 19)”.

Conforme Zaslavsky (idem), a análise anti-reducionista vai dar lugar, com a exegese do segundo Wittgenstein a interpretações diferentes, uma delas representada pelo grupo de analistas ditos da “linguagem vulgar”, os chamados lingüistas da Escola de Oxford. Cito Zaslavsky, para quem Austin era “o mestre incontestado deste tipo de análise”:

...a escola de Oxford não se contentou em revelar as fraquezas da lógica matemática como instrumento universal da análise: ela teve de elaborar e justificar o seu método próprio por diferenciação relativamente à análise clássica, sem cair na lexicográfica: os problemas filosóficos, dirá ela, são problemas lingüísticos, uma vez que concernem à lógica *informal* do funcionamento das expressões (ibidem: 20-21).

²⁴ A citação refere-se ao parágrafo 255 das *Investigações Filosóficas* (IF) de Wittgenstein.

Aqui, gostaria de convidar o leitor a retornar às seqüências textuais 1 e 2 de *S. A.* para focalizá-las sobre a perspectiva da interdiscursividade (intertextualidade constitutiva) em que um novo tipo de discurso é constituído por meio de uma nova configuração dos tipos existentes.

A primeira forma de análise, clássica e formal que lança mão da noção de língua formalizável ao buscar a significação na relação da linguagem com o mundo — relação que se baseia no critério verificacionista (verdade ou falsidade) — caracterizaria o discurso dos formalistas. A outra análise, anti-reducionista ou lingüística— que buscaria, a partir da análise da linguagem ordinária real, defender que os conceitos não são objetos lógicos e sim expressões lingüísticas cujos significados são estabelecidos somente pelo uso dessas expressões— caracterizaria o discurso dos filósofos lingüístas. Searle representa, intertextualmente, o primeiro discurso através de sua definição para filosofia da linguagem e o segundo, através de sua definição da Filosofia lingüística.

Através da negação em 1 [...*este livro é um trabalho de filosofia da linguagem e não de filosofia lingüística.*] Searle parece estar adotando o tipo de discurso formalista que ele representa como sendo a *filosofia da linguagem*, uma vez que se propõe a procurar resolver alguns dos problemas da filosofia da linguagem.

Os filósofos lingüístas são o outro no discurso searleano. Esse outro negado freqüentemente por Searle, constitui o seu próprio discurso relacionando-se com ele através da interdiscursividade. Desse modo, embora afirmando que sua obra não seria um trabalho de filosofia lingüística, Searle utiliza uma das mais famosas concepções já elaboradas no campo da filosofia lingüística: a concepção de *ato de fala* criada por J.Austin. Assim,

produzido como um discurso resposta ao discurso da filosofia lingüística, o texto de Searle se relaciona dialogicamente com outros textos da filosofia analítica, principalmente com os textos de Austin.

Para Searle, entretanto, a teoria dos atos de fala é colocada como um caminho, através do qual, pode-se estudar os problemas da filosofia da linguagem. É o que podemos ler no subcapítulo (1.2) de S.A., “Caracterizações Lingüísticas”:

4- (S.A.):

Procuraremos estudar alguns destes problemas da filosofia da linguagem através do estudo daquilo que chamam actos de fala ou actos lingüísticos ou ainda actos de linguagem (Searle, 1981: 11)²⁵.

Procurando resolver os problemas da filosofia da linguagem a partir de um conceito marcante da filosofia lingüística – o conceito de ato de fala – Searle constitui um novo tipo de discurso: o discurso da filosofia da linguagem a partir dos atos de fala. O produtor de S.A. promove uma nova configuração discursiva que atinge tanto o discurso dos formalistas quanto o discurso dos lingüistas. Nessa nova configuração, a filosofia lingüística é apenas um método enquanto a filosofia da linguagem seria um objeto de estudo, o que não impediria o filósofo analítico de conciliar as duas posições, os dois discursos até então inconciliáveis.

Utilizar a filosofia lingüística e seu conceito de ato de fala como um método de análise a serviço de uma filosofia da linguagem redutivista e formal, aqui nesta representação

²⁵ “I shall approach the study of some of these problems in the philosophy of language through the study of what I call speech acts or linguistic acts or language acts.”(Searle, 1969:4).

que Searle faz dos dois discursos, é apagar as diferenças entre as concepções de linguagem e entre as próprias concepções de análise desses dois discursos, que como vimos são divergentes.

Apagam-se conceitos fundamentais da filosofia lingüística e sua historicidade para encaixá-la como aparato metodológico cuja finalidade seria resolver as questões superiores da filosofia da linguagem searleana. Vejamos a seqüência textual 5:

5- (S.A.):

Ao menos duas tendências podem ser distinguidas nos trabalhos contemporâneos de filosofia da linguagem – uma centrada no emprego das expressões no interior de situações de discurso, e outra, centrada na significação das frases – sendo que os defensores destas duas tendências parecem pensar que as duas abordagens são irreduzíveis uma à outra, havendo para reforçar este ponto de vista o facto de que as duas tendências estiveram sempre associadas ao longo da história a posições incompatíveis no que diz respeito à significação. É assim que Wittgenstein, por exemplo, nos seus primeiros trabalhos, que se ligam à segunda tendência, defende um ponto de vista que rejeitará nos seus trabalhos posteriores que, por sua vez, pertencem à primeira tendência. Entretanto, ainda que historicamente tenha havido profundos desacordos entre os defensores destas duas tendências, é importante perceber que ambas concebidas não tanto como teorias, mas como orientações para a investigação, são complementares e não exclusivas (Searle, 1981: 29) ²⁶.

²⁶ “It is possible to distinguish at least two strands in contemporary work in the philosophy of language – one which concentrates on the uses of expressions in speech situations and one which concentrates on the meaning of sentences. Practitioners of these two approaches sometimes talk as if they were inconsistent, and at least some encouragement is given to the view that they are inconsistent by the fact that historically they have been associated with inconsistent views about meaning. Thus, for example, Wittgenstein’s early work, which falls within the second strand, contains views about meaning which are rejected in his later work, which falls within the first strand. But although historically there have been sharp disagreements between practitioners of these two approaches, it is important to realize that the two approaches, construed not as theories but as approaches to investigations, are complementary and not competing” (Searle, 1969: 18).

No texto anterior, Searle justifica sua apresentação de uma nova configuração discursiva em que o discurso da filosofia da linguagem e o discurso da filosofia lingüística ocupam posições complementares (embora hierarquicamente ele apresente sua versão de filosofia da linguagem numa ordem prioritária), na filosofia analítica, legitimando seu próprio discurso através da dissimulação. A dissimulação, como uma operacionalização da ideologia em *S.A.*, desloca o conceito de ato de fala de sua historicidade, do lugar mesmo onde foi pensado e do objetivo pelo qual ele foi concebido_ desbancar o discurso formalista da filosofia analítica.

Ora, o que a produção de S. A. procura apagar através da legitimação dessa nova configuração discursiva (apresentada na seqüência 5) quando Searle procura mostrar a compatibilidade dos dois discursos – o discurso dos formalistas e o discurso dos (filósofos) lingüistas – é que a teoria dos atos de fala contrapõe-se à teoria tradicional da linguagem defendida nos discursos dos formalistas: a visão de que a linguagem designa o mundo. A linguagem, com a teoria dos atos de fala de Austin, passa ser vista como uma ação ou, no dizer de Marcondes de Souza Filho (1996: 10), uma forma de atuação sobre o real e, portanto de constituição do real e não meramente de representação da realidade. Isto Searle não diz em *S.A.*

Na próxima seção, tentaremos resgatar a historicidade, omitida por Searle, do conceito de atos de fala produzido por Austin, procurando analisar como o discurso de Austin é representado intertextualmente por John Searle, em *S.A.*

4.1.1. A produção da teoria dos atos de fala

Como Wittgenstein para quem o critério decisivo para a determinação do sentido torna-se “o próprio uso das palavras, seu aparecimento nos diferentes jogos de linguagem, que são a expressão de diferentes formas de vida” (Oliveira, 1996: 149), a visão de Austin é “sempre orientada pela consideração da linguagem a partir de seu uso, ou seja, da linguagem como forma de ação” (Marcondes de Souza, 1996: 11).

Sobre a história do caminho percorrido por Austin para contrapor-se, como o Wittgenstein da segunda fase (Oliveira 1996: 150), à teoria tradicional da linguagem na adoção de um novo olhar para a linguagem através do qual esta passa a ser considerada em sua natureza enquanto “performance” ou seja, uma forma de realizar atos (os atos de fala) encontra-se bem narrada por Marcondes de Souza Filho (1990: 12)²⁷:

Já em 1946, em sua conferência *Outras Mentes*, Austin criticava o que considerava a “falácia descritiva”, cometida por certos filósofos. Sentenças do tipo “Eu sei que...”, devido à sua forma declarativa, parecem ser descrições de fatos. [...] Propõe, ao contrário, que se considere a expressão “Eu sei que...” do mesmo modo que “Eu prometo...”. Seriam expressões usadas não para descrever ou relatar algo, mas para *fazer* algo, para realizar um *ato*. Por isso ele as chama de expressões *performativas*,

²⁷ A respeito do cenário de discussão sobre a linguagem no momento histórico em que surgem as reflexões de Austin, diz Ottoni (1998: 21) “Que cenário e momento históricos são estes tão precisos? O cenário é a discussão sobre a linguagem surgida na Inglaterra pela chamada escola de Oxford; e o momento, as décadas de 1940 e 1950. Austin morre em fevereiro de 1960, com 48 anos, em pleno vigor de seu trabalho. No início da década de 1950, coincidentemente, um lingüista norte-americano está propondo a gênese do que vai ser, mais tarde, um dos maiores empreendimentos lingüísticos na história desta ciência: a sintaxe. Trata-se de Noam Chomsky. Nesta mesma época, desenvolvia-se, na França, liderado por Emile Benveniste, um importante trabalho sobre a linguagem que tinha a semântica como centro das discussões. É importante lembrar que na França, além de Emile Benveniste, pensadores, como Michel Foucault, Jacques Derrida e Jacques Lacan, entre outros, começavam a elaborar importantes reflexões sobre a linguagem humana”.

aquelas que, ao serem usadas em determinadas sentenças, constituem “proferimentos performativos”. [...]

Os primeiros trabalhos que começam a tematizar mais teoricamente a questão da natureza da linguagem e do significado são *How to talk* (1953-4), *Performative Utterances* (1956) e a conferência apresentada no Colóquio de Royaumont em 1958, *Performatif-Constatif*. Austin apresenta aí as linhas gerais desta teoria que já vinha desenvolvendo, segundo ele próprio, desde o início da década de 40 e que será finalmente elaborada em uma série de cursos intitulados *Words and Deeds*, ministrados na Universidade de Oxford no início da década de 50 e posteriormente em universidades americanas, e que constituem a substância de *How to do things with words*.

A obra *How to do things with words*, como já me referi na parte 1 desta tese foi reconstituída após a morte de Austin. Conforme Rajagopalan (1990: 228-229):

Quando dizer é fazer, ou melhor, *How to do things with words*, é a reconstituição das idéias desenvolvidas por Austin ao longo de doze palestras que proferiu em Harvard no ano de 1955. Serviram de matéria-prima para a tarefa de reconstituição, algumas anotações feitas pelo próprio conferencista além de rascunhos nem sempre consistentes cedidas generosamente por todos aqueles que participaram do curso. Ademais, foram utilizadas também anotações referentes a uma série de palestras em Oxford que Austin proferiu de 1952 a 1954, sob o título geral de “Words and Deeds”, título este que serviu de inspiração para o sub-título da versão brasileira. Ainda, segundo Urmson, o organizador da primeira edição do livro, foram consultados a fim de dirimir dúvidas ao longo da confecção do livro, os textos referentes à palestra “*Performative utterances*” proferida em Gothenberg em 1959, gravada em fita magnética.

Neste contexto Austin confronta o arcabouço teórico erguido pelas teorias tradicionais da filosofia da linguagem, a saber: os positivistas e os atomistas lógicos. Ao criticar a concepção filosófica da linguagem pela qual a linguagem tem uma natureza

essencialmente descritiva, Austin inicia, a primeira conferência de *How to do things with words* questionando a crença filosófica no caráter primordialmente designativo da linguagem e na centralidade das sentenças declarativas assumida por esta tradicional concepção de linguagem. Ele diz:

Por mais tempo que o necessário, os filósofos acreditaram que o papel de uma declaração era tão-somente o de “descrever” um estado de coisas, ou declarar um fato, o que deveria fazer de modo verdadeiro ou falso. Os gramáticos, na realidade, indicaram com freqüência que nem todas as sentenças são (usadas para fazer) declarações, há tradicionalmente, além das declarações (dos gramáticos), perguntas e exclamações, e sentenças que expressam ordens, desejos ou concessões. Os filósofos sem dúvida não pretenderam negar tais coisas, apesar de seu uso um tanto vago de “sentença” como equivalente à “declaração” (Austin, 1962/1990: 21-22).

Após mostrar como os positivistas lógicos ou neopositivistas consideraram muitas declarações como “pseudodeclarações” a partir da rigorosa análise pela qual só seria considerada uma declaração àquela que passasse pelo crivo da verificação (1962/1990. 22), Austin indaga “se muitas das aparentes pseudodeclarações seriam realmente declarações” para afirmar: “nem todas as sentenças verdadeiras ou falsas são descrições, razão pela qual prefiro usar a palavra ‘constatativa’”.

Austin prossegue em sua crítica afirmando que muitas questões filosóficas foram geradas na fonte da chamada falácia descritiva – o erro de considerar como sentenças declarativas – enunciados sem sentido ou enunciados proferidos com propósitos bem diferentes daqueles imaginados pela tradição positivista. A esse respeito, cito Oliveira (1996: 151):

Pode-se, logo, ver pelo menos alguns dos disparates lingüísticos não tinham a intenção de informar sobre algo, apesar de serem formulados de modo a dar essa impressão. Ora a questão aqui não é, de antemão, declará-los sem sentido, pois nossa linguagem os contém e nós nos entendemos por meio deles, mas, antes, de destruir o preconceito do monopólio das sentenças declarativas.

Para mostrar que na linguagem podemos proferir enunciados que não sejam descritivos, nem muito menos constituem casos de proferimento sem sentido, Austin introduz a famosa distinção Constativo/Performativo. Os enunciados ou proferimentos performativos, ao contrário dos já conhecidos constativos, são aqueles que:

- A – que nada “descrevam” nem “relatem”, nem constatem, e nem sejam “verdadeiros ou falsos”;
- B – cujo proferimento da sentença é, no todo ou em parte, a realização de uma ação, que não seria normalmente descrita consistindo em dizer algo (Austin: 1962/1990: 24).

E exemplifica:

- (a) “Aceito (*scilicet*), esta mulher como minha legítima esposa” –do modo que é proferido no decurso de uma cerimônia de casamento.
- (b) “Batizo este navio com o nome de Rainha Elizabeth” – quando proferido ao quebrar-se a garrafa contra o casco do navio.
- (c) “Lego a meu irmão este relógio” – tal como ocorre em um testamento.
- (d) “Aposto cem cruzados como vai chover amanhã (*idem*).

Austin quer deixar claro que proferir essas sentenças denominadas por ele de sentenças performativas ou proferimentos performativos não é “*descrever* o ato que estaria praticando a dizer o que disse, nem declarar que o estou praticando: é fazê-lo. Nenhum dos proferimentos citados é verdadeiro ou falso; considero isto tão óbvio que sequer pretendo justificar” (Austin: 1962/1990: 24-25).

Esses proferimentos performativos poderão ser felizes se a ação por realizada e infelizes se esta ação não se realizar, mas nunca falsos ou verdadeiros como pensava a tradição filosófica positivista para quem os proferimentos informavam acerca dos fatos ou descreviam o mundo de modo falso ou verdadeiro.

Otoni (1998: 35) resume as infelicidades mais específicas que os proferimentos performativos podem sofrer:

As infelicidades mais específicas do performativo são: a) a nulidade (ou sem efeito) quando o autor não está em posição de efetuar tal ato, quando não consegue, formulando o seu enunciado, completar o ato pretendido; b) o abuso da fórmula (falta de sinceridade) quando se diz: *eu prometo*, por exemplo, sem ter a intenção de realizar a ação prometida; c) a quebra de compromisso quando se diz *eu te desejo boas vindas*, por exemplo, tratando no entanto o indivíduo como estranho.

Ainda segundo Otoni (ibidem: 34) é justamente a noção de performatividade ou sua visão performativa da linguagem que permitirá o questionamento de um postulado filosófico, até então não questionado, dos primeiros trabalhos dos filósofos analíticos: as noções de verdade e falsidade.

Desse modo, ao considerar que dizer algo é fazer algo, Austin desenvolve a noção de performatividade, criando o ato de fala e desdobrando-os em três atos simultâneos, a saber:

A – um ato locucionário, é o modo como Austin chama o “dizer algo”, “o que inclui o proferir certos ruídos, certas palavras em determinada construção, e com um certo significado” no sentido filosófico favorito da palavra, isto é, com um sentido e uma referência determinados (Austin, 1962: 85).

B– Ato ilocucionário_ é o ato de fazermos algo ao proferir uma sentença, quando ao enunciá-la estamos no dizer de Austin (ibidem: 88):

- perguntando ou respondendo a uma pergunta,
 - dando alguma informação, ou garantia ou advertência,
 - anunciando um veredito ou uma intenção,
 - pronunciando uma sentença,
 - marcando um compromisso, fazendo um apelo ou uma crítica,
 - fazendo uma identificação ou descrição
- e muitos outros casos semelhantes.

C– Ato perlocucionário ou perlocução _ é o ato de produzir certos efeitos ou conseqüências sobre os sentimentos, pensamentos, ou ação dos interlocutores.

Vale ressaltar o destaque de Ottoni, no que diz respeito ao desdobramento do ato de fala, para a questão da referência. Esta é tratada por Austin de modo bastante diferente da noção tradicional que fazia uma distinção entre sentido e significado a partir de uma relação

de correspondência entre linguagem e mundo. “Posso dizer ‘eu prometo’... e produzir, consciente ou inconscientemente uma ameaça” (Ottoni, 1998: 36).

Tendo desenvolvido a noção de performatividade, Austin está pronto para realizar o desfecho: ora se por um lado, ao proferir um enunciado como “eu prometo que concluirei minha tese até o final do ano” estou realizando um ato ou, como diz Austin (1985: 102), usando esta fórmula (cumprindo este ritual, eu me comprometi com outros e arrisquei a minha reputação ou ainda a minha carreira acadêmica, como seja), ao enunciar simplesmente “concluirei minha tese até o final do ano”, estou também realizando um ato de promessa e não somente dizendo algo ou transmitindo uma informação, podendo esta declaração, como qualquer performativo tornar-se feliz ou infeliz.

Está então preparado o golpe contra as sentenças declarativas ou proferimentos constativos (*statement*) no dizer de Austin (1962/1990:112-113). Cito:

sem dúvida que, até em seus mínimos detalhes, declarar algo é realizar um ato ilocucionário, como, por exemplo, avisar ou proclamar. [...] Já assinalamos o sentido em que dizer ou declarar “o gato está sobre o tapete” implica em que eu creio que o gato esteja sobre o tapete. Isto é paralelo ao sentido em que “prometo estar lá” implica que tenho a intenção de estar lá e que acredito que serei capaz de estar lá. Assim a declaração está exposta à forma de infelicidade que denominamos de ruptura, no sentido em que dizer ou declarar que o gato está sobre o tapete me compromete a dizer ou declarar “o tapete está debaixo do gato”, do mesmo modo que o performativo “defino X como Y” (no sentido, digamos, de fiat), me compromete a usar tais palavras de maneiras especiais no discurso futuro, é fácil perceber como isso se liga atos do tipo de prometer.

Austin percebe, assim na própria declaração (ou constativo) também um ato performativo, e dá o golpe final: “Que resta, então, da distinção entre o proferimento

performativo e o constativo?” (1962/1990: 119) bem anunciado por Rajagopalan (1990: 238): “Finalmente, (...) chega-se à conclusão de que o constativo, cuja existência era a única certeza que havia no início das reflexões, nada mais é do que um performativo que conseguiu se disfarçar muito bem e enganar muita gente durante muito tempo”.

Para Rajagopalan, (ibidem: 237) a chegada de Austin à idéia da insustentabilidade da distinção inicial entre os constativos e os performativos e a conclusão de que “o constativo nada mais era senão um performativo mascarado” já seria o seu alvo, desde o início de suas reflexões. Diz Rajagopalan (ibidem: 236):

O que Austin faz assim que ergue a dicotomia ‘constativo/performativo’ é partir para o trabalho árduo de desfazê-la. Porém, ele o faz dando-nos a impressão de que estaria engajado, contrariamente, em salvaguardá-la diante de todos os contra-argumentos que começam a pipocar, ou melhor, a serem colocados na fritadeira intensa do raciocínio crescente para que pipoquem com intensidade crescente (...) O que Austin faz é simplesmente esperar que os contra-argumentos se avolumem a tal ponto que se torne insustentável a dicotomia inicial, para então dar-lhe o ‘coupe de grace’.

Com essa ofensiva final à tradicional concepção designativa e descritiva propagada pelo positivismo lógico, Austin não está apenas clarificando o que ele mesmo chamou de deplorável “confusão inicial em que mergulharam a doutrina e o método do filosófico (cf. Austin 1962: 23)”, mas acabou produzindo uma revolução em Filosofia a qual preconiza que a investigação filosófica da linguagem deve realizar-se com base não em uma *teoria do significado*, mas em uma *teoria da ação* (Marcondes de Sousa, 1990: 11).

A partir da noção de performatividade introduzida na filosofia pela proposta de Austin acerca dos atos de fala, podemos perceber a passagem de uma visão monológica e estreita de linguagem para uma visão de ação na linguagem e por meio da linguagem. Tal visão abre espaço para os aspectos não verbais deixados de fora nos estudos filosóficos ou lingüísticos sobre a natureza da linguagem.

Se a consideração de aspectos da linguagem até então considerado não-lingüísticos ou extradiscursivos gerou, na linha do primeiro Wittgenstein, uma verdadeira celeuma, só nos resta imaginar o que sobraria do sólido edifício da tradição em suas práticas discursivas sobre a linguagem (sejam filósofos ou lingüistas) caso Austin não tivesse morrido prematuramente para exercer sua própria teoria, e ao invés de nos oferecer rápidos clarões de luz, continuasse realizando o ato de fala terapêutico proposto em sua prática discursiva como o seu maior interesse (Austin, 1962/1990: 121): “o ato de fala total na situação de fala total é o *único* fenômeno que, em última instância, estamos procurando elucidar”.

Mas como diz Daniel do Nascimento e Silva (2005: 4) “independente da hipótese de Austin, caso não tivesse falecido prematuramente, ter procedido a um refinamento teórico do conceito de ato de fala, o fato é que o conceito, tal como se nos apresenta hoje em muitos textos de filosofia e de lingüística, foi de fato re-elaborado”.

Neste sentido, John Searle pretende nos consolar como a garantir que embora Austin nos tenha ofertado, como o próprio Austin afirma, apenas rápidos clarões de luz (cf. Austin, 1962/1990: 121) não tendo, portanto, a chance de aprofundar e continuar a sua criação – a concepção de atos de fala – ,o próprio John Searle, se encarregou de “aprofundá-la”, preenchendo a lacuna deixada pelo filósofo inglês. Cito:

Embora Austin não tenha vivido para levar a cabo o programa de pesquisa implícito em suas descobertas iniciais, obras posteriores, incluindo a minha aprofundaram essa pesquisa (Searle, 1996:8).

Rajagopalan (1990: 241) estabelece que a interpretação de Searle, chamada por ele de “leitura oficial”, tem sido responsável pela grande divulgação da obra de Austin, sobretudo em áreas acadêmicas como a lingüística. A produção de *S.A.* representa assim, um trabalho de re-elaboração da teoria dos atos de fala de Austin que assumiu, nos meios acadêmicos, a feição de uma ‘leitura oficial’ de Austin, outorgando a Searle um “amplo reconhecimento como herdeiro intelectual ‘legítimo’ e porta-voz autorizado de Austin”.

Para responder como Searle adquiriu esse reconhecimento e a autorização para se colocar como porta-voz de Austin, Rajagopalan (2000a) reconstituiu a história dos atos de fala, olhando para o contexto histórico em que Searle desenvolveu a sua interpretação de Austin, através da qual construiu sua reputação intelectual.

Conforme Rajagopalan (*ibidem*), perto da sua morte em 1960, Austin era uma das figuras mais famosas na filosofia austro-anglo-americana. Por causa do grande sucesso das conferências “William James” que Austin ministrara em Harvard, durante o ano de 1955, especulava-se a sua contratação para lecionar na Universidade da Califórnia, em Berkeley. Austin havia se tornado uma celebridade intelectual nos Estados Unidos, naquela época. A morte de Austin, em fevereiro de 1960, portanto, deixou uma grande lacuna na academia filosófica americana que intencionava ganhá-lo para os seus quadros.

De acordo com Rajagopalan (*ibidem*), a entrada de Searle neste contexto foi oportuna e providencial. Searle acabara de submeter à Universidade de Oxford sua tese de D.

Phil. sobre sentido e referência que, concluída em 1959, foi desenvolvida mais tarde em sua obra *Speech Acts*, publicada em 1969. Então, de volta aos Estados Unidos, recém-chegado de Oxford, Searle era o candidato ideal para ocupar a vaga deixada pela recente morte de Austin. Nada mais natural que John Searle traga hoje o título que acompanha seu nome na folha de rosto de *S.A: professor de filosofia da Universidade de Califórnia, Berkeley*.

Aqui posso utilizar o conceito de *sentido de jogo* desenvolvido por Pierre Bourdieu (2004), ao definir a noção de campo de conhecimento, para entender a rápida ascensão de Searle na substituição de Austin como o filósofo dos atos de fala.

Para Bourdieu (2004: 28), assim como “um bom jogador de rugby sabe para onde vai a bola e se põe lá onde a bola vai cair”, também na academia o bom jogador intelectual sabe fazer o que é preciso, quando é preciso e ganhar a aposta. Ele afirma que uma origem social e escolar elevada permite a um estudioso “apossar-se dos bons temas em boa hora, bons lugares de publicação (ou mesmo de exposição), etc.”. Segundo ele, este “é um dos fatores que determinam as diferenças sociais mais marcantes nas carreiras científicas”.

Esse sentido do jogo, que para Bourdieu (ibidem) é “de início um senso da história do jogo, no sentido do futuro do jogo”, foi adquirido por John Searle na produção de uma obra sobre a teoria dos atos de fala (*S.A.*, 1969), quando a comunidade filosófica da época vivia o desalento de perder o filósofo criador daquela teoria, no auge de sua produção intelectual.

Em 1979, Searle já havia ocupado a sua posição como o porta-voz do filósofo de Oxford, graças a sua proposta, já então consolidada, de fornecer uma formalização adequada para a teoria dos atos de fala, com os recursos da lógica moderna (cf. Rajagopalan, 2000).

É interessante notar ainda, com relação à produção de *SA* que, embora a obra de Searle seja intitulada “Speech Acts” e ele a considere como um aprofundamento das pesquisas iniciadas por Austin (cf. Searle, 2002), há nesta obra, poucos momentos em que o discurso de Austin é relatado por Searle através da representação do discurso. Considero aqui *representação do discurso* como uma forma de intertextualidade ‘manifesta’ na qual “partes de outros textos são incorporados a um texto e explicitamente marcadas como tal, com recursos como aspas e orações relatadas” (Fairclough; 2001: 139- 140).

Searle introduz o termo “atos de fala” (Searle, 1981: 11) sem efetivar nenhuma referência a Austin, afirmando que as razões para a escolha dos atos de fala como forma de estudar os problemas da filosofia da linguagem aparecerão em seguida (ver seqüência textual 4).

A justificação para tal estudo aparece na seção 1.4. *Por que estudar os atos de fala?*, na qual ainda nenhuma referência é feita ao criador da teoria. Vejamos:

6- (*SA*)

... Não há nada de circular neste procedimento, pois estamos a utilizar a hipótese da linguagem compreendida como comportamento intencional regido por regras para explicar a possibilidade das caracterizações lingüísticas e não para fornecer-lhe provas. A forma que esta hipótese tomar é a de que, falar uma língua é executar actos de fala, actos como; fazer afirmações, dar ordens, fazer perguntas, fazer promessas, etc., e, num domínio mais abstracto, actos como; referir e predicar; em segundo lugar, estes actos são, em geral, possíveis graças a certas regras para o uso de elementos lingüísticos e é em conformidade com elas que eles se realizam.

A razão para que este estudo se concentre nos actos de fala é simplesmente a seguinte: toda a comunidade lingüística envolve actos lingüísticos. A unidade da comunicação lingüística não é, como se tem geralmente suposto, o símbolo, a palavra, ou

a frase, ou mesmo a ocorrência do símbolo, palavra ou sentença na execução do acto de fala. Considerar a ocorrência como uma mensagem é considerá-la como uma ocorrência produzida ou emitida. Mas precisamente, a produção ou emissão de uma ocorrência de frase sob certas condições é um acto de fala, e os actos de fala (de certos tipos a serem explicados mais tarde) são a unidade básica ou mínima da comunicação lingüística (Searle, 1981: 26)²⁸.

A omissão de uma citação a Austin talvez se deva ao carácter inusitado da hipótese levantada por Searle no seguimento das idéias de Austin [falar uma língua é adoptar uma forma de comportamento regida por regras]. Esta hipótese que Searle assumirá de que uma teoria da linguagem é parte de uma teoria da ação porque falar é forma de comportamento que, sendo regida por regras, tem traços formais susceptíveis de um estudo independente (cf. Searle, 1969: 27), não foi cogitada por Austin, em sua obra.

Com Fairclough (2001) sabemos que os diversos tipos de discursos apresentam diferenças no que é citado, quando, como e por que é citado. O texto de Searle aqui analisado, por apresentar-se como um ensaio filosófico, que é um tipo de discurso acadêmico, torna-se um discurso representador através da citação de autores, em

²⁸ “There is nothing circular in this procedure, for I am using the hypothesis of language as rule-governed intentional behavior to explain the possibility of, not to provide evidence for, linguistic characterizations. The form that this hypothesis will take is that speaking a language is performing speech acts, acts such as making statements, giving commands, asking questions, making promises, statements, giving commands, asking questions, making promises, and so on; and more abstractly, acts such as referring and predicating; and, secondly, that these acts are in general made possible by and are performed in accordance with certain rules for the use of linguistic elements. The reason for concentrating on the study of speech acts is simply this: all linguistic communication involves linguistic acts. The unit of linguistic communications involves linguistics acts. The unit of linguistic communication is not, as has generally been supposed, the symbol, word or sentence, or even the token of the symbol, word or sentence, but rather the production or issuance of the symbol or word or sentence in the performance of the speech act. To take the token as a message is to take it as a produced or issued token. More precisely, the production or issuance of a sentence token under certain conditions is a speech act, and speech acts (of certain kinds to be explained later) are the basic or minimal units of linguistic communications” (Searle, 1969: 16).

conformidade com as regras do trabalho científico, segundo as quais, é preciso citar o(s) autor(es) toda vez que:

- a) trabalhar com hipótese já levantadas em outras obras.
- b) Concordar ou discordar de afirmativas feitas em outra(s) obra(s)
- c) Utilizar técnicas, materiais ou métodos não-usuais em sua área, sugeridas em outra(s) obra(s);
- d) Comparar resultados seus com os apresentados em outra(s) obra(s).
- e) Chegar as mesmas conclusões ou a conclusões totalmente divergentes das conclusões apresentadas em outra(s) obra(s) (Vieira, 2002:52).

Searle, que utiliza o sistema de citação numérico através de notas bibliográficas colocadas ao pé da página, faz, em todo o texto de *S. A.*, uma única citação direta de Austin. A primeira referência a Austin surge ainda na seção 1.6 quando Searle lança a seguinte pergunta:

7- (*S.A.*):

Quais são os diferentes tipos de atos de fala executados pelos falantes quando proferem expressões (Searle, 1981: 29-30²⁹)

Como a pergunta diz respeito a questões já levantadas por Austin, Searle indica, na nota de rodapé, a famosa obra de Austin sobre os atos de fala, sem nenhum comentário ou introdução feita à referida obra ao leitor. Vejamos a nota:

²⁹ “What are the different kinds of speech acts speakers perform when they utter expressions?” (Searle, 1969:19)

8- (S.A):

CF. J. L. Austin, *How to Do Things with words* (Oxford, 1962) (Searle, 1981: 30).

O nome de Austin aparecerá no corpo do texto de S.A somente a partir do segundo capítulo: *Expressões, significações e Actos de Fala* (*Expressions, Meaning e Speech Acts*), quando Searle se refere a terminologia usada para os atos de fala:

9- (S.A):

Austin baptizou estes actos de fala completos com o nome de “actos ilocucionais” e é esta terminologia que usamos daqui por diante. (Searle, 1981 35³⁰).

Nesse ponto de S.A, uma nota de rodapé é utilizada por Searle para contestar a distinção feita por Austin entre atos locucionais e ilocucionais. Vejamos a nota:

10- (S.A):

J. L. Austin, *How to Do Things with Words* (Oxford, 196). É com uma certa reserva que adoptamos a expressão “actos ilocucionais”, uma vez que discordo da distinção feita por Austin, entre actos *locucionais e ilocucionais*. CF. J. R. Searle “Austin on Locutionary and Illocutionary Acts”, *Philosophical Review*, vol. LXXVII, outubro, 1968, pp. 405-424 (Searle, 1931; 35)³¹

³⁰“Austin baptized these complete speech acts with the name “illocutionary acts”, and I shall henceforth employ this terminology” (Searle, 1969: 23).

³¹“ J. L. Austin, *How to Do Things with Words* (Oxford, 1962). I employ the expression, “illocutionary act”, with some misgivings, since I do not accept Austin’s distinction between locutionary acts. Cf. J. R. Searle, ‘Austin on Locutionary and Illocutionary Acts’, *Philosophical Review*, forthcoming. (Searle, 1969: 23).

Mais tarde, no capítulo 3- *Estrutura dos actos Elocucionais (The structure of illocutionary acts)*, Searle repete o uso da nota bibliográfica para criticar a classificação de Austin para os atos ilocucionais:

11- (S.A):

A este respeito, a classificação de Austin de actos ilocucionais em cinco categorias parece um tanto *ad hoc*. *How to things with words*, pp. 150 ff. (Searle, 1981: 92)³²

Das outras sete notas de rodapé em que Searle cita Austin, cinco são notas bibliográficas apenas remetendo o leitor as obras de Austin. São elas as notas das seguintes páginas: (Searle, 1981: 35, 43, 74, 181 e 188). Com relação a outras duas referências, uma nota é usada para reforçar a afirmação seguinte, feita por Searle (embora a afirmação de Searle seja elaborada num sentido de crítica a Austin, como veremos mais tarde no comentário que fazemos a seqüência textual 29 de S.A):

12- (S.A):

Um homem que diz “Eu prometo” não promete apenas, mas *diz* que o faz. Isto é, existe, de facto, uma conexão entre o dizer e os constativos, mas não tão estreita como se pode pensar. (Searle 1981: 91)³³

Searle remete o texto à nota seguinte:

³² In this respect, Austin's classification of illocutionary acts into five categories seems somewhat ad hoc. *How Things with Words*, pp. 150 ff". (Searle, 1969: 69).

³³ “A man who says ‘I (hereby) promise’ not only promises, but says he does. That is, there is indeed a connection between saying and constatives, but it is not as close as one might be inclined to think”(Searle, 1969: 68)

13- (*S.A.*): Como o próprio J.L. Austin aponta, “Other Minds”, *Proceedings of the Aristotelian Society*, vol. suplementar (1964); em J. L. Austin, *Philosophical Papers* (Oxford, 1961) (Searle 1981: 91)³⁴

A outra nota de rodapé refere-se a um trecho de *S. A* em que Searle relata afirmações referentes a um erro, a falácia dos atos de fala, cometido, segundo ele, pelos filósofos do “período clássico” da filosofia analítica (no grupo dos quais ele inclui Austin), aos quais ele chamará de “os defensores da análise dos actos de fala”. O trecho diz o seguinte (*S.A.*: 181):

14- (*S.A.*): Passamos agora os segundo erro, ligado ao primeiro, e que chamaremos falácia dos actos de fala.

No período clássico da análise linguística, os filósofos fizeram, muitas vezes, afirmações do seguinte tipo:

A palavra “bom” é utilizada para exprimir a sua aprovação (Hare).

A palavra “verdadeiro” é utilizada para endossar ou para aceitar enunciados (Strawson).

A palavra “saber” é utilizada para garantir uma afirmação (Austin).

A palavra “provavelmente” é utilizada para modificar os seus comprometimentos (Toulmin).

Cada uma dessas afirmações corresponde ao seguinte esquema: “A palavra P é utilizada para executar o acto de fala A”. Além disso, os filósofos que fizeram tais declarações, por via de regra apresentavam esses enunciados como explicações (pelo menos parciais) da significação das palavras me questão: enunciados da forma “P é usada para executar o acto A” eram apresentados a título de explicação filosófica do conceito P (Searle, 1981: 181)³⁵.

³⁴ “As J. L. Austin himself points out, ‘Other minds’ *Proceedings of the Aristotelian Society*, supplementary vol. (1964); reprinted in J. L. Austin, *Philosophical Papers* (Oxford, 1961)” (Searle, 1969: 68).

³⁵ “I now turn to a second and related fallacy which I shall call the speech act fallacy. In the classical period of linguistic analysis, philosophers often said things like the following: The word ‘good’ is used to commend (Hare).”

Para tal texto, em que Searle parafraseia Austin [A palavra “saber” é utilizada para garantir uma afirmação (Austin)] Searle utiliza duas notas sobre Austin: A nota de número 3 para a referência bibliográfica:

15 (S.A):

“Other Minds” *Proceedings of the Aristotelian Society* – Vol. Suplementar 24 (1950) retomado em *Logic and Language*, segunda série (New York, 1953), e alhures (Searle, 1981: 181)³⁶.

E a outra (de número 5) para comentar sua própria afirmação [além disso, os filósofos que fizeram tais declarações, por via de regra apresentaram esses enunciados como explicações (pelo menos parciais) da significação em questão]:

16 (S.A):

Mas nem sempre, Austin em particular tem dificuldades diante da questão de saber se sua análise dá ou não significação à palavra “saber” (Searle 1981: 181)³⁷.

Aqui, a representação do discurso de Austin, junto às vozes de outros filósofos analíticos, através da paráfrase, foi usada por Searle para criticar o esquema que ele denominou de *análise dos atos de fala*, que, para ele, conduz à falácia dos actos de fala. Searle

The word ‘true’ is used to endorse or concede statements (Strawson).

The word ‘know’ is used to give guarantees (Austin).

The word ‘probably’ is used to qualify commitments (Toulmin).

Each of these is of the pattern: ‘The word W is used to perform speech act A’. Furthermore, it was generally the case that philosophers who said sort of thing offered these statements as (at least partial) explications of the meanings of the words: they offered these statements of the form ‘W is used to perform act A’ by way of philosophical explication of the concept W (Searle, 1969: 136-137)”.

³⁶ “‘Other Minds’ *Proceedings of the Aristotelian Society*, supplementary vol.20 (1946) reprinted in *Logic and Language*, second series (New York, 1953), and elsewhere” (Searle, 1969: 137).

³⁷ “Though not always, Austin in particular is rather cagey about whether his analysis is supposed to give the meaning of ‘know’” (Searle 1969: 137).

diz que há uma condição de adequação de uma palavra (a palavra deve significar a mesma coisa em todos os diferentes tipos de frase que ela ocorrer) que a análise dos atos de fala não conseguiria satisfazer.

A despeito do caráter performativo da linguagem que passa a ser analisada por Austin em seu caráter totalizante [*o ato de fala total na situação de fala total é o único fenômeno que, em última instância, estamos procurando elucidar* (Austin 1962:121)] e que faz da linguagem “uma forma de ação” e não uma representação da realidade, Searle busca em *SA* esta representação, quando retoma a idéia de “significação literal” ligada a uma enunciação literal tão comum à tradicional concepção designativa e redutiva da linguagem, propagada pelo positivismo lógico. A busca desta significação literal, que uma palavra deveria manter para satisfazer as condições de adequação, é o que conduz Searle a apontar um erro na análise dos atos de fala, denominado por ele de falácia dos atos de fala. Vejamos:

17- (*SA*):

Empregando a palavra “bom” como exemplo, podemos enunciar a natureza geral da falácia do acto de fala nos seguintes termos. *Dizer* que alguma coisa é boa é, tipicamente, elogiá-la, aprová-la, recomendá-la, etc. É uma falácia, porém, inferir daí que estaremos a explicar a significação de bom ao dizer que essa palavra é utilizada para executar o acto de aprovação. E podemos demonstrar que se trata efectivamente duma falácia mostrando que existe um número indefinido de contra-exemplos, representados por frases nas quais “bom” tem ocorrência literal, mas cuja enunciação literal não constitui uma execução do acto de fala de aprovação. Além disso, não é possível, tampouco, explicar tais enunciações em termos da maneira como o resto da frase vincula a enunciação considerada à execução do acto de fala de aprovação. (Searle 1981: 184)³⁸.

³⁸ The general nature of the speech act fallacy can be stated as follows, using “good” as our example. Calling something good is characteristically praising or commending or recommending it, etc. But it is a fallacy to infer from this that the meaning of “good” is explained by saying it is used to perform the act of commendation. And we

Searle, para definir que o sentido da palavra não é o seu uso – como pensavam os “defensores da análise dos atos de fala” – recorre à noção de literalidade mostrando que, uma vez que a ocorrência literal de uma palavra como *bom* não apresenta, por meio de sua enunciação literal, em todos os casos, a execução de um ato de fala de aprovação, não alcançaremos nunca o seu significado a partir da análise dos atos de fala, ou seja, por meio do uso lingüístico.

Esta condição de adequação de uma palavra referida por Searle é a exigência de uma estabilidade do significado, independente de qualquer contexto, que preservaria a linguagem de qualquer mudança de significação de acordo com o contexto, portanto, impossível de ser estabelecida na práxis lingüística. De fato, tal condição nunca será satisfeita através da análise dos atos de fala que não pode desprezar as contingências lingüísticas a despeito de se tornar uma ficção, como é uma ficção a própria noção de literalidade. Aqui, podemos identificar o que Rajagopalan (1992: 115-116) chama de “o compromisso metafísico de Searle com o dogma do sentido literal e, num sentido mais amplo e abrangente, com a possibilidade de um significado totalmente objetivo, imune a qualquer interferência humana, que sirva como fulcro, como ponto nevrálgico de uma teoria da linguagem”.

Agora, proponho-me a analisar os dois únicos fragmentos em que o discurso de Austin é manifestamente representado por Searle em S.A, para avaliar em que extensão os limites entre o discurso representador de John Searle e o discurso representado de Austin

demonstrate that it is a fallacy by showing that there are an indefinite number of counter-examples of sentences where “good” has a literal occurrence yet where the literal utterances of the sentences are not performances of the speech act of commendation; nor are the utterances explicable in terms of the way the rest of the sentence relates the utterance to the performance of the speech act of commendation.(Searle 1969: 139)

estão explícita e claramente marcados e em que extensão o discurso representado é traduzido na voz do discurso representador.

Selecionei em todo S.A dois textos em que partes do texto de Austin são incorporados a S.A de forma explicitamente marcadas, por meio das aspas e por meio de orações relatadas do tipo: “Ele disse” ou “Austin afirmou”. Eis o primeiro caso.

18- (S.A):

Aqui estão alguns dos verbos que designam actos ilocucionais: “afirmar”, “descrever”, “asseverar”, “advertir”, “observar”, “comentar”, “comandar”, “ordenar”, “pedir”, “criticar”, “pedir desculpas” (“desculpar-se”), “censurar”, “aprovar”, “saudar”, “prometer”, “objectar”, “exigir” e “alegar”. Austin afirmou que havia mais de mil expressões como estas em inglês³⁹. (Searle, 198: 35)⁴⁰

A nota de rodapé de número 2 [Austin, op. cit., p 149] indica o texto de Austin que está sendo relatado, retirado da sua obra *How to do things with words* (1962). Searle procura representar o que Austin disse através do discurso indireto. Desse modo, as aspas não foram necessárias e o discurso representado tomou a forma de uma oração gramaticalmente subordinada [que havia mais de mil expressões como estas em inglês] à oração que relata, uma relação marcada pela conjunção “que”.

Conforme Fairclough (2001: 141) na utilização do discurso indireto “as vozes do(a) relator(a) e do(a) relatado(a) são menos claramente demarcadas e as palavras usadas

³⁹ Grifo meu.

⁴⁰ “Some of the English verbs denoting illocutionary acts are ‘state’, ‘describe’, ‘assert’, ‘warn’, ‘remark’, ‘comment’, ‘command’, ‘order’, ‘request’, ‘criticize’, ‘apologize’, ‘censure’, ‘approve’, ‘welcome’, ‘promise’, ‘object’, ‘demand’, and ‘argue’. Austin claimed there were over a thousand such expressions in English” (Searle, 1969: 23).

para representar o discurso no último caso podem ser a do relator(a) e não as do(a) relatado(a).

O curioso neste caso é que, se observamos o texto que está sendo relatado (Austin, 1962: 150), veremos que Austin não usa as palavras escolhidas por Searle para relatar-lhe a voz [havia mais de mil expressões como estas em inglês]; ao contrário, rejeita esse uso convencional utilizando, ao invés do número cardinal, a fórmula 10^3 (dez elevado a terceira potência). Eis o texto de Austin:

“... Obteremos uma lista de verbos na ordem de 10^3 à terceira potência” (Austin 1990: 122)⁴¹.

Austin não apenas se negou a usar as palavras com que Searle representou seu discurso, como também explicitou, numa nota de rodapé cheia de humor e ironia, o motivo pelo qual não o fez:

Por que usar essa expressão em vez de 1000? Primeiro porque impressiona mais e parece mais científica. Segundo porque vai de 1000 a 9999, uma boa margem enquanto que a outra poderia ser entendida como cerca de 1000 uma margem muito pequena (Austin 1962: 150)⁴².

Como já enfatizei no subcapítulo 3.2 desta tese, Austin deixou de usar a expressão convencional para ironizar com o discurso dos formalistas na filosofia analítica. Ele ridiculariza os positivistas que valorizavam a lógica formal na análise da linguagem e

⁴¹ “...we get a list of verbs of the order of the third power of 10”.

⁴² “Why use this expression instead of 1000? First, it looks impressive and scientific; second, because it goes from 1,000 to 9,999—a good margin—whereas the other might be taken to mean ‘about 1,000’—too narrow a margin”.

idealizavam uma linguagem matemática. Daí a ironia na justificativa da utilização de 10 à terceira potência [porque impressiona mais e parece mais científica].

Por esta análise do discurso relatado de Austin, percebo que Searle, procurou selecionar, no texto do filósofo de Oxford, apenas as expressões em que Austin demonstra suas idéias (conceitos, racionalizações). Searle deixou de lado a irreverência austiniana do uso daquela expressão [na ordem de 10 à terceira potência] de forma inesperada, em um momento tão sério do texto de Austin, quando todos aguardavam finalmente receber dele uma resposta exata para vencer a dificuldade— que alguns ousaram tentar superar — de estabelecimento de critérios para a classificação de verbos performativos⁴³. Considerada como uma saída do *script*, esta *performance* de Austin ficou de fora em *S.A.*

Searle, portanto, não representou do texto de Austin sobre os atos de fala (publicado em 1962, sete anos antes de sua própria obra sobre esta teoria), aquilo que seria considerado como não-filosófico, ignorando tudo o que considerou como um desvio no pensamento (racionalização) de Austin: seu humor, sua retórica.

Pode-se considerar que John Searle, ao traduzir o discurso de Austin no seu texto, efetiva o trabalho ideológico de recolocar a teoria austiniana nos trilhos da tradição analítica, ocultando sua voz polêmica e irônica e reescrevendo-a como sua própria voz; uma voz tradicional no discurso da filosofia da linguagem. Com a substituição da fórmula hilária de Austin por suas palavras convencionais, Searle dissimula o caráter revolucionário da gênese austiniana da concepção de atos de fala. Esta é uma das principais estratégias de

⁴³ Ver o texto de Rajagopalan a esse respeito: “A irredutibilidade do ato ilocucionário como fator inibidor das tentativas taxonômicas”. D.E.L.T.A. Vol. 8. No.1, Pp. 91-133.1992.

operacionalização da ideologia, vista como um serviço do poder (cf. Thompson 1990).

Após modificar, em sua representação do discurso austiniano, as formas textuais pelas quais Austin constrói uma teoria de linguagem voltada para a práxis comunicativa e rompe com o discurso dos filósofos formalistas do atomismo e do positivismo lógico, Searle apresenta, no parágrafo seguinte, sua própria concepção de ato de fala, nos moldes de tradição clássica da filosofia analítica, ao inscrever em seu discurso o vocabulário próprio do discurso dos formalistas. É o que observamos no uso dos termos: referir, predicar, proposição, etc.

Ao inserir, na concepção de atos de fala, os atos proposicionais (referir e predicar), Searle retoma a preocupação da linguagem (aqui na forma de proposição) com a representação do mundo, uma preocupação própria da análise clássica da filosofia analítica. Ele diz:

19- (*S.A*):

Vamos dar um nome a estes diferentes actos, sob o título geral de actos de fala:

- a) enunciar palavras (morfemas, frases) = executar *actos de enunciação*;
- b) referir e predicar = executar *actos proposicionais*;
- c) afirmar, perguntar, ordenar, prometer, etc. = executar *actos ilocucionais* (Searle 1981: 35)⁴⁴.

⁴⁴ “Let us assign names to these under the general heading of speech acts:

(a) Uttering words (morphemes, sentences) = performing *utterance acts*.

(b) Referring and predicating = performing *propositional acts*.

(c) Stating, questioning, commanding, promising, etc. = performing *illocutionary acts*” (Searle, 1969: 23-24).

Formalizando a concepção de atos de fala, Searle reescreve em *S.A.*, a categoria da lógica formal usada pelos filósofos formalistas da analítica: a proposição – cuja expressão é um ato proposicional e independente da práxis lingüística, tão importante para o discurso de ruptura dos filósofos lingüistas:

20- (*S.A.*):

Cada vez que dois actos ilocucionais contêm a mesma referência e a mesma predicação, e se a significação da expressão referencial é a mesma nos dois casos, diremos que é a mesma proposição que é expressa (Searle, 1981: 42).⁴⁵

Ao dizer que na emissão de uma frase, o falante expressa uma proposição, Searle pretende distinguir o ato ilocucional de seu conteúdo proposicional e reconhece esta distinção como uma variante do discurso formalista da tradição filosófica analítica:

21- (*S.A.*):

Os leitores familiarizados com trabalhos sobre o assunto, reconhecerão facilmente no que dizemos uma variante da velha distinção já feita por diferentes autores, como Frege, Sheffer, Lewis, Reichenbach e Hare, para não mencionar senão estes (Searle, 1981: 43)⁴⁶.

Desse modo, a concepção de ato de fala que nasceu no discurso de Austin como uma ruptura e como uma resposta ao discurso da tradição formalista da filosofia analítica é deslocado no discurso de John Searle, que formalizou tal concepção de modo a reintegrá-la ao reducionismo e formalismo da tradição analítica. Essa relação dialógica em *S.A.* desloca o

⁴⁵ “Whenever two illocutionary acts contain the same reference and predication, provided that the meaning of the referring expression is the same, I shall say the same proposition is expressed”(Searle, 1969: 29).

⁴⁶ “The reader familiar with the literature will recognize this as a variation of an old distinction which has been marked by authors as diverse as Frege, Sheffer, Lewis, Reichenbach and Hare, to mention only a few. (Searle, 1969:30)”.

sentido pragmático-performativo de atos de fala para o sentido lógico-formalista. Este último sentido é manifestado através do recurso ao simbolismo que marca todo o texto de *S.A.* Veja o exemplo:

22 (*S.A.*):

Podemos representar essas distinções no seguinte simbolismo: A forma geral de (muitos tipos de) actos ilocucionais é

F (p)

Onde a variável “F” toma os seus valores entre os processos que indicam a força ilocucional e onde “p” representa expressões que exprimem proposições. Podemos então simbolizar diferentes tipos de actos ilocucionais nas formas, por ex.,

†(p) para asserções

!(p) para pedidos

Pr(p) para promessas

W (p) para advertências

? (p) para perguntas do tipo sim/não

E assim por diante (Searle, 1981: 85)⁴⁷.

O segundo exemplo de discurso manifestamente representado de Austin através de orações relatadas por Searle se encontra no capítulo já comentado: *Três falácias na Filosofia contemporânea* (Searle, 1981: 173).

Searle retoma o discurso dos filósofos lingüistas para criticá-lo identificando nele o que considera erro graves Para comprovar que Searle realiza o trabalho ideológico de construir um sentido de atos de fala em consonância com o discurso formalista da tradição,

⁴⁷ “We can represent these distinctions in the following symbolism. The general form of (very many kinds of) illocutionary acts is

F(p)

Where the variable “F” takes illocutionary force indicating devices as values and “p” takes expressions for propositions. We can the symbolize different kinds of illocutionary acts in the forms, e.g.,

† (p) for assertions

!(p) for requests

Pr(p) for promises

W(p) for warnings

?(p) for yes-no questions. And so on” (Searle, 1969:31).

trago um trecho de *S.A.* em que Searle enfrenta a tese do segundo Wittgenstein, segundo a qual se uma expressão tem sentido (mesmo expressões usadas para definir vivências privadas como no caso, sentir dor) então ela pertence forçosamente a uma linguagem pública:

23- (*S.A.*):

O filósofo observa que seria bastante curioso ou estranho dizer certas coisas em determinadas situações; então conclui, por essa razão, que certos conceitos são inaplicáveis a tais situações. Por exemplo, Wittgenstein observa que, em condições normais, quando temos uma dor, seria estranho dizer: “Eu sei que estou com uma dor”. Outro filósofo da lingüística afirmou que seria muito estranho que uma pessoa adulta normal, falando inglês, dissesse em situações comuns: “I *remember* my own name”, ou “I *remember* how to speak English” (Searle, 1981: 187)⁴⁸.

No exemplo seguinte de discurso representação, Searle coloca Austin na mesma posição do segundo Wittgenstein – para quem o significado de uma palavra é o seu uso – posição a ser tenazmente combatida pelo produtor de *S.A.*, por ser considerada uma falácia:

24- (*S.A.*):

Em seu artigo “A plea for excuses”, Austin sustenta uma tese similar, e de alcance mais geral. Ele diz que no caso *padrão* de todo verbo normal, não aparece *nenhuma* das classes de expressões que qualificam acções – expressões como “voluntário”, “intencional”, “proposital”, “deliberadamente”, etc.–, bem como nenhuma de suas negações. “Somente no caso em que acompanhamos o acto em questão de uma maneira particular, ou de circunstâncias diferentes daquelas nas quais um acto é normalmente realizado... é

⁴⁸ The philosopher notices that it would be very odd or bizarre to say certain things in certain situations; so he then concludes for that reason that certain concepts are inapplicable to such situations. For example, Wittgenstein points out that under normal conditions, when I have a pain, it would be odd to say, “I *know* I am in pain”. Another linguistic philosopher has pointed out that it would be very odd for normal adult Englishmen in ordinary situations to say, “I *remember* my own name”, or “I *remember* how to speak English”(Searle, 1969: 141).

necessário, ou mesmo simplesmente possível, empregar uma expressão modificadora desse acto”. Austin resume a sua tese no slogan, “Nenhuma modificação sem aberração”. A menos que a acção seja aberrante, nenhum conceito modificador é aplicável. Ampliando a tese de Ryle, Austin observa que seria estranho dizer, em circunstâncias comuns, “Comprei o meu carro voluntariamente”, ou “Estou a escrever este livro por minha livre e espontânea vontade”, e ambos os filósofos concluem, portanto, que certas condições são as condições necessárias de aplicabilidade de certos conceitos (Searle, 1981: 188)⁴⁹.

Neste trecho do livro, temos o primeiro exemplo de representação discursiva, na forma de citação direta de Austin em S.A., por meio da *intertextualidade manifesta* em que a voz de Austin é relatada e demarcada pelas aspas [“Somente no caso em que acompanhamos o acto em questão de uma maneira particular, ou de circunstâncias diferentes daquelas nas quais um acto é normalmente realizado... é necessário, ou mesmo simplesmente possível, empregar uma expressão modificadora desse acto”]. Através da análise, podemos perceber a estratégia discursiva do emprego das aspas que ultrapassa a dimensão demarcadora da fala do outro, para identificar elementos da ordem do discurso a que se submete o texto.

Mais do que uma marcação gráfica, as aspas assumem um papel de deslocadoras do sentido. É interessante observar no fragmento textual 23, que as aspas, além de serem usadas para marcar o discurso direto, ou seja, demarcar o discurso de Austin, também são empregadas para negar este mesmo discurso. É assim que, logo após a apresentação da voz

⁴⁹ “Austin in his article, “A plea for excuses”, has a similar and more general thesis. He says that in the *standard* case covered by *any* normal verb *none* of the range of expressions qualifying actions –expressions such as “voluntary”, “intentional”, “intentional”, “on purpose”, “deliberately”, etc.– nor any of their negations are in order. “Only if we do the act named in some special way or circumstances different from those in which an act is normally done...is a modifying expression called for, or even in order.” He summarizes this thesis in the slogan, “No modification without aberration”. Unless the action is aberrant, no modifying concept is applicable. Extending Ryle’s point, Austin notices that it would be odd to *say*, in ordinary circumstances, “I bought my car voluntarily”, or “I am writing this book of my own free will”, and both philosophers therefore conclude that certain conditions are necessary conditions of the applicability of certain concepts” (Searle, 1969: 142).

de Austin relatada entre aspas, o enunciador de S.A. escreve uma frase posta entre aspas, apresentada como um slogan, resumo da idéia de Austin [Austin resume a sua tese no slogan]. Com isso, o enunciador provoca um efeito de distanciamento e mostra que a frase foi usada por Austin e que está apenas sendo mencionada por ele [“Nenhuma modificação sem aberração”]. A menção do slogan faz com que a frase entre aspas se torne um objeto de questão e julgamento, e junto com ela, todo o discurso de Austin. Neste fragmento de texto, em vários momentos, expressões vão sendo colocadas em itálico como que sinalizando o discurso de Austin, chamando a atenção do leitor para questionar a adequação do slogan e com ele, a tese austiniana.

Neste mesmo fragmento, ocorre também a estrutura para a representação discursiva, apresentada anteriormente: a do discurso indireto, marcada pelas orações relatadas abaixo:

Ele diz que...

Austin observa que...

E ambos os filósofos concluem que ...

O autor afirma que...

Dessa vez, porém, o texto de Austin foi relatado juntamente com o de Ryle, outro filósofo representante da Escola de Oxford. Ambas as vozes representadas – a de Austin e a de Ryle, são explicitamente identificadas e marcadas como vozes externas, às quais Searle pretende se opor, identificando-as como o discurso dos lingüistas:

25- (S.A):

Essas hipóteses [a dos filósofos lingüistas] representam princípios metodológicos importantes, sobre os quais se baseia grande parte da filosofia contemporânea. Com a finalidade de mostrar que são falsas, gostaria de considerar agora algumas outras coisas que seria igualmente estranho dizer (Searle, 1981: 189)⁵⁰.

Após apresentar vários contra-exemplos às hipóteses de Austin e Ryle, o discurso de Searle, fundado numa visão representacionista e monológica da linguagem, é construído como um discurso de afrontamento ao discurso dos lingüistas. Considerando o conceito de uso vago demais como instrumento de análise, ele trava um debate com os filósofos lingüistas, o outro do qual procurou distanciar-se desde o início de obra S.A.:

26- (S.A):

Qual a exata natureza deste debate? Ambas as partes admitem a existência de certos dados, os dados da forma, “Seria estranho ou não permissível dizer tal coisa”. Mas há um desacordo com respeito à explicação dos dados. Pela nossa parte, dizemos que os dados devem ser explicados em termos do geral que está implicado no acto da asserção; a tese que contestamos diz que os dados devem ser explicados com referência às condições de aplicabilidade de certos conceitos. Chegando a este ponto, posso somente reivindicar para minha análise uma maior simplicidade, generalidade, e, talvez maior plausibilidade (Searle, 1981: 191)⁵¹.

⁵⁰ “These assumptions have been important methodological principles behind much contemporary philosophizing. In order to show that they are false, I now want to consider certain other things it would be odd to say” (Searle, 1969: 143).

⁵¹ “What exactly is the nature of the dispute here? Both sides agree on the existence of certain data, data of the form, “It would be odd or impermissible to say such and such”. But there is a disagreement about the explanation of the data. I say the data are to be explained in terms of what in general is involved in making an assertion; the view I am attacking says the data are to be explained in terms of the conditions of applicability of certain concepts. So far the only claims I can make for my analysis are greater simplicity, generality, and perhaps plausibility” (Searle, 1969: 144).

Por essa busca de generalidade o filósofo-locutor de S.A. distancia-se da linguagem ordinária desprezando a situação concreta de fala, ao contestar que os dados devam ser “explicados com referência às condições de aplicabilidade de certos conceitos”.

Searle procura demonstrar que os erros dos filósofos lingüistas por ele denominados de *as três falácias na filosofia contemporânea* têm origem na noção inaugurada pelo o segundo Wittgenstein e pressuposta na concepção de atos de fala de Austin – a noção de significação como uso. Searle relata abaixo o discurso dos lingüistas que é alvo da sua argumentação:

27- (S.A):

Gostaríamos agora de apresentar algumas observações que servirão para explicar como se chegou a cometer esses erros. Os filósofos da lingüística do período em discussão, não tinham nenhuma teoria geral da linguagem, sobre que baseadas suas análises conceptuais particulares. O que tinham, à guisa de teoria, eram poucos slogans, o mais proeminente dos quais era: “a significação é o uso”. Este slogan encarnava a crença de que a significação de uma palavra não é dada nem pela procura de uma entidade mental que lhe seja associada em um universo introspectivo, nem pela busca de alguma entidade que essa palavra representaria, fosse ela abstracta ou concreta, mental ou física, particular ou geral, mas, antes, por um cuidadoso exame de como a palavra é realmente usada na língua. (Searle,1981: 193)⁵².

Enfrentando a noção de significação como uso, que representa como apenas um *slogan*, Searle procura destruir o discurso dos lingüistas e com ele a concepção performativo-

⁵² “I now want to offer some remarks by way of explanation of how these fallacies came to be committed. Linguistic philosophers of the period I am discussing had no general theory of language on which to base their particular conceptual analyses. What they had in place of a general theory were a few slogans, the most prominent of which was the slogan, “Meaning Is Use”. This slogan embodied the belief that the meaning of a word is not to be found by looking for some associated mental entity in an introspective realm, nor by looking for some entity for which it stands, whether abstract or concrete, mental or physical, particular or general, but rather by carefully examining how the word is actually used in the language” (Searle,1969: 146).

pragmática dos atos de fala, que foi elaborada por Austin para combater a tradição britânica reducionista e formalista da filosofia analítica, como lemos no texto abaixo:

28- (S.A):

O que estamos a tentar provar é só que a afirmação geral de Austin – não há nenhuma modificação sem aberração – é falsa, que as outras variantes da mesma falácia de asserção – tal como a de Ryle – são igualmente falsas, e que a teoria geral dos actos de fala, que propomos, é mais adequada para dar conta dos dados de onde provêm tais teorias (Searle, 1981:198-199)⁵³.

Para demonstrar mais claramente a afronta ao discurso austiniano e à concepção pragmático-performativa de ato de fala elaborada por Austin, trago um trecho de S.A em que Searle considera tal concepção performativa como um exagero de Austin, reivindicando o declarativo e o constativo das análises clássicas tão combatidas pelo filósofo de Oxford:

29- S.A

De facto, a visão original de Austin a propósito dos performativos era que algumas enunciações não eram dizeres, mas fazeres de um outro tipo. Mas neste particular parece haver algum exagero. Um homem que diz “Eu prometo” não promete apenas, mas *diz* que o faz. Isto é, existe, de facto, uma conexão entre dizer e os constativos, mas não tão estreita como se pode pensar (Searle, 1981: 91)⁵⁴.

⁵³ “I am only attempting to show here that Austin’s general statement—no modification without aberration – is in error, that other instances of the same assertion fallacy—such as Ryle’s—are in error, and that their data are better accounted for by my general theory of speech acts.

⁵⁴ “Indeed, Austin’s original insight into performatives was that some utterances were not sayings, but doings of some other kind. But this point can be exaggerated. A man who says ‘I (hereby) promise’ not only promises, but says he does. That is, there is indeed a connection between saying and constatives, but it is not as close as one might be inclined to think”(Searle, 1969: 68)

Penso que o momento é propício para, após estas leituras das relações intertextuais que atravessam a produção da teoria dos atos de fala em S.A, retomar a ressalva de Fairclough (2001) que diz que a forma como o contexto afeta o que é dito ou escrito varia de uma formação discursiva a outra. No caso da obra de Austin, na qual a sua teoria da ação é identificada por Marcondes de Souza Filho (1996: 10) como o surgimento de um novo paradigma teórico, percebo tal teoria como o resultado do trabalho de mudança discursiva que sofreu a filosofia analítica através de um certo movimento nas suas filiações teóricas, de negação ao seu discurso tradicional.

Como uma formação discursiva é considerada como aquilo que determina o que pode e deve ser dito (Pêcheux apud Fairclough, 2001: 52) o discurso tradicional, na prática da filosofia analítica era o discurso dos formalistas, que facilmente se ligava ao discurso cartesiano tradicional, na medida em que procurava encontrar explicação a-histórica para as questões teóricas da linguagem (cf. Rorty, 1979/1994). A crítica dos filósofos lingüistas para o arcabouço da tradição, através dos textos do segundo Wittgenstein, tem provocado uma transformação na prática discursiva da filosofia analítica, levando-a a refletir sobre o seu próprio fazer teórico e a interessar-se pelas práticas lingüístico-sociais através de novos conceitos, como *jogo de linguagem* (Wittgenstein) e *atos de fala* (Austin).

Observando a heterogeneidade, que é constitutiva de todo discurso, posso perceber o processo dialógico de embate entre o discurso formalista – discurso tradicional da filosofia analítica – e o discurso antiformalista dos filósofos lingüistas. Considero, pois, o discurso formalista como gerado em uma formação discursiva representacionista – que desde os gregos considera a linguagem como representação do mundo (cf. Martins, 2004) – e o

discurso antiformalista dos filósofos lingüistas como oriundo de uma formação discursiva pragmaticista – que considera a linguagem como uma forma de vida, uma ação, uma prática social.

O conceito austiniano de ato de fala, portanto, é gerado no interior da formação discursiva pragmaticista. De acordo Rajagopalan (1990: 239) “há vários momentos em que Austin chega muito perto de admitir que talvez estejamos lidando com verdadeiros jogos de linguagem no sentido de Wittgenstein”.

Conforme a interpretação que Fairclough (2001: 53) faz de Pêcheux, as formações discursivas (FDs) “são posicionadas em complexos de FDs relacionadas referidas como ‘interdiscurso’ e os sentidos específicos de uma FD são determinados ‘de fora’ por sua relação com outras no interdiscurso”⁵⁵. Portanto, é no interior da FD tradicional da filosofia analítica – a FD representacionista – que o discurso de John Searle é gerado. O texto, que parece apresentar uma só voz e a voz de autoridade do filósofo, apresenta-se, na verdade como um segundo discurso que responde ao discurso dos lingüistas e reformula o discurso dos formalistas, constituindo-se em um novo discurso: o da filosofia da linguagem searleana.

Desse modo, podemos entender como é possível ao discurso da filosofia da linguagem de Searle, por sua posição no interdiscurso, retirar uma expressão gerada na FD pragmaticista, a expressão atos de fala, e utilizá-la aos propósitos de sua filosofia da linguagem, que reformula o discurso tradicional dos formalistas. Essa relação dialógica provoca um deslocamento do sentido performativo-pragmático de ato da fala para um sentido lógico-formal. O discurso de Searle, como um discurso filosófico de formação discursiva

⁵⁵ Fairclough (2001) substitui o termo interdiscurso de Pêcheux pelo termo foucaultiano *ordem do discurso*.

representacionista, direciona argumentativamente este deslocamento, pois, conforme Pêcheux (apud Fairclough, 2001: 52) “as palavras mudam seu sentido de acordo com as posições de quem as usa”.

O discurso de Searle interpretando Austin se apresenta, portanto, como um discurso resposta ao discurso de concepção pragmaticista dos atos de fala, uma resposta constituída no nível do afrontamento discursivo.

4. 2. Distribuição e Consumo

Como já acentuei, a análise do discurso de John Searle, como um exemplo de prática discursiva, focaliza os processos de produção (visto na seção anterior), distribuição e consumo textual. Em termos de distribuição, procuro nesta seção explorar as redes intertextuais em que o texto *Speech Acts* se movimenta, sofrendo mudanças predizíveis ao se transformar em outros textos. A análise da distribuição foi efetuada juntamente com a análise do consumo textual. Como o consumo enfatiza o tipo de trabalho interpretativo que se aplica a um texto e os modos de interpretação disponíveis, não há como separar sua análise do processo de distribuição textual.

Os textos são consumidos, i.e, sofrem um trabalho interpretativo diferente em contextos sociais diferentes. O texto *S.A.*, como um ensaio filosófico, é lido como um texto acadêmico e, portanto consumido coletivamente. Como um texto filosófico, traz a marca da

academia na apresentação posta abaixo do nome do autor: *professor de Filosofia da Universidade da Califórnia, Berkeley*.

Publicado pela *Cambridge University Press*, o texto foi registrado, preservado, traduzido, lido e relido. Como toda instituição possui uma rotina específica para o “processamento” de textos (cf. Fairclough 2001), no domínio do saber acadêmico-científico, os textos são transformados em outros textos a partir do seu consumo, ou seja, dos modos de interpretações disponíveis em forma de tendência teóricas e linhas de investigação específicas. A universidade como uma instituição social possui padrões próprios de consumo e rotinas próprias para produção e reprodução de textos.

A prática político-administrativa da universidade, que funciona de modo a torná-la comprometida com a produção do conhecimento, elege a própria busca do conhecimento como meta, numa procura de regularidades e estabilidades textuais identificados com a velha categoria da verdade.

A prática discursiva da academia nesta busca de conhecimento – cujo percurso deve ser regular, obedecendo a certas regras específicas para ser capaz de ser feito, repetido, reproduzido – transforma-se numa prática social específica. A prática social deste domínio institucional de saber científico-acadêmico é sua própria prática discursiva. Nesse sentido, é relevante lembrar o trabalho de Foucault em mostrar que os sujeitos do conhecimento, e por conseguinte, as relações de verdade se formam através das condições econômicas, sociais e políticas de existência (cf. Foucault, 1996). Para ele “as práticas sociais podem chegar a engendrar domínios de saber que não somente fazem aparecer novos objetos, novos

conceitos, novas técnicas, mas também fazem nascer formas totalmente novas de sujeitos e de sujeitos do conhecimento” (Foucault, 1996: 8).

Com Foucault, pode-se entender as práticas discursivas da academia, como práticas sociais do controle e da vigilância. Segundo ele (ibidem: 12) o inquérito, como uma forma bem característica da verdade em nossas sociedades “foi praticado pelos filósofos do século XVIII, e também por cientistas, fossem ele geógrafos, botânicos, zoólogos, economistas”. Portanto, as complexas técnicas como forma de pesquisa da verdade, originadas no Ocidente no interior da ordem jurídica, foram em seguida utilizadas, segundo Foucault (idem), na ordem científica e na ordem da reflexão filosófica.

A prática discursiva e social contemporânea da filosofia é ainda marcada por esta forma de inquérito nas investigações dos fundamentos do conhecimento, movimentando a produção de textos na filosofia da linguagem em cadeias intertextuais que conduzem a modos específicos de interpretação textual.

O discurso de John Searle, como uma prática discursiva da comunidade acadêmica filosófica, sofre desta pretensão de busca da verdade, e como tal, pretende ser consumido por um auditório universal, típico da filosofia. A obra *SA* tem, portanto, uma distribuição complexa em que os processos de interpretação são restringidos pelas redes relativamente estáveis (cadeias intertextuais) em que esse texto se movimenta. Essas redes intertextuais são grupos de textos que trabalham com o texto de Searle (distribuição) e que configuram modos específicos de interpretá-lo (consumo). Selecionei um tipo de cadeia intertextual na qual *SA* se movimenta: a rede intertextual de tendência formalizante.

4.2.1. Rede intertextual formalizante

A despeito da reação da filosofia da linguagem ordinária, iniciada pelo segundo Wittgenstein e continuada pela Escola de Oxford, contra as análises reducionistas e formalistas do positivismo lógico – tendo Austin desferido uma crítica implacável a posições positivistas através de sua teoria dos atos fala – John Searle retoma um programa de formalização da linguagem, a partir da concepção de ato de fala.

Como vimos na seção anterior, Searle retoma a noção de proposição do discurso dos formalistas para integrá-la na sua concepção de ato de fala. Com esta noção, Searle pretende resgatar outra dicotomia que Austin aboliu ao mostrar a insustentabilidade da distinção entre *performativo/constativo*, tal foi a dicotomia *verdade/falsidade* que norteou por muito tempo os estudos tradicionais de filosofia da linguagem. A dimensão veritativa – o inquérito da verdade das proposições – é retomada por John Searle na visão de que o cerne de um ato de fala é seu conteúdo proposicional, que é neutro com relação à força ilocucionária.

Situado numa formação discursiva representacionista, Searle diz que “todo ato de linguagem como um conteúdo proposicional é em certo sentido representação” (Searle, 1979: VIII, nota 1). Para Searle, os atos ilocucionários representam estados de coisas, num retorno aos atomistas lógicos, como o primeiro Wittgenstein, para o qual a linguagem (em Searle, os atos ilocucionais) representaria estados de coisas que apresentam uma forma lógica. Graças

ao conteúdo proposicional, que seria neutro e invariável, Searle oferece uma forma lógica geral dos atos ilocucionários, como já vimos:

F(p): em que “F” representa uma variável e “p” o conteúdo proposicional.

Searle, desse modo, situa a teoria dos atos de fala como continuista da tradição fregueana, reelaborando-a em perfeita sintonia com a lógica de Frege, e portanto, projetando-a como complementar e não competidora com respeito à tradição logicista (cf. Rajagopalan; 1996).

Searle é o primeiro a providenciar uma formalização da teoria dos atos de fala, usando os recursos da lógica moderna – um projeto que iniciado em S.A e declarado em *Expression and Meaning* (1979) teve como primeiro resultado concreto o livro em colaboração com Daniel Vanderveken “*Foundations of Illocutionary Logic* (1985).

Esse projeto de formalização constituído e constituinte dessa cadeia intertextual de tendência formalizante, foi continuado por Vanderveken que persistiu na tentativa de unificação da teoria dos atos de fala com a semântica clássica formal, para culminar numa formalização completa da teoria (Vanderveken, 1990, 1994 apud Rajagopalan, 2000: 14).

A formalização da teoria dos atos de fala é, portanto, um compromisso com a relação linguagem-mundo, a partir de uma teoria da verdade como correspondência, presente no discurso clássico dos formalistas em filosofia analítica – seja no discurso os atomistas quanto no discurso dos positivistas lógicos. Como afirma Vanderveken (1990: 132): “atos ilocucionários elementares com um conteúdo proposicional [...] dirigem-se a objetos e

estados de coisas no mundo. Eles são satisfeitos apenas se o seu conteúdo proposicional representa corretamente como as coisas são [...] no mundo”.

Para analisarmos a movimentação de S.A na rede intertextual de tendência formalizante, é necessário refletir sobre outro tipo de discurso formalista, advindo não da filosofia, mas da lingüística. O programa teórico gerativista, que vem sendo identificado na lingüística atual como sinônimo de formalismo (cf. Pires de Oliveira: 2004: 224)⁵⁶, teve sua origem na década de 50 quando o lingüista Noam Chomsky publicou *Syntactic Structures* (1957), o mesmo período em que Austin fortalecia o estudo da linguagem ordinária, através da elaboração da concepção dos atos de fala. A crítica ferrenha de Chomsky através de sua famosa resenha publicada em 1959 da obra *Verbal Behaviour*, do comportamentalista Skinner (1957), defendia uma abordagem racionalista e dedutiva para a ciência, diminuindo a influência do comportamentalismo e reavivando o mentalismo.

Conforme Balieiro Jr. (2000: 176), o modelo gerativista defendido por Chomsky naquela época propunha:

- a) as sentenças faladas, ou estruturas superficiais derivar-se-ia de estruturas profundas, através de regras transformacionais, que se organizam numa gramática, ou sintaxe;
- b) este componente sintático – a gramática Universal, G.U –, capaz de gerar qualquer (e somente uma) língua, deveria ser inato aos indivíduos da espécie humana;

⁵⁶ Pires de Oliveira (2004: 219) aponta três noções que o termo *formal* pode assumir nos estudos sobre a linguagem: “formal equivalente a científico, formal sinônimo de autônomo e formal remetendo a cálculo”. Segundo a autora, há formalistas descrevendo línguas naturais que não coadunam com a tese gerativista da autonomia da sintaxe, mas “gerativistas são certamente formalistas por que além da autonomia sintaxe enxergam a linguagem como um cálculo”.

c) se distinguísse entre a competência (o conhecimento que um falante/ouvinte nativo ideal tem de sua língua) e a performance (a atividade do falante/ouvinte numa situação comunicativa concreta, sujeita a problemas como imperfeição, lapsos, etc.)

É bom lembrar que o componente central da competência seria a sintaxe, constituindo esta o domínio próprio da teoria lingüística. Este programa inicial de Chomsky, de inspiração nitidamente cartesiana, na busca de universais lingüísticos, seguirá um movimento textual contrário a Austin, que vai discordar do positivismo lógico e enfrentar o logicismo nos estudos da linguagem. Chomsky “procurou sustentação teórica na lógica, na gramática de *Port-Royal*. Esta gramática, pode-se dizer, produz uma explicação racional do fenômeno lingüístico e dos princípios universais, relacionando de modo definitivo a linguagem à lógica” (Ottoni, 1998: 22).

Pois bem, essa concepção lingüística formalista que faz da sintaxe uma máquina mental capaz de gerar sentenças bem formadas (sentenças infinitas através de regras lingüísticas finitas) não apenas está presente em *SA* através da intertextualidade manifesta em duas referências a Chomsky (Searle, 1981: 24, 85), como também através da interdiscursividade ou relação intertextual constitutiva.

Não é difícil ler Chomsky na hipótese central searleana de que a linguagem é um comportamento intencional governado por regras interiorizadas. É o que nos diz Searle:

30 (S.A):

Falar uma língua é adoptar uma forma de comportamento regido por regras, sendo estas regras de uma grande complexidade [...] Este é um ponto de vista familiar à filosofia e à

lingüística, mas dele nem sempre se tiraram todas as conseqüências. A sua conseqüência para a presente discussão, é que, quando falamos a nossa língua materna, fazemos caracterizações lingüísticas do tipo acima exemplificado, não nos estamos a reportar ao comportamento de um grupo, mas estamos a descrever aspectos do nosso domínio dessa capacidade regida por regras (Searle, 1981: 21-22 – grifos meus)⁵⁷.

Num texto posterior, Searle diz que a obra de Chomsky foi uma revolução na lingüística, e mais especificamente na sintaxe. Mas, segundo Searle, o que Chomsky não conseguiu ver é que a competência é, fundamentalmente, a competência para produzir atos de fala, e, portanto, que um estudo dos aspectos lingüísticos da “capacidade” de realizar atos de linguagem é um estudo da competência (cf. Calvet de Magalhães, 1997: 135). Dessa forma, é fácil entender como o texto de Searle se movimenta nessa cadeia intertextual para ser aproveitado pelo próprio gerativismo. Conforme Rajagopalan (1996: 5):

A partir da leitura de Searle, foi possível “acoplar” toda a investigação austiniana no terreno dos atos de fala ao modelo de gramática em franca ascensão naquela época, a saber, a Gramática Gerativo-Transformacional (estamos nos referindo à década de 70). Pois, como chegaram a pleitear um grupo entusiasmado de lingüistas na época, bastaria simplesmente acrescentar um nível mais abstrato na análise na estrutura profunda de uma sentença, abrindo espaço para que o chamado “prefácio performativo” pudesse ser devidamente postulado bem no início da derivação sintática antes mesmo que a primeira bifurcação do módulo “S” em um sintagma nominal e um sintagma verbal. E, pronto tudo estaria resolvido. Conforme preconizava Searle, a teoria dos atos de fala estava, não em conflito com a gramática, mas sim, em perfeita harmonia.

⁵⁷ “Speaking a language is engaging in a (highly complex) rule-governed form of behavior. To learn and master a language is (inter alia) to learn and to have mastered these rules. This is a familiar view in philosophy and linguistics, but its consequences are not always fully realized. Its consequence, for the present discussion, is that when I, speaking as a native speaker, make linguistic characterizations of the kind exemplified above, I am not reporting the behavior of a group but describing aspects of my mastery of a rule-governed skill” (Searle, 1969: 12).

Assim, no início da década de 70, era comum observar as famosas árvores gerativistas incorporarem os atos de fala em seus galhos (Pinto, 2001: 61). Vale lembrar também que uma das últimas versões do gerativismo chomskyano, a *teoria da regência e ligação* (TRL), como ficou conhecida a *teoria dos princípios e parâmetros*, sem se desvincular do pressuposto de que a linguagem é um sistema de conhecimentos interiorizados na mente, define o programa de investigação da *gramática gerativa* como o desenvolvimento de quatro grandes questões, e traz, no bojo das discussões, interesses que foram rechaçados por Chomsky e seus seguidores em polêmicas históricas anteriores: além de estudar o conteúdo do sistema de conhecimentos que se desenvolve na mente do falante, a teoria abre espaço para indagar entre outras questões “como é que o sistema de conhecimentos adquirido é utilizado pelo falante em situações discursivas concretas” (Raposo, 1992: 27).

No entanto, a afirmação de Searle de que um estudo da capacidade de um falante-ouvinte realizar atos de fala é também um estudo da competência lingüística, tem gerado uma certa estranheza no meio acadêmico. Nigel Love (1999) afirma que a elaboração searleana da teoria dos atos de fala como complementar e ajustável ao paradigma chomskyano apresenta uma grande contradição, na medida em que Searle tenta unir duas tradições incompatíveis, identificadas por Strawson como a tradição do teóricos da comunicação-intenção e a tradição dos teóricos da semântica formal.

A contradição apontada por Love deixa de existir quando olhamos para os textos de Searle e Chomsky – que seriam considerados por Love como representantes de duas tradições distintas e incompatíveis – a partir das cadeias intertextuais onde estes textos são gerados e interpretados. Ora, ambos os textos são produzidos numa fundação discursiva

cartesiano-kantiana (que procura abstrair a linguagem de sua realização histórica), cujo modo de produzir e interpretar textos reduz a linguagem a partir de categorias lógicas e formais. Portanto, os textos de Searle e de Chomsky podem facilmente serem reinterpretados como fazendo parte de um programa teórico complementar, pois estão situados na mesma rede textual de tendência formalizante.

Esse contexto discursivo, consistindo em redes relativamente estáveis em que os textos se movimentam, afeta o consumo do texto que sofre transformações predizíveis. É assim que os textos dessa filosofia da linguagem que entende a teoria dos atos de fala como complementar de uma gramática formal são transformados em diferentes tipos de textos, sejam em textos lingüísticos ou textos filosóficos, todos apresentando o mesmo esquema de análise formal.

É assim que nos textos em que Habermas (1979/2001) formula sua pragmática universal, mais tarde por ele denominada de *pragmática formal*, encontramos uma apropriação tanto da re-elaboração da teoria dos atos de fala por Searle, quanto do modelo da gramática gerativa. Habermas passa a desenvolver, a partir da teoria da gramática gerativa criada por N. Chomsky a sua pragmática formal que consiste em identificar e constituir as condições do entendimento mútuo (cf. Calvet de Magalhães, 2003: 3).

A idealização efetuada por Chomsky, na concepção de um falante-ouvinte ideal, é refeita por Habermas em sua noção do entendimento mútuo. Tal noção também é concebida como uma abstração, pois dependente da exigência pela qual um falante e ouvinte devem operar no mesmo nível dos objetos ou dos estados de coisas sobre os quais eles falam (ibidem: 4).

Habermas faz uma leitura de *SA* adequando o texto de Searle a sua teoria, na consideração dos atos ilocucionários como a unidade elementar do discurso. Desse modo, Habermas interpreta os atos de fala a partir da interpretação de Searle, em consonância com o discurso formalista da análise clássica da filosofia analítica. Como consequência, o “conteúdo proposicional” que Searle coloca no cerne do ato de fala passa a ser uma peça fundamental para a teoria comunicativa de Habermas.

Assim, a cláusula com conteúdo proposicional usada em proferimentos para comunicar sobre objetos ou estados de coisas é considerada por Habermas como a fundação da reflexividade inerente das línguas naturais (cf. 1979/2001: 5). Na mesma direção argumentativa de Searle, Habermas representa a estrutura dos atos ilocucionários como “MP” –em que M representa o modo de comunicação (a cláusula principal usada em um proferimento para estabelecer uma relação intersubjetiva entre falantes e ouvintes) e “p” o conteúdo proposicional (a cláusula diferente para referir-se a objetos e estados de coisas).

Enredado em cadeias intertextuais, em que textos sobre a linguagem apresentam uma tendência formalizante, como o texto de Searle e os de Noam Chomsky, Habermas vai considerar a comunicação por meio da linguagem ordinária como possuindo uma dupla estrutura:

Uma situação onde é possível chegar a um entendimento mútuo exige que pelo menos dois falantes estabeleçam simultaneamente uma comunicação entre dois níveis da intersubjetividade, em que os sujeitos falam com o outro, e no nível dos objetos (ou estados de coisas) sobre os quais eles se comunicam. A pragmática universal visa a reconstrução do sistema de regras que um falante competente deve conhecer se ele tem de ser capaz de preencher este postulado da simultaneidade da

comunicação e da metacomunicação. Eu gostaria de reservar o termo competência comunicativa para esta qualificação (Habermas, 2001: 74).

Para estabelecer a competência comunicativa a partir desse conceito de dupla estrutura cognitivo-comunicativa do discurso, Habermas retoma a distinção constativo/performativo que foi elaborada e rechaçada por Austin. Vale lembrar que Austin rejeitou essa distinção justamente pela ênfase que ela oferecia à visão monológica de linguagem como designação, defendida pela análise clássica formalista da filosofia analítica e duramente criticada por Austin. Diz Habermas:

Eu denomino o uso de atos linguagem constativos [...] de *cognitivo*, porque a relação interpessoal entre falante e ouvinte estabelecida de maneira performativa, tem como propósito chegar a um entendimento sobre objetos (ou estado de coisas). Por contraste, denomino *comunicativo* o uso da linguagem em que o chegar a um entendimento sobre objetos (*e estado de coisas*) ocorre tendo como propósito estabelecer uma relação interpessoal (Habermas, 2001: 76).

A utilização de vocabulários e conceitos como o de *ato de fala, competência, falante-ouvinte*, advindos das teorias da linguagem, sejam elas filosóficas ou lingüísticas por Habermas, é fruto da convicção do filósofo de Frankfurt de que para elaborar uma teoria social crítica, ele precisaria cumprir a exigência de construir uma sólida fundamentação metodológica e epistemológica “daí o projeto de prover a sociologia de base lingüística”.

No entanto os textos escolhidos por Habermas para fundamentar sua pragmática são discrepantes de uma concepção social e pragmática da linguagem que levem em conta os aspectos lingüístico-sociais reais da interação sócio-cultural e lingüística de pessoas reais.

Habermas estava convencido de que as práticas teóricas da sociologia necessitavam da solidez de instrumentos metodológicos e epistemológicos e utilizou as abstrações e formalizações da filosofia da linguagem de Searle e da lingüística de Chomsky, pensando nestes tipos de teorização da linguagem como instrumentos para alcançar uma certa “solidez” teórico-metodológica para a sua teoria crítica (ainda que o uso desses instrumentos não garanta por si que uma prática teórica que se dê por sólida o seja efetivamente).

Desse modo, Habermas efetua uma sucessão de abstrações, começando da *abstração sociolingüística* quando ele despreza todas “as condições limitativas dos sistemas de regras lingüísticas que variam de modo contingente” e retém os “proferimentos em contextos generalizados”. Em segundo, realiza a *abstração pragmática universal* quando retém os “proferimentos situados em geral” para desprezar todos os “contextos espaço temporalmente e socialmente circunscritos”. Num terceiro momento, Habermas propõe a *abstração lingüística*, que prescinde dos atos de fala efetivos e retém apenas as “expressões lingüísticas” ou frases. E o último passo para ele é a *abstração lógica*, a qual desconsidera todas expressões lingüísticas performativamente relevantes e retém as “proposições asseverativas”, que são o objeto da lógica (cf. Habermas, 2001: 74, 75).

Situado na cadeia intertextual formalizante, o discurso de Habermas, apesar de objetivar propor uma nova teoria social crítica, é gerado com base na concepção tradicional que vê a linguagem como a designação do mundo, de formação discursiva representacionista. Sua teoria da ação comunicativa, apesar de denominar-se uma *pragmática*, que é considerada como o estudo do uso efetivo da linguagem (cf. Pinto, 2001:77), afasta-se do uso lingüístico

real quando promove uma visão de comunicação “por meio da linguagem”, que é caracterizada em seu duplo aspecto, por um lado como a reprodução da função designativa da linguagem (o cognitivo) e por outra pela idealização da interação lingüística (o comunicativo).

Portanto, o texto de Habermas que promove uma transformação da prática discursiva da filosofia da linguagem searleana e da prática discursiva da lingüística chomskyana em uma prática sociológica do agir comunicativo está comprometido ideologicamente com um sentido de linguagem que a reduz a um instrumento de comunicação de significações generalizadas e que, por serem passíveis de abstrações, existiriam e poderiam ser definidas independentemente da linguagem.

Posso dizer, finalmente com Fairclough (2001: 167), que as cadeias intertextuais são muito complexas e que os “diferentes tipos de textos variam radicalmente quanto aos tipos de redes de distribuição e cadeias intertextuais que eles entram, e portanto, quanto aos tipos de transformações que eles sofrem”. É assim que o discurso formalista da tradição da filosofia analítica se insere na cadeia intertextual de textos teóricos sobre a linguagem de caráter formalizante e se transforma em análises, comentários, livros, textos e artigos acadêmicos em outros discursos, como por exemplo, o discurso da filosofia da linguagem (a partir da formalização dos atos de fala, e o discurso da pragmática universal ou pragmática formal de Habermas). Observar como essa prática discursiva da filosofia da linguagem se relaciona com a prática discursiva da lingüística é o objetivo da próxima seção.

4.2.2. Transformação de práticas discursivas

O objetivo da seção passada foi o de especificar a distribuição do texto de John Searle e observar como este texto tem sido consumido e interpretado numa cadeia intertextual na qual S.A. participa. A descrição desta cadeia permite perceber a série de textos na qual ou da qual o discurso de Searle é transformado. Tal descrição promove uma reflexão sobre a relação entre práticas discursivas, no nível da intertextualidade.

A intertextualidade conforme Fairclough (2001: 135) aponta para a produtividade dos textos, para como os textos podem transformar textos anteriores e reestruturar as convenções existentes (gêneros e discursos) para gerar novos textos. Assim como a intertextualidade aponta para o modo como os textos podem transformar outros textos, assim também aponta para a possibilidade de transformação e reestruturação entre práticas discursivas. Pelo que posso questionar a partir do estudo intertextual do S.A.: de que modo a prática discursiva da filosofia se inter-relaciona com a prática discursiva da lingüística moldando ou transformando (e também sendo transformada) pela prática da chamada ciência da linguagem?

Searle, no capítulo 1 de *SA*, ao delimitar sua obra como um trabalho de “filosofia da linguagem e não de filosofia lingüística”(Searle, 1989: 10), também procura impedir a caracterização de *SA* como um trabalho da chamada ciência da linguagem:

31- (S.A):

Tampouco é um ensaio de lingüística. A lingüística procura descrever as estruturas reais – fonológica, sintática, e semântica – das línguas naturais. Os dados da filosofia da linguagem vêm normalmente das línguas naturais, mas muitas de suas conclusões sobre problemas como, por exemplo, o que é ser verdadeiro, ou o que é ser um enunciado ou uma promessa, deveriam poder aplicar-se, se são válidas, a toda e qualquer linguagem capaz de produzir verdades, enunciados ou promessas.

É neste sentido que este ensaio não é sobre as línguas, como o francês, o inglês ou o swahili, mas sobre a linguagem (Searle, 1981: 11) 58.

A afirmação de uma lingüística como a ciência de descrição de línguas, no texto de Searle, vincula-se a uma idéia de linguagem idealizada, na qual Searle busca elementos universais [válidas a toda e qualquer linguagem].

Aqui, retornamos às reflexões do primeiro capítulo desta tese “Linguagem e Lingüística”, acerca do objeto de estudo da lingüística. Searle diferencia e delimita duas áreas – sua filosofia da linguagem e a lingüística – pela especificação do objeto de estudo de cada uma delas: a língua, com suas estruturas reais para lingüística e a linguagem [toda e qualquer linguagem capaz de produzir verdades, enunciados ou promessas] para a filosofia da linguagem. Pelo que, deixando o uso concreto da linguagem, Searle promove uma generalização ou idealização da prática lingüística, abstraindo a linguagem da situação interativa que, como já enfatizei, é integrada por vários aspectos (social, político, cultural, etc.), não lançando nem a filosofia da linguagem, nem a lingüística para o domínio daquela prática concreta. Porque é impossível a uma lingüística da língua enquanto estrutura e a uma

⁵⁸ “It is not an essay in linguistics. Linguistics attempts to describe the actual structures—phonological, syntactical, and semantic—of natural human languages. The ‘data’ of the philosophy of language usually come from natural human languages, but many of the conclusions about e.g. what it is to be true or to be a statement or a promise, if valid, should hold for any possible language capable of producing truths or statements or promises. In that sense this essay is not in general about languages, French, English or Swahili, but is about language” (Searle, 1969: 4).

filosofia da linguagem enquanto linguagem formal (fruto da abstração do pragmático) uma atenção voltada para as condições reais por meio das quais os seres humanos têm sido capazes de construir sentidos, desenvolvendo imprevisíveis e variadas construções lingüísticas.

Ora, os limites que o produtor de *SA* coloca a sua obra e os caminhos metodológicos que ele toma para trazer estes limites para si (a imagem do seu discurso, o da filosofia da linguagem) e para o outro (o discurso da lingüística) não são tão justos e apropriados a partir da definição de um objeto naturalmente complexo como a linguagem e mesmo com o que se pode chamar de língua, “dotada de uma espantosa maleabilidade aberta a todas as flutuações e a todas as metáforas”(Martin, 2003). Em matéria de delimitar as áreas de investigações da linguagem e o objeto de estudo preciso e circunscrito a estas áreas, logo nos depararemos com a imprecisão das fronteiras.

Os lingüistas estruturalistas, em sua prática discursiva, concederam o estatuto de ciência a sua disciplina, de sorte que, por meio de uma posição discursiva segregacionista, descontextualizaram o comportamento lingüístico de modo a isolar, descrever e explicar vários aspectos deste comportamento. Os lingüistas construíram uma autoridade própria e um lugar específico para falar sobre linguagem, a partir da validade científica de uma disciplina, devidamente circunscrita e formalizada. Essa construção discursiva de posição do cientista da linguagem é legitimada no discurso de Searle através da divisão simplificada do objeto de investigação: o lingüista estuda a(s) “língua” (s) específica(s) enquanto o filósofo da linguagem estuda a linguagem geral.

Para conceber seu objeto de investigação como “toda e qualquer linguagem capaz de produzir verdades, enunciados e promessas”, Searle idealiza o ato de fala, buscando sempre os casos paradigmáticos e inteiramente neutros, os sentidos estáveis (e, portanto formalizáveis) por meio da literalidade. Desse modo, ele legitima a decisão metodológica saussuriana da língua como um sistema de regras, abstraído da linguagem totalizante (a realidade histórica e social) que produz tal sistema de regras. E manifesta sua aprovação à decisão saussuriana, fruto da abstração e do distanciamento da linguagem ordinária real para conceber a lingüística como ciência da língua, por meio da célebre dicotomia *langue/parole*, pela localização do estudo do ato de fala no plano da *langue*:

32- (S.A):

Poderia ainda parecer que o nosso ponto de vista é simplesmente, em termos saussurianos, um estudo da “parole”. Sustentamos, entretanto, que um estudo adequado dos actos de fala é um estudo da “langue” (Searle, 1981: 28)59.

Porém, este movimento de S.A, sempre em cadeias intertextuais de tendências formalizantes – de Frege a Chomsky, de Chomsky a Saussure– não o desembaraça da imprecisão dos limites de sua disciplina e da inadequação de sua prescrição de um objeto de estudo em separado, de competência reservada ao filósofo e ao lingüista, no sentido de, ou adota-se o ponto de vista do lingüista e descreve-se amostras de línguas ou, como faz o filósofo da linguagem, busca-se estudar sobre a linguagem, sua natureza, sua função de uma forma geral.

⁵⁹ “It still might seem that my approach is simply, in Saussurian terms, a study of “parole” rather than “langue”. I am arguing, however, that an adequate study of speech acts is a study of *langue*” (Searle, 1969: 17).

Ora, se mesmo uma epistemologia da lingüística, que procura dizer a que a “ciência lingüística” se propõe e de que maneira ela procede, afirma que “o lingüista é aquele que possui um saber sobre as línguas e sobre a função da linguagem” (Martin, 2003: 9), ou seja, se o lingüista assim como estuda línguas também se preocupa com a linguagem, não há como distinguir a linguagem – matéria da lingüística –, da linguagem –matéria da filosofia da linguagem. Portanto, não há características do saber sobre a linguagem que sejam exclusivas à lingüística, nem características que sejam avessas a seu domínio, como pensam os integracionistas (Harris, 1998).

Desse modo, é possível à lingüística integracionista defender a idéia que o lingüista dispõe somente, nas indagações sobre a linguagem, da sua própria experiência lingüística, da mesma forma que dela dispõe o leigo. Martin, em sua obra *Para entender a lingüística: epistemologia elementar de uma disciplina* (2003: 8) afirma que “no fundo, todos nós somos mais ou menos lingüistas” uma vez que “nossa atividade diária se parece muito com a do lingüista” (idem). Diferente desta perspectiva integracionista que, segundo Harris (1998) é subversiva para a lingüista ortodoxa, o texto de S.A antecipa em seu discurso uma opção comum na prática discursiva dos lingüistas atuais.

Borges Neto (2004: 33) apontou, como a nortear tal prática, a *opção de fragmentação*, para a qual “não haveria um objeto, mas sim um ‘feixe’ de fenômenos relacionados entre si, possíveis de ser estudados de pontos de vista diferentes e independentes uns dos outros”. Entretanto, a consequência desta opção na prática discursiva da lingüística tem sido a adoção de um discurso que hierarquiza saberes e naturaliza relações assimétricas entre as diversas subáreas da lingüística. Nesta opção de fragmentação, a constituição do objeto do saber

lingüístico é, portanto, uma ideologia, na medida em institucionaliza desigualdades na prática de investigação lingüística. Conforme Borges Neto (2004: 33), os que adotam a opção de fragmentação na lingüística:

“tendem a distinguir, entre as subdisciplinas em que se fragmenta a lingüística, aquelas que são mais “nobres” (seja por seu estado mais “avançado” de desenvolvimento e formalização, seja pela “centralidade” de seu objeto frente os demais componentes da linguagem) e aquelas que são “marginais” ou “secundárias”.

Ao invés de fragmentação da linguagem em fenômenos a serem estudados independentes uns dos outros, Felman (apud Ottoni, 1998: 63-64) propõe um transbordamento do lingüístico e do filosófico a partir do conceito de ato de fala. Um transbordamento já sugerido no discurso de Austin (1998: 134) que em *Performativo-Constativo* defende, contrariamente ao texto de Searle, que não há fronteiras nos estudos da linguagem. A defesa do transbordamento é tecida em resposta a seguinte pergunta feita por M. J. Wahl no texto anterior referido:

A filosofia é uma ilha ou um promontório? Quero dizer simplesmente que tenho sempre impressão de que nos movemos sobre uma estreita faixa de terra lingüística, que nós nos esforçamos para não ir além, mas que sabemos, ainda assim, que há coisas além.

Ao que Austin responde antecipando textos futuros (ibidem: 134):

... a filosofia transbordará ainda mais do seu leito inicial [...]. A mesma coisa acontecerá com a lingüística: uma ciência da linguagem terminará por se desgarrar e englobará um grande número de coisas das quais a filosofia se ocupa hoje. Sua questão é então muito natural. Onde está a fronteira? Há uma em alguma parte? Você poderá colocar esta mesma questão nos quatro cantos do horizonte. Não há fronteira.

O campo está livre para quem quiser se instalar. O lugar é do primeiro que chegar. Boa sorte ao primeiro que encontrar alguma coisa”.

Pode-se perceber que o sentido de limite intransponível entre lingüística e a filosofia, bem como entre as subáreas interdisciplinares, é constituído de acordo com as posições de sujeito assumidas num determinado texto, ou na relação entre textos diferentes. É neste sentido que o discurso de Searle estabelece como objeto de estudo um sentido de linguagem, que nem é o sentido de linguagem como língua (numa concepção saussuriana) nem a concepção de linguagem ordinária real, que seria segundo Austin (1998) a que unificaria tanto a posição do lingüista, quanto à posição do filósofo. Mas é um conceito de linguagem idealizada, passível de formalização lógica.

Desse modo, em S.A, o sentido da linguagem é constituído a partir do discurso formalista da tradição analítica que apregoa uma linguagem idealizada que possui uma lógica exata, sem considerar o uso real em situações reais, mas constrói uma concepção de uso ideal (cf. Hoche/strube apud Oliveira 1996). Portanto, as diferentes concepções de linguagem que circulam no campo da lingüística e da filosofia da linguagem são sentidos constituídos nas práticas discursivas daqueles campos.

Dascal e Borges (2004: 32) dizem que “a escolha de um objetivo relativamente à abordagem de um objeto determina, na verdade uma visão, um modo de construir esse

objeto. Ao escolher o objetivo fazer ciência, a lingüística propõe de fato um modo de construir ou conceber seu objeto, a linguagem”. Aqui posso dizer que seria ingênuo acreditar na imparcialidade desta escolha dos objetivos e da abordagem e, conseqüentemente, da escolha do objeto de investigação. Tal escolha é constituída pela posição de sujeito constituído, ora como filósofo, ora como lingüista, nos diversos discursos que se entrecruzam através da intertextualidade constitutiva ou interdiscursividade. Essa questão, que sem dúvida, não é ponto em comum na prática discursiva da lingüística “não pode ser deixada de lado por quem quer que deseje tomar consciência das opções subjacentes à prática da investigação lingüística” (Dascal e Borges, 2004: 33).

No que diz respeito à intertextualidade constitutiva ou interdiscursividade, percebe-se que as fronteiras que separam os lingüistas e os filósofos da linguagem estão se tornado para muitos acadêmicos uma barreira meramente institucional (cf. Rajagopalan, 1996). A pragmática, subárea da lingüística que procura estudar a prática lingüística, conhecida como a ciência do uso da linguagem nasce nesse cruzamento discursivo entre lingüística e filosofia. Conforme Rajagopalan (ibidem: 103), “a questão pragmática surgiu na Lingüística em razão do intenso intercâmbio que houve entre esta e a Filosofia, sobretudo da inspiração austro-anglo-americana (a assim chamada Filosofia Analítica)”. Nesta direção, posso dizer que, na prática discursiva da filosofia analítica, os filósofos formalistas e os filósofos lingüistas, produziram e produzem textos que distribuídos e consumidos, são transformados em outros textos, na prática discursiva da lingüística.

Nesse quadro, embora a influência de Austin como um dos mais importantes filósofos da filosofia analítica, seja marcante sobre a lingüística, através da sua teoria dos atos

de fala que traz a concepção de linguagem como atividade, como ação, o discurso formalista de formação discursiva representacionista tem ganhado força argumentativa nos textos produzidos na pragmática lingüística.

Na história da pragmática, o discurso formalista já se deixa perceber nos textos de Rudolf Carnap, um dos mais famosos positivistas lógicos. Carnap, através de uma série de abstrações, divide e hierarquiza o estudo da linguagem em três campos: a sintaxe, que não corresponde a sintaxe gramatical, mas a sintaxe lógica e que seria a essência da linguagem (cf. Rajagopalan, 1996); a semântica, que se apresenta quando as regras sintáticas são completadas por regras de designação e regras de verdade (cf. Oliveira, 1996) e a pragmática, que trata do uso da linguagem.

Embora a prática lingüística e o seu usuário sejam mostrados no texto de Carnap, através desta sua célebre divisão da linguagem em três dimensões, o sentido que ganha o termo *pragmática* é um efeito do discurso formalista que a coloca em último lugar numa ordem de importância, uma vez que este discurso prioriza o estudo da linguagem lógica (Carnap, 1988: 130). Portanto, para Carnap, há prioridade da sintaxe sobre a semântica e desta sobre a pragmática. Esta prioridade e compartimentação reforçam a idéia da pragmática como “a lata de lixo” da lingüística, metáfora de Bar-Hillel citada por Dascal (1982: 7).

Esse rico status que gozava o rigor lógico – elemento primordial na sintaxe e na semântica – fez com Searle o transportasse para a pragmática por meio da reformulação formal do ato de fala, uma reformulação que tem sido legitimada na prática discursiva da lingüística (cf. Rajagopalan, 1996). É o que afirma Joana Plaza Pinto (2001: 59): “a teoria

austiniana firmou-se na Lingüística, de fato, pela via da interpretação de John Searle em *Speech Acts*, de 1969”.

Como vimos a interpretação searleana dos atos de fala, traz a posição discurso do formalista da tradição analítica e a posição da linguagem enquanto ação. O texto *S.A.*, contudo argumenta a partir das posições em favor de uma idealização da ação lingüística, que aparece como a emergência de uma teoria lógica da performance lingüística (em termos chomskyanos) mas que por não referir-se a uma performance real, e sim ideal, acaba se tornando uma “competência pragmática”.

As vozes dos filósofos formalistas da tradição analítica em *S.A.*, têm gerado apropriações desse discurso na lingüística, na medida em que vários estudiosos da pragmática têm assumido a mesma posição de sujeito que Searle assumiu, a de teórico formalista reducionista da linguagem. Por isso, apesar de ser lugar comum na lingüística que a pragmática trata da prática lingüística, Rajagopalan (2002: 22) argumenta que:

...a maioria das teorias ditas pragmáticas se dedicam à tarefa de delimitar, circunscrever, ou até mesmo cercar ou imobilizar a prática lingüística ao invés de descrevê-la ou explicá-la. Isto é, a grande maioria de teorias que estão por aí tem como meta colocar a prática lingüística numa camisa de força. O objetivo é tornar tudo previsível regado, inteiramente regido por regras determinísticas. O resultado, com freqüência é a transformação da prática lingüística em algo totalmente diferente, até irreconhecível, levando-se em conta o fato amplamente reconhecido tanto pelos peritos no assunto como os leigos, de que a prática lingüística se distingue pelos tropeços acasos, imprevisibilidades e singularidades [...].

O uso seria então de interesse secundário para uma investigação lingüística científica. Essa orientação argumentativa que privilegia o formal e o abstrato em detrimento do uso efetivo real na linguagem naturaliza uma noção de prática lingüística idealizada, presente nos textos clássicos na própria área de pragmática. É o caso do texto de Paul Grice (1975), que combina uma análise de significados com a análise dos princípios de cooperação conversacionais.

Searle (2002) elogia Grice e ao classificar a teoria griceana como teoria intencionalista do significado, diz que há uma estreita conexão entre a teoria de Grice e a sua própria teoria sobre a intencionalidade. Sobre “os princípios conversacionais”, estabelecidos por Grice, diz Searle (2002: 16):

Na conversa, as pessoas aceitam certos princípios tácitos, que Grice chama de “máximas de conversação” – elas aceitam os princípios de que as observações dos locutores serão confiáveis e sinceras (a máxima da qualidade), relevantes para os propósitos conversacionais imediatos (a máxima da relação), de que o falante será claro (a máxima da maneira) e de que o falante não dirá nem mais nem menos do que o necessário para o propósito da conversa (a máxima da quantidade).

A teoria griceana (bem como a interpretação dos atos de fala de Searle), reproduzida na literatura da pragmática lingüística, idealiza os participantes e o processo conversacional. Segundo Rajagopalan (2002), os princípios griceanos exigem um maior “trabalho de cálculo por parte do ouvinte e por isso são menos acessíveis para aqueles que são leigos em matéria de lógica”. Para ele, estes princípios são por demais genéricos e generosos. Rajagopalan vai chamar essa orientação argumentativa de a “primazia da forma”.

Penso ser interessante, finalizar essa seção com uma citação de Searle que, através do elogio a Grice, elogia o seu próprio texto. Diz Searle (2002: 16):

Muitos dos melhores trabalhos no campo da teoria dos atos de fala depois da publicação, em 1962, de *How to Do Things with Words*, de Austin, e de meus *Atos da fala*, em 1969, foram uma tentativa de combinar os *insights* de Paul Grice na explicação do significado com o quadro fornecido pela teoria dos atos de fala.

Quero enfatizar a intertextualidade entre ambos que são lidos, relidos, interpretados, reinterpretados e transformados na prática discursiva da lingüística, através de textos que circulam na pragmática e em outras disciplinas, os quais demonstram que as vozes formalistas e reducionistas da linguagem têm se feito ouvir tanto no domínio da prática discursiva lingüística, quanto na prática discursiva filosófica.

5. TEXTO: A RETÓRICA NO SPEECH ACTS

Para desenvolver minha proposta de análise retórica crítico-discursiva, situei a retórica em uma teoria crítica do discurso que considera o evento discursivo como sendo simultaneamente um pedaço de texto, uma instância de prática discursiva e uma instância de prática social (Fairclough 2001). Nesta proposta, que objetiva efetuar um estudo da estrutura retórica dos discursos teóricos sobre a linguagem, delimitei a análise da dimensão textual como uma análise da estrutura retórica textual. Procuo então, nesta seção, efetuar uma análise da estrutura retórica de *Speech Acts*, a partir da investigação das técnicas retóricas chamadas heurísticas, por permitirem perceber as relações de intertextualidade no modo retórico de constituição textual.

5.1 Técnicas heurísticas e intertextualidade

O estudo das técnicas heurísticas diz respeito ao estudo da retórica como a arte do inventar. Conforme Plebe e Emanuele (1992: 2) a retórica como *tópica* ou arte do inventar foi o ideal de Isócrates, o maior retórico grego, que identificava a retórica com o pensamento, denominando-a *philosophia*.

Os autores afirmam ser necessária uma retórica da invenção que dê ênfase a criatividade, uma vez que, para eles, a nova retórica de Perelman e “sua retomada da teoria da ‘invention’ constringe a invenção retórica à tarefa executiva de encontrar os argumentos destinados a persuadir (1992: 3). Entretanto, como comenta Margutti Pinto (1998: 17), Plebe e Emanuele “são forçados a reconhecer que não se inventa a partir do nada”. Portanto, a retórica inventiva só operará a partir de um patrimônio argumentativo estabelecido.

Como já enfatizei, o estudo da retórica considerada não como uma disciplina autônoma, mas como um domínio de uma teoria do discurso deve considerar os diversos aspectos sócio-histórico-culturais na produção e interpretação textual que enfatizam o dialogismo, a heterogeneidade discursiva, por meio do estudo da intertextualidade.

No entanto, muito embora o conceito de intertextualidade aponte para a produtividade dos textos, ou seja, para o processo de transformação textual em que um texto reestrutura convenções discursivas existentes para gerar novos textos, é preciso considerar que essa produtividade na prática não funciona como um espaço ilimitado para a inovação ou invenção textual, uma vez que ela é restringida pelas limitações sociais e por relações de poder (cf. Fairclough, 2001: 135). A esse respeito, poderia aqui lembrar Foucault:

Suponho que em toda sociedade a produção do discurso é ao mesmo tempo controlada, selecionada, organizada e redistribuída por certo número de procedimentos que têm por função conjurar seus poderes e perigos, dominar seu acontecimento aleatório, esquivar sua pesada e terrível materialidade (Foucault, 1996:9).

Uma abordagem crítica-discursiva deve, porém, levar em conta os processos de mudança nas estruturas discursivas, uma vez que as pessoas não estão desamparadamente assujeitadas a sistemas imóveis de poder, pois o poder acarreta necessariamente resistência (cf. Fairclough, 2001: 83).

Os exemplos de práticas discursivas reais de pessoas reais que fazem tal prática, dizendo e escrevendo coisas, exigem que consideremos a retórica em meio à tensão entre as tendências reprodutivas no discurso e as tendências discursivas transformativas. Com efeito, o estudo das técnicas heurísticas deve considerar esta tensão.

Feitas estas considerações, inicio minha análise das principais técnicas argumentativas utilizadas em S.A, a partir de duas técnicas heurísticas estudadas por Plebe e Emanuele (1992): a *técnica do antimodelo* e a *iteração de conceitos*. Das quatro técnicas consideradas pelos autores – a do antimodelo, a iteração de conceitos, a dos paradoxos e a das definições retóricas – selecionei para os meus propósitos, as duas primeiras, uma vez que elas caracterizam a invenção que pressupõe a existência prévia de um tema ou de um conceito partindo destes para derivar outros (cf. *ibidem*: 42), podendo assim dar conta das relações de intertextualidade. Descrevo então, a seguir, as técnicas a serem investigadas:

a) a técnica do antimodelo – por esta técnica coloca-se diante de uma teoria, um autor ou texto que se considere inaceitável de modo a “conceber o seu escrito como uma reação” não a um determinado modelo, mas a um antimodelo (*ibidem*:36).

b) iteração de conceitos – é a imitação ou variação de um modelo; “um *pattern*, isto é, um esquema articulado” (*ibidem*, 41).

A utilização destas duas estratégias argumentativas serão estudadas nas próximas seções.

5.1.1. Searle interpretando Austin: as duas teses de Rajagopalan

Diante do estudo realizado no capítulo sobre a prática discursiva e intertextualidade, chego à questão: qual das duas técnicas – a do antimodelo ou a iteração de conceitos – é utilizada como estratégia heurística fundamental em *Speech Acts*? Searle, em sua retórica, trabalha a teoria dos atos de fala a partir de um *pattern* ou de um antimodelo?

Antes de responder as questões, penso ser interessante trazer para esta discussão o trabalho de Rajagopalan (2000a) sobre a sucessão intelectual de Austin por Searle. Rajagopalan afirma que a comunidade acadêmica ratifica a idéia dessa sucessão, através de duas teses identificadas por Rajagopalan como tese 1 e tese 2.

Pela primeira tese, Searle possuiria realmente o direito de ser o porta-voz oficial de Austin, uma vez que teria sido o responsável por levar adiante a teoria dos atos de fala, aprofundando a linha de investigação iniciada por seu mestre inglês. Através das obras lingüísticas introdutórias, autores que defendem a tese 1, na apresentação de Searle como um continuador da teoria dos atos de fala de Austin, naturalizam a relação teórica Austin-Searle como se os dois representassem um único pensamento.

Rajagopalan cita várias destas obras divulgadas na comunidade acadêmica internacional (Fraser, 1974; Lyons, 1977; Levinson, 1982; Meggle, 1985; Grootendorst, 1984; Burkhardt, 1990; Mey, 1993; Allan 1998; Luján Martínez 1997 apud Rajagopalan) nas quais se pode identificar a tese 1. Nas obras citadas por Rajagopalan não há diferenças teóricas entre Austin e Searle, uma vez que Searle, como discípulo de Austin em Oxford, que estava “no lugar certo e na hora certa” (Rajagopalan, 2000a: 355-356), apenas deu continuidade a teoria que Austin não pode concluir. Os dois representariam, portanto, “uma única e contínua tradição” (ibidem, 355). Esta apresentação de Austin-Searle como dois “gêmeos siameses” é identificada por Rajagopalan como uma tese que circula comumente nos estudos da pragmática lingüística e de filosofia da linguagem.

A segunda tese sobre a sucessão de Austin por Searle, apresenta Searle como um filósofo que alcançou independência intelectual com relação ao seu mentor, que não apenas divulgou e aprofundou a teoria de Austin, mas contribuiu significativamente para ela, desenvolvendo-a originalmente e sistematizando-a em caminhos não imaginados pelo filósofo de Oxford.

Conforme Rajagopalan (2000a) pesquisadores de áreas como a pragmática lingüística, a filosofia da linguagem, além de outras que utilizam a teoria dos atos de fala, não distinguem facilmente entre as duas teses. Frequentemente, estudantes de graduação e muitos pesquisadores renomados em suas práticas discursivas invocam a autoridade de Austin quando, na verdade, eles estão citando Searle, ou seja, invocam um Austin que é recriado por Searle.

A meu ver, as duas teses, tanto a primeira, que coloca Searle como um mero continuador das idéias de Austin, quanto a segunda – que o apresenta como um filósofo original, o qual fez despontar a teoria dos atos fala a partir de idéias próprias, diferentes das de Austin_ presumem a iteração de conceitos como a técnica heurística utilizada por Searle para gerar *Speech Acts*.

Plebe e Emanuele afirmam que a técnica retórica de iteração de conceitos tanto trata da imitação, o que fez gerar uma desconfiança da retórica antiga para esta técnica, quanto da livre variação de modelos. Esta última foi aplaudida como a contribuição que a retórica procurou oferecer a filosofia, tomando a técnica de interação de conceitos o melhor antídoto contra a intolerância e, ao mesmo tempo, a melhor maneira de adquirir um sólido poder intelectual. (Plebe e Emanuele, 1992: 40-41).

Dois termos usados na língua inglesa podem mostrar estes dois modos de manifestação da iteração de conceitos, nas palavras de Plebe e Emanuele (ibidem: 42):

...é considerado perigoso seguir um *model*, isto é, um modelo que seja reproduzido em todas as suas características essenciais, mas é útil e em nada nocivo à originalidade seguir um *pattern*, isto é, um esquema articulado, de que se possa reproduzir apenas um motivo, variando livremente os demais. Assim, como existe uma sinonímica das palavras, em que duas palavras possuem alguns elementos comuns, mas nem por isso são totalmente idênticas, também existe uma sinonímica dos conceitos semelhantes, mas nem por isso idênticos. A iteração retórica dos conceitos pode, portanto utilizar também a técnica de uma livre imitação-variação de um modelo entendido como *pattern*.

Defendo que os estudos identificados por Rajagopalan como fundamentados na tese 1 – a de continuidade teórica de Austin por Searle, pressupõem que Searle seguiu as

idéias de Austin como um *model*, imitando-lhe os conceitos e preenchendo este *model* na mesma linha teórica de Austin ao completar o que o filósofo não concluía, devido a sua morte inesperada. Seguindo o *model*, Searle estaria, com sua teoria dos atos de fala, “colocando palavras na boca” de Austin que não puderam ser ditas por ele. Searle (2002: 8) pretende reforçar esta idéia quando diz, em sua história da filosofia contemporânea, que havia um programa de pesquisa *implícito* nas descobertas iniciais de Austin que embora sua morte o tenha impedido de levar a cabo, foi continuado pelo próprio Searle.

Já a segunda tese, estaria fundamentada na pressuposição de que Searle utilizou a iteração de conceitos através da técnica da livre variação de modelos. Desse modo, ele reproduziu apenas um motivo de Austin, o ato de fala, variando os demais. Sua teoria não seria, pois, idêntica a de Austin como defendia a primeira tese. Daí a originalidade de Searle em *Speech Acts*, ao seguir uma linha própria de pensamento, como prescreve a técnica de livre variação de modelos. Austin seria para Searle, nesta segunda tese, um *pattern* e não um *model*.

Neste estudo, quero, entretanto defender uma terceira tese que considero divergente de ambas identificadas por Rajagopalan, com relação às possíveis técnicas heurísticas empregadas por Searle. Porém, mais próxima da segunda, no que diz respeito a sua oposição à primeira tese, na afirmação de que “a afinidade entre Austin e Searle é mais aparente que real” (Rajagopalan: 2002: 356).

A terceira tese que apresento e defendo é a de que a elaboração da filosofia dos atos de fala de Searle, e conseqüentemente, a sua interpretação de Austin, tem como estratégia heurística fundamental a técnica do antimodelo. Levando em conta a análise que já efetuei da prática discursiva da filosofia analítica, a qual envolve os processos de produção,

distribuição e consumo textual de S.A, considero o discurso de Searle como um discurso-resposta ao de Austin, uma vez que ele constrói os argumentos de sua filosofia da linguagem em oposição aos argumentos da filosofia lingüística de Austin.

Contudo, enunciando de uma FD diferente da formação discursiva pragmaticista na qual está situado o texto de Austin, o discurso de Searle não se apresenta como um discurso-resposta de *afirmação* ao de Austin – nem como uma afirmação continuísta (tese 1), nem como uma afirmação renovadora (tese 2). Porém, como um discurso de negação daquele. Portanto, o discurso de Searle é um discurso- resposta ao discurso austiniano que se constrói num nível de *afrontamento*, uma vez que sua própria imagem é constituída a partir da destruição da teoria austiniana. Searle seria, portanto, um anti-Austin.

5.1.2. Searle: o anti-Austin

A escola retórica de Górgias idealizou uma técnica de invenção que partisse de um antimodelo, e não de um modelo, tendo em Alcídamante, um discípulo de Górgias, o pioneiro desta técnica de conceber seu escrito como uma reação a um determinado antimodelo. (cf. Plebe e Emanuele, 1992: 36)

Para Plebe e Emanuele (*ibidem*: 39) há duas possibilidades para a utilização do antimodelo: a dos escritos “contra”, e a de introduzir uma oposição dialógica dentro de um mesmo escrito. Sobre a primeira tendência comentam os autores (*ibidem*: 37):

Essa técnica revelou-se tão profícua a ponto ser com freqüência retomada ao longo dos séculos até os dias de hoje, mantendo-se o costume de indicar a antítese já no título. Basta recordar, no humanismo, o *Antibarbarus* de Nizólio contra a lógica aristotélica, no iluminismo, o *Anti-Sêneca* de Lamettrie, em nossos dias o *Anti-Édipo* de Deleuze e Guattari.

Sem dúvida, a obra *Speech Acts* de John Searle não se enquadraria nesta primeira possibilidade de manifestação da técnica do antimodelo, uma vez que, além de não trazer a palavra obrigatória “contra” ou a palavra “anti” já no título, traz ao invés, uma expressão austiniana (atos de fala). No entanto, desejo mostrar que ele utilizou a segunda possibilidade dentro da técnica do antimodelo, isto é, a introdução da oposição dialógica.

Para Perelman e Olbrechts-Tyteca (1996: 419) o papel do antimodelo na argumentação, como um “adversário que se deve combater e eventualmente abater”, é complexo, uma vez que “a competição desenvolve as semelhanças entre antagonistas, que, com o tempo, copiam reciprocamente todos os procedimentos eficazes” (ibidem). Ainda, quando o adversário é o antimodelo, “quase sempre se tomará o cuidado de separar meios e fins, ou ainda distinguir temporário e permanente, indispensável e supérfluo, lícito e ilícito” (idem).

Na seqüência textual 26 de S.A, Searle mostra a competição entre antagonistas no que diz respeito a uma teoria da linguagem _ de um lado os filósofos lingüistas, o grupo no qual Austin está incluído _ de outro lado o próprio Searle e sua filosofia formalista da linguagem. Esta competição desenvolve a semelhança [*ambas as partes admitem a existência de certos dados, os dados da forma*], mas enfatiza a diferença na reivindicação da superioridade do próprio argumento [*a tese que contestamos diz que os dados devem ser explicados com referência às*

condições de aplicabilidade de certos conceitos. Chegando a este ponto, posso somente reivindicar para minha análise uma maior simplicidade, generalidade, e, talvez maior plausibilidade].

Apresentada a natureza do debate (26- S.A), Searle define Austin como o adversário (28- S.A) a combater [*o que estamos a tentar provar é só que a afirmação geral de Austin... é falsa*] e eventualmente a abater, ao apresentar a superioridade da sua teoria dos atos de fala em comparação com a de Austin [*e que a teoria geral dos atos de fala que propomos, é mais adequada para dar conta dos dados que provém tais teorias*].

A identificação do adversário Austin como antimodelo é alcançada seguindo o critério de Perelman, citado anteriormente, de que quando o adversário é o antimodelo, cuida-se para efetuar a distinção entre meios e fins, temporário e permanente, indispensável e supérfluo. Ora, que distinções senão estas são tecidas por Searle no início de sua obra (1- S.A), em sua célebre distinção entre filosofia da linguagem e filosofia lingüística, quando o filósofo americano nomeia a filosofia lingüística cujo maior representante é Austin, como um meio_ na medida em que ela seria em sua essência, um método_ e a filosofia da linguagem em um fim_ na medida em que esta é colocada como um objeto de estudo _ sendo por isso indispensável e permanente [*o termo “Filosofia Lingüística” é essencialmente o nome de um método. “Filosofia da linguagem” é o nome de um objeto de estudo*].

Desse modo, encontrados em S.A, os elementos prescritos por Perelman (1996: 419) para a identificação da presença do antimodelo retórico: a competição, o adversário, os cuidados com o antimodelo, posso dizer que a oposição entre o discurso de Searle e o de Austin mostra como a teoria searleana partiu das idéias de Austin, utilizando-as como um modelo negativo.

Se observarmos o repertório de argumentos fundamentais para Searle no seu *Speech Acts*, veremos que estes se contrapõem justamente aos argumentos de Austin, referentes ao mesmo tópico. Vejamos como:

Austin, como o segundo Wittgenstein, contrapõe-se à concepção tradicional de linguagem como a representação da realidade, quando através de sua concepção de ato de fala, a linguagem passa a ser entendida como uma forma de ação (cf. Austin, 1962: 5).

Searle, (1981: 34) contra Austin, destaca as noções de referir e predicar da noção de ato de fala completo como asseverar, perguntar, ordenar, etc. Para ele, a mesma referência e a mesma predicação podem ocorrer na realização de atos diferentes; uma vez que:

33- (S.A.)

...enunciando qualquer um deles o falante refere-se a, menciona ou designa um certo objeto [...] e predica a propósito deste objeto... (Searle, *ibidem*)⁶⁰.

Desta forma, o destaque de Searle para a referência e a predicação que se relacionam aos objetos independente das circunstâncias e do contexto, situa sua argumentação na direção da noção designativa da linguagem, a mesma que Austin procurou, veementemente, combater.

Austin, ao tentar responder a questão que se tornou a questão central da filosofia sobre como uma sentença pode ter sentido, empenhou-se em demonstrar o critério de sentido como uso na aplicabilidade dos conceitos, investigando o contexto sócio-cultural, ou seja, a prática social concreta na qual são usadas. Por isso, ele diz que “é sempre necessário

⁶⁰ “in uttering any of these the speaker *refers to* or mentions or designates a certain object [Sam], and he predicates the *expression* [...] of the object referred to” (Searle, 1969: 23)

que as *circunstâncias* em que as palavras forem proferidas sejam, de algum modo, *apropriadas*.” (Austin, 1962/1990:26) Ou seja, as circunstâncias, o contexto, a prática social são fundamentais para a realização dos atos de fala. Conseqüentemente, o ato de fala só poderia ser realizado e reconhecido no concreto da prática lingüística.

Searle (1969: 146) utilizou o discurso de Austin como antimodelo uma vez que, para ele, a noção de significação como uso era a raiz de todos os males (cf. item 6.4 de S.A: *A origem dos erros: a significação como uso*) para elaborar sua própria teoria que propõe uma distinção entre significação e uso. Desse modo, aplicando a técnica retórica do antimodelo a sua pesquisa filosófica, Searle pode criar uma noção de ato de fala atemporal, a - histórica, independente do contexto, vinculando-a as velhas categorias da tradição – referência e predicação – ao que denomina “ato proposicional” (ibidem: 1969: 24, 23, 24).

Searle então considera o ato de fala como um evento intencional singular, abstraindo-o do fator que para Austin era decisivo para a compreensão da linguagem: a situação concreta da fala. Inclusive, quando classifica os *atos institucionais* (ibidem: 51) diferenciando-os dos *atos brutos*, Searle está buscando elementos universais na linguagem através de um conceito idealizado de instituição, como é idealizada sua concepção de linguagem, que diferente da concepção pragmática de seu antimodelo, possui uma lógica exata.

Austin, ao contrário de Searle, enfatiza a imprevisibilidade, o malogro, o mal-entendido, e a imprecisão como características da linguagem e para dar conta destas imprecisões lingüísticas seguia a advertência de Wittgenstein para que não buscássemos uma essência comum em meio a diversidade lingüística. Segundo esta advertência quando

olhamos para a interação comunicativa concreta em que ocorrem os diversos jogos de linguagem não encontrarmos algo em comum, mas semelhanças de família (cf. Wittgenstein IF: 66). Esta relação de intertextualidade entre o texto de Austin e o texto de Wittgenstein pode ser percebida quando Austin comunica ao seu leitor a destruição da noção de pureza dos performativos, que “caiu” junto com sua distinção inicial performativo / constativo:

O que não sobreviverá à transição, exceto talvez como um caso marginal limite, é a noção da pureza dos performativos. Isso em nada nos deve surpreender, pois essa noção nos criou dificuldades desde o início. Ela se baseava, essencialmente, na crença na dicotomia performativos / constativos que, como já vimos, tem que ser substituída pela idéia de que há *famílias* mais gerais de atos de fala relacionados e sobrepostos parcialmente (Austin, 1990: 122) ⁶¹.

No entanto, enquanto Austin utiliza a, assim por dizer, estratégia wittgensteiniana do “não pense, mas veja!” (IF: 66) e procura na situação lingüística real conceitualizar os atos de fala levando em conta a sua realização concreta, a partir de suas infelicidades⁶² (cf. Austin, 1962), o locutor de S.A como um anti-Austin, rejeita tal estratégia, resolvendo a questão das imprecisões da linguagem comum pela análise de um caso “puro”.

A escolha metodológica de um ato “puro”, que ocorre numa espécie de contexto situacional ideal, só é possível pela rejeição ao modelo austiniano; subtendida na proposta de Searle de substituição da forma de análise do antimodelo para uma nova forma paralela, uma

⁶¹ “What will *not* survive the transition, unless perhaps as a marginal limiting case, and hardly surprisingly because it gave trouble from the start, is the notion of the purity of performatives: this was essentially based upon a belief in the dichotomy of performatives and constatives, which we see has to be abandoned in favour of more general families of related and overlapping speech acts” (Austin, 1962-150).

⁶² “Our performative utterances, felicitous or not, are to be understood as issued in ordinary circumstances” (Austin, 1962: 22).

vez que a imprecisão do antimodelo comprometeria, conforme Searle, o próprio empreendimento da filosofia analítica. Vejamos a seqüência textual a seguir:

34- (S.A.):

Mas esta maneira de ver, que sublinha a imprecisão dos nossos conceitos, e todo o jargão com ela relacionado (cf.: “semelhanças de família”) deveria levar-nos a rejeitar o projeto da análise filosófica; em vez disso, a conclusão a tirar é que certas formas de análise, especialmente a análise das condições necessárias e suficientes, implica possivelmente (em graus diversos) uma idealização do conceito analisado. [...] Resumindo, trabalharemos apenas com um caso simples e idealizado (Searle, 1981: 75)⁶³.

Assim, ao dirigir sua análise para o ato de prometer, Searle quer tematizar o ato universal “promessa”, válida para qualquer língua em que haja promessa. É o que afirma Oliveira (1996: 172):

...não se trata aqui de considerar uma promessa concreta numa determinada situação histórica, mas das condições de possibilidade necessárias e suficientes da promessa enquanto tal, ou seja, de explicitar aquilo que constitui a promessa enquanto ato de fala. É nesse sentido que se pode falar de um caráter expressamente formal da investigação de Searle.

Para justificar seu método de formalização (abstração e idealização da linguagem)

Searle traz para seu texto a voz do discurso científico como uma voz de autoridade precedente. Há assim um ideal científico subjacente a S.A, o qual apregoa a sistematização do

⁶³ “But this insight into the looseness of our concepts, and its attendant jargon of “family resemblance” should not lead us into a rejection of the very enterprise of philosophical analysis; rather the conclusion to be drawn is that certain forms of analysis, especially analysis into necessary and sufficient conditions, are likely to involve (in varying degrees) idealization of the concept analyzed [...] In short, I am going to deal only with simple and idealized case.” (Searle, 1969:55-56).

objeto do conhecimento através da constituição de um conjunto de posições e de princípios universais, cujos enunciados também universais devem aplicar-se a objetos particulares (cf. Coracini, 1991; Chauí, 1994). Podemos ler na seqüência textual a seguir:

35- (S.A.):

Este método de construir modelos idealizados é análogo ao tipo de construção de teoria que funciona em muitas ciências, por exemplo, na construção de modelos econômicos, ou na descrição do sistema solar em que os planetas são considerados como pontos. Sem abstracção e idealização não há sistematização. (grifo meu) (Searle, 1981: 75-76)⁶⁴.

Ao utilizar a simples analogia entre o seu método e o método das ciências para justificar o seu trabalho, Searle reproduz o discurso cientificista que defende que “a ciência é a medida de todas as coisas” e que tem imperado no domínio do saber acadêmico-científico. Com o argumento de que o seu método é análogo ao das ciências, Searle contradiz o segundo Wittgenstein, que insiste na idéia de que a filosofia não pode adotar os mesmos métodos da ciência, e se opõe radicalmente a Austin, que constantemente atacava o logicismo e o formalismo cientificista, tão valorizados em sua época, graças à supremacia do positivismo lógico.

Austin (1962: 38) já havia se manifestado contra essa simplificação que abstrai para trabalhar com o “caso simples e idealizado”, por considerá-la a doença dos filósofos formalistas do positivismo lógico. Ele alertava: “devemos evitar a todo custo a simplificação

⁶⁴ “This method, one of constructing idealized models, is analogous to the sort of theory construction that goes on in most sciences, e.g., the construction of economic models, or accounts of the solar system which treat planets as points. Without abstraction and idealization there is no systematization” (Searle, 1969:56).

excessiva, que poderia ser considerada a doença profissional dos filósofos se não fosse ela própria sua profissão” (ibidem, 1990: 46).

Searle, como enunciador de *S.A.*, conhecia muito bem essa posição de Austin, contra a qual construiu seu método de formalização (abstração e idealização da linguagem) a partir do ato de fala, numa direção argumentativa anti-Austin.

Por fim, para reforçar esta terceira tese de que o projeto filosófico de Austin funciona como um antimodelo argumentativo para a produção de *S.A.*, trago o estudo de Rajagopalan (1992b) sobre as diversas tentativas, na literatura sobre a teoria dos atos de fala, para classificar os atos ilocucionários.

Embora Austin tenha inicial e momentaneamente buscado uma classificação dos atos ilocucionários, confessadamente vaga e provisória, para mais tarde reconhecer a irreduzibilidade daqueles atos, Searle assumiu para si a tarefa que o próprio filósofo de Oxford reconheceu irrealizável (idem). No entanto, mesmo no que diz respeito a essa tentativa inicial classificatória austiniana há uma profunda oposição entre a estratégia metodológica usada por Austin e aquela utilizada por Searle em seus esforços classificatórios, que foi registrada por Rajagopalan (ibidem: 96):

Na medida em que Austin se propusera a tentar uma classificação dos atos a partir de uma análise dos verbos de sua língua materna, o inglês, ele com certeza, tinha como posição fechada a tese de que os atos ilocucionários se definem em relação a línguas (ou melhor, comunidades de fala) específicas. Ao contrário, Searle, quando rejeita a classificação do mestre e propõe a sua taxonomia alternativa, baseada em doze “dimensões de variação” – não mais elaboradas em termos das palavras inglesas mas, sim, em termos de conceitos extralingüísticos – parece estar se comprometendo com a tese de seus critérios de classificação estarem acima da

especificidade das línguas particulares, isto é, universais na acepção plena deste termo.

Aqui, é necessário enfatizar o argumento de Rajagopalan de que esse esforço classificatório, abandonado por Austin e perseguido exaustivamente por Searle, parte sempre de uma concepção atomística do ato de fala, pois, conforme Rajagopalan (1992b: 94) há uma “incompatibilidade radical entre a irreduzibilidade do ato ilocucionário e a meta classificatória que se apóia exatamente no reducionismo atomístico”. Por esta visão, Rajagopalan percebe um implícito no texto de Searle: uma orientação que por ser reducionista e atomista é identificada como advinda da corrente clássica da filosofia analítica— o atomismo lógico.

Embora o texto de Searle seja enunciado, produzido em um momento de rejeição às correntes reducionistas e formalistas, representadas pela análise clássica e pretenda trabalhar o ato de fala, este texto traz o discurso formalista em sua orientação discursiva como um já dito.

Como diz F. Mussalim (2001: 125) “uma FD se inscreve entre diversas formações discursivas, e a fronteira entre elas se desloca em função dos embates de luta ideológica, sendo esses embates recuperáveis no interior mesmo de cada uma das FDs em relação”. Podemos entender então que é neste embate teórico-ideológico (como vimos no primeiro capítulo as ideologias são naturalizadas em nosso teorizar sobre a linguagem) entre a FD representacionista e a FD pragmaticista, que Searle parte do discurso de um filósofo lingüista (Austin) para elaborar uma filosofia de oposição ao discurso pragmaticista dos filósofos lingüistas, deferindo golpes do lugar mesmo onde aquele discurso foi gerado _ a concepção de ato de fala.

Portanto, embora não utilizando a forma mostrada já no título dos famosos escritos “contra”, a obra de Searle permite perceber o “caráter polêmico do estilo retórico” de que nos fala Plebe e Emanuele (1992: 39). Na introdução da oposição dialógica ao discurso pragmaticista dos filósofos lingüistas e na utilização do seu maior expoente como seu antímodo, Searle faz da sua obra *Speech Acts* o anti-Austin da filosofia analítica, ou uma teoria dos atos de fala na contramão daquela elaborada pelo filósofo de Oxford.

Para concluir esta seção trago uma citação de Finlay (apud Rajagopalan: 1992b:113) que direcionará a próxima seção:

“Austin se distingue dos atomistas lógicos, dos seguidores de Port-Royal, ou mesmo de Chomsky, enfim de todos aqueles que apostam na existência de um ideal esquelético subjacente à linguagem cotidiana”.

E parafraseio... Austin se distingue, portanto, de John Searle.

5.1.3. A livre variação de modelos em *Speech Acts*

Ao se afastar do discurso de Austin, Searle se aproxima do discurso dos logicistas da linguagem, combatido por Austin e representado na citação de Finlay pelos “atomistas lógicos”, pelos “seguidores de Port-Royal” e por “Chomsky”. O caráter dialógico da retórica de *SA* traz então a constituição de uma teoria próxima do modelo logicista. Ou seja, o esforço argumentativo de Searle para se afastar do seu antímodo, faz com a enunciação de

S.A seja constituída a partir um esquema articulado, um *pattern* formalista, reproduzindo a abstração e a idealização que lhes são próprias.

Como vimos na seção 4.2.1 (Rede intertextual formalizante), no mesmo período em que acontecia a discussão acerca da linguagem ordinária pela chamada Escola de Oxford, surge no início da década de 50 o gerativismo de Noam Chomsky. Conforme Ottoni (1998: 21), ao contrário de Austin que vai desafiar a supremacia do logicismo nos estudos da linguagem, Chomsky vai considerar o uso dos recursos lógicos na elaboração de sua sintaxe.

O modelo lógico, modelo ideal de linguagem prescrito tanto pelos filósofos da filosofia analítica como por Chomsky tem sido representado por Searle em *S.A.*, através da técnica retórica da iteração de conceitos, na forma da livre variação de modelos. Para percebermos a imitação do modelo logicista em S.A., trago o exemplo a seguir que apresenta a utilização por Searle dos conectivos lógicos do cálculo proposicional (no caso, o quantificador existencial \exists ‘existe um’, ‘para pelo menos um’, ‘para algum’):

36- (*S.A.*):

Considere o enunciado “Há cavalos”.

$\vdash (\exists x) (x \text{ é um cavalo})$

Além das distinções normais entre, “não há nenhum cavalo”

$\vdash \sim (\exists x) (x \text{ é um cavalo})$

E, “há seres que não são cavalos”

$\vdash (\exists x) \sim (x \text{ é um cavalo})$

Devemos acrescentar, “Eu não digo que haja cavalos”

$\sim \vdash (\exists x) (x \text{ é um cavalo})$ (Searle, 1981: 46)⁶⁵.

⁶⁵ “Consider the statement “there are horses”.

Na seqüência textual a seguir Searle faz uso, ao mesmo tempo, do conectivo lógico da dupla implicação (se e somente se) e do vocabulário cognitivista bastante usado por Chomsky (*input/output*)⁶⁶:

37- (S.A):

Se um falante F pronuncia a frase T na presença de um ouvinte O, sendo T empregada literalmente, F faz a O a promessa sincera e sem defeito P se, e somente se, as condições 1-9 foram satisfeitas: 1 As *condições normais* de input e output são *satisfeitas*. (Searle, 1981 76-77)⁶⁷.

A presença da técnica retórica de livre variação de modelos (um tipo de iteração de conceitos) é identificada no uso oscilante ora da lógica formal empregada pelos filósofos formalistas do período clássico, ora do vocabulário do formalismo chomskyano. Na verdade, o esquema de ambos é o mesmo: o *pattern* logicista que considera a linguagem como um cálculo. Quero, contudo dar ênfase nesta seção no prosseguimento da argumentatividade searleana na linha do modelo gerativista.

⊢ (∃ x) (x is a horse)

In the addition to the usual distinctions between, there aren't any horses"

⊢ ~ (∃ x) (x is a horse)

and, "there are things that aren't horses"

⊢ (∃ x) ~ (x is a horse)

We need to add, "I don't say there are horses "

~ ⊢ (∃ x) (x is a horse)

(Searle,1969:32)⁶⁵

⁶⁶ Para Chomsky (1957) a criança é exposta a um *input*, o conjunto de sentenças ouvidas no contexto, sendo a gramática o *output*, ou o conjunto de regras de uma determinada língua l.

⁶⁷ " Given that speaker *S* utters a sentence *T* in the presence of hearer *H*, then, in the literal utterance of *T*, *S* sincerely and non- defectively promises that p to *H* if and only if the following conditions 1-9 obtain: 1. *Normal input and output conditions obtain* (Searle, 1969: 57).

Vários são os momentos de *SA* em que o discurso de Searle representa o discurso de Chomsky. Neste caso, o discurso de Searle funciona como um segundo discurso que reafirma o modelo formalista chomskyano na construção de uma teoria searleana dos atos de fala. A esse respeito, posso dizer que a disposição dos argumentos de Searle segue tal modelo na medida em que para ele:

1. “Falar uma língua é adotar uma forma de comportamento regido por regras, sendo estas regras de uma grande complexidade” (Searle, 1981: 21) Falar para Searle corresponde assim à noção de *desempenho* para Chomsky, que é a aplicação (comportamento) das regras sintáticas interiorizadas na mente – a competência.
2. As regras estão num plano hierarquicamente superior ao plano do desempenho por isso: “a teoria lingüística tem como seu domínio próprio a competência e não a performance” (Balieiro Jr. 2001: 177). Retoricamente Searle segue este esquema chomskyano quando diz que “caracterizações [lingüísticas] podem ter uma generalidade que vai desta ou daquela instância do uso dos elementos em questão [...] porque as regras garantem a generalidade” (Searle, 1981: 23).
3. O modelo gerativista privilegia as sentenças nucleares como objeto de estudo (Balieiro Jr., 2001). A partir do princípio da expressabilidade, segundo o qual “tudo o que se quer dizer pode ser dito” [...], Searle considera a sentença suficiente para determinar que a enunciação literal de um ato de fala corresponda à execução

exata deste ato de fala. Desse modo, para Searle (1981, 32) “para estudar os atos de prometer ou de pedir desculpas não precisamos senão estudar as frases, cuja enunciação literal e correta representa o que é fazer uma promessa ou pedir desculpas”. Portanto, Searle segue o modelo gerativista no estudo das sentenças e por uma idealização da linguagem, também as centraliza em sua teoria.

4. Para o modelo gerativista “as sentenças faladas ou *estruturas superficiais*, derivam-se-iam de *estruturas profundas*, através de *regras transformacionais*, que se organizam numa gramática ou sintaxe” (Balieiro, 2001: 176). Searle, através da técnica retórica de iteração de conceitos, fundamenta sua dicotomia força ilocucional/conteúdo proposicional nos conceitos de estrutura superficial e estrutura profunda advindos deste modelo. Ele diz:

37- (S.A):

No nível da estrutura profunda, podemos freqüentemente identificar os elementos que, correspondem ao indicador de conteúdo proposicional, mesmo em casos onde, por exemplo, transformações de apagamento de elementos repetidos ocultam a distinção na estrutura superficial (Searle, 1981: 44)⁶⁸.

É importante notar, no que diz respeito à distribuição, ou seja, as transformações que a teoria searleana da linguagem sofreu durante o tempo, que Searle continuou variando seu texto conforme a retórica do *pattern* chomskyano. Enquanto Chomsky (1968) afirmava

⁶⁸ “In the deep structure we can often identify those elements that correspond to the indicator of illocutionary force quite separately from those that correspond to the indicator of propositional content, even in cases where, e.g., deletion transformations of repeated elements conceal the distinction in the surface structure”. (Searle, 1969: 30-31)

que a lingüística concerne à cognição humana, sendo assim os lingüistas, de fato, psicólogos cognitivos, Searle (2002) passou a considerar sua teoria dos atos de fala como uma seção da ciência da linguagem. Atualmente na linha chomskyana que considera a ciência lingüística como o subdomínio das ciências cognitivas, Searle situa também sua filosofia da linguagem como um subdomínio da filosofia da mente:

E, como o comportamento humano intencional é uma expressão dos fenômenos mentais, revela-se que a filosofia da linguagem e a filosofia da ação constituem, de fato, apenas aspectos diferentes de uma área maior, a saber, a filosofia da mente. Nesta perspectiva, a filosofia da linguagem não é “filosofia primeira”; é um ramo da filosofia da mente (Searle, 2002; 08).

Vale lembrar que os estudiosos na linha gerativista, chamado cognitivistas, graças a mudanças na vertente chomskyana, passaram “a postular a ‘subordinação’ da linguagem a fatores mais fundamentais das quais ela (a linguagem) seria apenas um fator” (Balieiro Jr., 2001: 179).

De fato, a transição de Searle da filosofia da linguagem para a filosofia da mente, e seu interesse atual pelo cognitivismo, iniciou-se em *Expression and Meaning* (1979), e fundamentou-se em *Intentionality: An Essay in the Philosophy of Mind* (1983), no qual apresenta a característica dos estudos mentais a partir da noção de intencionalidade.

É interessante notar que o movimento da filosofia da linguagem ordinária representado por Austin fez um caminho inverso ao de Searle, substituindo as questões tradicionais da filosofia da mente por questões referentes ao uso da linguagem: “a

problemática da consciência dá, assim, lugar a problemática da linguagem, e o conceito de representação, ponto central da tradição anterior, é substituído pelo conceito de significado” (Marcondes de Souza, 1990: 8).

Para concluir esta seção, quero dizer que, apesar de Liedtke (apud Rajagopalan 1992b) afirmar que o trabalho de Searle se divide em duas fases históricas – a fase do *Speech Acts* e de *Intentionality* –, tal trabalho continua mantendo a mesma fidelidade ao *pattern* inicial, ao esquema lógico e ideal, distanciando-se cada vez mais do seu antimodelo.

Desse modo, enunciando o que está previsto na formação discursiva representacionista, Searle prossegue considerando a significação como uma intencionalidade derivada, subordinada à intencionalidade intrínseca da mente/cérebro e afastando-se definitivamente da meta de Austin, que procurava elucidar um *único* fenômeno: “o ato de fala total” na situação de fala total (Austin, 1962/1990: 121).

Por fim, posso dizer com Liedtke que, quanto mais a filosofia de Searle “vai se concentrando nas intenções, menos se revela capaz de formular uma teoria sobre o comportamento comunicativo dos seres humanos” (Liedtke apud Rajagopalan 1992: 113).

6- PRÁTICA SOCIAL

Como nos diz Fairclough (2001: 99) a prática social (política, ideológica, etc.) é uma “dimensão do evento discursivo, da mesma forma que o texto”. Essas dimensões – o texto e a prática social – são mediadas pela prática discursiva, que se constitui também numa forma particular de prática social.

Nesta seção, quero mostrar que a prática discursiva dos teóricos da linguagem (na qual incluo o texto *Speech Acts*) se constitui numa forma específica de prática social, também carregada dos investimentos políticos ideológicos que caracterizam a linguagem.

Como tentei mostrar no primeiro capítulo desta tese, as práticas discursivas da lingüística como as práticas discursivas dos diversos tipos de filosofia da linguagem (entendida aqui como as diversas especulações filosóficas em torno da linguagem, o que inclui a filosofia analítica e a filosofia da linguagem de Searle) são investidas ideologicamente à medida que incorporam significações que contribuem para manter ou reestruturar relações de poder. Como nos diz Fairclough (2001: 121):

Em princípio, as relações de poder podem ser afetadas pelas práticas discursivas de qualquer tipo, mesmo as científicas e as teóricas. Isso impede uma oposição categórica entre ideologia e ciência ou teoria que alguns autores que escrevem sobre linguagem/ideologia sugerem.

A ideologia está situada nas ordens do discurso – um termo foucaultiano usado por Fairclough para designar as “configurações totais de práticas discursivas em instituições particulares, ou mesma em toda uma sociedade” (2001; 27-28). Dessa forma, podemos pensar a ideologia tanto como uma orientação acumulada e naturalizada que é construída nas normas e convenções presentes nas ordens de discurso, quanto como também “um trabalho atual de naturalização e desnaturalização de tais orientações nos eventos discursivos”.

Procuo especificar neste capítulo, os elementos da ordem do discurso em que se configuram as práticas discursivas dos teóricos da linguagem, mostrando como a produção e a interpretação dos sentidos do texto *Speech Acts* se baseiam nestes elementos. Para isso procurei estabelecer uma conexão explanatória entre o modo de organização retórica de *SA* (linha geral de argumentação), os processos textuais de produção, distribuição e consumo em um sentido mais amplo e a natureza da prática social.

6.1. O mito da linguagem na argumentação searleana

Na primeira parte desta tese (item 2.3) propus iniciar meu estudo partindo da suposição de que a reformulação teórica de Austin por Searle, sua aceitação e repercussões na lingüística e na filosofia são frutos do mito da linguagem (Harris, 1981).

Pela análise de *SA*, posso identificar o mito da linguagem através do princípio da expressabilidade que orienta argumentativamente o texto de Searle. Na verdade; o princípio

da expressabilidade segundo o qual “tudo o que se quer dizer pode ser dito” (Searle, 1969) é um poderoso argumento que conduz a interpretação pela qual o ato de fala (considerado como a “unidade básica da comunicação”) (ibidem:16) e conseqüentemente, a linguagem (na tese de Searle um comportamento intencional governado por regras) devem ser estudados por meio da idealização e da abstração.

Searle apresenta o argumento da expressabilidade como uma ‘verdade’ sobre a linguagem (ibidem) expressando tal verdade como um princípio, uma vez ele transcende as variações lingüístico - culturais. Como podemos ler:

38- (S.A):

Pode ser que um língua não disponha de uma sintaxe ou de um vocabulário bastante rico para nos permitir dizer o que queremos dizer nesta língua, mas em princípio, não há nada que nos impeça de suplementar esta língua insuficiente ou de dizer o que queremos dizer numa outra língua mais rica.

Tal princípio é uma versão do mito da linguagem, pois é sustentado e sustenta a tese de que a linguagem é uma forma de telementação. Por este princípio é possível telementar, ou seja, usar palavras (dizer) para transmitir idéias (o que se quer dizer). Basicamente a linguagem seria a relação entre idéias (que em Searle são colocadas como intenções) e símbolos verbais, como apregoa a tese da telementação. O princípio da expressabilidade é um argumento predominante no discurso searleano, que orienta argumentativamente a construção teórica da sua filosofia da linguagem em S.A.. Este princípio orienta a escolha da sua problemática (ibidem: 3): “qual a relação da linguagem com

o mundo?⁶⁹”; a definição do objeto de estudos (os atos de fala) através do qual essa questão primeira para a filosofia searleana seria estudada (Searle, 1969: 4); a hipótese segundo a qual a linguagem é um “comportamento intencional governado por regras” (ibidem: 16); e a estratégia metodológica de estudar o ato de fala ideal, abstraindo sua realização concreta.

Ora, este argumento orienta o texto de Searle da seguinte forma: se “sempre lhe é possível [ao locutor] em princípio, dizer exatamente o que teve a intenção de dizer” (ibidem: 18), também “todo o ato de fala, realizado ou realizável pode, em princípio, ser determinado de um modo unívoco a partir de uma dada frase, ou de um conjunto de frases”. Ou seja, o princípio da expressabilidade desenvolve a idéia que enunciação de um ato de fala será literal, pela suposição de que o locutor está sempre falando literalmente (pois tudo o que se quer dizer pode ser dito) e de que o contexto é idealizadamente adequado.

Desse modo, a noção de literalidade, desenvolvida a partir do argumento enunciado no princípio da expressabilidade, apaga qualquer possível consideração ao caráter performativo do ato de fala (a força ilocucionária) que perde sua importância enquanto *fazer algo* para tornar-se um mero *dizer* algo. O conteúdo proposicional passa a ser aquilo que realmente importa no ato de fala, pois a além de invariável ele diz respeito *ao que se quer dizer* (intencionalidade). O argumento da expressabilidade permite chegar à conclusão de que a relação linguagem/ mundo está fundamentada na noção de *intencionalidade*, uma vez que é sempre possível dizer o que se *intenciona* dizer. A intencionalidade refere e predica livremente sobre estados de coisas (objetos), ou seja, aponta para o mundo através da livre passagem no circuito (princípio da expressabilidade).

⁶⁹ Esta questão central em *Speech Acts* será substituída nas obras posteriores de Searle pela problemática: Como a mente se relaciona com o mundo? A resposta será sempre a de que a relação de representação Linguagem/mundo ou mente/mundo será mediada pela *intencionalidade*.

Assim, partindo do princípio da expressabilidade, o processo de comunicação pode ser idealizado como uma telementação na medida em que o ato de fala, que corresponderia ao comportamento do falante na tese de Searle, assume não um papel cultural - antropológico de ação do falante por meio da linguagem, mas um mero papel cognitivo de transmitir ao ouvinte sua intenção por meio de símbolos verbais. Daí a caracterização “intencional” para o comportamento na concepção de linguagem searleana (Searle, 1969:16)⁷⁰. O ato é, portanto, delimitado, circunscrito pela “intencionalidade” que é perfeitamente capaz de se mostrar através da enunciação do ato, uma vez que na linguagem podemos telementar, ou seja, dizer “literalmente” o que queremos dizer. Desse modo, o argumento da expressibilidade transforma o estudo do ato de fala num estudo de significação de sentenças.

39- (S.A):

Não há, portanto, dois estudos semânticos distintos e irreduzíveis um ao outro, um que estudaria as significações das frases e o outro que estudaria as execuções dos actos de fala”. (Searle 1981, 28)⁷¹.

Searle (1969:146) que rechaçou o que ele chamou de slogan dos filósofos lingüistas [*meaning as use*] substitui o slogan da *significação como uso* pelo que eu chamo de slogan da *significação como: querer é poder* [“querer dizer é poder dizer”]. Enquanto que o esquema da

⁷⁰ Apesar de Searle (1981:95) colocar sua teoria ao lado da de Austin e de Wittgenstein, apresentando-a como uma teoria institucional da comunicação por meio da idéia de regras que governam a linguagem, tais regras são colocadas de modo a aprisionar a linguagem, a circunscrevê-la e torná-la passível de formalização. A esse respeito nos diz Guimarães (1995: 43): “mas, notadamente na formulação searleana, este campo acional reduz a extensão da metáfora do jogo Wittgenstein. Diria que a posição searleana, com a noção de regra constitutiva, disciplina a via aberta por Wittgenstein nas *Investigações*. O que se perde, fundamentalmente, é a consideração wittgensteineana de que os jogos de linguagem não são completamente limitados por regras, o que faz com que não sejam completamente definíveis. Em Searle, principalmente, eles são definidos constitutivamente pelas regras, e aí se esgotam. É por isso que ele pôde dedicar-se a formalizar sua teoria”.

⁷¹ “There are, therefore, not two irreducibly distinct semantic studies, one a study of the meanings of sentences and one a study of the performances of speech acts” (Searle, 1961:17).

análise dos atos de fala austiniano não seria preenchido, conforme Searle (1969: 137), no que diz respeito às condições de adequação (a saber, a “estabilidade do significado”), sua análise da significação, orientada pelo princípio da expressabilidade, pensou satisfazer tais condições uma vez que o conteúdo (proposicional) do ato de fala torna-se recuperável e passível de ser transmitido literalmente em qualquer contexto.

A idéia de conteúdos a serem transmitidos através das formas verbais é uma constante na obra de Searle. Sua fórmula geral $F(p)$ para os atos ilocucionais em *Speech Acts* (1969: 31), traz a idéia de que a força ilocucional carrega um conteúdo proposicional que lhe é imune. Mais tarde em *Intentionality* (1983: 57), Searle fará também esta distinção entre conteúdo/forma, distinguindo nos estados mentais intencionais um conteúdo representativo (r), que é o conteúdo intencional, e um modo psicológico (S) de transmitir este conteúdo, sendo que um mesmo conteúdo representativo pode ser acompanhado por diversos modos psicológicos.

Em *Rationality in Action*, Searle (2001: 35-37) representa a estrutura gerada pela intencionalidade como: $S(p)$ – “ S ” para estados psicológicos e “ p ” para o conteúdo proposicional. Em todas as duas fórmulas o significado é apresentado como um conteúdo (uma intenção ou uma proposição que se refere ao mundo para representá-lo).

Esta forma de pensar a linguagem através da correspondência entre conteúdo (idéias, intenções) e modos de transmiti-los é uma instanciação do mito da linguagem e reflete o modo habitual de conceber a linguagem e a comunicação. Reddy (1979) vê esse modo de ver a comunicação como uma metáfora que atravessa o nosso falar cotidiano sobre a linguagem: a metáfora do tubo. A teoria dos atos de fala de Searle, que o próprio S2000a,

355earle julga mais adequada que a de Austin (1969: 150) para dar conta dos dados lingüísticos, assume a forma desta metáfora que é coerente com o mito da linguagem.

Pelo argumento do princípio da expressabilidade o falante poder embalar adequadamente o que *ele quer* transmitir, inserindo este conteúdo (proposicional, representacional, intencional) nas palavras apropriadas e enunciando-as (produzindo atos de fala) de acordo com as regras gerais da linguagem.

Conforme Cristina Magro (1999: 181) neste modo habitual de conceber a linguagem e a comunicação, cabe ao ouvinte / leitor “extrair do pacote recebido, de acordo com o mesmo conjunto de regras que ele compartilha com o seu interlocutor, as idéias, pensamentos ou sentimentos que lhe foram veiculados”. A respeito dessa metáfora é significativa a seqüência textual de S.A, a seguir:

40- (S.A):

Ao falar tentamos comunicar certas coisas ao nosso ouvinte, fazendo com que ele reconheça a nossa intenção ao comunicar precisamente aquelas coisas. Conseguimos o efeito pretendido no ouvinte, fazendo com que ele reconheça nossa intenção de comunicar precisamente aquelas coisas. Conseguimos o efeito pretendido no ouvinte fazendo com que ele reconheça a nossa intenção de atingir aquele efeito, e, assim que o ouvinte reconhece qual é a intenção ao emitir o que emitimos com uma intenção de dizer aquilo” (Searle, 1981: 60)⁷².

O modelo de comunicação que Searle elabora é, portanto mecânico e passivo, transbordado pelo mito da linguagem que se manifesta também através da tese de

⁷²“In speaking I attempt to communicate certain things to my hearer by getting him to recognize my intention to communicate just those things. I achieve the intended effect on the hearer by getting him to recognize my intention to achieve that effect, and as soon as the hearer recognizes what it is my intention to achieve, it is in general achieved” (Searle, 1969: 43).

determinação. Conforme já afirmei no segundo capítulo, a determinação seria o mecanismo de funcionamento da telementação, ou seja, um conjunto de regras, a formalização de processos que permitiriam que as palavras e as idéias fossem compartilhadas por todos.

Searle (1981: 59) efetua uma revisão da noção de significação elaborada por Grice, elogiando nesta noção a conexão que Grice faz entre significação e intencionalidade. Porém, Searle lança duas objeções a Grice. Por essas objeções percebemos como Searle fundamenta sua teoria da significação a partir da tese da determinação. Vejamos.

Primeiro, ele diz que significação deve captar, além do aspecto intencional, o aspecto convencional. Depois, Searle critica também a afirmação griceana segundo a qual *dizer algo é pretender executar um ato perlocucional* e procura substituí-la pela afirmação: “dizer uma coisa e querer significá-la é uma questão de ter a intenção de executar um ato ilocucional”. Lembramos que a idéia de ato ilocucional traz subjacente a metáfora do tubo na dicotomia força ilocucional/conteúdo proposicional (Searle, 1981: 66).

Estas duas objeções estão juntas e conduzem o discurso de Searle para a falácia de determinação: a metáfora do tubo em S.A (pela qual a linguagem se torna um conduto de idéias e intenções) é sustentada pela noção de língua como um código fixado de regras que viabilizam a transmissão e a apreensão de significados.

Deste modo, regras subjacentes à execução dos atos de fala são elaboradas por Searle de modo a garantir o entendimento mútuo por meio da enunciação de sentenças literais que representam o mundo (estado de coisas) e que seriam captadas pelo ouvinte. As regras searleanas aparecem garantindo a perfeição do processo comunicativo (*querer*

dizer/poder dizer/dizer por parte do falante e entender *o querer dizer* ou captar a intenção via regras por parte do ouvinte).

Assim, a conexão entre intenção e convenção garante a literalidade do significado numa versão da tese da telementação. Para garantir a telementação, a tese da determinação se manifesta no apresentar de Searle do funcionamento da emissão (de intenção) e reconhecimento de significados literais. Searle explica o funcionamento dessas enunciações literais:

41- (S.A):

No caso das enunciações literais, a ponte entre o falante e ouvintes é dada pela língua que eles têm em comum. Aqui está como a ponte funciona:

1. Entender uma sentença é conhecer a sua significação.
2. A significação de uma frase é determinada por regras, e essas especificam, tanto as condições de emprego da frase, como também o que se quer dizer com seu emprego.
3. Emitir uma frase e com ela querer significar alguma coisa é uma questão de (a) pretender (*i-I*) fazer com que o ouvinte saiba (reconheça, fique ciente de) que certos estados de coisas, especificados por algumas das regras, se dão, (b) pretender fazer com que o ouvinte saiba (reconheça, esteja ciente de) essas coisas, fazendo com que ele reconheça *i-I* e (c) pretender fazer com que o ouvinte reconheça *i-I* em virtude do seu conhecimento das regras que se aplicam à frase emitida.
4. A frase proporciona então uma maneira convencional de concretizar a intenção de produzir um certo efeito ilocucional no ouvinte. Se um falante emite uma frase e com ela quer significar o que diz, ele terá as intenções (a), (b) e (c). Dizer que o emissor se fez compreender equivale a dizer que essas intenções se concretizaram. E as intenções serão em geral concretizadas se o ouvinte entender a frase isto é se souber a sua significação, isto é, se conhecer as regras que governam os seus elementos (Searle, 1981: 66)⁷³.

⁷³ "In the case of literal utterances the bridge between the speaker's side and the hearer's side is provided by their common language. Here is how the bridge works:

I. Understanding a sentence is knowing its meaning.

A língua é o conduto ou a ponte que garante a enunciação literal. Em Searle, portanto, as regras são apresentadas como uma espécie de código que torna a compreensão mútua um fato automático na linguagem. Elas funcionam de modo a impedir qualquer diversidade na interpretação ou falha no circuito searleano, ou seja, as regras ou convenções são apenas garantias formais de enunciações literais.

A descrição que tentei efetuar a respeito de como o mito da linguagem se inscreve em *SA*, faz parte da tentativa de descrevê-lo como um elemento da ordem do discurso que configura as nossas práticas discursivas sobre a linguagem, na medida em que as teorizações científicas e especulações filosóficas em torno da linguagem têm naturalizado este mito discursivamente em sua retórica do formalismo. As repercussões do mito da linguagem na prática discursiva da lingüística e das várias filosofias da linguagem não são, como nos alerta Magro (1999: 175), de modo algum triviais uma vez que ele está presente “no processo e nos resultados da análise; no estabelecimento daquilo que conta como fato analisável, na escolha dos instrumentos analíticos; na reformulações teóricas para a acomodação de resultados de pesquisas”

Percebo, desse modo, a influência deste mito no trabalho de Searle também na escolha do que ele considerou “analisável”, como vemos na seqüência textual a seguir:

2- The meaning of a sentence is determined by rules, and those rules specify both conditions of utterance of the sentence and also what the utterance counts as.

3. Uttering a sentence and meaning it is a matter of (a) intending (*i-I*) to get hearer to know (recognize, be aware of) that certain states of affairs specified by certain of the rules obtain, (b) intending to get the hearer to know (recognize, be aware of) these things by means of getting him to recognize *i-I* and (c) intending to get him to recognize *i-I* in virtue of his knowledge of the rules for the sentence uttered.

4. The sentence then provides a conventional means of achieving the intention to produce a certain illocutionary effect in the hearer. If a speaker utters the sentence and means it he will have intentions(*a*), (*b*), and(*c*). The hearer's understanding the utterance will simply consist in those intentions being achieved. And the intentions will in general be achieved if the hearer understands the sentence, i.e., knows the rules governing its elements” (Searle, 1961: 48).

42- (S.A):

...de um ponto de vista teórico, não é essencial para a comunicação lingüística tratar os casos em que o falante não diz exatamente o que quer dizer. Os principais casos deste tipo são subtendidos, as imprecisões, as ambigüidades e as expressões.

Assim, analisando o mito da linguagem em Searle, entende-se como ele deixou de fora de seu texto as nuances, as performances, as saídas de scripts de Austin. Contudo, fazendo de seu trabalho uma retórica anti-Austin através do mito, ele precisou deixar de fora de SA também todo o encanto da linguagem totalizante nas suas sutilezas, nas suas imprecisões, na surpreendente imprevisibilidade, na riqueza da sua heterogeneidade.

6.2. O “meço da morte” como uma ordem de discurso

Como disse na introdução, o meu interesse em estudar a obra *Speech Acts* de John Searle, não objetiva focalizar o indivíduo falante que escreveu ou criou um texto, nem a exegese deste texto, mas sim o tipo de prática discursiva na qual o texto de Searle se inscreve.

Searle interpretando Austin é, portanto, apenas um motivo para discutir as práticas da produção discursiva do saber sobre a linguagem. Como um exemplo de prática discursiva, o discurso de Searle deixa ecoar as vozes de toda uma tradição de discursos sobre a linguagem. Nesta tradição “a linguagem cotidiana é tida como imperfeita para a ‘descrição da realidade’ de acordo ainda as regularidades que cumpre a nossa razão descobrir, e um instrumental lingüístico quase matemático, lógico é criado para cumprir essa função” (Magro, 1999: 197).

A persistência do mito da linguagem nas práticas discursivas que procuram teorizá-la – seja na filosofia, seja na lingüística – permite a identificação do mito como um dos elementos que constituem uma ordem específica de discurso nos estudos da linguagem.

Para Fairclough (2001: 67), a ênfase nas relações interdiscursivas põe no centro da agenda “a investigação sobre a estruturação ou articulação das formações discursivas na relação umas as outras”. Esta articulação discursiva poderá ser observada a partir da noção de ordem do discurso, termo usado por Fairclough para designar a totalidade de práticas discursivas dentro de uma instituição ou sociedade e o relacionamento entre elas.

Fairclough utiliza ainda o termo ‘elemento’ para as partes de uma ordem do discurso. A relação entre esses elementos segundo essa análise crítica não é única ou constante, mas pode ser ou tornar-se contraditória. “Os limites podem ser linhas de tensão” (ibidem: 96).

No entanto, tais elementos podem ser naturalizados e cristalizados em blocos relativamente duráveis. É deste modo que reconheço o mito da linguagem como um elemento de uma ordem de discurso específica que tem influenciado as reflexões sobre a linguagem desenvolvidas tanto na chamada ciência da linguagem quanto nas diversas filosofias da linguagem.

Configurando os diversos dizeres sobre linguagem, reconheço uma ordem do discurso que identifico nesta tese, denominando-a *medo da morte*, por motivos que especificarei ainda nesta seção. Os elementos dessa ordem de discurso sobre a linguagem se manifestam como tipos de convenção, contribuindo para a constituição heterogênea dos textos sobre a linguagem através da interdiscursividade (ou intertextualidade constitutiva).

Além do mito da linguagem que, como Harris (1981) afirma, remonta às reflexões sobre a linguagem da antiguidade grega e moldam nossa forma cotidiana de pensar e falar sobre a linguagem, reconheço, como constitutivos do “medo da morte”, os elementos ou convenções discursivas que procuro descrever a seguir:

a) uma concepção estreita de linguagem – que se manifesta na eleição de partes da linguagem como objeto de estudo: a língua para Saussure, a competência para Chomsky, o ato ilocucional para Searle são apenas exemplos dos famosos recortes que nos impedem de conceber a linguagem em seu caráter totalizante. Tais recortes são frutos de necessidade de:

b) abstração e idealização da realidade lingüística assumidas como estratégias metodológicas. Os filósofos do período clássico (atomistas e positivistas lógicos) da filosofia analítica consideravam uma língua ideal e artificial que deveria ser mais perfeita (para representar o mundo) do que a linguagem comum. Os estruturalistas na linha de Saussure consideravam a língua como um sistema supra-individual, abstraindo-o da realidade histórica (a fala) que o produziu. A teoria gerativa promoveu o estudo do conhecimento que um falante/ouvinte nativo ideal (de quem se trata?) tem de sua língua, chegando a conceitualizar uma Gramática Universal (G.U.), inata a espécie humana. A filosofia da linguagem searleana idealiza a linguagem, propondo-se a estudar o ato da promessa como um caso puro, idealizado, universal. Desse modo, a abstração e a idealização também são exigências daquilo que vou chamar de...

c) a **retórica do formalismo nos estudos da linguagem**. Tal retórica preceitua que “todo lingüística deve ser formalista” da mesma forma que todo cientista deve ser formalista (Pires de Oliveira 2004: 221). Na retórica do formalismo, o estudioso da linguagem, na exposição de suas idéias deve “utilizar tanto quanto possível uma metalinguagem técnica, formal ou formalizável” (ibidem: 222). Tal retórica traz uma acepção do termo formal que é resumidamente prescrito por Pires de Oliveira (ibidem: 224) ao citar Apresjan:

Todo modelo, inclusive o lingüístico, deve ser FORMAL. Um modelo é considerado formal se nele são dados em forma explícita e não-ambígua os objetos primários, as asserções que os relacionam e as regras para manipulá-los (as regras para formar ou depreender novos objetos e asserções). Idealmente, todo modelo formal constitui um sistema matemático. Em um certo sentido, portanto, o conceito de formalidade é equivalente ao conceito de matematicidade, precisão ou univocidade.

A retórica do formalismo não diz respeito apenas à metalinguagem, mas também a um percurso metodológico que é exigido como garantia de qualificação do conhecimento sobre a linguagem, um percurso presente no discurso de filósofos da linguagem como Searle, Habermas, Grice, etc. Vejo nesse padrão de qualificação uma forte influência do cientificismo, na lingüística e na filosofia, tão combatido por Wittgenstein, mas que constitui um dos elementos mais reducionistas na ordem do discurso sobre a linguagem, através da convenção de...

d) um **ideal de cientificidade** a ser seguido por todos os que desejam teorizar a linguagem e que é prescrito como garantia da qualificação desta teorização. Assim, critérios de

cientificidade são exigidos nas investigações sobre linguagem como consequência da hegemonia de uma ideologia cientificista que tem na ciência “a medida de todas as coisas”. Tal ideologia vê a ciência como um tipo de conhecimento neutro, um padrão de saber a ser seguido por todos, tornando-a um conjunto de princípios doutrinários intemporais baseados em verdades absolutas e objetivas que garantem a sistematização de regularidades e constâncias universais e necessárias (cf. Chauí, 1997).

A ideologia cientificista tem promovido a ciência matemática como uma forma de conhecimento excepcional; fazendo com que ela se tornasse o “modelo principal de todos os conhecimentos científicos no ocidente” em decorrência dos seguintes aspectos que a caracterizam:

1. a idealidade pura de seus objetos, que não se confundem com as coisas percebidas subjetivamente por nós: os objetos matemáticos são universais e necessários;
2. a precisão e o rigor dos princípios e demonstrações matemáticos, que seguem regras universais e necessárias de tal modo que a demonstração de um teorema seja a mesma em qualquer época e lugar e a solução de um problema se faça pelos mesmos procedimentos em toda a época e lugar (cf. Chauí, 1997).

A partir do modelo matemático, conhecer passou a significar penetrar na “verdade” universal. Esta concepção de conhecimento, a partir da objetividade, seria a prova da capacidade intelectual do homem apreender a realidade essencial dos fatos por meio da sua razão (Coracini, 1991: 26).

Contudo, com a ascensão da corrente positivista, nos séculos XVIII e XIX, passou-se dessa concepção racionalista, cujo modelo é a matemática, e que vê na ciência uma

“unidade sistemática de axiomas, postulados e definições, que determinam a natureza e as propriedades do seu objeto” (Chauí: 1997: 252) para uma concepção empirista. A concepção empirista de ciência afirma que “a ciência é uma interpretação dos fatos baseada em observações e experimentos que permitem estabelecer induções e que, ao serem completadas, oferecem a definição do objeto, suas propriedades e suas leis de funcionamentos” (idem). A partir dessa concepção de cientificidade, as ciências da natureza tornam-se o modelo de ciência por seus métodos experimentais rigorosos. Contudo, ambos os padrões de cientificidade construíram um ideal científico único, cuja lógica está centrada na idéia de demonstração e prova, na distinção entre o sujeito e objeto do conhecimento, na idéia de método como um conjunto de regras normas e procedimentos gerais para o autocontrole do pensamento durante as investigações, na idéia de lei do fenômeno, isto é, regularidades e constâncias universais necessárias. Como nos diz Chauí (ibidem: 278):

Embora continuidades e rupturas marquem os conhecimentos científicos, a ciência é a confiança que a cultura ocidental deposita na razão como capacidade para conhecer a realidade, mesmo que esta, afinal, tenha que ser inteiramente construída pela própria atividade racional.

Porém, como a confiança é uma forma de tentar superar os riscos, que funciona como um “salto no escuro” para alcançar alguma espécie de âncora (cf. Giddens, 2002) “pouca gente, talvez, se dê conta de que a ciência já se apropriou do lugar outrora ocupado pela magia ou pela religião” (Rajagopalan, 1991: 12).

Rajagopalan (ibidem: 13) alerta para o fato de que o positivismo lógico continua ainda a ditar regras na forma do *cientificismo*, “na crença bastante arraigada até mesmo entre

alguns dos melhores cientistas contemporâneos, de que as chamadas ciências do homem devem tentar emular as ditas exatas”. Desta forma o ideal de cientificidade nos estudos da linguagem está a serviço da...

e) apresentação da linguagem como meio para representar ou expressar a realidade.

Este elemento da ordem do discurso diz respeito à convenção de entender a linguagem como um meio de expressão ou de representação a partir da perspectiva tradicional de que “existe um eu fulcral, que pode olhar para crenças e desejos e decidir entre eles, utilizá-los e exprimir-se por meio deles. [...] Temos assim uma imagem do núcleo essencial do eu num dos lados dessa estrutura de crença e desejos, e a realidade do outro lado. [...] Esta é a imagem tradicional sujeito-objeto” (Rorty: 1994: 31-32). Além do binômio sujeito-objeto este elemento discursivo tem configurado diversas dicotomias nos estudos da linguagem como versões do par metafísico *essência/aparência* tais como: *conteúdo/forma*; *significado/significante*; *mensagem/código*; *conteúdo proposicional/força ilocucionária*; *intencionalidade intrínseca/intencionalidade derivada*; etc.

Todos estes elementos se constituem nas práticas discursivas teóricas sobre a linguagem se configurando numa ordem de discurso específica destes estudos, marcada pelo desejo de circunscrever a linguagem, aprisioná-la, dominá-la por meio de teorização, orientando deste modo o que se escreve e diz sobre linguagem.

Rajagopalan (2002) afirma que tal atitude contrária ao fato “amplamente reconhecido tanto pelos peritos no assunto como os leigos, de que a prática linguística se

distingue pelos tropeços, acasos, imprevisibilidades e singularidades – atributos que desafiam o próprio desejo de domar, de domesticar, de, enfim, teorizar o objeto de estudo, no caso, a práxis”, tem origem provável numa tradição de pensar que compreender algo é teorizar a respeito e teorizar a respeito de um fenômeno qualquer é tratá-lo exaustivamente.

Nesta tese, argumento que esta atitude é um hábito discursivo, fruto de tipos de convenções acumulados nas diversas práticas discursivas dos teóricos da linguagem. Sobre este hábito discursivo, trago um comentário de Richard Rorty (1994: 48) sobre um poema de Philip Larkin. Segundo Rorty, no poema que trata do medo de morrer, o poeta procura a origem de uma marca cega presente em todos os seus comportamentos: [Larkin] “pretende que ser um poeta forte não basta – só teria encontrado satisfação se tivesse sido um filósofo, encontrando continuidades em vez de expor uma descontinuidade” (Rorty, 1994: 49).

Segundo Rorty o que Larkin receia é que se extinga “o seu sentido do que é possível e importante”. Este receio de extinção é o medo que temos de perder a estabilidade que os sentidos “amarrados” nos fornecem. Considerar a linguagem em suas imprevisibilidades traz sempre o risco de ao final não restar nada sólido (objetos, palpáveis, exatos, mensuráveis) em que nos apegarmos, uma espécie de chão para nos apoiarmos.

A esse respeito Rorty (*idem*) cita Derrida que diz ser a metafísica a procura de “uma estrutura centrada (...) o conceito de jogo enquanto baseado num terreno fundamental, um jogo constituído com base numa imobilidade fundamental e numa certeza tranquilizadora, a qual está ela própria além do alcance do jogo”.

Essa metafísica nos leva a buscar a formalização. A formalização, os limites que impomos à linguagem e a idéia de que ela é composta por representações, por conteúdos nos

dá a ilusão de que estamos seguros e firmes nas nossas identidades pessoais e na identidade de “cientistas” e “filósofos” da linguagem. Daí o conjunto de nossas práticas discursivas se configurando como a busca dessa marca cega nos estudos da linguagem: uma ordem do discurso orientada pelo medo da morte, o receio da extinção, a ansiedade por homogeneidade e sentidos primeiros.

O medo da morte nos estudos da linguagem é, pois uma ordem do discurso que se caracteriza como a busca de regularidades, de abstração, de idealização dos recortes epistemológicos, o desejo “sensato” por eliminar toda inexatidão e toda a imprevisibilidade, a tentativa de evitar correr o risco de trabalhar com um objeto desconhecido, como a eliminar o desconhecido em nós mesmos: a linguagem.

É dito que com a linguagem costuramos nossas identidades numa busca de segurança ontológica (cf. Giddens, 2002). Quero acrescentar que uma forma de segurança ontológica para enfrentar os riscos e as incertezas tão comuns à modernidade tardia é costurar a própria linguagem dentro dela mesma (daí usarmos a linguagem formal e formalizável ou metalinguagem para falar da linguagem), amarrando-a num casulo artificial, nestes objetos esdrúxulos chamados de língua autônomas, gramática universal, etc., enfim os saudáveis e sólidos construtos teóricos. Nessa atividade de teorizar a linguagem adquirimos também o nosso próprio casulo protetor.

A linguagem, como diz Fiorin (2004: 108), “é alguma coisa, ao mesmo tempo, extremamente comum e bastante misteriosa para o homem. É comum, porque todo falam e usam, na medida de suas necessidades, a língua. Por outro lado, é misteriosa, porque a linguagem está cheia de enigmas”. Para lidar com essa matéria, essencialmente heterogênea,

histórica, dinâmica e cheia de “mistérios” como a linguagem, o teórico cria uma posição a-histórica, regular, estável. Tal posição é uma construção discursiva, acumulada pelos confrontos dos vários discursos sobre a linguagem, nas diversas práticas discursivas dos estudos da linguagem. Portanto, denomino medo da morte à configuração dessas práticas discursivas como referência ao desejo de buscar na linguagem a regularidade, a continuidade, a marca cega a que se refere Richard Rorty.

Aos que acham que os elementos dessa ordem de discurso só estão presentes nas teorias clássicas como a Saussure, Chomsky, ou Searle que constituíram um tipo de estudos ortodoxos sobre a linguagem, eu respondo que tais elementos têm configurado nossos discursos atuais sobre a linguagem. Trago aqui dois exemplos de textos recentes publicados no Brasil que tratam de questões epistemológicas referentes à lingüística que apresentam elementos dessa ordem de discurso.

O primeiro exemplo é o texto de Roberta Pires de Oliveira (2004) intitulado “*Formalismos na Lingüística: uma reflexão crítica*”, que é parte do volume *Fundamentos Epistemológicos* da obra ‘Introdução Lingüística’. Segundo a autora, independente de se adotar, nos estudos da linguagem, uma posição humanista – “que vê a linguagem na sua particularidade, enquanto expressão de um sujeito que é, sem sombra de dúvidas atravessado pela ideologia, pelo desejo...” (ibidem: 223) – ou uma posição naturalista, que “enxerga [a linguagem] como um objeto natural, da mesma ordem que a gravidade, as combinações químicas, a evolução biológica, o aquecimento da terra...”, “todo lingüista deve ser formalista” (ibidem: 221) uma vez que ambas as posições “compartilham a necessidade de

uma linguagem precisa e buscam igualmente à compreensão das comunidades que estão constituindo” (2004: 223).

O termo formalista aqui é usado como sinônimo de científico (cf. *idem*). É curioso notar que embora Pires de Oliveira procure delimitar, de acordo com a “metodologia científica” (*ibidem*: 222) duas posições nos estudos da linguagem – “Vamos reservar o termo ‘ciência’ para o estudo naturalista da linguagem e ‘humanidades’ para falarmos sobre a visão histórica (‘subjéitiva’) da linguagem” – ela prescreve também para os humanistas a necessidade de submeter-se ao formalismo da ciência, situando sua prática como uma prática científica. Desse modo para a autora, todo lingüista (naturalista ou humanista) deve ser formalista. Em “do porquê todo lingüista deve ser formalista”, ela explica (2004: 221):

Afirmar que “todo lingüista deve ser formalista” é seguir a linha de pensamento que situa a prática do lingüista na prática científica. Enquanto cientista, o lingüista deve se submeter a uma série de procedimentos éticos que garantem (no que é possível de garantir!) a possibilidade de “replicação” do experimento e, conseqüentemente, a possibilidade de refutação da teoria. Se este é o jogo, então o cientista deve não apenas buscar entender um certo fenômeno da natureza, mas também submeter seu trabalho ao escrutínio de seus pares e da comunidade mais ampla que sustenta seu trabalho.

Nesta direção, a argumentação de Pires de Oliveira se liga a uma retórica do formalismo na medida em que defende que, na necessidade que carrega o lingüista de ser formalista, a prescrição de uma metalinguagem para falar sobre a linguagem passível de ser matematizada. Ela diz:

Essas teorias [lingüísticas] já dissemos são constituídas através de uma linguagem técnica, que pode ser traduzida para uma linguagem lógico-matemática; em outros termos, a metalinguagem deve ser (tanto quanto possível) coerente, unívoca, não ambígua, ‘dedutiva’, isto é, os termos e as expressões ganham seus valores exclusivamente na ‘cadeia de definições’ (Pires de Oliveira, 2004: 224).

Como segundo exemplo, trago o texto de Borges Neto *Diálogo sobre as razões da diversidade teórica na lingüística*, primeiro capítulo do seu livro *Ensaio de Filosofia lingüística* (2004). Neste texto, Borges Neto procura mostrar que as teorias necessariamente operam abstrações sobre seu objeto. Para isso, ele faz uma analogia das teorias lingüísticas com uma passagem da *História Universal da Infâmia* (1954) a qual narra sobre a inutilidade de um mapa de um império que pretenda ter o tamanho do império e com ele coincidir ponto a ponto. Borges Neto (2004: 21) procura argumentar por essa analogia que uma teoria que queira abordar integralmente a linguagem seria tão inútil quanto o mapa do conto do argentino Jorge Luis Borges.

Borges Neto, a partir do pensamento do Lakatos (1978), tematiza o pluralismo em lingüística defendendo a idéia que a abstração é sempre necessária para a teorização e que ela conduz a uma diversidade teórica, saudável aos estudos da linguagem.

Os dois textos, o de Pires de Oliveira e o de Borges Neto, que reivindicam respectivamente a necessidade de uma metalinguagem formal e de delimitação do objeto de estudo na teorização da linguagem, utilizam-se do argumento de autoridade através de analogias entre a ciência da linguagem e as ciências exatas ou da natureza, condicionados pelo prestígio que últimas gozam no domínio da saber acadêmico (Borges Neto, 2004: 223-224). Tais analogias demonstram um projeto cientificista subjacente aos estudos da linguagem que

procura apagar a especificidade dos estudos lingüísticos, ou seja, apagar o fato de seus pesquisadores tomarem como objeto de estudo e como metalinguagem a matéria mesma a que se propuseram investigar e na qual constituem sua própria identidade como teóricos da linguagem.

O comprometimento de nossos discursos sobre linguagem com a ideologia cientificista, embutida em nossas práticas discursivas, torna os elementos da ordem do discurso naturalizados em convenções textuais no domínio da produção do saber acadêmico sobre a linguagem. A naturalização de ideologias como o resultado de discursos passados, reproduz suas estruturas condicionadoras nos eventos discursivos atuais. Desta forma, nossos discursos sobre a linguagem continuam comprometidos com a ordem do discurso tradicional na medida em que esses metadiscursos apresentam, conforme Cristina Magro (1999: 197):

...a linguagem cotidiana como imperfeita para a “descrição” da realidade” de acordo as regularidades que cumpre à nossa razão descobrir, e um instrumental lingüístico quase matemático, lógico, criado para cumprir essa função. O restante da “mediação” entre o cientista e o seu leitor não apresenta problemas significativos: a observância do método científico, o foco no objeto idealizado, a segurança de um aparato descritivo lógico, o emprego de uma linguagem despojada e “objetiva” são garantias suficientes de proximidade com a realidade que pretendem estar evidenciando, e da clareza de interpretações e propósitos.

A esse respeito Pennycook (2004: 40) considera essas características dos metadiscursos sobre a linguagem como constituindo os limites da lingüística (alguns dos

quais se identificam com o que eu considere os elementos de uma ordem do discurso nas teorizações sobre a linguagem):

1. a exigência de cientificidade que a lingüística se impõe;
2. seu paradigma excludente e inflexível;
3. seu normativismo;
4. sua falta de auto-reflexão.

A necessidade de delimitação do objeto que promove recortes na realidade lingüística permite, segundo Borges Neto (2004: 28), a diversidade teórica que é necessária porque as “teorias são sempre parciais” e sendo parciais, quanto mais teorias tivermos, mais saberemos sobre o nosso objeto: a linguagem.

No entanto, a adoção da abstração e idealização do objeto – na analogia do mapa da cidade que representa a possibilidade de se realizarem inúmeras abstrações sobre um mesmo objeto quanto os aspectos a serem enfatizados em mapas diferentes como o relevo, o político, o demográfico, etc. –, conduzem não a um conhecimento total do objeto. Ao contrário de um estudante de geografia que para conhecer vários aspectos de uma cidade, coloca em justaposição os diversos mapas do lugar para adquirir um conhecimento global, o estudante de lingüística ao estudar as diversas teorias não teria um conhecimento do objeto linguagem de forma integral, uma vez que como o próprio Borges reconhece no seu texto “as várias teorias não são necessariamente teorias de um mesmo objeto, embora tenham todas a linguagem como seu objeto”.

Percebo aí uma falácia epistemológica: a ciência da linguagem, ao prometer conhecimento por meio da abstração (do seu objeto real) a linguagem, torna-se cada vez mais

incapaz de reconhecer no novo objeto construído, a matéria que decidiu estudar. O resultado da abstração é sempre uma ficção.

A analogia com o mapa da cidade é portanto infeliz porque a lingüística nunca fornece mapas, guias cartográficos para cidades reais a fim de facilitar a vida de pessoas reais. O que as teorias lingüísticas geralmente fornecem são *mapas do tesouro*, indicações de essências imaginárias, de entidade metafísicas como a indicar cidades perdidas e tesouros ilusórios... Quando não apresentam o mapa de um bairro como sendo a própria cidade.

Resumindo a falácia epistemológica da abstração: abstrai-se para conhecer, para sistematizar, e abstrair significa isolar propriedades e certas relações consideradas pertinentes (Borges Neto, 2004: 20), mas por esse processo de abstração, perder-se-á o objeto a ser investigado, ficando apenas com o “espectro” deste, retornando novamente ao desconhecimento do estágio inicial. Em se tratando de teorizar a linguagem por meio de abstrações caímos sempre num círculo falacioso – o problema da teoria da linguagem é o seu próprio princípio teorizante, a abstração, como reconhece Borges Neto, na afirmação:

Em algum momento o construto teórico tem que se sobrepor ao objeto real e é aí, neste momento, considerando-se o que fica de fora, as relações que são ou que não são estabelecidas, etc, que é possível avaliar, criticar e contestar uma teoria” (ibidem, 29).

Portanto, buscar atingir um nível de abstração profundo de tal modo que esse objeto linguagem se confunda com o das ciências exatas é pagar o preço de não estudar o próprio objeto que inicialmente se decidiu estudar, e ficar apenas com uma estruturação imaginária no lugar deste objeto... É perder a linguagem como afirmei no começo da tese.

Um outro motivo do equívoco da analogia do mapa para explicar a teorização lingüística, encontra-se no que diz respeito a sua praticidade: o mapa de uma cidade deverá ser útil para alguém, daí porque ele não poderá ter as dimensões da própria cidade. Conforme Borges Neto (2004: 22):

Podemos levar adiante ainda essa imagem do mapa. Vocês lembram que eu falei que a linguagem é uma floresta impenetrável? Para que alguém percorra uma floresta sem se perder, o que é necessário é um *mapa*. No caso da linguagem, o mapa se chama *teoria lingüística*. Como um mapa, uma teoria lingüística estabelece regiões, áreas, caminhos, limites etc. no fenômeno complexo. Em outras palavras, a teoria atribui uma certa organização ao fenômeno, de modo que possamos nos deslocar por ele.

A teoria lingüística procura mostrar as regularidades para que alguém não venha se perder. Mas quem poderá se perder na linguagem? Onde está a praticidade da teoria / mapa lingüístico? Eu diria que a linguagem, parafraseando Borges, é uma floresta na qual todos nós moramos, nela todos experimentamos caminhar por trilhas, regiões, ultrapassamos limites enfim, vivenciamos suas várias dimensões e todos, independentes de sermos lingüistas ou não, conhecemos e sabemos falar sobre nossas vivências lingüísticas. Como nos diz Fiorin (2004, 109-110):

...a chamada atividade metalingüística não é assunto só de profissionais, mas pertence também ao domínio da fala cotidiana, dado que a atividade metalingüística é inseparável da atividade cotidiana. Há, assim, ao lado da denominada metalinguagem científica, uma metalinguagem cotidiana, que produz uma lingüística espontânea, constituída das idéias de língua que têm os falantes comuns, idéias que se traduzem em julgamentos de valor.

No entanto, como a lingüística “naturalizou” a linguagem como um fenômeno natural (Rajagopalan: 2004) reivindicando um estatuto científico, ela tem como as demais teorias científicas, procurado se afastar do senso comum. Conforme Rajagopalan (2004: 168) “a lingüística se ergueu sobre a premissa de que a opinião laica não tem nenhum valor científico. Os lingüistas, de modo geral, não só no Brasil, mas no mundo inteiro, foram treinados para acreditar que só se pode pensar a linguagem cientificamente se antes esvaziarmos as nossas mentes de todas as idéias pré-científicas, herdadas da tradição”.

Portanto, a lingüística desde os seus fundamentos buscou distinguir-se por uma atitude científica contrária ao conhecimento cotidiano ou do senso comum sobre a linguagem, alegando, como toda a ciência, que “nossas certezas e o senso comum da nossa sociedade ou de nosso grupo social cristalizam-se em preconceitos com os quais passamos a interpretar toda a realidade que nos cerca e todos os acontecimentos” (Chauí, 1997: 249).

No entanto, como procurei mostrar, nossas práticas discursivas sobre a linguagem têm sido atravessadas pelo mito da linguagem que remonta a antiguidade clássica. Um mito que tem inclusive na forma da metáfora do tubo – influenciando nosso falar cotidiano sobre a linguagem. Ou seja, ao procurarmos uma teorização da linguagem, que se diz científica ou filosófica, buscamos nos distinguir do senso comum por ser este uma opinião baseada em tradições cristalizadas, em mitos e em preconceitos. Mas nos afastando do conhecimento cotidiano sobre a linguagem, construímos nosso discurso através da intertextualidade constitutiva, reproduzindo os elementos da ordem do discurso sobre a linguagem, dentre eles o mito da linguagem, a tradição representacionista da linguagem, etc. que também atravessam o discurso do senso comum.

Voltamos, assim, ao domínio da *doxa*, da opinião, das tradições cristalizadas, enfim, aos mesmos lugares que procuramos evitar, pois em matéria de linguagem o nosso senso comum tem se baseado na mesma perspectiva platônica-aristotélica que tem dominado o pensamento ocidental (filosófico e lingüístico) sobre a linguagem (cf. Martins, 2004: 470). Como o discurso de Searle é atravessado pelo mito da linguagem, nós também inscrevemos nossas teorias nessa perspectiva platônico - aristotélica da qual decorre “a correspondente hegemonia histórica de uma concepção essencialista da linguagem e do sentido” (idem). Conforme Helena Martins tal hegemonia se converteu na concepção de senso comum. Ela diz:

A surpresa que em geral experimentamos quando a comunicação falha nos dá uma medida de como tende ser alta a nossa aposta tácita no funcionamento da linguagem como um sistema de representação de significados essenciais fixos e compartilhados (Martins, 470).

Portanto, a perspectiva do senso comum que temos a duras penas procurado evitar tem sido fundamentada na mesma perspectiva que tem conduzido os nossos olhares teóricos sobre a linguagem. Posso dizer, parafraseando Helena Martins, que a teoria dos atos de fala de Searle, como a maior parte das nossas teorias sobre linguagem, é apenas uma variação sofisticada desse senso comum.

E agora, não há como fugir do círculo vicioso do conhecimento lingüístico? É possível desmitologizar a linguagem?

Segundo Fairclough (2001: 27), se as práticas de discurso cristalizam convenções e tradições, “as práticas discursivas em mudança contribuem [também] para modificar o

conhecimento (até mesmo as crenças e o senso comum) as relações e as identidades sociais”. Para ele (2001: 28), as hegemonias em organizações e instituições particulares e sociais não são apenas produzidas e reproduzidas no discurso, elas também são contestadas e transformadas através da mudança discursiva.

Portanto, o estudo da retórica dos teóricos da linguagem, numa perspectiva crítico-discursiva deve enfatizar a mudança no discurso, uma “dimensão da mudança social e cultural mais ampla” (ibidem: 50).

Meu foco na próxima seção será a mudança na ordem do discurso sobre a linguagem. A partir da resistência, da contestação e da problematização, produtores e intérpretes combinam elementos discursivos de maneira nova, produzindo cumulativamente mudanças estruturais nas ordens do discurso: “estão desarticulando ordem de discursos existentes e rearticulando novas ordens de discursos, novas hegemonias discursivas” (ibidem: 128).

Fairclough nos alerta que essas tendências de mudanças sociais e discursivas são estabelecidas mediante luta, e, além disso, são estabelecidas com estabilidade apenas limitada, com a perspectiva de que seus próprios elementos heterogêneos sejam considerados contraditórios, levando a posterior luta e mudança (ibidem: 129). Como nos diz Fairclough: “a exploração de tendências de mudança nas ordens do discurso pode trazer uma contribuição significativa aos debates atuais sobre mudança social”.

6.3. Mudança discursiva nos estudos da linguagem

Vimos na seção anterior os elementos que constituem o *medo da morte* como uma ordem de discurso nos estudos da linguagem. Tais elementos foram apresentados como convenções discursivas altamente naturalizadas com repercussões sobre a nossa forma de investigar a linguagem.

Contudo, gostaria de lembrar com Fairclough (ibidem: 120) que a sujeição a convenções discursivas é contraditória em si mesma, pois quando uma pessoa que opera num conjunto de práticas é interpelada de várias posições, pode ser difícil manter a naturalização. Segundo ele a “interpelação contraditória pode manifestar-se experiencialmente em um sentido de confusão ou incerteza e na problematização das convenções” (ibidem: 120-121). Desse modo, uma das formas de provocar mudança discursiva é problematizar as convenções.

Segundo Richard Rorty (1992: 53) “a pessoa que usa as palavras como nunca antes foram usadas, é a mais capaz de apreciar a sua própria contingência, já que essa pessoa pode, mais claramente do que o historiador, o crítico ou o filósofo em busca da continuidade, ver que a sua *linguagem* é tão contingente quanto os seus pais ou sua época histórica”.

Reconhecer a contingência e questionar as convenções discursivas é o primeiro passo para transformá-las. Se olharmos para o histórico, para a contingência, para nossa linguagem em tempos atuais seremos tomados, como diz Fairclough por um sentimento de confusão e incerteza.

Conforme Giddens (2002: 11) a modernidade é uma cultura de risco. “Dado o caráter móvel das instituições modernas associado à natureza mutável e muitas vezes controversa dos sistemas abstratos, a maioria das formas de aferição do risco, em verdade, contém muitos imponderáveis”.

Se contarmos a teorização da linguagem como a utilização de convenções, a busca de parâmetros de regularidades para vencermos o medo do risco, o *medo da morte*, do desconhecido que representaria a linguagem em seu aspecto totalizante, veremos na história das práticas discursivas sobre a linguagem a tentativa de conter o lugar do conflito. Procurou-se sempre legitimar modos convencionais de lidar com a linguagem “para não expor a própria frustração de não apreender o objeto estudo por inteiro” (Pinto, 2001: 64).

No entanto, olhar a contingência de nosso tempo é perceber que não se pode mais evitar o risco. Como diz Rajagopalan as principais características da atualidade incluem a migração de grande número de pessoas em escala global e a conseqüente miscigenação de etnias e culturas jamais vista na história. Tais características trazem a necessidade urgente de repensarmos as convenções em forma de categorias cristalizadas na produção do saber lingüístico (como os conceitos de língua materna, falante-ouvinte ideal, etc.) que se mostram como “equações cômodas”.

Interpelações históricas e sociais da contemporaneidade têm feito com que vários estudiosos repensem as linhas tradicionais de investigação da linguagem, provocando uma desarticulação na ordem de discurso hegemônica e possibilitando a articulação de novas ordens de discursos.

Fairclough (2001: 20) ao denunciar o isolamento dos estudos lingüísticos de outras ciências sociais e a dominação da lingüística pelo paradigma formalista registra que tais posições estão mudando agora. Ele aponta para um enfraquecimento dos limites entre as ciências sociais como causa dessas mudanças, provocando uma maior diversidade de teoria e prática desenvolvidas nessas disciplinas. Para Fairclough “tais mudanças têm-se feito acompanhar por uma ‘virada lingüística’ na teoria social, cujo resultado é um papel mais central conferido à linguagem nos fenômenos sociais”.

Também Edwiges Morato (2004: 311) nos fala de uma reação às posições internalistas nos estudos da linguagem por meio da tendência *interacionista* na lingüística. Segundo a autora, o interacionismo, em suas diversas versões, tem se proposto a incluir os elementos “heteróclitos” reputados pela lingüística desde Saussure: “as práticas sociais nas quais a linguagem está imersa e que a constituem, as normas pragmáticas que presidem a utilização da linguagem, as múltiplas atividades psicossociais que desenvolvem os falantes, os aspectos subjetivos e variáveis da língua e seu funcionamento, as condições materiais, psíquicas e ideológicas de produção e interpretação da significação, a existência de semioses co-ocorrentes nas práticas discursivas, o estatuto do ‘outro’ no processo de aquisição da linguagem pela criança etc.”.

Morato identifica, pois, como interacionistas os domínios da lingüística que têm se estabelecido estimulando as relações da lingüística com outras áreas do saber e procurando trabalhar a linguagem a partir de novas categorias como “ação”, “outro”, “prática”, “sociedade”, “cognição”, quais sejam: “a Sociolingüística, a Pragmática a Psicolingüística, a Semântica Enunciativa, a Análise da Conversação, a Lingüística Textual, a Análise do

Discurso – que se pautam por uma posição externalista a respeito da linguagem, isto é, que se interessam não apenas ou tão somente pelo tipo de sistema que ela é, mas pelo modo através do qual se relaciona com seus exteriores teóricos...” (cf. Morato, 2004: 311-312)

É bem certo que análises advindas desses domínios têm contribuído para a natureza interativa e social da linguagem na provocação do debate entre *internalismo versus externalismo* na lingüística. No entanto, muitas pesquisas desses domínios ditos interacionistas têm se fundamentado ainda em dicotomias clássicas como a pressuposta no próprio debate *insider/outsider* (verbal *versus* não-verbal; lingüístico *versus* não-lingüístico; abstrato *versus* experiencial, texto *versus* contexto) legitimando o discurso ortodoxo da lingüística.

Morato (ibidem: 316) também afirma que apesar da interação enquanto categoria de análise reclamar a consideração de uma “complexa rede de relações que se estabelecem em torno das ações humanas constituídas e marcadas por condições materiais de vida em sociedade” e não autorizar a “eleição de uma única qualidade distintiva do fenômeno interativo”, a lingüística tem delimitado esta noção “reservando para si a tarefa de analisar especialmente uma parte do fenômeno”.

Dessa forma, embora muitos desses estudos tenham contribuído com análises interativas e sociais para a compreensão das diversas manifestações lingüísticas da sociedade muitos deles deixam intactos os fundamentos tradicionais que sustentam a lingüística ortodoxa e o discurso que considera a lingüística como um conjunto de saberes hierarquizados cuja prioridade está para um chamado “núcleo duro”.

Assim, muitas análises do discurso se colocam como análises externas ao domínio da lingüística e outras áreas ditas interacionistas legitimam o discurso tradicional para o qual

estas mesmas áreas são colocadas como um mero complemento, componentes adicionais de uma já estabelecida ciência da linguagem. Dessa forma, o sentido de linguagem enquanto “essência” e o de uma ciência que se constitui para o estudo dessa *essência* são naturalizados na afirmação de que tal ciência tem seus instrumentos e suas margens, a serem estudados *a posteriori*.

Segundo Roy Harris (1998b: 2) abordagens que tratam as línguas como códigos que existem independentes de seus usos e usuários são criticadas pelo integracionismo como sendo segregacionais. Portanto, certos domínios considerados interacionistas são, de certa forma, segregacionistas. Para Harris, “a lingüística não se subdivide em uma parte que estuda a língua e outra parte que estudo o seu uso, uma que essa subdivisão já pressupõe a dicotomia entre o uso e o sistema a ser usado, onde os sistemas recebem explanação prioritária sobre seus usuários” (idem). O integracionismo vê a dicotomia entre o sistema e as ocasiões em que, supostamente os usuários usam este sistema como um equívoco, uma vez que uma perspectiva integracionista considera o ser humano não como usuário da linguagem, mas como produtor desta.

Este é um dos motivos pelo que escolhemos adotar a posição teórica do integracionismo para uma abordagem crítico-discursiva da retórica searleana. Ao invés de focalizar sua análise tão somente para o exterior da lingüística, a postura integracionista exige que coloquemos sob o crivo da crítica nossos próprios “dogmas”, questionando as velhas dicotomias segregacionais na produção da teoria lingüística ou nosso discurso mesmo no ato de teorizar a linguagem.

Dessa forma, problematizando as posições segregacionistas que têm sido hegemônicas nos estudos da linguagem o integracionismo tem contribuído para uma mudança na ordem do discurso vigente no domínio do saber sobre a linguagem.

Como as vozes discrepantes do integracionismo em meio à sinfonia das convenções lingüísticas, outros grupos de estudiosos trazem a tona o caráter social, cultural e eminentemente político das questões sobre linguagem. Essas diversas vozes denunciam uma mudança nos discursos sobre a linguagem contestando práticas discursivas e provocando uma desestabilização nos elementos do *medo da morte*, a velha ordem nos estudos da linguagem.

Rajagopalan narra a ascensão de uma perspectiva, nascida na Grã-Bretanha e assumida por um grupo cada vez mais expressivo de pesquisadores para quem a linguagem é uma forma de ação social. Repleta de imprevisibilidades como toda ação social, a linguagem é “resistente a tentativas de domá-la mediante regras precisas e determinísticas” (Rajagopalan: 2002: 10). Ele diz:

Vejo com bastante otimismo o surgimento da corrente chamada “lingüística crítica”. Trata-se de um movimento rebelde, que na verdade nem de longe se constitui em movimento propriamente dito, já que há enormes diferenças entre aqueles que o defendem. O que distingue a lingüística crítica é o interesse por parte dos pesquisadores em atuar como agentes de ação social, de lutar por mudanças na sociedade, de fazer com que suas reflexões teóricas tenham impacto direto na vida. De, enfim, assumir seu verdadeiro papel de ativistas políticos (Rajagopalan, 2004: 222).

Conforme Rajagopalan, a lingüística crítica nasceu no campo da lingüística aplicada tendo como fator desencadeante a percepção por parte de um grande número de estudiosos de que é preciso pensar em novas formas de articulação entre teoria e prática. “Assumir uma atitude crítica implica necessariamente repensar um nível de dicotomias que só ajudam a manter o pesquisador encurralado de mãos atadas”. Entre essas dicotomias estão dualismos como “teoria/prática, dito/feito, metalinguagem/linguagem objeto, pesquisador/informante, perito/leigo, e assim por diante”.

Quero situar a própria voz de Rajagopalan como uma intervenção crítica em meio às convenções discursivas da tradição lingüística por denunciar as diversas exclusões que a lingüística tem patrocinado em busca de rigor científico. Seu trabalho levanta questões acerca das implicações éticas das teorias lingüísticas (idem: 1997, 1999, 2003) e da nossa responsabilidade político-social com estudiosos de linguagem (idem: 2003, 2004). A postura crítica é, pois, constantemente reivindicada nos trabalhos de Rajan:

O único modo pelo qual nós, lingüistas, podemos contribuir para os temas práticos que envolvam a linguagem é adotar um olhar crítico diante de nossa própria prática. Nunca é tarde demais para começar a fazer um exame de consciência e perguntar a nós mesmo se, por atos ou omissão, não nos desviamos da responsabilidade de ver a linguagem como um fenômeno social, com todas as implicações políticas que daí decorrem. (Rajagopalan, 2004: 35).

Rajagopalan continua dizendo que se nós, lingüistas, temos realmente algo a dizer para a sociedade, se nossas pesquisas podem de fato contribuir para a vida das pessoas ao nosso redor, “precisamos urgentemente convencer-nos das implicações políticas de nosso

próprio trabalho”. E ele aponta a lingüística crítica ou a análise do discurso crítica como um passo importante nessa direção.

O texto de Rajagopalan é um exemplo de prática discursiva de luta, luta para estender a relação lingüista/ leigo, lingüística e intervenção sócio-política, uma vez que para este discurso de luta a única coisa que distingue o lingüista de um leigo é que linguagem para nós (lingüistas) “é assunto digno de uma longa reflexão”, um conhecimento marcado pela paixão e fixação pela linguagem. Desse modo, um novo sujeito teórico da linguagem aparece nesse discurso; não mais um cientista puro cujas abstrações colocam - no distante das questões sociais, mas um sujeito ético que questiona seu próprio empreendimento teórico e luta para desnaturalizar ideologias, a partir das preocupações com as repercussões sociais de seu trabalho. Esse sujeito lingüista procura uma nova prática, uma nova forma de fazer pesquisa sobre a linguagem:

É preciso escutar mais, prestar mais atenção aos anseios populares e não continuar assumindo a postura de que somos detentores de um saber científico, cabendo aos outros seguir as nossas orientações. Podemos reivindicar interesse especial na e pela linguagem. Mas achar que ninguém mais está autorizado a dar opiniões acerca da linguagem é no mínimo adotar uma atitude petulante” (Rajagopalan, 2003: 178).

Percebo, pois, os elementos da ordem do discurso com não sendo também homogêneos, uma vez que as contradições percebidas em domínios como o do saber acadêmico científico sobre a linguagem, “podem virar plataforma de lutas para redefinir seus limites e relações (Fairclough, 2001: 97)”. Trata-se, pois de uma luta discursiva gerada no espaço contraditório de uma ciência que, buscando especialmente tratar a linguagem, que é

eminentemente política e social, tornou-se irrelevante socialmente devido as suas próprias prescrições para torná-la ciência da linguagem.

A auto-suficiência da lingüística e a autonomia do seu objeto de estudo são, pois em si mesmas contraditórias, pois nos impedem de trabalhar a própria linguagem em seu aspecto totalizante, daí o enunciar do discurso de luta trazer um sujeito-lingüista radical e irreverente: “Dane-se a ciência, dane-se a lingüística. Estes rótulos servem apenas para cercar nossa liberdade de pensar sobre a linguagem... De que adianta sermos cientistas se isso não nos deixa buscar a nosso contento novas formas de pensar a linguagem?”(Rajagopalan, 2003b: 179). Tal é o discurso de luta e irreverência que o próprio enunciador traduz:

Tudo isso parece significar que a lingüística não tem mais como permanecer alheia aos anseios dos mais variados povos do mundo inteiro em relação a algo que diz respeito a seu próprio campo do saber: a linguagem. Se determinado axioma da própria disciplina impede que os estudiosos se dirijam a tais preocupações, é hora de repensar seriamente a utilidade do axioma e a partir para a adoção de um novo, mais condizente com a nova exigência. Se uma concepção do que vem a ser uma ciência impede que a lingüística incorpore novos princípios norteadores, urge adotar novas formas, mais libertárias e menos sufocantes, de conceber a ciência”(Rajagopalan: 2004: 199).

A irreverência e o radicalismo são formas de problematização encontradas para interpelar os sujeitos do discurso sobre a linguagem, em várias direções gerando sentidos de confusão e de incerteza, na problematização das convenções. Desse modo, o discurso de luta utiliza a mais profícua forma de provocar mudança discursiva: a problematização das

convenções. Segundo Fairclough (2001: 121) “essas são as condições em que uma prática consciente e transformadora poderá mais facilmente desenvolver-se”.

Para problematizar convenções, Rajagopalan procurou mostrar num trabalho recente *A lingüística que nos faz falar: investigação crítica* (Lopes da Silva e Rajagopalan, 2004) a pouca influência da ciência da linguagem na cena pública (evidenciada na polêmica da proibição dos estrangeirismos no Brasil) devido às preferências epistemológicas da lingüística “que inviabilizariam qualquer possibilidade de diálogo com o chamado senso comum sobre a linguagem” (ibidem: 8).

A problematização se faz na própria proposta provocadora dos organizadores – Fábio Lopes da Silva e Kanavillil Rajagopalan: traduzido um texto polêmico de Rajan que fora originalmente publicado no exterior, e apresentá-lo à discussão de 26 debatedores lingüistas e não-lingüistas, seguido por uma tréplica de Rajan, às críticas e comentários. Não precisa dizer que a provocação alcançou o objetivo do discurso de luta: a problematização. A proposta do debate a partir do texto de Rajagopalan intitulado *línguas nacionais como bandeiras patrióticas; ou a lingüística que nos deixou na mão: observando mais de perto o que chauvinismo lingüístico emergente no Brasil* permitiu um questionamento crítico por parte dos autores-debatedores sobre os pontos considerados pilares para a lingüística ortodoxa: a busca do rigor científico, o desprezo para com o conhecimento do leigo, a defesa da autonomia da língua, etc., pontos que, segundo Rajan, têm causado o isolamento político-social dos lingüistas.

A afirmação de Rajagopalan de que a linguagem é política por excelência, tratando a questão dos estrangeirismos como eminentemente política e não lingüística provoca um impacto nas formas convencionais de pensar as questões de linguagem. Pensar a linguagem

pelo viés político a partir da perspectiva crítica, como conclama Rajagopalan, é mudar o nosso próprio discurso sobre a linguagem. E mudar nossa prática discursiva sobre a linguagem é também mudar nossa prática social para “uma prática que visa à emancipação do povo como um todo, emancipação a ser alcançada mediante práticas concretas de fortalecimento (*empowerment*) de todos aqueles que têm interesse no assunto, tanto individual como coletivamente, isto é, o povo” (2004: 226).

Para Rajagopalan (cf. *ibidem*: 199) a única garantia de sobrevivência da nossa profissão é partirmos para a criação de novas técnicas e práticas que possam nos ajudar a intervir diretamente na sociedade e assim devolver-lhe algum grau de relevância social da qual ela tanto carece.

Ora se a problematização é o primeiro passo para a mudança em nossa prática discursiva e conseqüentemente para a mudança em nossas práticas sociais, o trabalho de Rajagopalan, como exemplo de discurso de luta ou discurso-problematizador da ordem do discurso vigente, pode vir a tornar-se, junto a outros discursos críticos na teorização sobre a linguagem, provocador de uma nova ordem discursiva que também traz seu slogan “a onda agora é problematizar”. Portanto, as reflexões irreverentes de Rajan podem ser vistas como fazendo parte de uma prática de mudança discursiva a partir da problematização das convenções dos elementos da ordem do discurso vigente que tem orientado a argumentação de produtores e intérpretes no domínio do saber acadêmico-científico sobre a linguagem.

Alguns podem perguntar, diante das desconstrução de nossas certezas que soam como dogmas, o que colocaremos no lugar? O que adianta problematizar? A importância da problematização, segundo Fairclough (2001: 127) é que quando elas surgem, as pessoas se

vêem diante do que denominam dilemas. Com frequência, elas tendem a serem inovadoras ou criativas, ao adaptarem as convenções existentes de novas maneiras e assim contribuírem para a mudança discursiva.

Mas todo o processo de mudança envolve formas de transgressão, o cruzamento de fronteiras ou a exploração em situações que geralmente as proíbem. Enfrentar a mudança é enfrentar a solidão do estágio de heresia – usando o termo de Harris para o integracionismo (1998a) – dos que adotam reflexões consideradas como diferentes. Envolve a coragem de enfrentar o *medo da morte*. Uma coragem que eu logrei adquirir no percurso de escrita deste trabalho, ele mesmo um risco de explorar convenções existentes em lugares proibidos. Um risco que resolvi enfrentar.

Considerações finais

Como vimos a partir da análise retórica do discurso de Jonh Searle, nossas práticas discursivas de teóricos da linguagem são moldadas e moldam convenções discursivas que configuram tais práticas em uma ordem do discurso específica aos estudos da linguagem, chamada *medo da morte*. Identifiquei os seguintes elementos ou convenções discursivas, partes constituintes do medo da morte: **o mito da linguagem, uma concepção estreita de linguagem, a abstração e idealização da realidade lingüística, a retórica do formalismo, um ideal de cientificidade e a apresentação da linguagem como meio para representar ou expressar a realidade.**

Tais elementos funcionam naturalizando ideologias, sentidos que impedem as “possíveis divagações, as fugas do pensar, os desvios daquilo que seria o ‘cerne’, a essência, enfim a variabilidade interpretativa” nos estudos da linguagem. Esses sentidos não são neutros, pois como ideologia eles hierarquizam saberes, construindo relações de poder no domínio do saber acadêmico-científico, constituindo também as identidades de “cientista” e de “filósofo”, “teóricos” da linguagem distanciados das preocupações sociais do seu tempo.

Um modo de desmitologizar a linguagem e desnaturalizar essas ideologias tradicionais é tomar consciência da própria existência desses mitos e dessas ideologias. Como indica Reddy (apud Magro, 1999), a consciência do paradigma que preside nossas ações em conversações na e sobre a linguagem pode nos tornar também conscientes das influências

que elas exercem sobre as atividades teóricas do domínio das investigações sobre linguagem. E posso acrescentar, pode nos tornar conscientes de nosso papel na mudança social.

Mas, uma vez que toda mudança social passa por uma mudança discursiva, é preciso desestabilizar os elementos da ordem discursiva para provocar reconfigurações na ordem do discurso atual ou o surgimento de uma nova ordem do discurso. Portanto, a maneira problematizadora como são articulados os eventos discursivos em subáreas diferentes dos estudos da linguagem apontam para as mudanças de paradigma nos estudos da linguagem ou uma nova ordem no discurso em torno da linguagem. Podemos, portanto, usar as nossas próprias pesquisas sobre os discursos teóricos sobre a linguagem para problematizar as convenções e, desse modo, redesenhar as práticas discursivas.

A linguagem somos nós, diz Rajagopalan. Justamente porque a linguagem é a nossa forma de vida, o estudo da matéria *linguagem* pode e deve contribuir para as mudanças sociais. Para isso, o questionamento das “verdades” teóricas sobre a linguagem constitui o desenvolvimento prático de uma consciência lingüística crítica ou uma prática de intervenção que pode contribuir “na educação lingüística de todos os alunos, e fornecer-lhes o conhecimento para iniciar mudanças em suas próprias práticas discursivas, e nas práticas discursivas de sua comunidade” (Fairclough, 2001).

Se esta análise *Searle interpretando Austin*, como uma problematização dos discursos tradicionais sobre a linguagem, tiver feito coro junto às vozes que conclamam por essa consciência lingüística crítica, eu ficarei muito feliz. Desse modo, terei me aproximado do objetivo proposto no início desta tese: a conscientização de nossas ações integrais como

teóricos da linguagem, ações originadas da natureza política, interativa e social de nossa experiência lingüística e, convidado outras vozes para continuar esta canção...

SUMMARY

In this thesis I decided to study the rhetorical structure of theoretical studies of language, aiming to reflect upon the discursive practice involved in the production of linguistic knowledge. In doing so, I have questioned the scientificist discourse that postulates the adoption of certain concepts and a certain method of formalization as a precondition for the characterization of knowledge. Based on an integrationist theoretical perspective (Harris, 1981,1998) centred on a concept of language inspired on Wittgenstein which enables us to question the founding myths of linguistics as well as to emphasise the actions of integration in communication, I have chosen as an object of research the traditional interpretation of J. Austin's theory of speech acts carried out by the philosopher J. Searle, through the analysis of the rhetorical structure of the text "Speech Acts – An Essay in the Philosophy of Language"(1969). Starting from the idea that the theoretical reformulation of Austin done by Searle together with its acceptance and resulting repercussions on linguistics and philosophy are the result of language myth, I analysed the processes of production, interpretation and distribution of Searle's text and concluded that the traditional conceptions of the scientificist and positivist discourse as well as its formal rhetoric configure an order of discourse which is specific to the studies of language which, in this work, I call 'fear of death'. In order to carry out this analysis, I discussed the place of rhetoric in a theory of discourse, promoting a theoretical/methodological revision of the method proposed by Margutti Pinto (1998) in his analysis of the argumentative procedures of Wittgenstein. Thus I elaborated, by studying the rhetoric Searle used when interpreting Austin, a proposal of rhetorical analysis by a critical-discursive approach (Fairclough, 2001) which is in line with the integrationist program which includes amongst its objectives a conscious realisation of the integral character of our actions as linguists and academics, originating in the political, interactive and social natures of our linguistic experience.

KEY WORDS: Searle; Austin; rhetoric; fear of death; Integrational linguistics

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALMEIDA, G. A. de. Aspecto da Filosofia da Linguagem. Contribuição para um confronto e uma aproximação entre filosofia e ciência da linguagem, In: *Cadernos Seaf* 1, 68, 1978.
- AUSTIN, J. L. *How to do Things with Words*. Harvard University Press, 1962.
- _____. “Other Minds”. In: *Philosophical Papers*, pp. 76-116. Tradução de Marcelo Guimarães da Silva Lima, “Outras Mentes”. In: *Os Pensadores*. 4ª ed. São Paulo, Nova Cultural, (1946) 1989.
- _____. *Quando Dizer é Fazer— Palavras e Ação*. Trad. de Danilo Marcondes de Souza Filho. Porto Alegre, Artes Médicas, 1990.
- _____. *Sense and Sensibilia*. Oxford at the Clarendon Press. Tradução de Armando Manuel Moura de Oliveira, *Sentido e Percepção*. São Paulo, Martins Fontes, (1962) 1993.
- _____. Performativo-Constativo, Trad. de Paulo Ottoni, In: OTTONI, P. R. *Visão Performativa da Linguagem*. Campinas, Editora da UNICAMP, 1998.
- AUTHIER-REVUZ, J. Dialogismo e Divulgação Científica. In: *Rua*, Campinas, n: 59-15, 1999.
- BAKHTIN, M. *Marxismo e Filosofia da Linguagem*. São Paulo, Hucitec, 1990
- _____, *Estética Criação Verbal*. São Paulo, Martins Fontes, 1992.
- BALIEIRO JR., A. P., In: MUSSALIM F., BENTES, A. C. *Introdução à lingüística: domínios e fronteiras*, São Paulo, Cortez, 2001.
- BORGES NETO, J. *Ensaio de filosofia da lingüística*, São Paulo, Parábola Editorial, 2004.
- BOURDIEU, P. *Os usos sociais da ciência: por uma sociologia clínica do campo científico*. São Paulo, Editora UNESP, 2004.
- BUNNIN, TSUI-JAMES E. P. (orgs) *Compêndio de Filosofia*, Trad. de Luiz Paulo Rouanet, São Paulo, Edições Loyola, 2002.
- CALVET DE MAGALHAES, T. *Filosofia Analítica: de Wittgenstein à redescoberta da mente*. Belo Horizonte, Movimento Editorial da Faculdade de Direito da UFMG, 1997.

_____. Realism after the linguistic-pragmatic turn, *Cognitio: Revista de Filosofia*, vol. 4, número 2, 2003.

CARNAP, R. *Significado e Sinonímia nas Linguagens Naturais*, Trad. de Luiz João Baraúna, São Paulo, Nova Cultural, 1988. (Os Pensadores)

CASSIN, B. *Aristóteles e o logos – contos da fenomenologia comum*. São Paulo, Loyola, 1999.

CHAUÍ, M. *Convite à Filosofia*. São Paulo, Ática, 1997.

CHOMSKY, N. *Syntactic structures*. Haia, Mouton, 1957

_____. A review of B. F. Skinner's 'verbal behavior'. *Language*, n. 35, pp.26-58, 1959

_____. *Linguagem e pensamento*. Petrópolis, Vozes, (1968)1971

CORACINI, M. J. *Um fazer persuasivo: o discurso subjetivo da ciência*, Campinas-SP, Pontes, 1991.

COSTA, J. S. F. (org.). *Redescrição da Psicanálise*. Rio de Janeiro, Relume-Dumará, 1994.

DASCAL, M. (org) *Fundamentos metodológicos da lingüística Vol. 4 Pragmática*, Campinas-SP, Edição do próprio autor com apoio da UNICAMP, 1982.

_____. ; BORGES NETO, J. *De que trata a lingüística, afinal?* In: BORGES NETO, J. *Ensaio de filosofia da lingüística*, São Paulo, Parábola Editorial, 2004.

DAVIS, D. R. Wittgenstein, integrational linguistics, and the myth of normativity, *Language and Communication*, Grã-Bretanha, v. 19, n. 1, p. 69-65, 1999.

DERRIDA, J. *Gramatologia*, Trad. de M. Schnaiderman e R. Janini Ribeiro. São Paulo, Editora Perspectiva, 1973.

FAIRCLOUGH, N. *Critical and descriptive goals in discourse analysis*. *Journal of Pragmatics* 9: 739-736; 1985.

_____. *Discourse and social change*. Cambridge, Polity, 1992.

_____. *Discurso e mudança social*. Trad. de Isabel Magalhães (et al.). Brasília, Editora da Unb, 2001.

FIORIN, J. L. *Vox populi, vox dei?* In: LOPES DA SILVA, F., RAJAGOPALAN, K. (orgs.). *A lingüística que nos faz falhar: uma investigação crítica*. São Paulo, Parábola Editorial, 2004.

FOUCAULT, M. *A verdade e as formas jurídicas*, Rio de Janeiro, Nau Editora, 1996.

- _____. *A Arqueologia do Saber*. Rio de Janeiro, Forense Universitária, 1997.
- _____. *A ordem do discurso*. São Paulo, Edições Loyola, 1998.
- FREGE, G. *Lógica e filosofia da linguagem*. Trad. de Paulo Alcoforado. São Paulo, Cultrix/EDUSP, 1978.
- GERALDI, J. W. *João Wanderley Geraldi*. In: XAVIER, A. C., CORTEZ, S. (orgs.) *Conversas com Lingüistas: Virtudes e Controvérsias da Lingüística*. São Paulo, Parábola Editorial, 2003.
- GIDDENS, A. *Modernidade e identidade*, Rio de Janeiro, Jorge Zahar Ed., 2002.
- GLOCK, H. J. *Dicionário Wittgenstein*. Trad. de Helena Martins, Rio de Janeiro, Jorge Zahar Ed., 1998.
- GOMES DE MATOS, F. *Francisco Gomes de Matos*. In: XAVIER, A. C., CORTEZ, S (orgs.). *Conversas com Lingüistas: virtudes e controvérsias da lingüística*, São Paulo, Parábola Editorial, 2003.
- GUIMARÃES, E. *Os limites do Sentido: um estudo histórico e enunciativo da linguagem*. Campinas, Pontes, 1995.
- GUTHRIE, W. *Os Sofistas*. São Paulo, Paulus, 1995.
- HABERMAS, J. “Reflections on the Linguistic Foundations of Sociology”, In: *On the Pragmatics of Social Interaction. Preliminary Studies in the Theory of Communicative Action*. tradução inglesa de Barbara Fultner, Cambridge, Mass., MIT Press, 2001.
- HARRIS, R. *The Language Myth*. London, Duckworth, 1981.
- _____. *Introduction to Integrational linguistics*, Oxford, Elsevier Science, 1998a
- _____. *Integrational Linguistics* In: VERSCHUEREN, OSTMAN, BLOMMAERT, & BULCAEN (eds.) *Handbook of Pragmatics*. Amsterdam, John Benjamins, 1998b
- HENRY, P. *Os fundamentos teóricos da “Análise Automática do discurso”*. In. GADET, F e HARK, T (orgs). *Por uma Análise Automática do discurso*. Campinas, Editora da Unicamp, 1997.
- JACQUES, F. *Filosofia Analítica* In: ZASLAWSKY, D. (et al.). *Filosofia Analítica*, Lisboa, Gradiva [s/d]
- JOHNSON, M. *The body in the mind*. Chicago and London, The University of Chicago Press, 1987.

KOCH, I. G. V. *Ingedore Grunfeld Villaça Koch*, In: XAVIER, A. C. E CORTEZ, S (orgs). *Conversas com Linguistas: virtudes e controvérsias da lingüística*, São Paulo: Parábola Editorial, 2003.

LAGAZZI-RODRIGUES, S. *A língua portuguesa no processo de institucionalização da lingüística*. In: ORLANDI, GUIMARÃES(orgs). *Institucionalização dos estudos da linguagem: a disciplinarização das idéias lingüísticas* Campinas, Pontes, 2002.

LÉVI-STRAUSS, C. *Antropologia Estrutural I*. Tempo Brasileiro, Rio de Janeiro, 1973.

LOVE, N. Searle on language. *Language and Communication*, Grã-Bretanha, v. 19, n. 1, p. 9-25, 1999.

MAGRO, C. *Linguajando o Linguajar – da biologia à linguagem*. Tese de doutorado, IEL, Unicamp, Campinas, 1999.

MARCONDES DE SOUZA, D. *A filosofia da linguagem de J. L. Austin. (Apresentação)* In: AUSTIN, Quando dizer é fazer— *palavras e ação*. Trad. de Danilo Marcondes de Souza Filho. Porto Alegre, Artes Médicas, 1990.

_____. *Iniciação à História da Filosofia: dos pré-socráticos a Wittgenstein*, São Paulo, Jorge Zahar Ed., 1997.

MARCUSCHI, L. A. *Luiz Antonio Marcuschi*, In: XAVIER, A. C., CORTEZ, S (orgs). *Conversas com Linguistas: virtudes e controvérsias da lingüística*, São Paulo, Parábola Editorial, 2003.

MARGUTTI PINTO, P. *Iniciação ao silêncio: análise do Tractatus de Wittgenstein*. São Paulo, Loyola, 1998.

MARTINS, H. *Três Caminhos na filosofia da linguagem*. In MUSSALIM F., BENTES, A. C. *Introdução à lingüística: fundamentos epistemológicos*, São Paulo, Cortez, 2004.

MARTIN, R. *Para entender a Lingüística: epistemologia elementar de uma disciplina*. São Paulo, Parábola Editorial, 2003.

MONK, R. *Wittgenstein. O dever do gênio*. Trad. de Carlos Afonso Malferrari. São Paulo, Cia. das Letras, 1995.

MORATO, E. M. *O interacionismo no campo lingüístico*. In MUSSALIM F., BENTES, A. C. *Introdução a lingüística: fundamentos epistemológicos*, São Paulo, Cortez, 2004.

MUSSALIM F., BENTES, A. C. *Introdução à lingüística: domínios e fronteiras*, São Paulo, Cortez, 2001.

_____. *Introdução à lingüística: fundamentos epistemológicos*, São Paulo, Cortez, 2004.

NOGUEIRA, C. *Os “mais velhos” na Folha de S. Paulo: uma análise crítica do discurso jornalístico sobre a velhice*. Dissertação de mestrado, IEL, Unicamp, Campinas, 2000.

OLIVEIRA, M. *Reviravolta lingüístico – pragmática na filosofia contemporânea*, São Paulo, Loyola, 1996.

ORLANDI, E. *As formas do silêncio: no movimento dos sentidos*, Campina, Editora da Unicamp, 1997.

OTTONI, P. R. *Visão Performativa da Linguagem*. Campinas, Editora da Unicamp, 1998.

PAVEL, T. *A miragem lingüística: ensaio sobre a modernização intelectual*. Trad. de Eni Orlandi (et al.), Campinas, Pontes, 1990.

PÊCHEUX, M. *Discurso: estrutura ou acontecimento*. Campinas, Pontes, 1997.

PENNYCOOK, A. *Os limites da lingüística*, In: LOPES DA SILVA, F., RAJAGOPALAN, K. (orgs.). *A lingüística que nos faz falhar: uma investigação crítica*. São Paulo, Parábola Editorial, 2004.

PERELMAN, T. *Tratado da Argumentação*. São Paulo, Martins Fontes, (1958)1996.

PESSANHA, J. A. M. *A teoria da argumentação ou nova retórica*, In: CARVALHO, M. C. M. de. (org) *Paradigmas filosóficos da atualidade*, Campinas, Papirus, 1989.

PINTO, J. P. *Pragmática*, in MUSSALIM F., BENTES, A. C. *Introdução à lingüística: domínios e fronteiras*, São Paulo, Cortez, 2001.

PIRES DE OLIVEIRA, R. de. *Formalismo na lingüística: uma reflexão crítica*, In. MUSSALIM F., BENTES, A. C. *Introdução à lingüística: fundamentos epistemológicos*, São Paulo, Cortez, 2004.

PLEBE, A., EMANUELE, P. *Manual de Retórica*, São Paulo, Martins Fontes, 1992.

POSSENTI, S. *Sírio Possenti*, In: XAVIER, A. C., CORTEZ, S (orgs.). *Conversas com Lingüistas: virtudes e controvérsias da lingüística*. São Paulo, Parábola Editorial, 2003.

PULINO, L. *Richard Rorty: Da Epistemologia à Ironia – A trajetória de um Liberal*. Dissertação de mestrado, IFCH, Unicamp, Campinas, 1994.

RAJAGOPALAN, K. Dos dizeres diversos em torno do fazer in: *D.E. L.T.A.*, vol. 6, n.2, p. 223-254, 1990.

_____. *Prefácio* In: CORACINI, M. J. Um fazer persuasivo: o discurso subjetivo da ciência, Campinas, Pontes, 1991.

_____. *A trama do signo: Derrida e a desconstrução de um projeto saussuriano*. In: ARROJO, R (org). O signo desconstruído, Campinas, Pontes, p.25-34, 1992a.

_____. A irredutibilidade do ato ilocucionário como fator inibidor das tentativas taxonômicas. *D.E.L.T.A.*, São Paulo, v. 8, n. 1, p. 91-133, 1992b.

_____. O Austin do qual a Lingüística não tomou conhecimento e a Lingüística com a qual Austin sonhou. *Cadernos de Estudos Linguísticos*, Campinas, SP, v. 30, p. 105-116, 1996.

_____. A ideologia do suprimido, ou como não teorizar a respeito da ideologia. In: *D.E.L.T.A.*, vol 14, p.121-129, 1998.

_____. On Searle [on Austin] on language. *Language And Communication*, Grã-Bretanha, v. 20, n. 4, p. 347-391, 2000a.

_____. Austin's humorous style of philosophical discourse in light of schrempp's interpretation of oring's 'incongruity theory' of humor. *Humor An International Journal Of Humor Research*, Estados Unidos da América, v. 13, n. 3, p. 287-311, 2000b.

_____. *Por uma pragmática voltada à prática lingüística*. In: ZANDWAIS, Ana (orga.). A Relação entre Pragmática e Enunciação. Porto Alegre, Ed. Sagra Luzzatto, p. 22-35, 2002.

_____. *Por uma lingüística crítica: linguagem, identidade e a questão ética*. São Paulo, Parábola Editorial, 2003a.

_____. *Kanavillil Rajagopalan*, In: XAVIER, A. C., CORTEZ, S (orgs). Conversas com Lingüistas: virtudes e controvérsias da lingüística, São Paulo, Parábola Editorial, 2003b.

_____. *Línguas nacionais como bandeiras patrióticas, ou a lingüística que nos deixou na mão: observando mais de perto o chauvinismo lingüístico emergente no Brasil*. In: LOPES DA SILVA, F. L., RAJAGOPALAN, K. (orgs.). A lingüística que nos faz falhar: uma investigação crítica. São Paulo, Parábola Editorial, 2004.

_____. *Resposta aos meus debatedores*. In: LOPES DA SILVA, F., RAJAGOPALAN, K. (orgs.). A lingüística que nos faz falhar: uma investigação crítica. São Paulo, Parábola Editorial, p. 166-231. 2004.

_____, ARROJO, R.. *Searle e a noção da literalidade*. In: ARROJO R. (org.). *O Signo desconstruído*. Campinas, Pontes, p.113-121, 1992c.

_____, ARROJO, R. *A crise da metalinguagem: uma perspectiva interdisciplinar*. In: ARROJO, R (org). *O signo desconstruído*, Campinas, Pontes, 1992d.

_____, LOPES DA SILVA, F. L. (orgs.). *A lingüística que nos faz falar: investigação crítica*. São Paulo - SP: Parábola Editorial, 2004.

RAPOSO, E. *Teoria da gramática: a faculdade da linguagem*. Lisboa: Caminho, 1992.

REBOUL, O. *Introdução à Retórica*, São Paulo: Martins Fontes, 1998.

REDDY, M.F. *The Conduit Metaphor- A case of Frame Conflict in Our Language about Language*. In: ORTONY, Andrew, *Metaphor and Thought*. Cambridge University Press, p. 164- 201, traduzido e adaptado por Cristiana Magro e Maria Magro, 1979.

RORTY, R. *Pragmatism, Relativism and Irrationalism*, In: *Consequences of Pragmatism*, The Harvest Press Limited, Brighton, Sussex, 1982.

_____. *A Filosofia e o espelho da natureza*. Rio de Janeiro, Relume-Dumará (1979) 1994a.

_____. *Contingência, ironia e solidariedade*. Trad. de Nuno Fonseca. Lisboa, Editora Presença, 1994b.

_____. *Contingency, irony and solidarity*. Cambridge University Press, (1989)1998.

RUSSEL, B. *Lógica e conhecimento*. Trad. de Pablo Rubén Mariconda. São Paulo, Abril Cultural, 1978.

SARTRE, J. P. *O Existencialismo é um Humanismo*. Os Pensadores. Vol. XLV, São Paulo, Abril Cultural, 1973.

SAUSSURE, F. *Curso de Lingüística Geral*. São Paulo, Cultrix, 1969.

SEARLE, J. *Speech Acts: An Essay in the Philosophy of Language*. Cambridge University Press, Cambridge, UK. 1969.

_____. *Expression and Meaning. Studies in the Theory of Speech Acts*, Cambridge, University Press, 1979.

_____. *Os actos de fala*. Trad. de Carlos Vogt (et al.). Coimbra: Almedina, 1981

_____. *Intentionality: An essay in the philosophy of mind*, Cambridge, Cambridge University Press, 1983.

- _____. *Rationality in action*. Cambridge, Mass., The MIT Press, 2001
- _____. *Filosofia contemporânea nos Estados Unidos*, In BUNNIN, TSUI-JAMES E. P. *Compêndio de Filosofia*. Trad. de Luiz Paulo Rouanet, São Paulo, Edições Loyola, 2002.
- _____, VANDERVEKEN, D. *Foundations of Illocutionary Logic*. Cambridge, Cambridge University Press, 1985.
- SILVA, D. N. *Como criar identidades com traduções, ou Quando traduzir é intervir numa teoria*. Tradução em revista, Rio de Janeiro, 2005.
- TAYLOR, T. *Mutual Misunderstanding: Scepticism and the Theorizing of Language and Interpretation*. Duke University Press; Routledge, London, 1992.
- _____. *Theorizing Language: Analysis, Normativity, Rhetoric, History*. Pergamon, Oxford, 1997.
- THOMPSON, J. *Ideologia e cultura moderna: teoria social na era dos meios de comunicação de massa*. Petrópolis, Vozes, 1995.
- TOOLAN, M. *Total Speech: An Integrational Linguistic Approach to Language*. Durham and London, Duke University Press, 1996
- TUGENDHAT, E. *Reflexões sobre o método da filosofia a partir da visão analítica*. Tradução preliminar de Robson R. Reis de Überlegungen zur methode der philosophie aus analytischer Sicht. In HONNETH, A (ET ALL), *Zwischenbetrachtungen im pr̄zess der aufklärung*. Frankfurt A.M Suhrkamp, p.305-317, 1989.
- VANDERVEKEN, D. *Meaning and Speech Acts*, Vol. I: Principles of Language Use, Cambridge, Cambridge University Press, 1990.
- VIEIRA, S. *Como Escrever uma Tese*, São Paulo, Thomson, 2002.
- VOGT, C. *Carlos Vogt*, In: XAVIER, A. C. e CORTEZ, S (orgs). *Conversas com Lingüistas: virtudes e controvérsias da lingüística*, São Paulo, Parábola Editorial, 2003.
- WILLIAMS, R. *Marxismo e literatura*. Rio de Janeiro, Zahar, 1979
- WITTGENSTEIN, L. *Investigações Filosóficas*. Trad. de José Carlos Bruini. São Paulo, Nova Cultural, 1989 (Os Pensadores)
- _____. *Tractatus Lógico-Philosophicus*, Trad. de Luiz Henrique Lopes dos Santos, São Paulo, Editora da USP, 2001.
- XAVIER, A. C. e CORTEZ, S (orgs). *Conversas com Lingüistas: virtudes e controvérsias da lingüística*, São Paulo: Parábola Editorial, 2003.

ZASLAWSKY, D. (et al.). *Filosofia Analítica*, Lisboa, Gradiva [s/d]

ZILHÃO, A. *Linguagem da filosofia e filosofia da linguagem: estudos sobre Wittgenstein*. Lisboa, Colibri, 1993